

MARIA GABRIELA RODRIGUES DA SILVA FERREIRA

Eu tinha umas asas brancas

Crítica Teatral na fundação do Teatro Nacional

(1840-1851)

Vol. III

Dissertação de Doutoramento em Estudos de Teatro
apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto
sob orientação dos Profs. Drs. Cristina Marinho e Francisco Topa

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

(2017)

Volume III

ÍNDICE GERAL

Volume I

INTRODUÇÃO

Parte I – Da Academia aos Exílios (1820-1823)

Excertos Jornalísticos

O Patriota (1820)

A Borboleta Constitucional (1821)

O Patriota Funchalense (1821)

O Português Constitucional Renegado (1821)

Jornal da Sociedade Literária Patriótica (1822)

O Toucador (1822)

Heráclito e Demócrito (1823)

Parte II – Dos Exílios ao Setembrismo (1823-1836)

Excertos Jornalísticos

O Popular (1824)

O Português (1826)

O Cronista (1827)

O Chaveco Liberal (1829)

O Correio dos Açores (1830)

O Pelourinho (1830)

O Precursor (1831)

Crónica Constitucional de Lisboa (1833)

O Português Constitucional (1836)

Volume II

Parte III – Da fundação do Teatro Nacional (1837-1840)

Excertos Jornalísticos

O Nacional (1837)

O Entre-Acto (1837)

O Biógrafo (1838)

O Constitucional (1838)

Jornal do Conservatório (1839-40)

Correio de Lisboa (1840)

Volume III

Parte IV – Últimas batalhas (1840-1851) 7

Excertos Jornalísticos 61

O Português (1840) 63

A Revolução de Setembro (1840) 72

Revista Universal Lisbonense (1841) 104

Revista do Conservatório Real de Lisboa (1842) 127

Universo Pitoresco (1843) 134

Jornal das Belas-Artes (1843) 158

Memórias do Conservatório Real de Lisboa (1843) 183

A Ilustração (1845) 195

O Popular (1848) 239

A Época (1849) 241

A Semana (1851) 246

CONCLUSÃO 253

BIBLIOGRAFIA 271

Parte IV – Últimas batalhas (1840-1851)

Passada a onda setembrista e o seu entusiástico envolvimento na implementação das urgentes reformas, como a instalação de uma nova ordem jurídica, para a qual contribuiu na redacção das leis, e posto a funcionar o Conservatório Geral de Arte Dramática, ao mesmo tempo que se preparava a edificação do novo Teatro Nacional, João Baptista de Almeida Garrett vivia intensamente a actividade parlamentar. Recém-eleito deputado por Lisboa e pela ilha Terceira, é encarregado da negociação de um tratado de comércio e navegação com os Estados Unidos da América, em Julho de 1840 e, alguns meses depois, elabora o projecto de um novo Código Administrativo. Por isso, juntando à legislativa essa faceta diplomática, inequivocamente uma das actividades em que muito se envolveu o Autor de *Flores sem Fruto*,¹ ainda que de modo irregular e nem sempre bem sucedido, é facilmente reconhecível nos seus inúmeros escritos de vária índole e também não poderia deixar de estar visível na imprensa periódica da época. Dotado de um espírito visionário e vanguardista, estaria especialmente talhado para lidar com assuntos de política externa, não fossem as inimizades e invejas que o tornavam alvo de intrigas e, portanto, vulnerável aos ataques políticos, e até pessoais, que acabavam por afastá-lo da acção directa.² Conforme já

¹ Ainda antes dos trinta anos, João Baptista é adido e secretário do, então, Marquês de Palmela, em Londres, o que terá constituído a sua primeira experiência ao nível diplomático. Durante o cerco do Porto, participa na reorganização do Ministério dos Negócios Estrangeiros e, em 1832, desempenha missões diplomáticas em Madrid, Paris e, novamente, Londres. Com a vitória liberal, em 1834, o jovem diplomata é Encarregado de Negócios em Bruxelas. Não terá sido um momento de glória e, desse tempo mais ou menos desocupado, aproveitou para enriquecer os seus conhecimentos de literatura alemã, principalmente das grandes obras que influenciaram os românticos. Proposto para o cargo de Ministro Residente em Oslo, Copenhaga, Madrid e Rio de Janeiro, tal nunca virá a concretizar-se, acabando por ser abandonado em Bruxelas, de onde regressa em 1836. De acordo com Henrique Ferreira Lima, “Em 6 de Junho de 1838 foi nomeado vogal duma comissão destinada a restabelecer a harmonia entre Portugal e a Côrte de Roma”, como consta de decreto da Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça – Repartição dos Negócios Eclesiásticos.”: *Garrett Diplomata*, pp. 60-61. Com efeito, em 1838, enceta negociações com a Santa Sé, com vista ao reconhecimento do novo regime político em Portugal, negociações que se prolongarão, intermitentemente, até 1852.

² Politicamente, diz-nos Maria de Fátima Bonifácio, “o seu perfil conservador foi-se precisando com nitidez ao longo das Cortes Constituintes, onde se destacou como arauto de um ‘terceiro partido’ do ‘centro’, de compromisso entre o setembrismo e o cartismo, à época baptizado

podemos constatar,³ Garrett cedo percebeu que o novo mundo, e concretamente os Estados Unidos da América acabariam por desempenhar um papel de relevo no concerto das nações, como esteio de liberdade e como exemplo a ter em conta no campo da política e da economia. No entanto, reconheceu que Portugal teria de se acautelar em qualquer tratado que fizesse com esse novo país, uma vez que, dada a exiguidade de meios de que dispúnhamos, facilmente ficaríamos em desvantagem. Ora, ainda que as relações diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos viessem já do século XVIII⁴, era conveniente que se redigisse um novo tratado que regulasse as trocas comerciais entre os dois países, pois que o anterior Tratado de Comércio e Amizade, previsivelmente em vigor durante vinte anos, era já de 1786⁵. Ninguém melhor que o autor de *Portugal na balança da Europa* para o fazer, tanto mais que já em princípios de 1836 se mostrara disponível para qualquer missão diplomática, desde que lhe dessem os meios necessários. A 2 de Julho de 1840, Rodrigo da Fonseca Magalhães, à época Ministro dos Negócios Estrangeiros,

de 'Ordeiro'.": "Garrett no liberalismo", in Ofélia Paiva Monteiro (coord.), *Sociedade e ficção. Garrett – Romantismo histórico – Júlio Dinis*. Centro de Literatura Portuguesa, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007, p. 16. Concretizando, "nas linhas gerais", com a "caracterização geográfica dos dois 'partidos': o setembrista terá constituído a face verdadeiramente desenvolvimentista e nacionalista do liberalismo português; e o cartismo, o seu negativo: a face incondicionalmente pró-inglesa, especulativa, preferindo as acobracias financeiras ao efectivo fomento económico da nação. (...) Em suma, duas triologias mutuamente exclusivas: carta – comércio – Inglaterra; constituição – indústria – Portugal.": Maria de Fátima Bonifácio, *Via protecção do liberalismo português – Política económica e relações luso-britânicas, 1834-1843*, pp. 3-4. Garrett, ordeiro, preferiria unir o melhor dos dois.

³ Releia-se *Portugal na Balança da Europa* ou a sua base – *Da Europa e da América, e da sua mútua influência na causa da civilização e da liberdade*, este último publicado em Londres, em 1826, no periódico *O Popular*: nosso Volume I, pp. 278-311.

⁴ Embora a reacção inicial à proclamação da independência dos Estados Unidos não tenha sido a melhor, já que um decreto de D. José I (leia-se: do Marquês de Pombal) proibira qualquer navio da América Inglesa de acostar junto dos portos sob domínio português, a verdade é que, a 15 de Fevereiro de 1783, num novo decreto, D. Maria I reconhece a independência dos Estados Unidos e abre caminho a um novo entendimento. Em 1791, graças à intervenção do Abade José Francisco Correia da Serra, David Humphrey é nomeado representante dos Estados Unidos em Lisboa e, no dia 11 de Outubro de 1794, Cipriano José Freire apresenta as suas credenciais a George Washington e torna-se o primeiro português a representar Portugal junto do governo de Filadélfia.

⁵ Fruto da influência de Benjamim Franklin (à época representante da nova nação em Paris) junto do Abade Correia da Serra (futuro ministro plenipotenciário de Portugal em Washington), este primeiro tratado, no seu artigo inicial, prenuncia "firme, inviolável e universal Paz e sincera amizade entre Sua Alteza Real o Príncipe Regente de Portugal, seus herdeiros e sucessores e os Estados Unidos.": citado por Duarte Ivo Cruz, *GARRETT e os Estados Unidos da América*, p. 99. De acordo com o mesmo autor, dele "ressaltam princípios definidores de uma regulamentação jurídica e económica ainda hoje basicamente actual". Há um manifesto desejo de livre comércio e navegação, válido para os dois países, com iguais direitos e deveres.

encarrega o autor de *Catão*, de redigir o texto do futuro tratado;⁶ prontamente, a 28 do mesmo mês, Garrett faz-lhe chegar uma missiva, na qual aponta o que considera deverem ser as bases do entendimento, pressupondo recíproca liberdade de comércio e navegação, contendo uma cláusula de nação mais favorecida; salvaguardando as excepções de Portugal a favor do Brasil e dos Estados Unidos a favor da França; contemplando a extensão às colónias ultramarinas e condicionalmente a outros casos; garantindo a reciprocidade de admissão de agentes consulares e de direitos e funções dos mesmos cônsules; prometendo a extradição dos desertores das tripulações e a protecção dos residentes; acautelando pedidos de asilo de vítimas de pirataria, ataques inimigos ou temporais; estabelecendo regimes especiais: para o vinhos portugueses e para o comércio com países neutrais, em casos de conflito. Tomemos as suas próprias palavras, para conhecermos as circunstâncias em que o processo se desenrolou:

Por este tempo lhe foi encarregada uma difícil e laboriosa comissão, cujo objecto desde 1822 tinha sido encetado muitas vezes por diversas pessoas, mas nunca pudera concluir-se. O governo dos Estados Unidos o desejava e solicitava a muito concluir connosco pelos membros mais influentes, de ambos os lados, o governo resolveu entabular as negociações, e o Sr. Garrett foi nomeado plenipotenciário de S. M. para este fim.

Pouco partidista dos tratados de privilégios e favores, que, na sua opinião, têm sido a morte do país, e a ruína da indústria, sem nenhuma grande vantagem sólida para a agricultura e comércio, entendeu contudo, que um tratado sobre bases gerais de sincera reciprocidade, feito com aquela potência, que dificilmente poderá, nunca influir em nossa política, nem exercer sobre nós nenhuma preponderância opressiva, podia servir de alguma coisa, e principalmente concorrer muito para fixar os princípios de direito comercial internacional, que tão transtornados têm sido sempre em nossas relações com os países estrangeiros. Com este intuito aceitou pois a honrosa missão, e a desempenhou com aprovação completa do governo, e das cortes, que sancionaram o seu trabalho.⁷

Com efeito, depois de seis semanas de difíceis negociações, a 26 de Agosto de 1840, Garrett e Edward Kavanagh chegam a acordo. Seguiu-se o debate parlamentar, que se estendeu por mais de nove meses, até Março de 1841, e no qual Garrett, mais uma vez, brilhou pela eloquência e solidez dos argumentos. Após o final do debate, foram os catorze artigos do Tratado de Comércio e

⁶ Em *Garrett Diplomata* (p. 62), Ferreira Lima menciona as datas deste tratado: “Em 2 de Julho de 1840 foi escolhido, como plenipotenciário, para negociar o tratado de comércio e navegação com os Estados Unidos da América. Este tratado assinado em 26 de Agosto daquele ano e ratificado em 20 de Janeiro de 1841, só na sessão de 13 de Fevereiro foi apresentado às côrtes.”

⁷ J. B. de Almeida Garrett, *Obras Completas* – vol. III. Empreza da História de Portugal, Lisboa, 1904.

Navegação publicados na íntegra, no periódico *O Português*, a 2 de Março de 1841⁸. Aprovada a redacção do texto pelo Senado norte americano, em 5 de Março do mesmo ano, é ratificado por Lisboa três dias depois e, por fim, a 23 de Abril em Washington. Vencida estava, pois, esta etapa. O corolário da sua carreira diplomática acontecerá em 4 de Março de 1852, ao tomar posse como Ministro dos Negócios Estrangeiros. Apesar de ter permanecido no cargo apenas até 17 de Agosto do mesmo ano,⁹ o ilustre Par do Reino deixou as suas marcas, principalmente como homem da cultura, mas também como profundo conhecedor de política económica, mostrando-se mais uma vez capaz de fazer muito em pouco tempo. Desses escassos cinco meses, ficaram diversas convenções; a saber: com a França, uma comercial e outra sobre direitos de autor; com o Brasil, outra convenção sobre direitos de autor; com a Bélgica e com a Espanha, convenções postais, sendo que, no caso desta última, passa a haver um serviço de mala-posta diário. Para além da resolução do processo do *General Armstrong*¹⁰, que se arrastava havia quase quarenta anos, o visionário autor de *Catão* pugnaria ainda por uma tripla aliança entre Portugal, Espanha e França, com vista à construção de um caminho de ferro internacional, que ligaria Lisboa a Paris, passando por Madrid. Até quase ao fim da sua vida, o Visconde de Almeida Garrett remeter-se-ia ao Tribunal Superior do Comércio e ao Conselho Ultramarino, ocupando-se na elaboração do regimento da administração da justiça nas províncias ultramarinas e de um projecto de lei de bases da reforma administrativa. Entretanto, muita coisa ainda iria suceder na vida do ilustre tribuno.

Em Janeiro de 1841, Garrett muda a sua residência para a Rua do Alecrim, onde se instala com Adelaide Pastor Deville e a sua filha Maria Adelaide, recém-

⁸ *O Português*, n.º 61, 2 de Março de 1840: neste Volume, p. 61-68. *O Português* foi impresso em Lisboa, entre 14 de Dezembro de 1840 e 1 de Abril de 1841, num total de oitenta e cinco números. Apud VARGUES Isabel Nobre e CABRAL, Luís, *Garrett Jornalista*. Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1999, p.40. Estes autores identificam Garrett como redactor deste periódico, no entanto dão-no apenas como autor do Tratado.

⁹ Em “Garrett no liberalismo”, opina Maria de Fátima Bonifácio: “(...) quando chegou a ministro dos Estrangeiros (...) foi obrigado a demitir-se ao cabo de escassos seis meses, por alegadamente ter exorbitado dos seus poderes na negociação de um tratado com a França”: MONTEIRO, Ofélia Paiva (coord.), *Sociedade e ficção. Garrett – Romantismo histórico – Júlio Dinis*. Centro de Literatura Portuguesa, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007, p. 9.

¹⁰ Sobre os pormenores deste processo, consultar Duarte Ivo Cruz, *GARRETT e os Estados Unidos da América*, Parte III.

nascida. No mesmo ano, redige *O Alfageme de Santarém*¹¹ e publica uma edição conjunta de *Méroe* e de *Um Auto de Gil Vicente*, acompanhado de um prefácio doutrinal. Porém, estava esse ano destinado a ser um marco trágico na vida do dramaturgo. Pouco tempo depois de ver promulgados os novos e ampliados Estatutos do Conservatório Real de Lisboa,¹² que redigira, vê-se demitido,¹³ simultaneamente, da vice-presidência da mesma instituição,¹⁴ assim como dos seus cargos de Cronista-mor do Reino e de Inspector Geral dos Teatros e Espectáculos Nacionais, como resultado imediato do seu célebre discurso proferido durante a sessão em que se discutia a Lei da Décima, no qual critica abertamente a actuação do ministro da Fazenda, o futuro Duque d'Ávila. Como se tal não bastasse, esse mês de Julho de 1841 não acabaria sem outras duas perdas bem maiores: sua mãe, D. Ana Augusta de Almeida Leitão, a 18, e a sua bem amada Adelaide, a 26, com apenas vinte e dois anos e deixando-lhe a única filha no berço,

¹¹ No entender de Duarte Ivo Cruz, seria esta “a menos interessante das peças históricas de Garrett. Mas mesmo assim: a expressão musical pode encaminhar para um registo brechtiano, numa encenação ambiciosa, ou pelo menos para uma opereta. De facto, a peça perde-se num torvelinho de coros e tiradas patrióticas, marcadas ainda por queixas e reparos históricos, onde encontramos o recorrente queixume do autor. E por outro lado, o tratamento dramático da crise de 1383 conduz a um liberalismo ‘pré-industrial’ do protagonista, que poderia ser nobre mas prefere ser alfageme, e, falsamente acusado de traidor, o que regista e sobretudo lamenta são os malefícios da guerra na economia:

ALFAGEME – De quem é a liberdade senão do povo? Porém, todos juram pela liberdade do povo, quando precisam dele (...) Que me quereis vós: que vos devo eu? (...) Dizei. Olhai para essas oficinas! Abandonadas, desertas. Essas forjas há dois anos apagadas! Esses armazéns vazios! Minha fazenda gasta, consumida. Em quê? Em vos sustentar com essas armas na mão. Essas que eu vos dei...”: *Os Políticos e o Teatro. Governantes-Dramaturgos e Dramaturgos-Governantes de Garrett aos nossos dias*, p. 20.

¹² Segundo estes novos Estatutos (ainda que Garrett já tivesse redigido um regulamento, diz-nos Duarte Ivo Cruz, “extremamente detalhado, que cobre praticamente todas as áreas, desde o apoio social aos alunos através de um investimento de bolsas, até ao funcionamento dos concursos de dramas, contendo também a estrutura curricular do ensino das Escolas de Declamação, de Dança e de Música.”: AAVV, *Conservatório Nacional – 150 Anos de Ensino de Teatro. Homenagem a Almeida Garrett*, p. 60), “logo no primeiro dos cento e nove artigos, é anunciada a nobre missão do Conservatório Real de Lisboa: ‘restaurar, conservar, e aperfeiçoar a literatura dramática e a língua portuguesa, a música, a declamação, e as artes mímicas’; promover ‘o estudo da arqueologia, da história, e de todos os ramos da ciência, de literatura e de arte que podem auxiliar a dramática’. Para atingir estas finalidades, o Conservatório organizará conferências e reuniões literárias e artísticas, fará publicar os seus trabalhos na imprensa, exercerá a censura sobre os teatros e, naturalmente, desenvolverá actividades consentâneas nas suas escolas.”: FERREIRA, Maria Gabriela Ferreira, *Jornal do Conservatório: Comédia e Drama de Almeida Garrett*, pp. 41-42.

¹³ O Decreto de demissão é assinado pelo ministro Joaquim António de Aguiar, no próprio dia 15 de Julho de 1841.

¹⁴ Recorde-se que, conforme consta do n.º 7 do *Jornal do Conservatório*, por proposta do Conselheiro Almeida Garrett e com a anuência dos restantes membros da instituição, em 13 de Janeiro de 1840, a presidência honorária do Conservatório Geral de Arte Dramática fora oferecida ao Rei-consorte, D. Fernando de Saxe-Coburgo-Götha, motivo pelo qual passou a ser denominado Conservatório Real de Lisboa.

com pouco mais de seis meses. Para refrigério de tais infortúnios – mesmo mantendo o seu lugar no parlamento, na bancada da oposição após a ascensão de António Bernardo da Costa Cabral, no início de 1842, e consequente restauração da Carta ¹⁵ –, Garrett mergulhou febrilmente na literatura, redigindo, indubitavelmente, as suas obras de consagração. Será o ano da estreia de *O Alfageme de Santarém*, no palco da Rua dos Condes, enquanto outras publicações estavam já na calha. Pelo meio, vai fazendo algumas intervenções parlamentares, mais ou menos inflamadas, consoante o assunto ou a ocasião.

Alguns meses depois da publicação, n' *O Português*, do *Tratado entre o Governo de Sua Majestade Fidelíssima e o dos Estados Unidos da América*, é a vez da *Notícia necrológica do ministro António Manuel Lopes Vieira de Castro*¹⁶, no n.º 543 d' *A Revolução de Setembro*¹⁷, de 21 de Setembro de 1842. Aliás, como personagem poliédrica e de multifacetados interesses, João Baptista de Almeida Garrett não deixou de lado nenhum tipo de escrita e de todas restam testemunhos na imprensa periódica coeva. Muito em voga estavam os elogios fúnebres e o autor de *Camões* molhou a sua pena nos seus sentimentos mais recônditos, ou mais à flor da pele, para elogiar figuras históricas que admirava e sobretudo amigos, assumindo os textos matizes diferentes, consoante a pessoa em questão. No caso do Ministro António Manuel Lopes Vieira de Castro teve como principal intuito convidar o maior número possível de pessoas a assistir ao seu ofício fúnebre, cujo local, data e hora era indicada na *Notícia Necrológica*, a qual não deixa de conter algumas palavras elogiosas sobre o defunto conselheiro. Descrito como merecedor de estima e sem inimigos, apenas adversários a quem respeitava, “sua alma grande e generosa nunca soçobrou no meio dos perigos”. Mas uma doença repentina, de “carácter maligno”, “privou a coroa de um leal conselheiro, muitos portugueses de um bom e fiel amigo, o partido setembrista de um dos seus mais distintos e

¹⁵ Antes de ser reeleito deputado, desta feita pela região da Estremadura, o literato tribuno integraria um grupo de quarenta e sete subscritores de uma petição, solicitando a manutenção da Constituição de 1838; contudo, tal não foi atendido e a Carta manter-se-ia em vigor até à Regeneração.

¹⁶ Foi Henrique Ferreira Lima quem atribuiu este texto não assinado a Garrett. Apud VARGUES Isabel Nobre e CABRAL, Luís, *Garrett Jornalista*. Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1999, p. 40.

¹⁷ Fundado pelos ilustres aveirenses, José Estêvão Coelho de Magalhães e Manuel José Mendes Leite, este jornal inicialmente afecto ao núcleo setembrista aderiu à Regeneração, em 1851. Dirigido por António Rodrigues Sampaio e impresso na Tipografia de J. B. de A. Gouveia, este título foi dos mais longevos da sua época (1 de Junho de 1840 – 1 de Janeiro de 1892): *ibidem*.

virtuosos caracteres, e a nação toda de um cidadão honesto, a quem adornavam as mais relevantes qualidades, a quem incendiava o mais ardente amor pela prosperidade da sua pátria”.¹⁸

Ora, esse mesmo amor à pátria foi também a força que fez mover o autor de *Folhas Caídas*, demonstrando-o das mais diversas formas, mas sempre consciente que só uma população bem formada seria capaz de ser livre. Ainda que as suas intenções pedagógicas estejam semeadas pelos inúmeros periódicos da época, não apenas nos que fundou, como também naqueles em que apenas colaborou, a *Revista do Conservatório Real de Lisboa*, parte das *Memórias do Conservatório Real de Lisboa*, e o *Jornal do Conservatório*, como já vimos, são daqueles que melhor testemunham a pedagogia garrettiana. Depois de, na *Revista do Conservatório Real de Lisboa*¹⁹, ter publicado o Relatório de 12 de Novembro de 1836²⁰ e o seguinte Decreto de 15 de Novembro de 1836, pelo qual foi criado o Conservatório Geral de Arte Dramática, o Inspector Geral dos Teatros dá a conhecer um ofício ao Ministério do Reino²¹, propondo e pedindo providências para a instalação das Escolas do Conservatório. Tendo já conseguido obter o mais difícil, mestres e directores, nomeadamente João Domingos Bomtempo e Mr. Paul (“um dos mais eminentes actores do Ginásio de Paris”), respectivamente para a direcção da Escola de Música e para a Escola Dramática²², bem pouco mais pedia, mas sem o qual nada poderia funcionar. Na verdade, ficava a faltar “uma casa para nela se colocar o Conservatório”, a qual deveria situar-se numa zona central, como veio a

¹⁸ *A Revolução de Setembro*, N.º 543, de 21 de Setembro de 1842: p. 70 do presente Volume.

¹⁹ Partindo do princípio que o teatro é “o livro dos que não têm livros” e uma biblioteca popular, “que deve ser feita com mais escrupulosa selecção do que qualquer outra, porque tem mais leitores e em geral menos instruídos”, a *Revista do Conservatório Real de Lisboa* tinha três objectivos: coordenar e arquivar a história da arte e os trabalhos da inspecção geral dos teatros e do Conservatório, desde 15 de Novembro de 1836; “historiar a marcha contemporânea do nosso teatro e dos estrangeiros”; “tratar todas as questões de arte, de literatura e de ciência que podem ter relação com a dramática”. Publicada apenas em 1842, prevendo-se que saísse na primeira Quinta-feira de cada mês, saíram somente dois números, dado o seu autor ter sido demitido dos cargos que detinha.

²⁰ O Relatório, contido no primeiro número da *Revista*, pode ser lido nas pp. 125-127 deste Volume e é seguido pelo crucial Decreto de 15 de Novembro de 1836, pp. 127-129.

²¹ *Idem*, pp. 129-131.

²² Refere o autor do ofício: “Não me tenho ainda ocupado da Escola de Dança, porque aquelas duas primeiras são as mais reclamadas pela necessidade ou antes penúria de nossos teatros; e quisera vê-las ao menos em algum começo de organização antes de dividir cuidados para outra parte.”: *idem*, p. 130.

ser o caso do Convento dos Caetanos²³. No mesmo ofício, Garrett prometeu “um plano d’Estatutos para o Conservatório, (...) trabalhado sobre os de Paris, Milão e Londres”, acomodados à “nossa pequena escala e circunstâncias especiais d’economia”²⁴, assim como uma lista de professores para os diferentes ramos de ensino, para preparar a nova companhia de actores do futuro teatro nacional, tal como previa o Decreto de 15 de Novembro:

A organização do Conservatório, além de suas vantagens intrínsecas, terá de mais a mais a de me dar ânimo para promover a efectiva associação das pessoas zelosas, que já ofereceram unir-se para a construção dum Edifício, em que decentemente se possam representar os dramas nacionais.²⁵

Assim foi escrevendo Garrett e 1843 foi um ano notavelmente prolífico. Será o ano da produção da mais original obra-prima do teatro romântico português, que, pela sua peculiaridade, elevou definitivamente o seu autor a um lugar cimeiro na história do teatro europeu. Falamos, obviamente, de *Frei Luís de Sousa*,²⁶ erguido, num clima de incerteza socio-histórica, sobre os escombros da

²³ Sobre os contornos da instalação do Conservatório no Convento dos Caetanos, já nos debruçámos em *Jornal do Conservatório: Comédia e Drama de Almeida Garrett*, p. 37 e seguintes.

²⁴ “Ofício do Inspector Geral dos Teatros ao Ministério do Reino”, neste Volume, p. 130.

²⁵ Ibidem. Tudo isto já tivemos ocasião de lembrar no Volume II, quando nos referimos à criação do Conservatório, para o qual remetemos.

²⁶ Acerca de Frei Luís de Sousa e da sua simbologia, assim escreveu Eduardo Lourenço: “O drama de Garrett Frei Luís de Sousa é fundamentalmente a teatralização de Portugal como povo que só já tem ser imaginário (ou mesmo fantasmático) – realidade indecisa, incerta do seu perfil e lugar na História, objecto de saudades impotentes ou pressentimentos trágicos. Quem responde pela boca de D. João (de Portugal...), definindo-se como ninguém, não é um mero marido ressuscitado fora de estação, é a própria Pátria. O único gesto positivo, redentor; do seu herói (Manuel de Sousa Coutinho) é deitar fogo ao Palácio e enterrar-se fora do mundo, da História. Interpretou-se (à superfície) o Frei Luís de Sousa em termos de puro melodrama psicológico, de pura contextura romântica – o que também é, naturalmente – mas o autêntico trágico que nele existe é de natureza histórico-patriótica. É ao passado e no passado – mas por causa do presente, como Herculano – que o cidadão, o autor; o combatente liberal e patriota Almeida Garrett dirige a interrogação, ao mesmo tempo pessoal e transpessoal: ‘que ser é o meu, se a pátria a que pertenço não está segura de possuir o seu?’.”: in *O Labirinto da Saudade: Psicanálise mítica do destino português*, pp. 97-98. Nota-se, pois, algum desânimo, quase que uma falta de esperança quanto ao futuro de Portugal, periclitante sob os barões do cabralismo, apenas uma sombra do que já fora, tal como sob o domínio filipino, e que a todo o momento poderia de novo soçobrar. Por isso Eduardo Lourenço nos fala desse “sentimento de fragilidade ôntica relativo à existência pátria durante todo o século XIX, a consciência de uma permanente ameaça, [atingindo] proporções que hoje nos parecem absurdas, descabeladas (românticas, no sentido desorbitado da expressão), mas as suas ondas de choque vão contaminar quase todas as grandes manifestações literárias capitais do século, de Garrett a Pascoaes.”: idem, p. 91. Aliás, no entender de Agustina Bessa-Luís, depois de uma fase de consolidação do Estado, culminando em “D. João I e a sua geração de príncipes”, Portugal “começa a tender para a dissolução.”: *Imaginação Moral do Português no Mundo*, in Alexandre Alves Costa, *Sentido ou falta de sentido do Ser Português*, p. 8. Até porque, opina Alves Costa, no caso português, “o factor político terá sido e, provavelmente, continua a ser, o mais

sua doce harmonia familiar e dado a conhecer, a 4 de Julho, no teatrinho da Quinta do Pinheiro,²⁷ interpretando o próprio dramaturgo o fiel Telmo, personagem de charneira entre dois tempos, onde confluem um passado nebuloso e um presente incerto, falho de esperança, que adivinha um futuro cheio de instabilidade e de sombras. Apesar de tudo, Garrett não era pessoa para desistir e duas semanas depois empreenderá a viagem até ao vale de Santarém,²⁸ génese de *Viagens na*

determinante na formação de uma identidade nacional.”: idem, p. 10. Ora, não esqueçamos que, em 1843, Portugal não estava exactamente na sua melhor fase, caminhando-se a passos largos para um período de novas convulsões socio-políticas, como as revoltas da Maria da Fonte e da Patuleia, ao fim e ao cabo, motivadas por dissensões entre cartistas e setembristas.

O que é certo é que *Frei Luís de Sousa*, no conjunto da dramaturgia garrettiana, “atinge um auge de qualidade, em parte porque concilia, de forma notável e por vezes magistral, o romantismo com a disciplina clássica e o despojamento da tragédia. E isto, num contexto ideológico que doseia o núcleo duro do patriotismo e da independência, com expressões da modernidade como Garrett a entendia. Nesse aspecto, um personagem curioso será Telmo Pais, que concilia o seu passadismo sebastianista, que partilha com Maria, com a atenção à pregação reformista ‘daquele mercador inglês da Rua Nova que (lhe) diz coisas que (lhe) quadram’, apesar de ‘o homem ser um herege desta seita nova da Alemanha ou Inglaterra’...”: Duarte Ivo Cruz, *Os Políticos e o Teatro. Governantes-Dramaturgos e Dramaturgos-Governantes de Garrett aos nossos dias*, p. 23. Para este autor, o sebastianismo é “o grande protagonista oculto da peça”: “Não vem D. Sebastião, mas vem o Romeiro. E o notável doseamento que Garrett alcança, entre o romantismo mais acabado e a disciplina e rigor da tragédia clássica, tem dois grandes momentos no interrogatório de Madalena ao Romeiro/ D. João de Portugal e na fala final de Maria quando morre ‘de vergonha’.”: idem, p. 24. O interrogatório a D. João vai configurando uma fatalidade, que se concretiza na catástrofe final, quando Maria morre ‘de vergonha’ e os pais deixam o mundo e remetem-se à escuridão conventual.

²⁷ Houve, aliás, segundo parece, uma edição especial para os intérpretes do drama: “Diz a tradição que Garrett fizera uma tiragem destinada somente aos intérpretes do seu drama (...), [mas] os principais intérpretes foram oito: D. Emília Cruz de Azevedo, D. Maria Conceição de Sá, Joaquim José de Azevedo, António Pereira da Cunha, Duarte Cardoso de Sá, António Maria de Sousa Lobo, Duarte de Sá Júnior e Almeida Garrett. Parece portanto que os exemplares deviam ser oito (...): ‘O autor do *Manuel de bio-bibliographie des femmes célèbres* (*Suplement*, Paris, 1900), referindo-se a esta edição, e citando o meu volume, diz que ela foi de trinta e quatro exemplares’. O que o sr. Teófilo Braga repetiu (...): ‘Consta que a tiragem fora de trinta e quatro exemplares, para serem distribuídos pelas pessoas que representavam o drama. É por isso raríssima’. O *Manuel de bibliographie biographique et de iconographie des femmes célèbres par un vieux bibliophile* (*Aglauro Ungherin*) diz o seguinte (...), no pequeno artigo que consagra a *Madeleine de Vilhena* e citando o *Frei Luís de Sousa* (...): ‘Tiré seulement à 36 ex. (e não 34) dont un est possédé par M. J. De Araújo’. Não sabemos em que se funda o autor para fixar a tiragem naquele n.º de exemplares. (...) Nós conhecemos apenas oito (...).”: LIMA, Henrique de Campos Ferreira, *Subsídios para a Bibliografia Garretteana (notas acerca de algumas variantes garretteanas)*. Academia das Ciências de Lisboa, 1917, p. 6.

²⁸ Como bem observou Álvaro da Costa Pimpão, quando “o Autor das *Viagens*, no dia 17 de Julho do ano da graça de 1843, ao dar as seis da manhã em S. Paulo, embarcava no Terreiro do Paço, Tejo arriba, direito a Santarém, já uma grande revolução interior se operara nele, e não será temerário supor que a razão profunda desta mudança estava na morte recente da mãe de sua filha, e perante a qual, o homem *bom* que a natureza criara nele, se viu de súbito preso nas algemas que a sociedade lhe forjara. E o homem *bom*, mas impotente, rugiu de dor, e criou *Frei Luís de Sousa*, onde há uma jovem que *morre de vergonha*... Fora dado um grande passo para a sinceridade na obra de Arte, e para a eliminação da retórica e poética românticas que, a despeito da fórmula de Garrett, ameaçavam instituir-se sobre os destroços da retórica e da poética clássicas. Acrescente-se, para cabal compreensão do estado de consciência de Garrett, ao iniciar a sua jornada pela terra ribatejana, que ele se encontrava no fastígio da sua glória de Escritor (...) e de político, então na

minha Terra, inicialmente publicadas em folhetim, na *Revista Universal Lisbonense*. Terá ainda fôlego para preparar e fazer sair o primeiro volume do *Romanceiro* e de, no contexto da Associação de Artistas e Homens de Letras, lançar o *Jornal das Belas-Artes*. Debruçar-nos-emos, antes, sobre os artigos publicados na *Revista Universal Lisbonense*²⁹, a mesma em que Almeida Garrett, ao mesmo tempo que esboçava o exemplar *Frei Luís de Sousa*³⁰ e se destacava activamente como tribuno,

oposição.”: *Gente Grada*, p. 3. É ainda o mesmo autor que se refere à problemática, à época levantada, sobre as verdadeiras intenções subjacentes à partida de Garrett para o Vale de Santarém: “Como grande figura do tablado político que era, a viagem de Garrett, logo conhecida, e dado o seu destino, levantou suspeitas. A maré da discórdia entre cartistas, então no poder, e setembristas, e que daí a meses iria extravazar na revolta de Torres Novas, ia já muito alta. Garrett, setembrista, ia para casa do seu chefe político, Manuel Passos: nenhuma dúvida, portanto, de que ia conspirar. À medida que iam saindo os capítulos das *Viagens*, os partidários do governo supunham ver confirmadas as suas suspeitas, e acumulavam provas, recortando na narrativa todas as alusões do Autor à situação política. (...) [Certamente por esse motivo, Garrett suspendeu a publicação na *Revista Universal* e só a ela voltou quando já não era Castilho, mas Silva Leal, o redactor da mesma]

Seria, de facto, *político*, o motivo que levava Garrett ao Ribatejo? (...)” [as opiniões divergem, mas é o próprio Garrett que nos diz ser fruto de um convite de Passos Manuel, para conhecer Santarém. Terá sido só isso?]: *idem*, pp. 4-5. Mas também as *Viagens* foram ao encontro de uma necessidade de fazer verter sobre o papel toda a mágoa que lhe ia na alma: “Esta capacidade das coisas ou dos objectos para servirem de pasto à vida interna do Poeta, de estimularem a sua actividade e de alimentarem a própria deleitação, é, se não me engano, o primeiro grande dado romântico das *Viagens*.”: *idem*, p. 8.

Sobre a interrupção da publicação das *Viagens*, na *Revista Universal*, Sérgio Nazar David é peremptório: “A interrupção teve carácter claramente político. Só em 1845 a publicação seria retomada. No entanto, antes da interrupção, em Dezembro de 1843, havia pequenas notas assinada pela redacção que parecem querer retirar as *Viagens* do incómodo lugar de ‘obra política’, o que só demonstra que o cabralismo reagia nos bastidores. Uma das notas traz: ‘Os que tomarem a política pelo caroço deste fruto literário, comam-no deitando fora o caroço; – os que a julgarem casca, comam-no sem a casca; – os que a tomarem pela polpa, não o comam – e temos correntes as nossas contas.’ (*Revista Universal Lisbonense*, 16 de Novembro de 1843)”: in AAVV, *Literatura, história e política em Portugal (1820-1856)*, p. 139.

²⁹ Fundada por uma sociedade de estudiosos, a *Revista Universal Lisbonense: jornal dos interesses físicos, morais e literários* foi publicada pela Imprensa Nacional, de 1 de Outubro de 1841 a Agosto de 1859, e contou com António Feliciano de Castilho como seu redactor principal.

³⁰ Diz-nos Gomes de Amorim: “desde fins de Março até princípio de Abril desse ano de 1843, começou e concluiu o maior monumento que existe no teatro português – *Frei Luís de Sousa*. Na conferência do Conservatório, em 6 de Maio, apresentou o drama e leu a memória que lhe serve de prólogo, explicando as suas opiniões e ponto de vista ao traçar aquela obra tragico-dramática (...). Diz que fizera o seu primeiro estudo sobre o homem antigo na antiga sociedade, com o *Catão*; que *D. Branca* fora apenas tentativa, encolhida e tímida, para espreitar o gosto do público português, e ver se nascia o género, se os nossos escritores moços adoptavam aquela bela forma, entravam por nossa antiga história a descobrir campo, a colher pelas ruínas de nossos tempos heróicos os tipos de uma poesia mais nacional e mais natural. O *Camões* levou o mesmo fito e vestiu as mesmas formas, bem como os ensaios de poesia popular na *Adozinda* – falar ao coração e ao ânimo do povo, pelo romance e pelo drama: “Este é o século democrático: tudo o que se fizer há-de ser pelo povo e com o povo... ou não se faz”. Depois de ter exposto bem as suas ideias, termina, declarando que provavelmente seria aquele o seu último trabalho literário, porque protestara consagrar o resto da vida a escrever a crónica de D. Pedro IV; e que se despedia com saudade da amena literatura, que fora o mais querido folguedo de sua infância, o mais suave enleio da sua juventude e o passatempo mais agradável e refrigerante dos primeiros e mais agitados anos da sua hombridade.”: *Garrett – Memórias Biográficas*, vol. III, p. 67-68. Não foi o seu último trabalho e, em

na bancada da oposição, como o atestam os seus discursos parlamentares,³¹ foi levando ao conhecimento do público, com o maior sucesso e aplauso, a sua obra perene e magistral – *Viagens na minha Terra* –, publicada parcelarmente, a partir de 1843.³² Trata-se de uma obra multifacetada, quão poliédrico é o génio do seu criador, que nessa criação de carácter híbrido, ao abranger múltiplos géneros e modos literários, estabeleceu mais um ponto de síntese e, acima de tudo, onde plasmou os seus conhecimentos e valores profundos, revelando a maior coerência, amadurecida pela vasta experiência e pelos inúmeros transes da vida. Ao iniciar a leitura de *Viagens na minha Terra*,³³ logo nos apercebemos que não estamos

Frei Luís de Sousa e na Memória ao Conservatório, Garrett empunha a bandeira civilizacional e patriótica contra as sombras do passado que ressurgiam e assim poderiam pôr a perder os esforços de uma geração; reconhece o aspecto 'indefinido' e inacabado da sociedade e da literatura que se fazia; coloca o drama e o romance em lugar de destaque num novo tempo no qual ainda se apostava, 'o século democrático'; advoga para o escritor, 'o literato', um papel fundamental e central no jogo cambiante das forças sociais.”: Sérgio David, in AAVV, *Literatura, história e política em Portugal (1820-1856)*, p. 140. De resto: “ambas evocam os esforços de Garrett para que a experiência liberal sobrevivesse e fosse adiante, apesar das atribulações por que vai passando ao longo do turbulento reinado de D. Maria II.”: idem, p. 138.

³¹ Ainda no vol. III de *Garrett – Memórias Biográficas*, concretamente nos dois primeiros capítulos, Francisco Gomes de Amorim elenca todo um conjunto de intervenções de João Baptista, no Senado, ficando ainda bem vincadas as atitudes adversas que tantas vezes teve de enfrentar. No mesmo volume, o seu biógrafo e mais devotado amigo informa-nos sobre outras actividades do vate, nesse Verão de 1843: “Quase todo o verão desse ano foi consumido em excursões de artista e de poeta: ora em Benfica, ora em Campolide, em Belém, Linda-a-Pastora, na Cruz Quebrada, Oeiras, Cascais, e Sintra, por toda a parte andou procurando fragmentos de romances populares, conservados pela tradição oral do povo. A pretexto de ares e de banhos, prosseguia nessas buscas, retemperando-se constantemente no amor das coisas nacionais, que inspiraram todas as suas obras.” (p. 70). A 17 de Julho do mesmo ano de 1843, empreenderia a sua viagem pelo vale de Santarém, conforme o atestam as *Viagens na minha Terra*.

³² De acordo com as palavras introdutórias dos editores da primeira edição integral de *Viagens na minha Terra*, em 1846, “... vendo a popularidade extraordinária que ela tinha alcançado quando publicada em fragmentos na *Revista*, entenderam fazer um serviço às letras e à glória do seu país, imprimindo-a agora reunida em livro, para melhor se poder avaliar a variedade, a riqueza e a originalidade de seu estilo inimitável, da filosofia profunda que encerra, e sobretudo o grande e transcendente pensamento moral a que sempre tende, já quando folga e ri com as mais graves coisas da vida, já quando seriamente discute por suas levandades e pequenezas. As *Viagens na minha terra* são um daqueles livros que só podiam ser escritos por quem, como o autor de *Camões* (...) e de tantas produções de tão variado género, possui todos os estilos e, dominando uma língua de imenso poder, a costumou a servir-lhe e obedecer-lhe; – por quem com a mesma facilidade sabe orar na tribuna, entra no gabinete nas graves discussões e demonstrações da ciência – voa às mais altas regiões da lírica, da epopeia e da tragédia, lida com as fortes paixões do drama, e baixa às não menos difíceis trivialidades da comédia; – por quem ao mesmo tempo, e como que mudando de natureza, pode dar-se todo às mais áridas e materiais ponderações da administração e da política, e redigir com admirável precisão, com uma exacção ideológica, que talvez ninguém mais tenha entre nós, uma lei administrativa ou de instrução pública, uma constituição política, ou um tratado de comércio.”: *Viagens na minha Terra*, Tipografia da Gazeta dos Tribunais, Lisboa, 1846, Tomo I, p. V-VI.

³³ Debruçar-nos-emos sobre a edição de 1846, já devidamente corrigida e actualizada pelo seu autor, pois que, “por fazer mais digna da sua reputação esta segunda publicação da obra, o autor prestou-se a dirigi-la ele mesmo, corrigiu-a, aditou-a, alterou-a em muitas partes, e a ilustrou

perante uma mera crónica de viagens, ou de impressões de viagem, tão em voga naquela época,³⁴ que o autor relata informalmente ao “benévolo leitor”;³⁵ antes nos

com as notas mais indispensáveis para a geral inteligência do texto: de modo que sairá muito melhorada agora do que primeiro se imprimiu.”: idem, p. VIII.

³⁴ “Foi sempre ambiciosa a minha pena: pobre e soberba, quer assunto mais largo. Pois hei-de dar-lho. Vou nada menos que a Santarém: e protesto que de quanto vir e ouvir, de quanto eu pensar e sentir se há-de fazer crónica.”: idem, p. 2.

³⁵ A vasta abrangência de *Viagens na Minha Terra* também a notou Carlos Reis, em “De Garrett a Eça: Razões da História”, ao afirmar que “a viagem a Santarém, que tem lugar em Julho de 1843, simula ser, por aquilo que no início da narração se diz, um testemunho imediatista, resolvido no registo singelo da crónica (...). E, contudo, rapidamente se percebe nas *Viagens* um propósito de aprofundamento histórico, muito para além da (falsa) opção cronística: esses aprofundamento acontece desde que se integra no relato da viagem um relato segundo, desvanecido naquele por redução de nível narrativo e situado dez anos antes dele. (...) Mas é pelo facto de essa história se articular estreitamente com factos históricos dos anos 1832 a 1834 (...) que as *Viagens*, sem serem obviamente um romance histórico, recuperam a instância da História e os problemas que ela permite equacionar, em clave ideológica. (...) Percebe-se, por fim, que certas reflexões de incidência meta-histórica formuladas ainda no início da narrativa assumem um sentido mais nítido e actuante, por assim dizer conclusivo *avant la lettre* e esboçando uma filosofia da História de filiação hegeliana (...). Sintomaticamente, a dialéctica espiritualismo-materialismo que sustenta a dita marcha civilizacional e o inerente decurso da História, ilustra-se com as figuras e com a narrativa que, em muitos aspectos, são referência matricial de todo o relato que resulta de uma viagem (...)”. Constata o mesmo autor que “o narrador ideológico não é capaz, nesse ano de 1843 em que de certa forma evoca a história recente do liberalismo, de refutar o anti-constitucionalismo de Frei Dinis (...). Em vez disso, acompanha, como ouvinte de um relato e como leitor de uma carta autobiográfica, o trajecto pessoal de uma figura, Carlos, que em si mesmo envolve o destino histórico do liberalismo, no tempo (...) da viagem e do relato-balanço do Portugal contemporâneo. E assim, a derrota moral do liberal (...) permite que o narrador da viagem e certamente também o próprio Garrett atinjam uma espécie de síntese crítica viabilizada pela análise da oposição frade-barão (...). A razão última da História (...) atinge-se, então, a partir da fundamentação explicativa que o discurso (da viagem, do seu relato e da ideologia) concretizou (...)”: in Maria de Fátima Marinho (coord.) e Francisco Topa, *Literatura e História. Actas do Colóquio Internacional*, pp. 179-180.

Na opinião de Hélder Macedo, “*Viagens na Minha Terra* é talvez a obra mais importante do Romantismo português. No entanto, (...) o problema fundamental da relação entre a sua estrutura e o seu significado ainda está longe de ter sido resolvido. Num excelente artigo publicado em Março de 1976, Ofélia Paiva Monteiro conseguiu provar que, da perspectiva da orientação ideológica que o narrador impõe a toda a narrativa, há uma ‘profunda unidade temática’ nas *Viagens na Minha Terra*. Mas a verdade é que pode haver unidade temática onde não há unidade ou mesmo coerência estrutural. E é geralmente aceite que a deliberada mistura de géneros e de estilos que compõem a obra – à maneira da *Viagem Sentimental* de Lawrence Sterne – vai de par com uma resultante falta de coesão estrutural.” Assim sendo, continua o mesmo autor, “procurarei demonstrar que as *Viagens* constituem a metáfora que já lhe chamei noutra contexto, e que a sua deliberada disjunção aparente corresponde a um significado global de que essa mesma disjunção é a organização estruturalmente necessária. Logo na primeira frase do livro Garrett sugere as segundas intenções da narrativa da sua viagem factual a Santarém, ao associá-la ao que é essencialmente uma viagem psicológica, ‘un dialogue entre mon âme et l’autre’: a irónica e também sterniana *Voyage autour de ma chambre* de Xavier de Maistre.”: in *Viagens na Minha Terra e a Menina dos Rouxinóis*, pp. 3-4. Ora, como anuncia o narrador das *Viagens* (o próprio Garrett), “nesta minha viagem Tejo-arriba está simbolizada a marcha do nosso progresso social”, na qual espiritualismo e materialismo (D. Quixote e Sancho Pança) caminham juntos, mas nunca a par, avançando sempre um adiante do outro, como fez notar Hélder Macedo, “mais como alternância linear de opostos co-existentes do que como uma polarização dinâmica de opostos complementares – o que tem mais a ver com dicotomia do que com dialéctica. Neste sentido, talvez Garrett não deva mais a Hegel do que a Jeremy Bentham (...). A filosofia social de Bentham (...) está contida na fórmula ‘the greatest happiness of the greatest number’ (...). Bentham empenhou-se, assim, na tarefa monumental de fazer

deparamos com um quadro histórico-social das primeiras décadas do Liberalismo, traçado com vibrantes pinceladas de lúcida ironia desencantada, ao verificar que o materialismo impera por aqueles tempos, governados por barões Sancho Pança, surdos aos clamores do espírito quixotesco. Aí reconhecemos o homem que amou a sua pátria, a sua língua, a sua literatura, a sua história e os seus costumes e tradições, porque os conheceu melhor do que ninguém, como português e como estrangeirado, já que os analisou à luz de diferentes perspectivas, tornadas possíveis pelas missões diplomáticas em diversos países europeus e, acima de tudo, pelos três exílios, entre Inglaterra e França, os quais, pelo imenso leque de oportunidades que abriram, se revelaram felizes infortúnios, potenciadores das enormes qualidades que detinha e que tantas vezes ficaram incompreendidas.³⁶

o mapa de toda a problemática social do seu tempo, dividindo e subdividindo os problemas e as soluções de acordo com o que chamou o princípio da 'dicotomia'.": idem, p. 5. Tendo o mesmo propósito de Bentham de mudar o mundo, Garrett procurou antes entendê-lo, para poder depois modificá-lo, e foi através da dicotomia espiritualismo-materialismo que o autor de *Viagens* procurou explicar a situação cultural, política e social de Portugal seu contemporâneo, incapaz de progredir, pois que, ora são os absolutistas a impedir a evolução dos liberais, ora os liberais a truncar a acção dos absolutistas, neutralizando-se mutuamente nas suas acções. Nesta sequência, surge a novela do Vale de Santarém, na qual as personagens de Carlos e Frei Dinis "representam duas fases antinómicas do progresso social – o Antigo Regime e o Regime Liberal, com o materialismo e espiritualismo de ambos sucedendo-se em cada um em ordem inversa (...)": idem, p. 8. De mais a mais, a "relação semântica entre a situação sentimental de Carlos e a situação social do País é, assim, acentuada pela própria sequência do seu destino. Por implicação, o idealismo que o fez adoptar a causa liberal também era narcísico, apaixonou-se pelo liberalismo, lutou por ele, mas não soube servir numa consequente acção concreta. (...) Trata-se, afinal, do mesmo erro que Garrett apontou aos liberais de 1820 em *Portugal na Balança da Europa*, quando os acusa de não terem sido capazes de agir de acordo com os seus próprios ideais, e de por isso terem traído o povo e a revolução que pretendiam estar a fazer em seu nome.": idem, p. 9.

³⁶ Precisamente por notar essa incompreensão e os seus efeitos, na advertência de *Frei Luís de Sousa*, constatou Garrett: "Na tribuna e no foro, nos teatros e nas academias, nas assembleias do povo e nos palácios dos reis, em toda a parte lhe têm cortado dessas palmas que verdejam um dia, que hoje dá o favor, que amanhã tira a inveja; que, enquanto estão no viço, fazem curvar o joelho ao vulgo dos pequenos, e ao vulgo – muito mais vulgo – dos grandes; mas que em secando, no outro dia, são açoite que empunha logo a vingança desses cobardes para se vingarem nas costas do que os humilhou, e a quem não perdoam o tempo que estiveram de joelhos... coitados!": *Garrett – Memórias Biográficas*, vol. III, p. 69-70.

Sobre as influências estrangeiras mas a propósito de *Frei Luís de Sousa*, contemporâneo das *Viagens*, chamamos a atenção para a análise crítica que fez Osório Mateus a uma tradução de Claude Henri-Frêches, tão ao encontro da própria concepção garrettiana de tradução [diz-nos Garrett, no n.º 6 do *Jornal do Conservatório* – "Traduzir perfeitamente originais excelentes é tarefa sobremaneira difícil; pois que a maior parte das traduções parecem aquelas tapeçarias, que vistas pela parte posterior deixam perceber as figuras, que nelas se desenham; mas tão trançadas e cheias de fios, que diriam serem apenas simples esboços" (nosso Volume II, pp. 180-181). No Suplemento do mesmo *Jornal*, p. 485 do nosso Volume II, diz-nos que as traduções "por óptimas que forem, sempre terão de ser péssimas, porque as não pensou um português com ideias portuguesas, para actores portugueses, com estilo, côr, verdade, tom e sabor que o artista compreenda bem, e o público sintá, e se veja viver nelas."]:

Depois da divulgação de *Viagens na minha Terra*, será a vez de referirmos um conjunto de quatro artigos sobre a Poesia Nacional, também eles publicados na *Revista Universal Lisbonense*. No primeiro artigo,³⁷ no qual promete buscar as origens da poesia tradicional que, na altura, circulava no nosso País, o autor do *Romanceiro* traça um diagnóstico sobre o estado da poesia portuguesa ao longo dos séculos, pedindo sugestões de melhoria aos leitores. Sempre valorizando o que é genuinamente português, e que coloca num plano superior ao que é importado, por muito bom que este seja, Garrett releva as composições dos nossos primeiros trovadores, pois estes “seguiram contudo melhor, por mero instinto do coração, as doutrinas do grande mestre, que não conheciam, do que depois o fizeram os poetas doutores e sabichões, que no século XVI nos transmudaram e corromperam todas as feições de nossa poesia nacional”.³⁸ Por comparação, Camões, António Ferreira e Sá de Miranda “grandes homens, grandes cidadãos, e grandes filólogos, são, os que, cheios de Ariosto, de Petrarca, e de Dante, com os olhos cravados no antigo Lácio, e na nova Itália, de todo esqueceram, e fizeram esquecer, o tom, e os modos, da

“(…) Claude-Henri Frèches é um lusófilo que de há muitos anos à história da literatura portuguesa tem dado muito do seu esforço, mas o trabalho aqui apresentado não parece recomendá-lo especialmente para estas tarefas de transposição de dramas.

O ‘drama’ (e, aliás, todo o texto para teatro) é, antes de tudo o mais, a produção de um certo clima verbal, susceptível de operabilidade. E traduzir teatro terá que ser estar atento a este ‘clima’, ou a esse ‘tom’, se se preferir; saber depois gravá-lo nas suas possíveis variações e conseguir restituí-lo, produzindo o seu *simile* pela descoberta de materiais adequados, pertença do sistema novo em que o *scriptor* agora se move.

Ora, sobrepostos réplica a réplica os textos de Garrett e de Frèches, percebe-se o muito que pelo caminho se foi perdendo, percebe-se simultaneamente que era talvez na areia regressada ao rio que o ouro residia. Os diversos registos de luxo verbal que na obra se defrontam (...) encontram na tipografia francesa um pseudo-equivalente que por um lado a todos empobrece e, por outro, os nivela, eliminando as melindrosas oposições estruturantes iniciais. (...) Era a forma das linguagens que responsabilizava e ‘criava’ as personagens do drama em português; neste texto – que sofreu *traduction et adaptation* (?) – movem-se actantes que só no esquema abstracto e linear da intriga encontram espaço para se oporem e carream a ficção ao mau termo que é o seu. Assim traduzido, o drama limita-se a contar uma ‘história’, história bem nossa conhecida e que não foi nunca o que de mais interessante havia no *Frei Luís* de Garrett, nem mesmo quando uma crítica de viés psicológico começou a desvendar os tesoiros de retorta complexidade, escondidos nas pregas do burel de Telmo.

(...) Com certo engenho, Cl.-H. Frèches (...) vai tentar mostrar (...) como a peça pode *reflectir*, na sua diversidade de espelhos, a realidade política e social do Portugal seu contemporâneo. (...) Ora, não seria exactamente a pesquisa prioritária a ocupar a introdução ‘operante’ a uma obra literária que se pretende fazer *conhecer* (...). Para nos mantermos dentro da mesma família vocabular, a ‘intertextualidade’ do drama viria em lugar primeiro como sua revelação (sentido fotográfico) mais imediata e acessível. E também o seu modo de ser ‘texto-para-teatro’, as letras, os espaços e as linhas por onde a ambiguidade específica do texto dito dramático se vai cosendo.”: in *Escrita de Teatro*, pp. 132-134.

³⁷ *Revista Universal Lisbonense*, Tomo I, 1841-1842: neste Volume, pp. 102-104.

³⁸ *Ibidem*, p. 102.

original e genuína poesia nacional dos nossos primeiros trovadores”³⁹. Posto isto, os grandes nomes do século XVI, ao querer fazer melhor, adoptaram modelos estrangeiros e abafaram o trabalho dos nossos primeiros poetas, “que mal sabiam, talvez, e se tanto, o Latim moçárabe dos bons monges de Lorvão ou de Cucujães, e que, decerto, nunca leram Horácio”⁴⁰. Para mais, o facto de a Europa ler *Os Lusíadas* dever-se-á, antes de mais, ao que eles têm de original, “por quanto era o Camões poeta tão português n’alma, que as mesmas harmonias, homéricas e virgilianas, os mesmos sons clássicos, se lhe repassaram debaixo dos dedos daquela sincera e maviosa melodia popular, que respira das nossas crenças nacionais, da nossa fé religiosa, do nosso fanático (...) patriotismo, da história, (...) dos nossos tempos heroicos”.⁴¹ No entanto, no pensar de Garrett, todas essas características foram-se perdendo, por influência estrangeira, a ponto de, em finais de setecentos, a nossa poesia se ter tornado “uma coisa informe e laxa: eram cordas castelhanas em segunda mão, cordas italianas, de má fábrica, as únicas da lira portuguesa”,⁴² que nem Garção, nem Filinto ou Bocage lograram restaurá-la, apenas tendo restaurado o modo clássico, “agora deduzidos pela reflexão francesa, bem como no século XVI o tinham sido pela reflexão italiana”⁴³.

³⁹ Idem.

⁴⁰ Idem, p. 109.

⁴¹ Idem, pp. 109-110. “Onde jaz, portugueses, o moimento, / Que do imortal cantor as cinzas guarda? / Homenagem tardia lhe pagastes / No sepúlcro sequer? Raça d’íng ratos!”, invectivava Garrett no seu poema *Camões*, e, em mais uma homenagem ao épico, o reformador da nossa literatura viria a fazer uma tradução das seis estrofes do *Epilogo della Lusíada*, da autoria do italiano Carlo Antonio Pagi, publicadas n’*A Semana*, Vol. II, N.º 2, de Janeiro de 1851, onde o articulista lhe fazia justiça: “O nome glorioso na história contemporânea das nossas letras é o de Almeida Garrett, que em belíssimos versos portugueses trasladou a elegia melancólica com que o italiano Pagi apostrofou a indiferença, ou o desprezo que foram em vida de Camões a tença mais avultada que os poderosos lhe destinaram no seu livro de mercês. (...) Quem gravou mais estes versos na lousa de Camões, quem lhe refrescou as cinzas com mais esta saudade, foi o poeta, que resume no seu nome, como num traço conciso, toda uma regeneração literária, o poeta que marca no estádio das letras um repouso ameno depois do servilismo, ou da inanição da poesia nacional; o mesmo que celebrou Camões em versos ungidos de sentimento, e de saudade íntima; aquele que interrogou os portugueses sobre o lugar onde jaziam os ossos do maior génio da nossa terra; foi o próprio que em Portugal, onde só a opulência tem momentos, e a nulidade estátuas, levantou o mais clamoroso brado a favor daquela pobre ossada, perdida, profanada, pisada talvez sacrilegamente pelos filhos degenerados duma pátria envilecida”: “Camões e Garrett”, neste Volume, pp. 248-249.

⁴² *Revista Universal Lisbonense*, Tomo I, 1841-1842: neste Volume, p. 103.

⁴³ Ibidem.

Chegado o Romantismo (“por falta de melhor palavra”), o poeta incita: “Vamos a ser nós mesmos, vamos a ver por nós, a tirar de nós, a copiar de nossa natureza”.⁴⁴ Ou seja, busquemos as nossas origens:

O que é preciso é estudar as nossas primitivas e genuínas fontes poéticas, os romances em verso, as lendas em prosa; as fábulas e crenças velhas, os costumes, lê-los no mau latim moçárabe, ou meio godo, no mau português dos forais, das leis antigas, e no castelhano do mesmo tempo – que até ao século XV, a literatura das Espanhas era toda uma; o tom e o espírito verdadeiro, estudá-lo no grande livro nacional, que é o povo, e as suas tradições, e as suas virtudes, e os seus vícios, e as suas crenças, e os seus erros. – E por tudo isso é que a poesia nacional há-de ressuscitar verdadeira e legítima, despido, no contacto clássico, o sudário da barbaridade, em que foi amortalhada, quando morreu, e com que se vestia, quando era viva.⁴⁵

E daí a necessidade de começar por reunir e restaurar as canções populares, xácaras, romances e solaus, tal como Garrett já fizera com a *Adozinda* e o *Bernal Francês*,⁴⁶ ou viria a fazer com a antiga lenda *Os Figueiredos*, publicada na revista *A Ilustração*.⁴⁷

As artes, em geral, constituíam outro dos grandes interesses do fundador do Conservatório Geral de Arte Dramática⁴⁸ e, não chegando o nosso jornalista a ser

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ Idem, pp. 103-104.

⁴⁶ Do punho de Garrett, o romance tradicional em verso *Bernal Francês* seria reeditado n’*A Ilustração*, Vol. I, N.º 2, Maio de 1845, com uma pequena introdução, que assim se inicia: “Desde que em 1828 publiquei em Londres pela primeira vez a interessante rapsódia de poesia popular que tem este título, ela tem feito a volta da Europa, sendo traduzida em diversas línguas, já no próprio fragmento, já na reconstrução ou imitação dele que ao mesmo tempo dei à luz. / Ultimamente recebi de Inglaterra, do meu amigo o cavalheiro João Adamson uma nova tradução inglesa, diferente e mais acabada do que a impressa há dois anos no primeiro volume do meu ROMANCEIRO; de Espanha chegou também há poucos dias uma bela e elegante versão em castelhano. (...)”: p. 204 deste Volume.

⁴⁷ A lenda *Os Figueiredos* veio a ser publicada na revista *A Ilustração*, em 1845, e a ela nos referiremos mais adiante.

⁴⁸ Recordemos, concretamente, o *Ensaio de História da Pintura* a acompanhar a primeira edição de *O Retrato de Vénus*, provando a constância do Autor no seu interesse pelas diversas formas de arte, facto igualmente observado por Elsa Mendes, num artigo intitulado “Almeida Garrett e a Crítica de Arte na 1.ª metade do século XIX”: “No ano de 1843, Almeida Garrett, então com 44 anos, iniciou a publicação de um inédito *Jornal das Bellas-Artes* e, logo no primeiro número da revista, clarificou que a mesma vinha reforçar a ideia que organizara a Academia de Belas-Artes de Lisboa, em 1836, porque, dizia Garrett, em Portugal as artes do desenho não eram populares e precisavam de ser divulgadas... Porém, a perseguição desta utopia pedagógica de raízes democratizadoras por parte de Garrett não representa nenhuma viragem de postura, antes se trata de um ponto de chegada, de um epílogo no domínio de uma inquietação sobre a arte que Almeida Garrett desencadeou algumas décadas antes, quando não contava mais do que uns prometedores 20 anos, de modo que para entendermos cabalmente o seu pensamento e o dos seus colaboradores na revista iniciada nessa década de quarenta, torna-se necessário recuar ao ponto a partir do qual julgamos encontrar a origem desse desequilíbrio, que se completou, nos limites possíveis, nesses

propriamente crítico de arte,⁴⁹ será interessante percorrer com o autor as suas visitas à Academia das Belas-Artes e acompanhar as descrições que foi fazendo dos trabalhos expostos, precisamente no *Jornal das Belas-Artes*,⁵⁰ criado com esse ambicioso objectivo de sensibilizar os portugueses para as artes plásticas e para os testemunhos artísticos que as glórias passadas⁵¹ deixaram ao país:

anos 40. (...) Efectivamente, julgamos que três obras de juventude de Garrett bastam para confirmar que, com pouco mais de 20 anos, o escritor foi o primeiro a ter o entendimento da deslocação das formas plásticas de um programa neoclássico dominante, na órbita do qual se moviam o escultor Machado de Castro, o pintor português Cirilo Volkmar Machado e o próprio Garrett, entre outros, para o entendimento de uma abertura a formas próximas da diversidade romântica a que, frisamos, só Garrett se mostrou sensível. Nessas três obras, uma *História Philosophica do Teatro Português*, uma pequena obra intitulada *Liceu das Damas* e um poema denominado *O Retrato de Vénus* acrescido de um *Ensaio sobre a História da Pintura*, todas elas terminadas antes de 1821, entendemos que o autor evidenciou uma forte intenção de clarificar pedagogicamente matérias que ainda não haviam sido objecto de uma tentativa de sistematização, desvelando uma inquietude que o impeliu a fixar padrões de análise possível e a desembaraçar criticamente itinerários evolutivos e cronológicos da poesia, do teatro e da pintura nacionais. Nelas, Garrett também evidenciou largas horas de estudo consagradas às Belas-Artes, aí se destacando notoriamente a reflexão sobre a pintura e o paralelo permanente com a poesia, formas que, no seu próprio dizer, apreciou acima de todas.”: in *Garrett e as Artes. Actas do Ciclo de Conferências*, pp. 83-84.

⁴⁹ Remetendo ainda para o artigo de Elsa Mendes, verificamos que, nas três referidas obras da década de vinte de oitocentos, “o seu juízo crítico já oscilava entre um culto clássico da natureza, no sentido de *mimese*, ou seja, da reprodução e da representação da natureza segundo leis e regras de harmonia inspiradas nos modelos clássicos, e uma maior abertura a formas mais subjectivas.”: idem, p. 84. Exemplificando: “no *Ensaio* (...) propunha-nos uma biografia crítica dos pintores, achando que era preciso ‘dar ordem e método’ à pintura portuguesa. Valorizava extraordinariamente o desenho e, se sublinhava a imitação dos modelos antigos e aceitava a imitação da natureza, não a adoptava em moldes servis e exclusivos. Parece haver uma permeabilidade nova em relação à representação da natureza, mas a sua ‘conversão’ a uma estética romântica (...) foi sempre contraditória, o que pode ser confirmado em largos traços. A matéria prima que dava forma às novas emoções, o gótico, a sua irregularidade e o pitoresco que se lhe associavam enquanto elemento de fermentação destinado ao abandono progressivo das tais regras clássicas não foi consumada em Almeida Garrett. Em 1823, apreciou um castelo neogótico inglês e em 1825 desocultou o lado sentimental dos Jerónimos no poema *Camões*, mas em 1827 ainda troçava do entusiasmo pelo gótico. Se em 1828, no poema *Adozinda*, se mostrou de todo fatigado do grego e do romano e voltava a valorizar o gótico, em 1830 ainda se referia à vitória da civilização sobre os abusos góticos, em finais de 30 e princípios de 40, apoiava a edificação de um teatro neoclássico na capital e, em 1844, enterrava o gótico num discurso político aliando-o às trevas e a Costa Cabral... É esse duplo dilema estético não resolvido em Garrett ao longo desse período que nos dá a tonalidade, quer das suas, quer de outras contradições em matéria de crítica de arte no seu *Jornal das Belas-Artes*, do ano de 1843.”: idem, pp. 84-85.

⁵⁰ Fundada que foi, em 1843, a Associação de Artistas e Homens de Letras, presidida por Almeida Garrett, o *Jornal das Belas-Artes* foi, na verdade, o seu órgão oficial, entre Outubro de 1843 e 1846, retomado em 1848: apud VARGUES Isabel Nobre e CABRAL, Luís, *Garrett Jornalista*. Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1999, pp. 45-46.

⁵¹ Refere-se àquelas “em que o pensamento divino se revela todo e se expressa, unicamente, nas formas ou nas cores. (...) Os nomes de Grão-Vasco, de Cláudio Coelho, dos dois Vieiras, de Sequeira; a Batalha, Belém, Tomar e Mafra são documentos de que em Portugal, sempre se prezaram também as artes do desenho.”: *Jornal das Belas-Artes*, vol. I, n.º 1, de 1843, p. 156 deste Volume.

Difundir os bons princípios, vulgarizar o conhecimento dos bons exemplos, vir em auxílio da sublime e patriótica ideia que organizou a Academia das Belas-Artes de Lisboa e os outros Institutos conexos, ilustrar as nossas glórias artísticas, esclarecer a opinião em todos estes pontos tão importantes, foi pois o pensamento que reuniu a Associação d'artistas e homens de letras que empreendeu a presente publicação.⁵²

Interligada com o ideário pedagógico de Garrett, comprometido com a divulgação da cultura junto das classes menos informadas, era intenção da Associação de Artistas e Homens de Letras “reproduzir pela gravura, ou pela litografia,⁵³ todos os quadros dos nossos mestres, a par das produções de outras escolas que se acham nos repositórios públicos, ou nas colecções particulares”,⁵⁴ para os dar a conhecer ao grande público, no *Jornal das Belas-Artes*, juntamente com os exemplares de escultura e os modelos de arquitectura, mas também “medalhas, moedas, e quaisquer outros objectos que só possam considerar-se documentos para a história da arte”.⁵⁵ Não se ficariam, todavia, pelas glórias nacionais:

⁵² Ibidem.

⁵³ Sobre a apresentação de gravuras e litografias no *Jornal das Belas-Artes*, “periódico literário, sem periodicidade certa, do qual se conhecem apenas seis números”, concluem João Carlos Vilhena e César Mesquita: “Apresentava litografia e xilogravura abundante em cada número, que tinha um total de páginas variável. As litografias não eram assinadas, o que nos impede de conhecer os seus autores; igualmente a bibliografia existente acerca da matéria também não consegue dar resposta. Mas, dada a elevada qualidade das litografias, facilmente concluímos que os seus autores foram litógrafos experimentados. (...) Notámos uma grande suavidade das formas na sua concepção artística. Nem sempre as litografias ocupavam a totalidade das páginas e, nalguns casos, eram de dimensão relativamente pequena. (...) A xilogravura existente era também de boa qualidade artística, tendo trabalhado Bordalo como desenhador e Coelho como gravador. As temáticas e dimensões são, em tudo, idênticas às das litografias.”: *A Ilustração nas Publicações Periódicas Portuguesas (1820-1850)*, pp. 87-88.

No artigo já citado, Elsa Mendes também se refere aos “processos de divulgação litográfica empregues, que denotam, quando observados, o aperfeiçoamento possível na técnica da litografia, largamente experimental, e ainda de pouca qualidade”: in *Garrett e as Artes. Actas do Ciclo de Conferências*, p. 87. A mesma autora salienta o caso da revista *O Panorama*, de 1837, em que se lamenta a “falta de litogravadores nacionais experimentados”, e o da *Revista Universal Lisbonense*, de 1841, que publicara artigos “relatando as experiências realizadas” e criticando a “inexistência de um curso na matéria”, causando a proliferação de “autodidactas de que algo isoladamente se destacou Manuel Maria Bordalo Pinheiro”. Constata que “na sua maioria, as gravuras divulgadas aos leitores eram duras, incaracterísticas e desequilibradas e, com efeito, é preciso assinalar que no *Jornal das Belas-Artes* houve a preocupação de melhorar a reprodução de imagens que se sabia serem instrumentos de divulgação insubstituíveis, através de uma selecção apurada de gravadores que colaboravam no sentido de facilitar a compreensão dos textos a um público pouco familiarizado com uma leitura tão especializada.”: idem, pp. 87-88.

⁵⁴ *Jornal das Belas-Artes*, vol. I, n.º 1, de 1843, p. 156 do presente Volume.

⁵⁵ Idem, p. 157.

Posto que seja nossa principal ocupação fazer inventário ilustrado das riquezas que temos, o *Jornal das Belas-Artes* não seria contudo completo, se, na sua galeria, não desse lugar competente àquelas obras-primas dos grandes mestres, que são, para assim dizer, os livros sagrados da religião da arte, que pertencem a todas as nações, e que de todos devem ser conhecidas.⁵⁶

Com essa finalidade, a reprodução dos grandes monumentos da arte antiga e moderna, “que enriquecem outros países”, não ficariam ausentes do *Jornal das Belas-Artes* e cada um dos quadros, estátuas, relevos ou edifícios que se publicassem seria acompanhado da história do monumento, da sua análise e apreciação, assim como a biografia dos artistas mais distintos, e principalmente dos nacionais, sempre com a preocupação do rigor histórico.⁵⁷ Sabendo-se que o teatro é um espelho da vida, então o drama declamado ou cantado, a arte cénica em geral, entrava nos limites do *Jornal das Belas-Artes*, e as decorações, os trajes, as atitudes e expressão dos actores, eram consideradas como “coisas d’arte”, que seria necessário ilustrar ou julgar, como exemplos de arte coeva. E a propósito de arte coeva, o passo seguinte seria a descrição das obras expostas na Academia das Belas-Artes, na qual estava a decorrer a segunda exposição.⁵⁸ Decorrendo a visita de acordo com as orientações do folheto distribuído,⁵⁹ teve ela a seguinte sequência: Aula de Desenho Histórico, Aula de Pintura Histórica, Aula de Pintura de Paisagem, Aula de Desenho de Arquitectura Civil, Aula de Gravura Histórica e de Gravura de Paisagem e Aula e Laboratório de Escultura.

Na Aula de Desenho Histórico, a cargo do professor e proprietário Sr. Joaquim Rafael, foram encontrados três esbocetos cujos assuntos são a Morte de Santa Teresa, a Assunção de Nossa Senhora, e a Ascensão de Cristo, que, “segundo

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ “Não se permitirá de modo algum que o empenho de agradar, e de *fazer efeito*, altere o rigor histórico com os enfeites do romance ou da poesia, que a natureza de tais assuntos tão naturalmente parece estar provocando. Resistir-se-á ao exemplo tão comum, e à sedução tão tentadora das belezas poéticas que desses desvios têm resultado. (...) Mas não renunciámos, por nós nem pela arte, às vantagens que ela pode tirar de tão poderoso auxílio. Assim como as artes plásticas tantas vezes têm sido chamadas a ilustrar a poesia das palavras e dos sons, tantas vezes a tem auxiliado, se tem inspirado por elas ou as tem inspirado a elas – assim também as pode e deve ilustrar com suas composições, no que pagará uma ampla dívida, em proveito comum de todas. (...) Acompanhar-se-á muitas vezes o quadro, o relevo, a estátua antiga ou moderna, de uma tentativa de ilustrações pedida à poesia dos versos ou à poesia do romance. E estamos certos que, se a inspiração for verdadeira, havemos de merecer a gratidão dos leitores.”: idem, pp. 157-158.

⁵⁸ Esta segunda exposição na Academia das Belas-Artes, fundada em 1838, aconteceu em 1843, tendo a primeira tido lugar em 1840.

⁵⁹ Logo ao princípio da sua descrição, o autor promete deixar para mais tarde o comentário a este folheto. Não tendo sido visto tal comentário, poderá crer-se que talvez a opinião não fosse muito favorável, mas não poderemos confirmá-lo.

a opinião dos entendidos, parecem pertencer aos fins do século passado e caracterizarem-se da maneira bem conhecida do nosso Vieira Portuense.”⁶⁰ Além desses esbocetos, pode o visitante contemplar mais dois baixos-relevos em cera, “dignamente executados pelos desenhos de Sequeira”⁶¹, para além de um quadro a óleo de “invenção e execução do Sr. professor substituto C. A. de Andrade”⁶² e de um conjunto de trabalhos de alunos, os quais, com a excepção dos premiados, não pareceram de grande valia.⁶³

Na passagem pela Aula de Pintura Histórica, regida pelo Sr. A. M. da Fonseca, “toda a atenção e todos os sentidos” se focaram na “maior e mais sublime composição da mão do homem, o grande quadro da *Transfiguração* de Rafael, (...) e posto que já reflectido em cópia de cópia, é ainda a Transfiguração, é ainda de Rafael.”⁶⁴ Fora o próprio regente a Roma copiar o original e, em apenas seis meses, para poder candidatar-se ao concurso, os Srs. G. L. M. Rato e J. M. Franco, artistas agregados, teriam copiado a cópia.⁶⁵

Para o Prémio de Pintura Histórica, medalha de ouro, tiveram os concorrentes de sujeitar-se a duas provas, uma eliminatória e uma suplementar, a primeira sob o tema “A Criação do Homem” e a segunda sobre “A Volta do Filho Pródigo”, mais uma vez dispondo de apenas seis meses para a execução, segundo o articulista “artística e poeticamente, o mais difícil que pode imaginar-se”⁶⁶. Quer no primeiro, quer no segundo momento, Fonseca Júnior foi o que melhores provas deu: em “A Criação do Homem”, “na execução em geral e nos grupos d’anjos,

⁶⁰ *Jornal das Belas-Artes*, neste Volume, p. 159.

⁶¹ Idem.

⁶² Idem, p. 160.

⁶³ “Os trabalhos dos alunos desta aula (...) não indicam tão rápidos progressos como era de desejar: na aula dos gessos porém observa-se bastante correcção, devida certamente aos exercícios sobre modelo vivo que tão utilmente se têm seguido pelos verdadeiros métodos adoptados nas escolas de Itália”, opinou o redactor do periódico: idem.

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ “É difícil para o observador e perigoso para os artistas tirar os olhos de tamanho prodígio para os empregar imediatamente nos ensaios dos jovens pintores que concorreram a prémio, e que, rodeados de tantos quadros de Vasco, de Miguel Ângelo e de vários outros, que parecem estar fazendo o cortejo àqueles primeiros mestres de toda a pintura, assim se apresentam na menos vantajosa situação que era possível dar-lhes”: comentou Garrett no *Jornal das Belas-Artes*: idem.

⁶⁶ Segundo o visitante, são “assuntos que é preciso ser Milton ou Rafael, Klopstock ou Miguel Ângelo para sair deles sem desaire, e ainda a favor de um verdadeiro milagre: que é milagre autêntico, e indisputável para a mais cega impiedade, o transcender assim o homem às mais elevadas regiões do Ideal, de incriado, do eterno.”: idem, p. 161.

merecia o primeiro lugar que lhe foi adjudicado”;⁶⁷ n.º “A Volta do Filho Pródigo”, “entendeu melhor o assunto, e mais convenientemente agrupou as duas figuras”.

Da exposição fizeram parte alguns retratos e quadros de A. Roquemont, notabilizando-se os retratos do Barão de Sarmiento e do Marquês de Viana, que “verdadeiramente pareciam falar”, e os quadros *O pároco d’aldeia pedindo o folar* e *A volta da ronda da freguesia*,⁶⁸ merecendo *O Folar*, um quadro de costumes do Minho, que Garrett viesse a fazer dele uma apreciação mais completa, no seu estilo muito próprio, e que transcrevemos parcialmente:

Representa o abade, o pároco da aldeia, entrando numa casa de lavrador a pedir o folar – dom voluntário dos fregueses ao seu pastor por ocasião da festa de Páscoa.

Sobre tudo neste quadro o efeito de luz é primoroso: o sol entrando pela única janela da casa, vai tocar na extremidade de uma mesa, e de permeio alumia parte do berço aonde jaz uma criancinha. A réstia de sol reflectindo por todo o pavimento está distribuída de forma que se distinguem perfeitamente os objectos, sem contudo em nada perder da sua força o vigoroso escuro do fundo sobre que destacam as figuras do padre e do sacristão. Nesta parte da transparência dos escuros pode este quadro comparar-se aos da escola flamenga de cenas familiares e interiores, aonde custa a perceber como, por meio de tons sempre diáfanos, se pode conseguir uma força extraordinária que, pela sua grande transparência, produz de ordinário uma perfeita ilusão. (...)

É para admirar que o Sr. Roquemont sem modelos conseguisse tanto. Com reminiscências – e bem se vê que o quadro é feito delas – ninguém poderia fazer melhor.

Tem este quadro 10 polegadas de altura, e 14 de comprimento.⁶⁹

Expostas estiveram também obras do professor de Pintura Histórica, o já referido A. M. da Fonseca, destacando-se *Eneias salvando Anquisses*,⁷⁰ *A Morte de Afonso de Albuquerque*, considerado de um mérito admirável, e os retratos,

⁶⁷ Ainda assim, “no quadro do Sr. Sousa louvamos sem escrúpulo as roupas de Deus Padre; no do Sr. Metrass a figura d’Adão é a melhor de todos os quatro concorrentes”, observou o redactor do *Jornal*: idem.

⁶⁸ Dífceis de exceder na “frescura, a graça e natural com que estão pintados”, “ambos são de *costumes* portugueses, e estão admiravelmente repassados de poesia e singela graça popular que até agora tão pouco estudada e tratada tem sido pelos nossos artistas, – não mais que pelos nossos escritores. No primeiro nota-se, além disto, o belo efeito d’óptica, um colorido vigoroso, e grande partido de claro-escuro”, constata o autor do artigo, pelo que “o Sr. conde de Luckner, ministro da Dinamarca nesta côrte, fez a aquisição destes dois quadros, avaliando como conhecedor que é, o seu muito merecimento.”: idem, p. 162; p. 179.

⁶⁹ Idem, pp. 179-180.

⁷⁰ A descrição e apreciação deste quadro são antecedidas de uma citação da *Eneida*, servindo o texto de Vergílio como termo de comparação: idem, pp. 162-172.

particularmente um auto-retrato, “engenhoso e de bela execução”⁷¹. Passou depois à Aula de Pintura de Paisagem,⁷² onde observou dois quadros do professor proprietário, o Sr. A. Monteiro – *Pôr do sol* e *Ribeiras de Trancoso*⁷³ –, três quadros de Ferreira de Freitas⁷⁴ e seis quadros de B. Dufourcq.⁷⁵

Na Aula de Desenho e Architectura Civil, aquele que deu o nome ao “estilo manuelino” teve ocasião de admirar diversos projectos: de J. P. da Fonte, professor proprietário da Aula, um Palácio da Justiça (obra de grandiosa traça no estilo romano) e um monumento a D. Pedro IV (para ser construído em Angra do Heroísmo); de J. C. Sequeira, provando “sérios estudos e aturada aplicação à arte”, distinguia-se um projecto de casa de campo⁷⁶; dois projectos para um Teatro Nacional, um de M. J. De Sousa⁷⁷ e outro de L. J. Dos Santos Pereira, ambos descritos como académicos de mérito; entre os projectos de alunos, dois para uma Academia das Belas-Artes⁷⁸. A Aula de Gravura subdividia-se entre Gravura Histórica e Gravura de Paisagem, nenhuma delas motivo de grandes esperanças, segundo opinou o articulista. Já a Aula e Laboratório de Escultura, ainda que mal instaladas,⁷⁹ “dão segura esperança de que esta mais clássica e mais popular de

⁷¹ “O artista quis representar-se no acto de retratar sua esposa cuja cabeça se vê esboçada no segundo plano. É muito semelhante, optimamente modelada, pintado com força de colorido e a sua já proverbial transparência de tinta.”: idem, p. 173.

⁷² Não nos deteremos demasiado nas descrições desas obras, nem tão pouco das seguintes, exceptuando um ou outro caso pontual, pois que são todas mais ou menos do mesmo jaez, ainda que evidentemente diferentes, consoante o género em que se enquadram.

⁷³ “Estes dois quadros brilham pela facilidade com que estão tratados, e por seu bonito colorido. Talvez se pudesse desejar observância mais exacta na perspectiva aérea.”: idem, p. 173.

⁷⁴ “Nos três quadros do Sr. J. Ferreira de Freitas, professor substituto da mesma aula as flores são pintadas com graça e naturalidade; mas o colorido geral como que semelha à pintura a fresco, género em que o Sr. Ferreira de Freitas tanto se distingue.”: idem, p. 174.

⁷⁵ Estes quadros “apresentavam grande fidelidade na cópia do natural, e certo carácter da escola francesa: o colorido não foi admirado.”: idem.

⁷⁶ Projectada num “estilo que dizem misto, talvez mais exactamente, *Bávaro*. Não daremos este projecto por modelo de bom gosto em tudo; mas tem, por certo, rasgos de imaginação, elegância e magnificência. Os ornamentos, assim interiores como exteriores, foram imaginados e desenhados a capricho, sem que o artista seguisse ou imitasse nenhum original, nem se ajudasse d’outros meios além das regras e conveniências da sua arte.”: idem, p. 175.

⁷⁷ Neste “há realmente muita coisa de mérito, e digna de louvor e elogio.”: idem.

⁷⁸ Para além desses, “mostravam-se alguns projectos de monumentos a vários heróis portugueses, sem designação de nomes, nos quais, certamente se reconhecia fecundidade de ideias, com certo grandioso, e muito talento de invenção.”: idem.

⁷⁹ “É preciso muito ânimo para entrar na porção do antigo claustro dos franciscanos, em cujas arcadas se puseram algumas vidraças para lhe chamar aula e laboratório d’escultura. Entremos porém. Neste húmido e insalubre lugar, em cima dos *mementos* ainda não apagados das sepulturas dos pobres frades, estão os nossos artistas cumprindo, por eles, o voto de pobreza, e

todas as artes do desenho, a escultura, poderá vir enfim a regenerar-se no país”. Por lá encontrou um *Juramento de Viriato*, um baixo-relevo em gesso; um esboquete modelado em barro, para imortalizar em mármore um *Camões coroado pelo Génio da Nação*, e uma estátua de Naiade.⁸⁰ Entre as obras premiadas, encontrava-se uma estátua de Camões (de três palmos de alto e parecendo bem modelada), um grupo de meninos em baixo-relevo (uma cópia muito bem executada, com três palmos de altura e três e um quarto de largura) e um busto de Ferreira Borges, executado por sua irmã, Maria Margarida Ferreira Borges. Não podendo afirmar que se tratava de crítica de arte especializada, certo é que vislumbramos nestes comentários garrettianos laivos de crítica esclarecida, denunciando algum conhecimento da arte em questão e algumas opiniões formadas, não deixando de notar, por exemplo, o anacronismo da arte portuguesa, insistindo ainda em modelos já ultrapassados, manifestando igualmente grande preocupação pela degradação de alguns monumentos históricos, assim como pelas consequências de maus restauros.

Passando às *Memórias do Conservatório Real de Lisboa*⁸¹, ainda do ano de 1843, nelas coube o talvez mais elaborado do conjunto dos elogios fúnebres do autor de *Catão*, ou seja o *Elogio Histórico do sócio Barão da Ribeira de Sabrosa pelo sócio João Baptista de Almeida Garrett*⁸², até pelo contexto para o qual foi escrito. Apresentado aos sócios do Conservatório Real de Lisboa, o elogio abre com uma longa prelecção de reminiscências clássicas, relatando a relação da política com as artes e letras, ao longo dos tempos:

A ciência, a arte de governar, que hoje chamamos política, teve sempre por aliadas íntimas e indispensáveis as letras e as artes: é impotente sem elas, são repugnantes e odiosos os seus esforços quando os não acompanham e suavizam aquelas. (...) De sua natureza é dura e áspera a máquina da governação, e tanto maiores são as resistências que encontra quanto é mais recto o seu trabalhar: tende e caminha à civilização, mas não civiliza ela. A política exige perfeição nos homens, mas não os sabe aperfeiçoar. (...)

fazendo penitência pelos antigos pecados d’arte desta nação que tanto tem delinquido contra ela.”: idem, p. 176.

⁸⁰ Valerá a pena passar os olhos pelo primeiro número do *Jornal das Belas-Artes*, para conhecer a forma como Garrett descreveu todas as obras que encontrou na Academia, com tudo o que notou de bom e de menos bom, neste último caso sempre expresso de forma muito cautelosa, para não desmotivar o artista. Vide neste Volume, pp. 156-179.

⁸¹ *Memórias do Conservatório Real de Lisboa* foi outro dos projectos de Garrett e dele saíram dois tomos, publicados pela Imprensa Nacional, em 1843.

⁸² *Memórias do Conservatório Real de Lisboa*, Tomo I, 1843, neste Volume, pp. 181-192.

Daqui a necessária, a indissolúvel aliança de toda a política com a literatura e com as artes, sem a qual a civilização é impossível, o progresso falso e os fins da sociedade humana frustrados. (...)

Daqui, no modo de ser das nações actuais, a formação das academias e sociedades literárias e artísticas que todos os governos ilustrados – e ainda os que só fingem sê-lo – têm sempre fomentado, protegido e honrado.⁸³

Se o poder é nulo sem a inteligência e a inteligência fraca sem o poder, necessárias se tornam cada vez mais as academias ou associações onde os dois pontos possam interligar-se, onde se reúnam todas as capacidades de todo o género. Falando para intelectuais na política, seus semelhantes, como eram muitos dos membros do Conservatório Real, ainda antes de falar do homenageado, diz o autor:

Compor livros ou ganhar batalhas, fazer descobertas nas ciências, agitar e dirigir grandes massas de meios industriais, ou administrar dignamente o Estado, cantar epodos ou epopeias ou dar matéria a elas, triunfar na tribuna ou no teatro, no púlpito ou no foro, dominar nos espíritos com o pincel ou com a pena, com o cinzel ou com a língua, com as harmonias inarticuladas da música ou com os sons determinados da palavra, tudo são títulos académicos, porque tudo habilita esse instrumento escolhido de Deus para o progresso da civilização da espécie.⁸⁴

É então que, na sequência das muito distintas figuras públicas⁸⁵, inicia o elogio histórico de Rodrigo Pinto Pizarro Pimentel de Almeida Carvalhais, nascido em 1788 e chamado ao Brasil, na “flor da mocidade”, onde serviu “com distinção nessas guerras tão pequenas pelo número dos combatentes, tamanhas pela imensidão do campo de batalha.”⁸⁶ Regressando D. João VI, com ele voltou Rodrigo Pimentel, “já adiantado na carreira militar”, onde se dedicou à organização do exército. Sofreu o exílio e batalhou no cerco do Porto⁸⁷, sendo eleito deputado, em

⁸³ Idem, pp. 182-183.

⁸⁴ Idem, p. 184.

⁸⁵ “Entre os muitos distintos caracteres públicos que vieram gostosos associar o seu nome à nossa instituição nascente, foi o ilustre sócio de cuja herança intelectual hoje aqui fazemos inventário, chorando o que perdemos e contando o que ganhámos, como por morte de um irmão querido choram, mas contam, os que ele deixou ricos de sua indústria e trabalhos.”: idem.

⁸⁶ Idem, pp. 186-187.

⁸⁷ Entretanto, “voltou a Inglaterra, visitou a França e os Países-Baixos; e na língua, na literatura, nas instituições civis e políticas destes povos fez estudo profundo. Aí tomou o gosto a esta liberdade que nós não conhecíamos, e não sei se conhecemos ainda, senão por esse primeiro tão difícil e tão aborrecido balbuciar de sua infância raquítica. Aí, com a literatura e com a observação, o seu génio ardente, ambicioso de glória, tenaz de propósito, insofrido de oposição, esteve entesourando, no forçado ócio de sete anos, aquelas iras patrióticas que lhe romperam depois na tribuna, com força e valentia sempre, embora lhe faltasse alguma vez aquela suavidade

1835 e 1836, depois senador (1838-1840). Chamado ao Conselho da Rainha em princípios de 1839, foi Encarregado dos Negócios da Guerra e dos Estrangeiros, tendo produzido diversa legislação. “Desassossegado de espírito mas quieto de coração foi procurar saúde e recobro de tantas fadigas à casa paterna na primavera de 1841”⁸⁸, onde a morte o surpreendeu. E o divino Garrett julgou-lhe o duplo mérito de político e homem de letras, como o próprio também foi:

Este mérito é grande, grande politicamente, e literária e artisticamente grande; porque a poesia do patriotismo é a poesia das artes; e o belo, o ideal (ou como quer que lhe chamem a escola antiga ou a escola moderna) é o mesmo para todas as concepções do espírito. – Que o pintem, que o escrevam, que o falem, que o cantem os diversos, mas sempre semelhantes, ministros da arte a quem Deus pôs no coração o sentimento, na cabeça a inteligência e nos órgãos o poder de manifestar a sua glória por qualquer dessas brilhantes expressões da Suprema e Eterna Beleza de que só as almas escolhidas podem reverberar algum reflexo na terra para ilustrar e honrar a espécie humana.⁸⁹

Entre 1844 e 1845, o nosso Autor vai desenrolando a sua actividade entre a escrita e a política, militando sempre alinhado nas fileiras da minoria que se opunha ao cabralismo. Antes de ser reeleito deputado, desta vez pelo círculo de Évora, publica o *Frei Luís de Sousa*, compõe duas comédias – o *Tio Simplício*⁹⁰ e *Falar Verdade a Mentir* –,⁹¹ escreve a sua longa e pormenorizada auto-biografia, não assinada, para o *Universo Pitoresco*, revê e publica *O Arco de Sant’Ana* e, por fim, saem também os poemas *Flores sem fruto*. Ainda em 1845, é publicada a *Memória Histórica do Conde de Avilez*⁹², mais um desses longos textos em que Garrett descreveu as virtudes militares e políticas, mas sobretudo as humanas, de outro dos seus ilustres contemporâneos, apresentado com todos os seus pergaminhos, que o reformador do nosso teatro tanto apreciava:

no modo que os preceitos da arte recomendam, e que julgam tanto mais necessária quanto maior seja a força do pensamento que expresse.”: idem, p. 189.

⁸⁸ Idem, p. 192.

⁸⁹ Idem, p. 191.

⁹⁰ A primeira destas comédias foi escrita para subir ao palco do Teatro Tália, na noite em que o Conde de Farrobo inaugurava este seu espaço, na Quinta das Laranjeiras, mas também a segunda estrearia no mesmo local.

⁹¹ Opina Duarte Ivo Cruz: “As comédias e farsas (...) revelam sobretudo a mestria cénica e o sentido muito próprio de ironia do autor.”: *Os Políticos e o Teatro. Governantes-Dramaturgos e Dramaturgos-Governantes de Garrett aos nossos dias*, pp. 20-21.

⁹² *A Revolução de Setembro*, N.º 1210, de 15 de Abril de 1845: pp. 71-80 deste Volume.

Jorge de Avilez Zuzarte de Sousa Tavares, conde de Avilez, visconde do Reguengo, par do reino, do conselho de S. M. e do supremo tribunal de justiça militar, comendador de S. Marcos de Monsaraz na Ordem de Cristo, e da da Torre Espada, condecorado por S. M. britânica com a Grande Cruz de Ouro e dois Braceletes pelas campanhas da guerra da península, com a Cruz de Ouro portuguesa e com a medalha de seis comandos na mesma guerra, com a de Victoria e outros por S. M. católica, com a Estrela d'Ouro pela campanha do Rio da Prata, tenente general dos reais exércitos, &c. &c. &c. foi filho de Jorge de Avilez Zuzarte de Sousa Tavares, fidalgo da casa real, e de D. Francisca Rosa Barba de Meneses; e nasceu em Portalegre a 28 de Março de 1795.⁹³

Essa “vida que toda se gastou em serviço da pátria”, com todo o “valor e lealdade”, é depois descrita com todos os pormenores, desde a formação no Real Colégio dos Nobres até à nomeação como Conde e Par do Reino, sobressaindo as suas inúmeras façanhas militares, todas as injustiças de que terá sido alvo, mas também todos os momentos de um nobre percurso político, que o decepcionou e o fez remeter-se ao seu refúgio alentejano, onde faleceu com um “tenacíssimo” ataque de gota. Dele pode-se dizer que “os dias que não passou combatendo os inimigos do seu país e defendendo os seus concidadãos, é porque a tirania o tinha proscrito e encarcerado.”⁹⁴ Começou a sua carreira na Guerra Peninsular, quando aos vinte e um anos comandou o regimento das milícias do Crato, com o qual fez parte da guarnição da praça de Elvas, onde o Marquês de Alorna organizava a resistência a uma nova invasão dos exércitos de Bonaparte. “Desde então até ao fim da guerra peninsular, o nome de Avilez é um dos que mais brilham naquela série de prodígios e gentilezas que reabilitaram o nome português neste século, e na qual (...) a parte que nos compete de glória é muito maior do que às naturais proporções de tão pequeno reino parecia competir”⁹⁵. Finda a Guerra Peninsular, o já coronel do exército foi encarregado do comando da força militar na praça d'Elvas. Em 1815, já com a patente de brigadeiro, é nomeado comandante da 1.^a brigada da divisão de *Voluntários reais do Príncipe* e o sucesso na conquista do Rio da Prata fá-lo general. Em Abril de 1817, é promovido a marechal de campo. No

⁹³ Idem, p. 71.

⁹⁴ Idem, p. 80.

⁹⁵ Idem, p. 73. Especificando: “Nas acções d'Alameda, Cabeço Negro, Gândara-de-Mortágua, na batalha do Bussaco, em Alenquer, Pombal, Redinha, Condeixa, Foz-d'Arouce, Ponte-de-Murcela, Sabugal, Ficalhos, na batalha de Fuentes d'Onor e assalto de Ciudad-Rodrigo, os seus feitos de valor foram tais que o próprio ciúme britânico lhe fez justiça. (...) Tendo comandado o seu corpo em todas aquelas acções, por elas recebeu d'el-rei de Inglaterra a grande cruz de comandante, e depois os braceletes de ouro pelos feitos pessoais nelas praticados, e nas de Pamplona, Nyvell, Pirenéus e Nive, em que foi gravemente ferido. / Nem se distinguiu menos nas batalhas de Sauveterre, Ortez, Tarbs e Ayre comandando a brigada do Algarve.”

governo da praça de Montevideu, cobriu-se de glória. Em 1820, com o comando das armas do Rio de Janeiro e a graduação de tenente-general, vê-se perante o dilema de “ser fiel ao soberano e à mãe pátria”⁹⁶, ou ceder à vontade de independência do povo brasileiro. Optando pela fidelidade a D. João VI, lutou enquanto lhe foi possível, só se retirando em 1822, quando já nada poderia fazer. Eleito deputado por Portalegre, volta a comandar o exército para defender a Constituição. Chamado a conselho de guerra, é destituído do seu posto e encarcerado em Castelo de Vide⁹⁷. Reabilitado em 1826, para pouco depois novamente padecer,⁹⁸ até que, ao fim de seis anos de cativeiro, pode felizmente evadir-se das prisões de Bragança em 28 de Fevereiro de 1834, fugindo para Alcanices, onde organizou um batalhão de emigrados, para auxiliar o Duque da Terceira. Designado governador militar da corte e província da Estremadura, foi nomeado Visconde do Reguengo, no primeiro dia de Dezembro de 1835, e Conde de Avilez, em 1840. Alvo de injustiças e malquerenças, remeteu-se ao Alentejo, de onde só pontualmente saía, segundo Garrett, “para ir à câmara, protestar, com o seu voto silencioso mas constante contra a marcha errada e funesta de um governo”⁹⁹ que tantas antipatias provocava”. À laia de epitáfio:

Serviu fielmente o rei, não traiu nunca o povo, adorou a glória, amou a pátria, e deixando, por causa dela, muito diminuído a seus filhos o património que herdou dos antepassados, deixa-lho todavia acrescentado com tanto cabedal de honra e nobreza que podem competir nessa riqueza com as mais ilustres famílias do reino.¹⁰⁰

Ainda que posterior, daremos conta de um último texto da mesma índole. Mais breve e com menos glória foi a vida de Maria Teresa Midosi, filha de seu amigo Paulo Midosi, a quem o autor de *Folhas Caídas*, que a conhecera “galantíssima criança”, não poderia deixar de dedicar uma também muito breve,

⁹⁶ Idem, p. 75.

⁹⁷ “Assim se julga onde os juízes estão às ordens dos ministros; assim se governa onde os caprichos, os ódios, as invejas são mais fortes que as leis”, conclui o articulista: idem, p. 76.

⁹⁸ “Sequestraram-lhe os bens, tiraram-lhe os soldos, separaram-no de seus filhos, e por fim viu sua nobre esposa encerrada num cárcere, mas por maior requinte de barbaridade em cárcere separado do dele”: idem, p. 77.

⁹⁹ Refere-se a um dos governos cartistas de António Bernardo da Costa Cabral.

¹⁰⁰ No presente Volume, p. 80.

mas certamente muito sentida nota necrológica,¹⁰¹ introduzida com um belo trecho poético, nos moldes da época, como bela era a poesia do vate:

Desparzam rosas sobre o seu jazigo porque ela era bela d'alma e de corpo!
E as palmas da virtude que lhas ponham também aí, porque as mereceu numa vida
pura e recatada, repartida toda entre o amor de seus pais que a adoravam, do
esposo a quem fez tão feliz, e dos filhos seu maior amor e cuidado.¹⁰²

Gabando-lhe as virtudes morais nessa curta vida de trinta anos, o autor do texto faz da sua homenageada um exemplar retrato feminino de meados de novecentos: “religiosa sem hipocrisia, amável sem afectação, instruída sem pretensões”; fluente em Inglês e Francês, escolheu “entregar-se às modestas ocupações do lar doméstico, brilhar no centro da sua família”, pelo que “o mundo conheceu-a pouco; os seus, muito”, até a febre tifóide a vencer. Na verdade, não haveria muito mais a dizer e só Garrett seria capaz de o dizer assim.

Sempre atento ao que se passava no mundo da literatura e, mais que todas, a dramática, Garrett teve ocasião de destacar, em *A Revolução de Setembro*, uma iniciativa, entre as poucas no género que ia havendo em Lisboa¹⁰³: falamos das conferências do “ilustre poeta e distinto literato inglês” James Sheridan Knowles,¹⁰⁴ ocorridas em Maio de 1845. Esse curso público sobre a literatura dramática seria previsivelmente composto por três leituras, mas o seu sucesso junto da plateia, essencialmente pejada de ingleses, mas onde também não faltaram portugueses para “fazer as honras da casa ao distinto escritor”, determinou que se lhe juntassem outras três, “de maneira que os cultores e afeiçoados da literatura inglesa tiveram seis noites de agradável e proveitoso entretenimento.”¹⁰⁵ Nas três primeiras noites, tomando sempre como exemplo as suas tragédias, falou-se de Shakespeare: “o grande fundador do teatro moderno, devia necessariamente ser o ponto de partida das considerações, das observações

¹⁰¹ “Necrologia de D. Maria Teresa Midosi”, *A Revolução de Setembro*, N.º 2547, de 19 de Setembro de 1850: idem, pp. 97-98.

¹⁰² Idem, p. 97.

¹⁰³ Posteriormente, e porque à data já lá se implantara uma forte comunidade britânica, também no Porto ocorreriam conferências do autor inglês.

¹⁰⁴ “Mr Sheridan Knowles”, *A Revolução de Setembro*, N.º 1251 de 5 de Julho de 1845: neste Volume, pp. 81-84.

¹⁰⁵ Idem, p. 82.

e doutrinas”¹⁰⁶ ouvidas; Eurípides e o teatro antigo foram tema da quarta leitura; baseou-se a quinta na oratória, dando especial atenção ao estilo, à declamação, aos exemplos de Demóstenes, de Chatham e Kirwan; por fim, na sexta e última lição foram os poetas ingleses que sobressaíram, nomeadamente do século XVII e XVIII, com Milton, Pope, Southey, Scott e Campbell, considerados principalmente no sentido dramático. Começando o artigo por um lamento pela situação política adversa, mas simultaneamente com laivos de esperança num melhor futuro, o autor do *Arco de Sant’Ana* congratula-se por Lisboa saber receber bem os seus viajantes¹⁰⁷; com efeito, antes de finalizar o artigo, não deixa de salientar que o conferencista britânico deixou Portugal “com um veemente epílogo de agradecimentos e saudade.”¹⁰⁸

Um outro grande acontecimento da época, organizado pelo autor de *Frei Luís de Sousa*, foi o Jantar Público, comemorativo do regresso dos emigrados políticos, ocorrido a 11 de Julho de 1846, no Salão Nobre do recém-inaugurado Teatro de D. Maria II, obra pela qual tanto batalhara,¹⁰⁹ jantar esse sobejamente publicitado e descrito n’*A Revolução de Setembro*.¹¹⁰ De acordo com o texto redigido pelo organizador, este animado jantar reuniu “uma companhia escolhida

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ “Esperemos nos carris de ferro (...). A civilização é tão poderosa e forte, que romperá todas estas peias, e nos tirará do cárcere: mais dia menos dia, nós tomaremos também o lugar que nos compete (...). Graças a ela, já muitos viajantes frequentam o nosso porto, já Lisboa tem hospedarias e hotéis que não envergonham, já nos comunicamos rápida e facilmente com os grandes focos de civilização, já não somos a *última Thule* dos modernos, já a nossa língua mesma, ainda há pouco inteiramente ignorada, começou a ser conhecida; e não tardará que, transitável o país, as suas belezas e comodidades possam ser tão familiares ao artista, ao poeta, ao geólogo, como lhe são as da Suíça, da Alemanha e da Itália.”: idem, pp. 81-82.

¹⁰⁸ Idem, p. 84.

¹⁰⁹ Mediante o estado de degradação em que se encontravam os edifícios destinados às representações de teatro (leia-se-se, em *Jornal do Conservatório: Comédia e Drama de Almeida Garrett*, o diagnóstico apresentado nas pp. 96-97 – 3.1. Panorama teatral de Lisboa, no 2.º quartel de oitocentos), Garrett redigiu a portaria de 28 de Setembro de 1836, que antecedeu o Decreto de 15 de Novembro do mesmo ano, prevendo a construção do novo teatro nacional: “Manda Sua Majestade a Rainha, que João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett proponha sem perda de tempo (...) um plano para fundação e organização de um Teatro Nacional nesta capital, (...) informando ao mesmo tempo acerca das providências necessárias para levar a efeito os melhoramentos nos teatros existentes.” (idem, p. 29) Assim sendo, após uma pré-inauguração do inacabado edifício, em 29 de Outubro de 1845, comemorando o aniversário de D. Fernando, Presidente honorário do Conservatório, a 13 de Abril de 1846, desta feita festejando o aniversário de D. Maria II, ocorrido alguns dias antes, o drama de Jacinto Heliodoro de Aguiar Loureiro, *Álvaro Gonçalves, o Magriço, ou os Doze de Inglaterra* inaugura oficialmente o palco do Teatro Nacional, dado por concluído apenas em Junho de 1848, quando as estátuas de Gil Vicente, Tália e Melpomene tomam, finalmente, o seu lugar. (idem, pp. 109-110)

¹¹⁰ N.º 1551, de 20 de Julho de 1846: pp. 85-89 deste Volume.

das principais pessoas da oposição com o fim de celebrar (...) o feliz sucesso das armas populares, e a restituição à pátria de tantos ilustres proscritos.”¹¹¹ Do lado de fora, enchendo a vasta Praça D. Pedro IV, apinhava-se um largo número de espectadores, animados por duas bandas de música militar colocadas no grande terraço do teatro, que tocavam alternadamente, “anunciando aquele público regozijo”. Primeiro, o Visconde de Sá brindou à Coroa e à liberdade, à Rainha, a El-Rei e Real Família, às Instituições Livres da Nação Portuguesa, ao que a música respondeu com o Hino da Rainha. Logo a seguir, foi a vez do Conselheiro Almeida Garrett brindar à Nação Portuguesa, não sem antes proferir um prolixo e apoiado discurso¹¹², após o qual outra banda tocou o Hino de D. Pedro, a rematar essa noite de celebração.

Alguns dias depois, será também *A Revolução de Setembro*¹¹³ a dar a conhecer o Relatório da Comissão Eleitoral¹¹⁴, redigido na sempre bela linguagem de Garrett, “sempre brilhante, mas mais brilhante e mais bela quando ele defendendo os direitos do povo se entrega ao génio da liberdade que o domina”¹¹⁵,

¹¹¹ Idem, p. 85. Segundo descrito no texto, estiveram presentes quatro representantes da emigração (conde do Bonfim, César de Vasconcelos, José Estêvão Coelho de Magalhães e Manuel José Mendes Leite), dois generais espanhóis emigrados (“em testemunho de gratidão pelos obséquios que os nossos emigrados receberam no seu país de todos os partidos”), dois representantes da revolução (Passos Manoel e major Montenegro), e os redactores dos jornais liberais “que tanta parte tomaram nela”. Ainda um correspondente em Lisboa da imprensa liberal britânica (Dr. Madden).

¹¹² Valerá a pena salientar algumas passagens desse discurso: “Somos poucos, somos pequenos: necessidade maior de termos um governo grande, um governo generoso, que faça destas poucas cifras uma quantidade grande, colocando-as em posição vantajosa, para que cresçam e multipliquem” (ibidem, p. 87m p); “Portugal civilizou-se, Portugal cresceu, e deu brado na terra sem ter mais gente do que hoje tem” (ibidem); “Portugal quando acabar, faz o que poucas nações ainda fizeram: deixa por herdeira da sua língua e nome da sua história, e de sua grandeza, uma grande nação, que ocupa uma das mais vastas porções do globo” (ibidem; outras grandes e populosas nada deixarão); Portugal não morrerá enquanto houver grandes homens e mulheres “como essas que há pouco surgiram no norte de Portugal, renovando todas as glórias que pareciam fabulados, de Aljubarrota, de Diu e de Cabul” (ibidem); rematando: “eu quero um governo forte, resoluto, igual à situação; que adopte sincera e rasgadamente o programa do partido que segue as doutrinas progressivas. E quero que esse partido governe, não em seu benefício exclusivo, mas em benefício de todos. Por isso mesmo que é um partido progressista, é que lhe incumbe a natural tutela dos outros, pondo-se à frente das reformas e dos melhoramentos, e formulando leis que elevem o país ao grau de civilização a que deve chegar. Exerça sim a tutela, mas faça que os tutores sejam abençoados pelos pupilos, e não apedrejados; como há pouco o foi um partido talvez mais desgraçado, que outra coisa.” (idem, p. 89)

¹¹³ N.º 1564, de 4 de Agosto de 1846: neste Volume, pp. 89-92.

¹¹⁴ Constatando a ausência de uma verdadeira lei eleitoral, ao fim de vinte seis anos de governo representativo, e já que a rainha mandara consultar o voto nacional, tornava-se necessária uma lei que regulasse “o modo de consultar essa vontade, e de obter esse concurso, pela sincera e verdadeira expressão daquele voto na mais livre escolha dos representantes da nação.” (idem).

¹¹⁵ Idem.

onde se propõe “uma completa e radical reforma do nosso direito eleitoral”¹¹⁶, fruto de experiência e aturada reflexão. Começando por advogar o método directo para as eleições mais próximas, passa a estabelecer como deverão ser os censos. Parte do princípio que o censo “não é senão um mero indício, presunção de capacidade e independência; e onde, sem ele, ou apesar dele, a capacidade, ou a incapacidade puderem provar-se, deve ser desprezada a presunção”¹¹⁷. Refere ainda que a prova de censo deve ser deduzida das colectas com que cada um contribui para as despesas do Estado, seja por deter propriedades ou indústria, e não pelo exercício de cargos públicos.¹¹⁸ A fim de determinar os elegíveis, “de um lado estabelecemos algumas inabilidades, e incompatibilidades electivas, e por outro lado dispensamos de toda a prova de censo para a elegibilidade, aqueles cidadãos que pelo desenvolvimento de suas faculdades intellectuais e morais, dão abonos superiores às presunções censíticas”.¹¹⁹ O País seria dividido em círculos eleitorais, “alguns deles menores ainda que os distritos administrativos”,¹²⁰ sendo esses círculos uninominais, segundo pareceu à comissão ser o método “mais perfeito”.

Muitas comissões foi integrando Garrett, no decorrer da sua actividade política, mas também como cidadão e homem de letras empenhado. Exemplo disso foi o comunicado da Associação Protectora da Imprensa Periódica, intitulado “Parecer da Comissão sobre a Unidade Literária”¹²¹, no qual os associados se propunham contribuir para a regeneração da imprensa portuguesa. Declarando-se cidadão da “república literária *una e indivisível*”, o redactor do parecer sente que

¹¹⁶ Idem, p. 90.

¹¹⁷ Idem, p. 91.

¹¹⁸ Além disso, “exige-se prova da colecta, e não prova do pagamento para o censo; ordenam-se as qualificações designadas nos recenseamentos; estabelece-se recurso dos conselhos de distrito para os tribunais judiciais; arreda-se a força armada para longe da urna; mandam-se apurar os votos em cada dia de eleição e, finalmente, dão-se garantias iguais à maioria e à minoria dos eleitores, mandando formar de uma e de outra as mesas da eleição” (idem, pp. 91-92). Para os infractores, são previstas penas correspondentes ao delito, “a fim de que a lei, e unicamente a lei, apareça armada no meio dos cidadãos, no grande dia do juízo nacional, em que todas as outras armas devem depor-se, desaparecer, e não ser vista senão a grande espada da justiça, igualmente independente sobre o governado, e o governante” (idem, p. 92).

¹¹⁹ Idem, p. 91.

¹²⁰ Idem.

¹²¹ Este parecer foi publicado n’*A Revolução de Setembro*, N.º 1591, de 5 de Setembro de 1846 (neste Volume, pp. 92-94) e na *Revista Universal Lisbonense*, Tomo VI de 1846-1847 (idem, pp. 122-194).

esse princípio de indivisibilidade havia muito vinha sendo traído,¹²² pelo que era tempo de o repor¹²³ e àquele grupo caberia tal missão. Não sendo desejável que os homens de letras “se evadam às obrigações e abdicuem dos direitos que têm no Estado”¹²⁴, é preciso que “tanto nos jornais como em quaisquer outras publicações, em todo o ponto de arte, de ciência, de literatura, trabalhem promiscuamente todos, sem distinção de cor política ainda que os jornais sejam políticos, e do mais oposto partido à pessoa que escreva”¹²⁵. Para que tal viesse a ser realidade, seria necessária uma lei que o estipulasse e essa era a razão de ser do requerimento, assinado por Rodrigo da Fonseca Magalhães, Visconde de Juromenha, Alexandre Herculano e pelo próprio relator, João Baptista d’Almeida Garrett:

Os abaixo assinados, escritores públicos e homens de letras, solenemente declaram que entendem ser inteiramente alheio às questões materiais e positivas do governo da nação, e às dos partidos em que ela se divide, o mister das letras, das ciências e das artes, e que por isso não reputam quebra do próprio pundonor e lealdade a livre cooperação do escritor em qualquer publicação periódica, empresa ou sociedade, para fins puramente literários, embora o espírito dessas publicações, empresas, ou sociedades represente ideias diversas das suas nas questões políticas da actualidade.

Declaram também que consideram esta nobre tolerância como um meio adequado a proteger o desenvolvimento da civilização; e como uma prova de ânimo generoso; que finalmente, se honrarão sempre de assim propor mesquinhas preocupações às conveniências do progresso moral e intelectual do país, não reconhecendo em ninguém o direito de os taxar, a eles ou a outros quaisquer escritores que se associem ao seu pensamento, de mera constância política.¹²⁶

Após algum tempo de afastamento da política activa, altura em que elegeu a literatura como sua principal ocupação, foi esse espírito reformista do letrado tribuno que presidiu à redacção do “Projecto de Resposta ao Discurso da Coroa”¹²⁷, que viria a ser discutido e aprovado na câmara dos deputados. Começando por

¹²² “Nascida no grémio maternal do catolicismo, a ciência, a literatura, a arte cristã tinha o mesmo pensamento sublime, regenerador, grande e divino – o de unir os homens pelos vínculos intelectuais e morais, de os fazer marchar ombro com ombro na estrada do aperfeiçoamento e da civilização” (idem, p. 122). Após o protestantismo, “às divisões em crença religiosa sucederam as divisões em crença política. Das primeiras veio a reforma da governação da igreja, destas a reforma dos governos do estado” (idem).

¹²³ É preciso voltar a unir: “Demos pois nós, por nossa parte, o primeiro passo neste caminho que é destruir dentro de nossos limites todas essas mesquinhas divisões de seita” (idem, p. 123).

¹²⁴ Idem.

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ Idem, p. 124.

¹²⁷ Publicado n’*A Revolução de Setembro*, n.º 2950, de 27 de Janeiro de 1852: pp. 99-101 deste Volume.

agradecer à Rainha o ter decretado a revisão da lei fundamental do estado, “naqueles artigos que a experiência tem mostrado ser indispensável corrigir e aperfeiçoar para melhor garantia da liberdade, da monarquia representativa e dos inalteráveis princípios em que a carta a quis estabelecer e construir”,¹²⁸ propõe todo um conjunto de alterações concretas que urge encetar, como rever a lei eleitoral, organizar a fazenda pública,¹²⁹ desenvolver os meio de comunicação, diligenciar para a construção de um caminho de ferro,¹³⁰ adequar a administração das províncias ultramarinas¹³¹ e fomentar as relações diplomáticas.¹³²

Ainda no jornal *A Revolução de Setembro*, serão publicadas duas cartas: a primeira, clarificando alguns aspectos legais, por impossibilidade de o dizer em sede própria,¹³³ acerca do programa que os deputados pelo círculo de Lisboa deveriam sustentar nas Cortes;¹³⁴ a segunda como resposta a um artigo sobre si,¹³⁵ que viria a ser publicado a 8 de Julho de 1851. Quanto ao programa que os deputados pelo círculo de Lisboa deveriam sustentar nas Cortes, Garrett aprova-o na generalidade, caracterizando-o como “providente e previdente, habilmente redigido, e (...) fiel aos princípios”¹³⁶ estabelecidos, com algumas ressalvas e sugestões. Sugere a não abolição, do Conselho de Estado e do Tribunal de Contas, por considerá-los “duas vísceras essenciais” do estado constitucional, mas antes a sua reforma, com a finalidade de impedir que os mesmos sejam “anormalmente

¹²⁸ Idem, p. 99.

¹²⁹ “... para que não sejam estéreis os sacrifícios que é necessário fazer, e para que eficazmente possam promover-se os melhoramentos materiais e morais do país”: idem, p. 100.

¹³⁰ “... a câmara recebe com a maior satisfação a promessa de uma proposta de lei para se empreender um caminho de ferro que nos ligue com o resto da Europa: o que seguramente há-de trazer à capital e ao reino todo, as maiores vantagens e prosperidades”: idem.

¹³¹ A câmara “coadjuvará o governo de V. M. em todas as medidas tendentes a melhorar a difícil e variada administração daquelas vastas e importantes regiões, e a firmar nelas a sólida garantia da nossa existência e independência nacional”: idem, p. 100.

¹³² “A câmara espera que as negociações por V. M. renovadas com a Santa Sé tenham pronta e definitiva solução, satisfazendo-se às necessidades da igreja, ao bem espiritual dos povos e à honra e dignidade da corôa da vossa majestade”. Do mesmo modo, “terá a maior satisfação em poder reconhecer que no tratado de comércio com S. M. I. o imperador de todas as Rússias, e na convenção literária com a república francesa se consagraram os princípios de justiça e utilidade que são o direito comum das nações”: idem, p. 101.

¹³³ “Eis aqui o que eu desejava dizer na reunião dos nossos amigos eleitores de Lisboa”, em carta apressada e pouco desenvolvida, “mas nem o tempo nem o meu estado de saúde me permitem fazê-lo melhor”: *A Revolução de Setembro*, n.º 1603, de 19 de Setembro de 1846, p. 97 deste Volume.

¹³⁴ Idem, pp. 95-97.

¹³⁵ *A Revolução de Setembro*, n.º 2783, de 8 de Julho de 1851: no presente Volume, pp. 98-99.

¹³⁶ *A Revolução de Setembro*, n.º 1603, de 19 de Setembro de 1846, p. 95 deste Volume.

substituídos de facto com prejuízo irremediável da harmonia da vida pública”.¹³⁷ Pelos mesmos motivos, visava a restituição do Tribunal Administrativo Municipal e Local. Por fim, pedia o aditamento de dois artigos: “um que proclamasse a necessidade da reforma e educação do clero e da sua constituição geral; outro que manifestasse a unânime opinião do país de manter o trono e a dinastia da senhora D. Maria II”.¹³⁸ No que toca à resposta a um artigo publicado sobre si, ela é antes de mais um esclarecimento. De facto, não teria sido uma “liga encoberta” a aproximar-se do ministério decaído para o “*trair e minar*”, pois que todos conheciam “um por um, os coligados”, consentindo o próprio em “partilhar a imensa responsabilidade política e moral que sobre eles pesa”. Para além disso, remata:

Quando porém eu julgasse dever ou poder ligar-me a qualquer oposição que se fizesse ao ministério passado, havia de fazê-lo lealmente, generosa e francamente como sempre fiz com amigos e inimigos em todos os tempos e circunstâncias.¹³⁹

Depois dessa afirmação incontestável, pelo menos para quem bem conhecesse o carácter do Autor, recuperamos a antiga lenda *Os Figueiredos*, publicada na revista *A Ilustração*¹⁴⁰: “As trovas são bem conhecidas, e hoje vulgares por muitas reimpressões em vários jornais literários. Eu creio que a lição elaborada que possuo, coleccionada entre todas com muito escrúpulo, e devidamente glossada, é a que se deve preferir. Em lugar mais oportuno, que não hão-de ser as colunas de um jornal, a hei-de publicar.”¹⁴¹ Aliás, essa procura da velha poesia proscrita no século XVI já vinha acontecendo desde o século XVIII, sendo que em Portugal só terá acontecido no segundo quartel de oitocentos, remexendo nas colecções do séc. XIII e XV, nas crónicas velhas, e principalmente na tradição oral dos povos.¹⁴² Por esse motivo, quase como imperativo de consciência e sem pretensões de se colocar entre os filólogos e antiquários, nem tão pouco elaborar uma dissertação cronológica e crítica, “para uso de sábios”, o autor de *D. Branca*, anuncia a sua intenção de redigir um livro popular, com o fito de

¹³⁷ Idem, p. 96.

¹³⁸ Idem.

¹³⁹ *A Revolução de Setembro*, n.º 2783, de 8 de Julho de 1851: no presente Volume, p. 98.

¹⁴⁰ *A Ilustração*, Vol. I, N.º 4, de Junho de 1845: pp. 228-230 deste Volume.

¹⁴¹ Idem, p. 230.

¹⁴² *Revista Universal Lisbonense*, Tomo V, 1845-1846: neste Volume, p. 107.

“popularizar o estudo da nossa língua, dos seus documentos mais antigos e mais originais, dirigir a revolução literária que se declarou no país, mostrando aos novos engenhos que estão em suas fileiras os tipos verdadeiros da nacionalidade que procuram, e que em nós mesmos, não entre os modelos estrangeiros, se devem encontrar.”¹⁴³

Será fácil concluir que esta busca do genuinamente nacional faz parte de um todo, bem mais abrangente, como seja a implantação do novo regime constitucional, tantas vezes posto em perigo, mas também de uma nova literatura mais de acordo com as novas ideias. É o próprio autor que o diz: “A revolução não está completa nem consolidada” e seria preciso completá-la, não se poupando ele a esforços:

Eu, que usei levantar o pendão da reforma literária nesta terra, soltar o primeiro grito de liberdade contra o domínio opressivo e antinacional da falsa literatura: dói-me a consciência de ver a anarquia em que andamos, depois que ele foi aniquilado; pesa-me ver o bom instinto dos jovens talentos, desvairando em suas melhores tendências, procurar na imitação estrangeira o que se pode achar em casa.¹⁴⁴

Não desistindo nunca do seu objectivo, Garrett pôs todo o seu empenho no trabalho que se propôs fazer, com o mesmo cuidado que usava com qualquer tarefa particularmente importante, ainda que consciente da impiedade dos críticos: “Respondo pelo espírito, pela tendência, pela verdade moral do trabalho. (...) Eu reuni, juntei, pus em alguma ordem muitos elementos preciosos” (...), “lançando no papel as observações que me lembram, as reflexões que me ocorrem, sem curar às vezes nem do fio que levam, nem do lugar em que as ponho”¹⁴⁵, e quanto gostaria que essas páginas “se fizessem ler de toda a classe de leitores”¹⁴⁶, sempre com a preocupação de prestar o melhor serviço à sua terra e às letras pátrias.

Esperava com o seu método poder cativar muitos leitores para a sua causa; daí ter procurado tornar a leitura mais leve, intercalando diferentes tipos de texto,

¹⁴³ Idem.

¹⁴⁴ Idem, p. 108.

¹⁴⁵ Idem.

¹⁴⁶ E continuava: “... não me importa que os sábios façam pouco cabedal delas contanto que agradem à mocidade, que as mulheres se não enfadem absolutamente de as ler, e os rapazes lhe não tomem medo como a livro profissional.”: idem, pp. 108-109.

“a prosa com o verso, a fábula com a história, os raciocínios da crítica com as inspirações da imaginação”¹⁴⁷. Assim, sob o título *Da Antiga Poesia Portuguesa*, foram publicados dois artigos na mencionada *Revista Universal Lisbonense*¹⁴⁸, o primeiro versando as *Cantigas ou Canções de Egas Moniz-Coelho* – contém as trovas a D. Violante, aia da rainha, da autoria do nobre trovador Egas Moniz-Coelho¹⁴⁹ –, e o segundo sobre os *Romances Populares* – revelando um dos mais antigos romances populares da Península, *O Caçador*¹⁵⁰ (o mesmo a que os espanhóis chamaram *Infantina*), não sem antes fornecer algumas informações pertinentes. Não é crível que Garrett tenha deixado de se interessar por este assunto, como, aliás, o atesta a posterior publicação do 2.º e 3.º volumes do *Romanceiro*; no entanto, n’A *Revista Universal Lisbonense*, o assunto fica por aqui. Contém, todavia, esta última, ainda um outro artigo, intitulado “O Bazar”¹⁵¹, anunciado como de autor estrangeiro e acompanhado da seguinte nota do tradutor: “Estas linhas sobre o Bazar do Calhariz são traduzidas das notas de um viajante que as lançara no seu álbum para memória. Não acabam aqui; e traduzirei o resto para outra vez. (A. G.)”¹⁵² Tradução de Garrett, ou original seu, trata-se de uma descrição dos três dias de um bazar de beneficência, no palácio do Duque de Palmela, no Largo do Calhariz, que o autor aproveita para dar a conhecer como vivia a sociedade lisboeta da

¹⁴⁷ Idem, p. 109.

¹⁴⁸ Os dois artigos vêm ambos insertos no Tomo VI, respeitante aos anos de 1846-1847: idem, pp. 111-121.

¹⁴⁹ Antes de dar a conhecer os textos, Garrett fornece algumas informações relevantes sobre os mesmos, assim como as circunstâncias em que foram escritos e achados. Opina que lhe parecem canções, mesmo que antes lhes tenham chamado cartas e especifica: “O pensamento e contextura decerto não desdizem do século XII a que são atribuídas. / O meu texto é correcto à vista, e pela confrontação das três lições que temos; e creio que muito melhorado de qualquer delas por mais racional pontuação e mais lógica. / A tradução em vulgar facilitará a inteligência pronta do sentido: o que os glossários nem sempre conseguem. / V. Mig. Leitão de Andrade *Miscelan.*, diálogo XVI; Faria e Sousa, *Europ.*, tom. III p. IV c. IX; A. R. Santos Ms. na Bibl. pub. de Lisboa.”: idem, p. 112.

¹⁵⁰ No dizer de Garrett, era esta relíquia da nossa primitiva literatura muito admirada pelo tradutor inglês Lockhart, que apenas conhecia a versão castelhana, mas que certamente muito mais lhe agradaria a original versão portuguesa, em que foi “composto na linguagem ainda comum e pouco discriminada que prevalecia ao princípio da reconquista na povoação cristã das Espanhas. (...) O sobrenatural desta história parece-se mais com as crenças e superstições, ainda hoje existentes no nosso povo, das mouras encantadas, das aparições da manhã de S. João e de outros mitos nacionais tão belos, tão queridos da gente portuguesa, e tão desprezados – ainda mal! – até agora pelos nossos poetas. (...) Boccacio e Lafontaine achariam nos cantos tradicionais do nosso povo com que enriquecer muito ‘cem novelas novas’ de suas gaiatas colecções.”: idem, p. 117.

¹⁵¹ Tomo V, 1845-1846, pp. 104-107 do presente Volume.

¹⁵² Idem, p. 107.

época e das poucas alternativas que lhe restavam para passar o seu tempo,¹⁵³ pior ainda durante o dia que de noite:

Passear a pé não vai; de carruagem não tem aonde. Galerias, museus, exposições, não as há. Os que a devoção ou o gosto pudesse levar às festividades da Igreja, não ouvem lá senão pedaços de óperas – sérias e não sérias. Dos sermões não quero falar. Concertos, nem particulares nem públicos, não se usam: espectáculos de arte em que a instrução se una ao recreio... só se forem os toiros e os cavalinhos. Prazeres em que entre o espírito, reuniões em que o talento faça alguma coisa, para que o engenho contribua, em que alma ganhe... eu não sei... Peço perdão ao elegante teatro das Laranjeiras,¹⁵⁴ estabelecimento de príncipe que não tem segundo talvez na Europa. – Porém esse é raro que abra as suas hospedeiras portas no inverno. Também peço perdão à nascente sociedade Tália que muito promete.¹⁵⁵

Aquele bazar terá, portanto, constituído uma excepção. Parecendo-lhe “impossível contar, quanto mais descrever, as preciosidades que ali se viam em profusão”,¹⁵⁶ o autor descreve, ainda assim, com bastante pormenor, tudo o que estaria disponível para venda, ou puro deleite. Distribuídos por duas ordens de mesas,¹⁵⁷ cobertas de damasco verde, podia-se encontrar uma infinidade de

¹⁵³ Classificada como uma sociedade triste, “num inverno terá seis ou sete bailes, outros tantos jantares, e talvez um igual número de soirées em que se reúna, em que se encontrem uns aos outros. Mas com isto e com o teatro italiano, está dito tudo.”: idem, p. 104.

¹⁵⁴ Recordemos que o autor do quadro traçado era presença assídua no palácio do Conde de Farrobo. Conforme salientou Teophilo Braga, “o primacial poeta alumiou com o fulgor do seu génio os *Serões das Laranjeiras*, não como um Petrónio extemporâneo, [como insinuou Júlio Dantas no seu drama em três actos *Um Serão nas Laranjeiras*] mas como um Goethe a quem faltou a côrte de Weimar.”: *Garrett e os Dramas Românticos*, p. 530.

¹⁵⁵ Tomo V, 1845-1846, neste Volume, p. 105. A propósito dos costumes lisboetas daquela época, poderá ser interessante conhecer o texto atribuído a Garrett, “O Brasileiro em Lisboa”, contido n’*A Ilustração*, Vol. I, N.º 4, de Julho de 1845: ibidem, p. 223-227. Com a assinatura Jacaré Paguá, é antes de mais um texto de carácter lúdico, no qual um brasileiro, filho de portugueses, vem a Lisboa passar uma temporada e descreve à sua amada Mohema o que observa sobre o modo de vida dos seus habitantes. Afirma ser “uma delícia” viver em Lisboa: “Temos toiros, temos cavalinhos, dois teatros franceses – isto é, representa-se em português, mas as comédias, e o modo de falar e de representar, as cenas, os costumes, a acção, a vida, tudo é traduzido do francês. Vê como há-de ser bonito! E há vapores para Almada, que é da outra banda do Tejo – e ónibus para Benfica e para o Lumiar; e já há duas ou três lojas onde se vende neve... É quase como no Rio de Janeiro.”: idem, pp. 223-224.

¹⁵⁶ “O Bazar”, idem, p. 106.

¹⁵⁷ “Eram umas doze as mesas; em cada uma delas estavam duas, três senhoras encarregadas da venda dos objectos que continham. Distinguiam-se entre elas, a senhora duquesa de Palmela com suas filhas, a senhora duquesa da Terceira com suas sobrinhas (filhas de S. A. R. a Sra. infanta D. Ana de Jesus Maria), a senhora marquesa de Fronteira e sua filha, as senhoras condessas de Lavradio, de Lumiares, de Rio-Maior, da Ponte, a senhora D. Henriqueta Oyenhausen, dama de S. M., as senhoras D. Maria Margarida de Mello Breyner, D. Júlia Braancamp, D. Maria Emília de Saldanha, D. Maria da Conceição Feio e suas filhas, D. Carlota O’Neill. No topo da sala, gelados, frutas, flores, doces. As senhoras condessas da Lapa, e D. Ana da Câmara presidiam a esta mesa.”: idem.

objectos “de arte e de preço”, muitos “de riqueza e de gosto”: “obras de tapeçaria de todo o género, contribuição de rainhas e de princesas, de muitas senhoras de primeira distinção nacionais e estrangeiras”; “S. M. a rainha, S. M. a imperatriz, S. A. I. a senhora princesa Amélia, SS. MM. as rainhas de França e da Bélgica, e várias outras princesas ofereceram preciosas obras de seu próprio trabalho”; “El-rei contribuiu valiosamente com muitas de suas gravuras”; “inumeráveis dons de todas as senhoras nobres e elegantes da capital”,¹⁵⁸ tudo podia ali ser encontrado. Enquanto uma banda militar tocava continuamente, o concurso de toda a família real, fazendo “largas compras”, trouxe após si quase toda a sociedade lisboeta; a elegância das toilettes e das maneiras, assim como “a amabilidade de todas estas senhoras, diziam facilmente a qualquer estrangeiro que ali estava o centro de todo o *rank and fashion* do país”¹⁵⁹, o que também terá contribuído para o sucesso da iniciativa.¹⁶⁰

Ora, também o nosso autor pertenceria a essa sociedade, mas sobretudo a um escol de homens ilustres que, no exílio, se notabilizaram na acérrima luta pela sua Pátria e pelo bem comum e, apesar das circunstâncias, terá ele deixado a Inglaterra com alguma saudade;¹⁶¹ daí, ter-nos deixado alguns testemunhos da sua passagem pela velha Albion, mormente n’A *Ilustração*,¹⁶² em cujas páginas lhe

¹⁵⁸ Idem.

¹⁵⁹ Idem.

¹⁶⁰ Este bazar, cujo produto reverteria para as casas d’asilo para a infância desvalida, instituição fundada por D. Pedro IV e presidida pela Imperatriz viúva, “apurou para aquela piedosíssima obra muito acima de três contos de réis.”: idem.

¹⁶¹ Francisco Gomes de Amorim chama-nos a atenção para o facto de, no meio do infortúnio, ter sido o exílio uma oportunidade de Garrett contactar com a mais escolhida sociedade inglesa, o que lhe possibilitou todo um conjunto de experiências e aprendizagens, que dificilmente teria tido noutro contexto, e que se reflecte na sua escrita: “O marquês de Palmela apresentava alguns dos mais distintos emigrados às famílias ilustres com quem mantinha relações em Inglaterra. Garrett aproveitou-se também desse favor. E assim como os Hadleys lhe fizeram conhecer de perto a burguesia rica, o embaixador português permitiu-lhe que apreciasse os frequentadores dos salões aristocráticos. Foi nessa sociedade que ele acabou de completar a sua educação de homem do mundo e de perfeito cavalheiro, adquirindo certo aprumo e gravidade, que se casavam adiravelmente com as maneiras distintas e apurado gosto, que devia mais à sua natureza que ao contacto de gente polida. Em muitos dos seus escritos, (...) se revela o critério com que estudou os usos e costumes da vida inglesa, do *high-life* (...), mostrando-se iniciado em todos os segredos da mais selecta elegância *fashionable*. O quadro da sua existência de emigrado pobre era, pois, feito de contrastes, realçado a espaços por tintas vivas e alegres, que tiravam a dureza às massas negras pintadas pelo infortúnio. Não lhe faltaram jantares principescos, nem bailes sumptuosos, e por mais de uma vez recebeu a honra de tomar assente no caleche elegante de várias *ladies*, que o levavam a passeio.”: *Garrett – Memórias Biográficas*, Tomo I, pp. 473-474.

¹⁶² Fundada por António Augusto Teixeira de Vasconcelos, *A Ilustração*, jornal universal veio a público entre Abril de 1845 e Setembro de 1846, reunida em dois volumes, um por cada ano

dedicou uns poucos de artigos, sob os títulos “O Inglês”, “A Ordem do Banho” e “O Castelo de Dudley”. O primeiro artigo intitulado “O Inglês”¹⁶³ surge a propósito de uma representação de *Falar Verdade a Mentir*, começando o dramaturgo por se interrogar por que motivo se ririam tanto daquela caricatura de inglês, “que tão bem feita foi” e que, ao fim e ao cabo, ele próprio engendrara. Caracterizando-o com “uma das mais belas e apuradas raças da família humana; pelo espírito, não há nada sublime, grande a que se não eleve (...) é bravo, é leal, é empreendedor – franco e generoso, rico e instruído, belo, valente, nobre”¹⁶⁴ – não encontra o articulista qualquer motivo que torne o Inglês risível aos olhos da Europa, a qual, em contra-senso, imita em tudo os súbditos de Sua Majestade Imperial, desde as modas e os costumes às “invenções úteis e agradáveis”.¹⁶⁵ A páginas tantas, parece-lhe ter encontrado a explicação no facto de o Inglês ser feito para viver em Inglaterra. Depois de observarmos um John Bull, perfeitamente caracterizado, acompanhamos uma visita a Kensington-Gardens, onde “uma banda militar toca o mais escolhido da *Favorita*, dos *Puritanos*, da *Lucrécia*”¹⁶⁶ e se reúne “todo o rank and fashion dos três reinos”, deixando à entrada “um imenso número de equipagens, a qual mais luzida e elegante.”¹⁶⁷ Neste ponto, aproveita para descrever as inglesas, colocando-as num plano superior às francesas, castelhanas e alemãs: “Onde guarda esta gente as feias?”, interroga-se o nosso *dandy*, afinal preferindo “a suavidade angélica, (...) a incomparável espiritualidade, a maviosa e quase melancólica expressão da formosura portuguesa.”¹⁶⁸

de vigência. Apud VARGUES Isabel Nobre e CABRAL, Luís, *Garrett Jornalista*. Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1999, p. 47.

¹⁶³ “O Inglês” I, *A Ilustração*, Vol. I, N.º 1, Abril de 1845: neste Volume, pp. 195-198.

¹⁶⁴ Idem, p. 196.

¹⁶⁵ “O Inglês alarga as calças, enche-se o mundo de varinos e suliotas. Desce ele as cinturas, pomo-nos todos com o fato pelos quadris. Tosquia-se, ficamos todos chamorros. Deixa crescer as guedelhas, não se vê senão nazarenos e sansimonianos por essas ruas. Gosta de cavalos, faz correr cavalos, – de Lisboa a S. Petersburgo todos os rapazes querem ser jóqueis e ciganos. O fraque e a ponte pênsil, o chá preto e os caminhos de ferro, o macadame e as botas envernizadas, o sistema cinstitucional e os coletes brancos, os românticos e os barcos a vapor, os dandies e as companhias monstros, as tragédias em que se ri e as comédias para chorar, os ex-checker-bills e os cocheiros de cabeleira branca, tudo nos vem, tudo imitamos, tudo exageramos dos ingleses. Nós é que somos os macacos, e nós é que nos rimos!...”: idem, pp. 196-197.

¹⁶⁶ Idem, p. 197.

¹⁶⁷ Idem.

¹⁶⁸ Idem, pp. 197-198.

No artigo seguinte¹⁶⁹, já quase noite em Kensington-Gardens, assistimos ao desfile de equipagens, de regresso a casa, prendendo-nos a atenção o “ginete de puro sangue árabe”, a caleche elegante de “duplicadas molas”, a brisa que brinca com as plumas dos chapéus e um briska azul, onde uma “figura de Apolo” entretém uma inglesa.¹⁷⁰ À chegada ao destino, tudo é descrito ao mais ínfimo pormenor, desde o laçao polvilhado e de libré que desce para anunciar a chegada, ao outro de aspecto semelhante que abre a porta e às damas que entram, acompanhadas do cavaleiro com “figura de Apolo”. Imaginando ter recebido um convite para aquela casa, o articulista entra no *drawing-room*, tentando depois explicar o que tal significa, começando pelo que não é: “É uma sala de visitas portuguesa? Não. É um *salon* francês? Não. É uma sala de companhia, é uma sala de baile, um quarto de estar, um gabinete, uma galeria, um estudo? Não é nada disso e é tudo isso.”¹⁷¹ Acaba por descrever como será uma “lusa verdadeira sala de visitas” e promete falar no “*salon* francês” num artigo seguinte, ambos “puros e genuínos como eles devem ser para serem tipos.”¹⁷²

E porque “para poder dizer, o que é um *drawing-room*, era preciso dizer o que ele não é”, passa ao *salon* francês, conforme prometera no artigo anterior. Descrevendo o *salon*,¹⁷³ imagina um diálogo, repara num *abat-jour*, traduz o termo por *tapa-luz*, que afinal não lhe soa bem, e volta ao *drawing-room*, único local onde a inglesa vive – “viver é só no seu *drawing-room*”, que afinal acaba por não definir.

Passando a outro assunto, ainda que a temática inglesa permaneça, e não pretendendo moralizar, nem tão pouco “julgar dos factos”, mas antes dizer “como eles são”, aquele que viria a ser o 1.º Visconde de Almeida Garrett denuncia algum desdém dos seus contemporâneos por qualquer tipo de distinções sociais, mais a mais estando num “século democrático”, constatando porém que nunca elas foram tão procuradas,¹⁷⁴ a ponto de quase se banalizarem. A Inglaterra, assumidamente

¹⁶⁹ “O Inglês” II, *A Ilustração*, Vol. I, N.º 1, Abril de 1845, pp. 198-201 deste Volume.

¹⁷⁰ “É lindo o briska, tão simples, tão leve, tão baixinho!... Duas letras góticas apenas coroadas por um timbre singelo – indicam modestamente que se não querem usar de outros distintivos de armaria, que ficam para mais pomposos veículos, e para mais solenes ocasiões.”: *idem*, p. 199.

¹⁷¹ *Idem*, p. 200.

¹⁷² *Idem*, p. 201.

¹⁷³ “O Inglês” III, *A Ilustração*, Vol. I, N.º 1, Abril de 1845, pp. 218-220 do presente Volume.

¹⁷⁴ Diz-nos o artigo intitulado “A Ordem do Banho”, n’*A Ilustração*, Vol. I, N.º 1, de Abril de 1845, pp. 202-204 deste Volume: “A classe média que invade tudo, e que está bem longe de querer

mais tradicional, mantém “ainda as formas e solenidades feudais conservadas com escrúpulo, as distinções sociais mais circunscritas, o acesso às dignidades mais difícil”,¹⁷⁵ já que a aristocracia é “forte, rica e instruída”, mantendo a sua força junto do poder e de todas as mais nobres instituições do Estado.¹⁷⁶ Por esse motivo, qualquer distinção passa pela vontade do rei e obedece aos mesmos rituais usados pelos seus ancestrais. Vem isto a propósito da Ordem do Banho, cuja história, simbologia e divisas são claramente descritas, tudo encimado pela ilustração da rainha Vitória numa investidura de novos cavaleiros da dita Ordem, na sala do trono do palácio de St. James.¹⁷⁷

Continuando em Inglaterra, teremos ocasião de acompanhar o nosso autor numa visita às ruínas do Castelo de Dudley¹⁷⁸ e “mais curiosidades de suas

deixar subir a plebe até ela, quer todavia elevar-se a si mesma a par da antiga nobreza. Já não é o peão fidalgo – o bourgeois-gentilhomme – que arremeda os ares da côrte; é uma classe, uma geração inteira que invadiu os palácios, que se mandou escrever no livro de ouro pelos reis d’armas de todos os países, que mofa do passado que não ouviu o seu nome, e do futuro que o não há-de conhecer: o presente é seu porque o domina. Sabe que não vem na história, nem há-de ir à posteridade. Que fez ela, que fizeram seus avós para isso? Mas a ciência e as letras, a indústria e as artes são suas, sua é a riqueza, seu portanto o presente”. Por isso “querem o pergaminho, e querem a fita, e querem a cruz, e o título, e... se eles pudessem comprar a história também!...”

¹⁷⁵ Idem, p. 203.

¹⁷⁶ Heinrich Heine eleger a superioridade da nobreza inglesa por contraste com a francesa, explicando os motivos da sobrevivência da primeira por oposição à decadência da segunda: “La nobility d’Angleterre est à la vérité toute autre chose que la noblesse française, et elle mérite que j’en fasse précisément cet éloge. La noblesse anglaise s’est toujours opposé à l’absolutisme des rois, de concert avec le peuple, dont elle soutenait les droits en même temps que les siens propres; la noblesse de la France au contraire s’est rendue à discrétion aux rois. (...) Manouvres travaillant en commun avec les rois, elle a opprimé et trahi le peuple. (...) elle a dû, à cause de celà, tomber avec la vieille royauté.”: *De la France*, pp. 75-76. E conclui: “Celle-ci [la noblesse anglaise] a maintenu sa force; ses racines s’étendent dans le sol vigoureux, le peuple, qui admet comme les rejetons d’une espèce pure les plus jeunes fils de la nobility et, par cet intermédiaire qu’on appelle la *gentry*, demeure toujours allié avec la nobility, la véritable noblesse. D’ailleurs, elle est pleine de patriotisme; elle a jusqu’à ce jour vraiment représenté la vieille Angleterre avec un zèle non simulé, et ces lords, qui coûtent tant, ont aussi, quand il le fallait, fait à la patrie des sacrifices. (...) La noblesse anglaise méprise trop la bourgeoisie pour juger nécessaire de lui imposer par des moyens extérieurs et d’exposer en public les insignes de sa puissance. Au contraire, on voit (...) les nobles anglais vêtus d’une manière simple et bourgeoise, sans être remarqués, parcourir les rues, les théâtres, et les raouts de Londres. Ils réservent leurs décorations féodales et autres oripeaux de cette espèce pour les fêtes de la cour et pour les anciennes cérémonies.”: idem, pp. 77-78.

¹⁷⁷ “A rainha, sentada no trono, revestida do manto, e ornada com colar e placa da ordem, tendo o príncipe Alberto à sua direita, e o duque de Cambridge à esquerda, preside o capítulo da ordem. Os cavaleiros grã-cruzes tomam assento na mesa capitular que está defronte do trono. / O postulante conduzido pelos dois grã-cruzes mais modernos, ajoelha à direita do trono. Rei d’armas Bath apresenta ao príncipe Alberto a banda e insígnia da ordem; este as oferece à rainha grã-mestre que as lança ao novo cavaleiro que antes fora armado tal pela mesma augusta mão. Os cavaleiros grã-cruzes estão todos com os seus mantos e insígnias.”: “A Ordem do Banho”, n’*A Ilustração*, p. 203 do presente Volume.

¹⁷⁸ “O Castelo de Dudley”, FOLHAS TIRADAS DO ÁLBUM D’UM EMIGRADO, in *A Ilustração*, Vol. I, n.º 4, de Julho de 1845, neste Volume, pp. 213-217. No segundo volume das *Obras Completas*,

vizinhanças”, uma incursão com laivos de romance gótico inglês, no qual somos transportados ao cenário descrito, tal a profusão de pormenores do percurso pela velha Cornualha, através da “nova” estrada real,¹⁷⁹ principal via de comunicação entre o reino de Inglaterra e o da Irlanda, desde Edgbaston, de onde saiu acompanhado pelo seu amigo e hospedeiro, August Hadley, num gélido dia 15 de Janeiro de 1823, desusadamente primaveril. A dada altura do percurso, a beleza bucólica dos campos, bordada de casas elegantes, dá lugar a um “país árido, feio, e melancólico como um dia de derradeiro outono inglês. Campos negros, casas tristes, o chão revolvido e queimado, todos os sinais d’um vulcão vizinho”,¹⁸⁰ encimado por um plúmbeo céu de nuvens de fumo e habitado por camponeses com o seu quê “de mais rude e selvagem”, anunciando a chegada a uma zona mineira¹⁸¹ e suscitando um comentário sobre a avareza humana, capaz de todas as “privações e misérias”, só “para desentranhar esses metais – esse ferro e esse ouro ambos origens de tantos crimes”. Quando já avistavam, elevando-se acima da povoação, os “erguidos torreões e altas ameias” do castelo de Dudley, “que pela maior parte se conservavam ainda em pé”, e depois de brevemente poderem observar de relance todo o ambiente que rodeava o árduo trabalho dos mineiros, pararam à porta de uma estalagem, também ela pormenorizadamente descrita, em decoração e costumes. Aguardando o almoço, o nosso viajante forneceu-nos mais alguns elementos do retrato daquele lugar, concretamente os seus edifícios de

na sua edição de 1904, na secção de “Viagens e impressões”, podemos encontrar este texto de *Folhas* tiradas do álbum dum emigrado, pp. 481-486. No mesmo exemplar, e na mesma secção, localizámos inclusivamente “O Inglês”, pp. 487-491, e a “Ordem do Banho”, pp. 493-494. Aliás, esta secção de “Viagens e impressões” é ainda digna de nota por se iniciar com um “Diário da minha viagem a Inglaterra” – pp. 471-480 –, que nos elucidam sobre a época do primeiro exílio britânico do seu autor, desde os sentimentos experimentados na véspera da partida de Lisboa – em 10 de Junho de 1823 –, até à viagem de Birmingham a Londres, – em 26 de Janeiro de 1824 –, em vésperas de partir para o Havre.

¹⁷⁹ “A estrada é magnífica, óptimo pavimento, bem escoada de águas, acabada com a proverbial perfeição inglesa. Toda ela é de um lado bordada de soberbas casas apalaçadas, com seus jardins à frente – ou de elegantes *cottages*, e nos intervalos, renques d’árvores, campos sempre verdes, ou bem dispostas e cultivadas hortas.”: in *A Ilustração*, Vol. I, n.º 4, de Julho de 1845, p. 214 deste Volume.

¹⁸⁰ Idem.

¹⁸¹ Aí se via “a multiplicidade de clarões sulfúreos que se divisam por entre a névoa, o próprio cheiro desagradável do enxofre, e o semblante pálido dos poucos, rotos e miseráveis habitantes que se encontram. Algumas toesas mais de caminho me deram a razão da mudança: vimos a boca de uma mina de ferro, e junto dela uma fábrica trabalhando com sua possante máquina de vapor.”: idem.

arquitectura gótica, que lhe pareceram excelentes em seu género.¹⁸² De tarde, recebidos por um dos trabalhadores do quase suserano independente Barão de Dudley, transpuseram a cancela de ferro que separa a esplanada do castelo do exterior. Supondo-os em busca de “notáveis” fósseis dos que por ali abundavam, o habitante da casita, construída sobre os restos de um dos torreões da cerca exterior do castelo, logo lhes colocou à disposição “várias petrificações extraordinárias (...), porque a maior parte são conchas, mariscos e outros produtos marítimos, estando aquelas minas positivamente no meio, e no mais alto do meio, da ilha”,¹⁸³ propondo-lhes servir de cicerone numa visita ao local de onde tais preciosidades eram provenientes¹⁸⁴.

Percorreram, então, o largo espaço do parque que circunda o castelo, chegando a um dos boqueirões ou entradas da mina, por baixo do longo edifício, nas profundas escavações que tinham feito, para a extracção da cal, cuja entrada está guardada por altos e corpulentos álamos. Lá dentro, depois de descerem por um despenhadeiro íngreme e escorregadio, nova paragem para apreciar o extraordinário aspecto dessa vista subterrânea, novamente descrita com todos os detalhes, por trilhos e canais, numa autêntica sinestesia. Não faltou sequer uma aventura, digna de um *thriller*, cheio de *suspense*, cuja explicação foi finalmente transmitida: não passara de uma partida que os mineiros quiseram pregar aos forasteiros, ou antes uma “agradável surpresa”, como terá dito o guia autóctone. Apesar dos efeitos nefastos, descobriu o nosso viajante que aqueles subterrâneos tinham as suas virtudes, concretamente o canal que os atravessava, “todo obra

¹⁸² “Os Ingleses têm ultimamente restaurado este gosto de arquitectura, que tão belo é e tão solene, e que o servilismo das imitações gregas, o *rococó* das monstruosidades *greco-galas* dos três últimos séculos tinham prescrevido e proscrito. A arquitectura gótica com suas agudas arcadas, com suas compridas e estreitas janelas, suas obscuras naves, sua melancólica solenidade, é mais própria de um templo cristão e de suas augustas funções, do que a elegante, a garrida, e demasiado risonha arquitectura grega. Os mistérios de Ísis, as orgias festivos de Baco, as solenidades de Flora, e as festas de Apolo ou Júpiter ficavam bem entre colunas dóricas ou coríntias. Mas os ritos cristãos, sérios, graves, e mais dirigidos ao coração que aos sentidos, dizem melhor com a tristeza sublime d’uma igreja gótica.”: idem, pp. 216-217.

¹⁸³ Idem, p. 217.

¹⁸⁴ “Pareceu-me entre todas mais notável uma casta de réptil (réptil cuidei eu) cuja aparência era a de uma pequena rã na parte da cabeça, mas no resto oblongado a modo de cauda de lagarto. Todavia os meus pobres conhecimentos zoológicos me tinham enganado: o animal era um marisco hoje desconhecido a que dão o nome de *Pediculus marinus* (saltão, gafanhoto ou cigarra marinha). Trilobite lhe chama Mr. Parkinson, *Dudley-locust* (locusta ou gafanhoto de Dudley).”: idem.

d'arte, e serve de meio de condução a todo o comércio das províncias comarcãs”¹⁸⁵, mais uma ocasião para enaltecer o génio empreendedor dos britânicos: “A tanto têm chegado os esforços da indústria inglesa, que meras empresas de particulares negociantes (e sem a mínima ajuda do Estado) rompem montes, terraplanam vales, cruzam rios uns sobre os outros, e fazem por toda a parte daquele venturoso território girar o comércio, e circular o verdadeiro sangue do estado pelos mais remotos ângulos do país.”¹⁸⁶ A última parte desta sequência de três textos sobre o castelo de Dudley retoma precisamente nessa constatação da propensão mercantil dos ingleses, sempre tendentes a fazer jogar todos os acordos comerciais a seu favor, exemplificando com os tratados com Portugal e com o Brasil, mas também com a antiga China e as modernas repúblicas da América meridional.¹⁸⁷ Continua a deambulação, navegando pelo canal sob o castelo de Dudley, à luz dos archotes, admirando a perícia dos barqueiros e tudo o que o cicerone relevava:

Aqui uma arcada imensa que parece a entrada de um templo de arquitectura saxónia – mais rude e pesada do que a vulgarmente dita gótica – lá um grupo de enormes pedras que semelham ruínas de um convento – ali um precipício talhado a pique de uma altura que foge a vista de o medir – acolá uma ponte sobre o canal que serve de passagem aos obreiros da mina, e que olhada de longe, com luzes sobre a amurada, parece realizar um sonho de novela, ou uma imaginação do fidalgo da Mancha na sua visita à caverna de Montesinhos.¹⁸⁸

¹⁸⁵ “O Castelo de Dudley” (Continuação), in *A Ilustração*, Vol. I, n.º 4, de Julho de 1845, pp. 222-223 do presente Volume.

¹⁸⁶ Idem, p. 223.

¹⁸⁷ Neste momento da sua deambulação, Garrett faz um parêntese para chamar a atenção para as assimetrias do nosso país, “por falta de comunicações internas e por míngua de indústria”, concluindo que nada ganhou a generalidade do território com as transacções mercantis das cidades portuárias de Lisboa e Porto, com as quais muito poucos lucravam: “Dúzias, centenas, ainda milhares de famílias, farão enormes fortunas; mas a totalidade da nação ganhará pouco ou nada com essa fonte de prosperidade que, por falta de condução estagna nas represas das capitais, e apodrece suas águas salutareis nos paus do luxo, da dissipação ou da avareza. (...) Em que melhorou o interior de Portugal com o imenso e vantajoso comércio de Lisboa e do Porto durante bons três séculos? Piorou talvez com a emigração do agricultor e desamparo de lavoura. Todas as riquezas da Índia e do Brasil paravam nas fozes do Tejo ou do Douro, sem poder penetrar no interior do reino; e, ou amuavam nas burras de alguns ricos, ou iam para a Holanda, para Inglaterra, enriquecer povos mais assisados e industriais, ainda que menos favorecidos da natureza e da fortuna.”: “O Castelo de Dudley” (Continuação), in *A Ilustração*, Vol. I, n.º 4, de Julho de 1845, p. 231 deste Volume.

¹⁸⁸ Idem, p. 232.

Depois de apreciarem uma demonstração do trabalho mineiro,¹⁸⁹ regressaram com alívio ao exterior, vendo já com outros olhos aquilo que antes lhes parecera horrendo: "O que fez a ausência de poucas horas!", admira-se o viajante, reflectindo sobre a custosa vida dos que se vêem obrigados a perenemente trabalhar em tais condições,¹⁹⁰ já a caminho do demandado castelo, cujo retrato foi pormenorizadamente pintado pelas palavras do vate, recordando a impressão que lhe causara "aquela relíquia do antigo feudalismo", a primeira que alguma vez avistara, a ponto de a evocar no canto VII do seu *Camões*,¹⁹¹ ainda que preferindo-lhe os nossos monumentos dessa era, "tão patriarcais, tão pacíficos!"

Chegado à torre de menagem, descreve o cenário da vila mineira de Dudley e todos os territórios mais longínquos que dali se avistavam, incluindo o cimo das escuras montanhas de Gales ou, mais perto, a vetusta abadia de Dudley, outrora pitorescamente plantada à beira do lago, transformada em fábrica de vidro,¹⁹² afinal um grupo de edifícios com toda a aparência de habitação e conforto. Regressados a Edgbaston, após um jantar reconfortante, viria a "suave e confortabilíssima hora do chá" – "o chá à noite, no inverno, ao pé do fogão é em Inglaterra um dos mais serenos gozos que tem a vida" – e, no dia seguinte, seria a "longa e atrevida excursão a Hagley-park, tão celebrado de Pope e Thompson."¹⁹³ Contudo, essa visita já não fez parte desta sua série de artigos para *A Ilustração*.

¹⁸⁹ "Pôs-se o fogo, deixando rastilho e morrão suficiente para termos tempo de nos pôr a salvo. – Em poucos segundos rebentou a mina – e o efeito de todos aqueles ecos repercutindo e reproduzindo o tremendo som, é impossível descrever-se.": idem.

¹⁹⁰ "Supus-me naquele instante um dos tantos infelizes que nas minas da Suécia e da Polónia nascem, vivem, e muitos morrem, sem ver a claridade do sol nem a luz criadora do dia. Que magnífico espectáculo não será para ele, se alguma vez chega a vê-lo, este universo – trivial para nós – esta maravilha da criação que o hábito nos faz já olhar com indiferença? Que objecto de espanto não será para ele ver voltar no azul do firmamento esse globo inflamado que esparge a luz, o calor, a animação por toda a vastidão da terra! Que comparação entre as suas abóbodas subterrâneas e a imensa abóboda celeste, diáfana, e brilhante como a safira! O esmalte dos campos, o cristal das fontes, a folhagem das árvores, a mais singela florinha do prado... que objecto não há-de ser de admiração e de amor para esse habitante de outro mundo, de um mundo criado pela cobiça do homem, de um mundo verdadeira obra de suas mãos.": idem, pp. 232-233.

¹⁹¹ "Lembra-me, a propósito disto, que o melhor comentário para qualquer obra poética seria a história das sensações que a inspiraram. Todo o poeta, todo o artista, devia escrever as suas memórias e as das suas composições.": idem, p. 236.

¹⁹² Nesse instante, não poderia deixar de estabelecer um paralelo com a nossa História: "E fez-me tristeza, porque me lembrou o que eram então os nossos conventos e os nossos frades – e porque me deu o coração um baque adivinhando-me que quando nós mandássemos os frades embora, não havíamos de ter juízo para fazer dos conventos fábricas de vidros – nem de outra coisa alguma.": idem.

¹⁹³ Idem, p. 237.

Mas a preocupação de elevar Portugal à altura dos países considerados mais civilizados não se ficou pelo exemplo de empreendedorismo britânico; passou também pelas belas-artes, nomeadamente a pintura e a escultura, mas até a ilustração divulgada na imprensa periódica, como se poderá observar n' *A Ilustração*, em cujo texto de apresentação Garrett salienta esse propósito:

Quem não sabe que é antigo este modo de escrever pintando, de escrever pondo, ao pé da descrição ou da reflexão, o próprio objecto dela?

A carestia das gravuras em cobre e em aço, e a comparativa imperfeição das litografias de pequenas dimensões fazia com que raros livros fossem auxiliados com este belo ornato. A gravura em madeira, talvez anterior à própria invenção dos tipos metálicos, ainda no princípio do século XVIII era tolerada apesar de grosseira e rude como era. Mas não soube ou não pôde nunca seguir o progresso das outras gravuras, e morreu do adiantamento delas.

Nestes últimos anos porém tem sido tal o impulso dado a todas as artes, que essa própria ressuscitou, e se aperfeiçoou admiravelmente; e fiel à sua primeira instituição veio logo em ajuda da tipografia. Às obras d'imprensa executadas assim com o recíproco auxílio das duas artes, chamaram *ilustradas*, isto é, cujo texto é esclarecido pela viva representação das coisas de que trata. (...)

Decerto não se pode exigir de nós que cheguemos já ao grau de primor e perfeição a que tem subido este género em Inglaterra e França e sobretudo na Alemanha; mas trabalharemos sempre, com os belos exemplos que dali vêm defronte de nós. E se o zelo e a perseverança podem como cremos que podem muito, se o público nos coadjuvar, conseguiremos aproximar-nos dos nossos modelos.

Neste número damos já, para andar na frente do nosso jornal, a vista de Lisboa, à imitação da *Illustration* de Paris, e do *Illustrated London News* de Inglaterra.¹⁹⁴

Em *A Época*, outro assunto esperaria a pena de d'ouro de Garrett. Tendo com ele colaborado na redacção de várias propostas legislativas, ninguém melhor que Garrett para homenagear José Xavier Mouzinho da Silveira,¹⁹⁵ “que assentou

¹⁹⁴ *A Ilustração*, Vol. I, N.º 1, Abril de 1845: “A ILUSTRAÇÃO é principalmente feita para poupar o trabalho de imaginação aos seus leitores. Todo o facto natural, toda a cerimónia pública, todo o personagem célebre, todo o objecto da natureza ou de arte, que valer a pena ser conhecido será representado diante dos nossos leitores como se um imenso telescópio lho trouxesse ao pé desde os mais remotos confins da terra em que se ache. / Rei, sábio, poeta, orador, guerreiro, artista, homem d'estado, todos os grandes caracteres passarão diante de nós e deixarão os seus retratos nesta galeria. / Batalha que se dê, drama que se represente, monumento que se eleve, préstito ou procissão que saia, coisa célebre enfim que se faça seja de que género for, e onde for, há-de vê-la, há-de assistir a ela connosco o público português. / E não ficaremos só nos grandes assuntos: queremos que a ILUSTRAÇÃO seja jornal para todo o mundo, e que venha a ser uma biblioteca universal, uma enciclopédia popular das coisas contemporâneas. / As modas, tanto de vestuário como de mobília, são também do nosso alcance, e as daremos pontualmente. / A literatura, a poesia, e as belas-artes, com especialidade a música; a análise das obras novas ocuparão as nossas colunas também.”: neste Volume, pp. 194-195.

¹⁹⁵ *A Época*, n.º 42, de 1849, pp. 239-243 do presente Volume. Redigido por Rebelo da Silva, Andrade Corvo e Silva Túlio, *A Época: jornal de indústria, ciências, literatura e belas-artes* teve como colaboradores Lopes de Mendonça e Latino Coelho, entre outros. Saíram do prelo da Imprensa da

firmes as bases do sistema representativo, e que fundou a liberdade, profundando-lhes as raízes nos interesses vivos de classes numerosas.”¹⁹⁶ Antes de repousar “das fadigas de uma reconstrução trabalhosa”, Mouzinho da Silveira foi responsável por legislação suficiente para acabar com privilégios antigos ou simplesmente reformar leis obsoletas, dos quais o articulista salienta os três decretos de 16 de Maio, onde se lançaram as bases da reforma administrativa, judicial, e da fazenda; o decreto de 30 de Junho do mesmo ano, sobre a extinção dos dízimos; e o de 13 de Agosto também de 1832, sobre a extinção dos forais. Admirando-lhe a “força viril” da inteligência, a “eloquência veemente e original”, o também reformador afirma quanto em Mouzinho as ideias e as frases “era tudo seu”, trazendo “o cunho da novidade e da grandeza”. Como é de supor, ao ousar legislar o fim de certos privilégios, granjeou inimizades; daí que, quando “bateu o seu derradeiro instante Xavier Mouzinho achava-se apartado dos negócios, e limitado ao trato íntimo dos seus amigos. Tinham-no esquecido, ou antes afastado, porque era muito grande para esquecer; e ele desgostoso de quase tudo também pagava em desprezo a inveja com que o honravam”.¹⁹⁷ E só as palavras do autor de *Catão* para homenagear “um desses homens raros, que a Providência dispensa às nações uma vez por século para se remirem”:¹⁹⁸

É a sua obra que o faz gigante. Nela está o verbo da nossa regeneração; a força das instituições livres. Sem os interesses criados pelos seus decretos os revezes, os erros, e os acontecimentos há muito já que teriam sufocado a liberdade como em 1823 e 1828. (...)

O sol da glória já doura o nome, que se vai gravar na urna funerária. Aí, o verdadeiro epitáfio são as datas memoráveis dos seus decretos. É 30 de Julho, e 13 de Agosto de 1832! Como nas inscrições militares, estes algarismos recordam grandes vitórias após longos séculos de martírio – a liberdade da terra, a revolução económica, a redenção do futuro. (...) Entre o absolutismo e o futuro ergue-se de pé a sombra de Xavier Mouzinho, e o grande vulto do Imperador.¹⁹⁹

Época, entre 1848 e 1849, um total de cinquenta e dois números. Apud VARGUES Isabel Nobre e CABRAL, Luís, *Garrett Jornalista*. Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1999, p. 48.

¹⁹⁶ Neste Volume, p. 239.

¹⁹⁷ Idem, p. 240. No entanto, quando “a cultura triplicou em muitas partes” (idem, p. 242), “a agricultura vive mais em um mês do que então em anos” (idem), “o que ele plantara ficou; mas como o tinha deixado. A terra que revolvera, que preparara para tudo, permanece estéril; a semente não chegou a cair no sulco, e a que lançaram ao acaso varreu-a o furacão das tempestades civis.”: idem.

¹⁹⁸ Idem, p. 241.

¹⁹⁹ Idem, pp. 241-243. Sobre este texto, observam Tânia Ferreira e Lúcia Neves: “As palavras de Garrett registadas na memória escrita para José Xavier Mouzinho da Silveira (1780-1849), indicavam o véu de esquecimento que viria se sobrepor a esse homem visionário, cujos actos tentaram modificar uma época e uma sociedade. Reclamando da ingratidão que caracterizava o

A 22 de Maio de 1848, *O Popular*²⁰⁰ publicará um último elogio fúnebre,²⁰¹ necessariamente bem diferente do anterior, já que bem diverso era também o alvo do mesmo. Falamos de D. Leocádia Teresa de Lima e Mello Falcão Van Zeller, senhora de ilustre linhagem, cuja descrição ocupará um terço do texto. Fundou a sua numerosa família com um vice-almirante, “cuja nobreza e serviço são tão conhecidos”, a quem acompanhou por Brasil e Angola, onde o mesmo se tornou capitão-general. Ao falecer, contando a provecta idade de 82 anos, Garrett dedicou-lhe essas linhas, caracterizando-a com todas as qualidades que se esperavam de uma respeitável mãe de família na época.²⁰² O autor termina o seu texto, com protestos de forte amizade que dedicava a seu irmão,²⁰³ extensiva aos “seus mais próximos”.

Concluindo esta longa passagem pelos textos do fundador do Conservatório Geral de Arte Dramática, publicados nos jornais da época, faremos menção às seis estrofes do *Epilogo della Lusíada*, da autoria do italiano Carlo Antonio Pagi, publicadas n’*A Semana*,²⁰⁴ onde o articulista do periódico fez justiça aos atributos do exímio tradutor.²⁰⁵ Em mais uma homenagem ao épico, o vate de *Flores sem*

povo português, Garrett fez uma profissão de fé política a um indivíduo que representou condignamente sua pátria, um homem ‘com verdadeiro coração de português’. Com um intróito à semelhança de uma singela biografia, seguiu com uma costura de bela trama para que ficasse registado um exemplo de homem puro e ilibado. (...)

Com rigor nos métodos e uma duradoura amizade, Garrett reflectiu como um igual sobre Mouzinho, destacando sempre o que considerava as mais nobres qualidades que desejava encontrar em qualquer homem público ou em si mesmo; assim declara ‘aos que esperassem ver na biografia de um homem d’Estado, as pequenezas da existência individual envolvidas nos vãos franjados das frases académicas. Não sei como isso se faz, nem o faria se soubesse.”: in AAVV, *Literatura, história e política em Portugal (1820-1856)*, pp. 163-164.

²⁰⁰ Os quatrocentos e onze números de *O Popular: jornal da tarde* foram editados por António Augusto Maria dos Santos, entre 14 de Abril de 1848 e 8 de Setembro de 1849. Apud VARGUES Isabel Nobre e CABRAL, Luís, *Garrett Jornalista*. Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1999, pp. 48 e 50.

²⁰¹ Trata-se da Necrologia de D. Leocádia Teresa de Lima e Mello Falcão Van Zeller, redigida por Garrett a 22 de Maio de 1848 e publicada uma semana depois, n’*O Popular*: no presente Volume, p. 238.

²⁰² “Boa esposa, boa mãe, esmoler, generosa, e com todas as qualidades que fazem amar a mulher e estimar a senhora, deixa longa saudade em muitos corações – inextinguível nos de seus filhos e netos.”: idem, p. 238.

²⁰³ O autor lembra uma amizade “quase paternal”: idem.

²⁰⁴ *A Semana: jornal literário e instrutivo* teve por redactor, entre outros, João de Lemos Seixas Castello Branco e veio a público entre 3 de Janeiro de 1850 e 11 de Agosto de 1852, saindo da Imprensa Nacional.

²⁰⁵ “Literatura – Camões e Garrett”: *A Semana*, Vol. II, N.º 2, de Janeiro de 1851, pp. 244-250 deste Volume.

fruto, “reformador da nossa literatura”, foi alvo dos maiores encômios:

O nome glorioso na história contemporânea das nossas letras é o de Almeida Garrett, que em belíssimos versos portugueses trasladou a elegia melancólica com que o italiano Pagi apostrofou a indiferença, ou o desprezo que foram em vida de Camões a tença mais avultada que os poderosos lhe destinaram no seu livro de mercês. (...)

Quem gravou mais estes versos na lousa de Camões, quem lhe refrescou as cinzas com mais esta saudade, foi o poeta, que resume no seu nome, como num traço conciso, toda uma regeneração literária, o poeta que marca no estádio das letras um repouso ameno depois do servilismo, ou da inanição da poesia nacional; o mesmo que celebrou Camões em versos ungidos de sentimento, e de saudade íntima; aquele que interrogou os portugueses sobre o lugar onde jaziam os ossos do maior génio da nossa terra; foi o próprio que em Portugal, onde só a opulência tem momentos, e a nulidade estátuas, levantou o mais clamoroso brado a favor daquela pobre ossada, perdida, profanada, pisada talvez sacrilegamente pelos filhos degenerados duma pátria envilecida.²⁰⁶

Assim ficam irmanados, o épico Camões e o vate de *Camões*, ambos sofrendo as agruras de um longo e penoso exílio, ambos sentindo amargamente a saudade da sua Pátria, ambos penando e pugnando por ela, “numa mão a espada, na outra a pena”, ambos injustamente tratados pelos seus compatriotas, incapazes de reconhecer a grandeza de seu génio. Certo é que foi celebrando o autor d’*Os Lusíadas*,²⁰⁷ em “versos ungidos de sentimento, e de saudade íntima”, que o autor de *Catão* abriu caminho à nossa regeneração literária.²⁰⁸ Para além disso, parece-

²⁰⁶ Idem, p. 247.

²⁰⁷ Referindo-se ao assunto de *Camões e o sentimento nacional*, diz-nos Teófilo Braga, no prólogo da mencionada obra, ser ele “um dos mais curiosos problemas da Sociologia, porque partindo do facto – como uns agregados de povoações cantonais chegaram à unificação da Pátria, pelo amor do seu território, a necessidade de mantê-lo em independência obrigou-os a uma acção comum, a um ideal colectivo que fortifica o sentimento de Pátria em Nacionalidade. No século XII, como notou Herculano, já o nome de *português* destacava as povoações de cidades livres, que a realza submeteu por contrato defensivo à subordinação monárquica; porém, uma Pátria portuguesa somente aparece em toda a plenitude do sentimento no heroísmo da vitória de Aljubarrota e na idealização do *Santo Condestável*. A actividade marítima que levou os portugueses a procurarem no Atlântico a liça para o esforço, e a apoiarem pelas descobertas marítimas a exiguidade do território, fez com que essa Pátria, pequena mas muito amada, se convertesse em uma fecunda Nacionalidade. Tal é a síntese das navegações portuguesas e do caminho marítimo para a Índia. Camões deu expressão a este sentimento que transformou uma Pátria em Nacionalidade histórica. O valor da sua epopeia está neste poder de concepção e na sublimidade da expressão estética, que torna *Os Lusíadas* uma criação típica da arte moderna. (...) Camões teve o poder de provocar a simpatia social; é esse o carácter imperecível da sua obra, que não se atrasa, porque exerce cada vez mais o grande influxo de convergência afectiva.”: in *Prólogo*, pp. VI-VII.

²⁰⁸ Como escreveu João Gaspar Simões, “*Camões*, o poema da ingratidão que a pátria portuguesa – ‘raça de ingratos’ – tem reservada para os que o seguem com o fogo do coração e a pureza da alma, e *Dona Branca*, rapsódia da saudade que vai ser o fermento do seu romantismo, dois poemas, que são ante-manhã do movimento romântico de que Garrett é o arauto, escreve-os e publica-os em França, durante esta primeira longa fase da sua emigração.”: *GARRETT: quatro aspectos da sua personalidade*, p. 47. Também Hernâni Cidade se referiu às circunstâncias da elaboração do poema: “Au bout de deux ans de difficultés économiques, et d’amère nostalgie,

nos incontestável que, reabilitando Camões como símbolo da Pátria e erguendo-o a um estatuto de mito nacional, Garrett tornou-se o responsável pelas inúmeras comemorações de que o épico foi alvo, quer lembrando o tricentenário do seu nascimento, quer inspirando e abrindo caminho aos grandiosos fastos inaugurados no tricentenário da sua morte, quer tornando-o ainda mais reconhecido por outras nações.²⁰⁹ Por outro lado, apesar dos vários resquícios arcádicos presentes no seu matricial poema *Camões*,²¹⁰ Garrett constrói o seu protagonista como um herói romântico, vítima de infortúnios e das injustiças do mundo, abandonado e esquecido, moribundo como a sua amada pátria, prestes a ser dominada pelos castelhanos, tal como na segunda década de oitocentos, quando D. Miguel pôs em causa a liberdade recém-conquistada, relegando os liberais para o exílio, abandonados à sua sorte, restando-lhes a saudade da Pátria ausente.²¹¹ Apesar

modeste employé de la maison Laffitte, au Havre, ou à Paris, dans la misérable mansarde de la rue du Coq Saint-Honoré, le voici élaborant, dans les *froides nuits d'insomnie*, ses poèmes *Camões* et *Dona Branca*, sous l'influence du courant littéraire qui était en train d'engager l'art dans une voie nouvelle et d'ouvrir à la vie spirituelle de nouvelles perspectives en lui donnant de nouveaux intérêts – le Romantisme.”: *Coment les voyages à l'étranger ont préparé les 'Viagens na minha Terra'*, p. 9. Apenas a título de curiosidade, e segundo nos informa Henrique Ferreira Lima, “Os três manuscritos do poema *Camões*, foram vendidos, por dois contos, ao Dr. Carvalho Monteiro [conhecido por Monteiro dos Milhões e primeiro proprietário da Quinta da Regaleira, cuja construção foi feita a seu pedido e sob a sua orientação], para a sua rica colecção camoneana.

Pela aquisição desta colecção, depois da sua morte, feita pela biblioteca de Harvard, foram para aos Estados Unidos aqueles preciosos códices.”: *Inventário do espólio de Garrett*, pp. XI-XII.

²⁰⁹ A provar o crescente reconhecimento de Camões como grande entre os grandes da literatura europeia, leia-se, a título de exemplo, “Portugal e os Estrangeiros”, de Maria Leonor Machado de Sousa e Maria Teresa Birne, no n.º 12 da *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, ou *Projecção de Camões nas Letras Inglesas*, de Luiz Cardim.

²¹⁰ Sobre o seu poema *Camões*, escreveu Garrett: “A índole deste poema é absolutamente nova; (...) conheço que ela está fora das regras, e que se pelos princípios *clássicos* o quiserem julgar, não encontrarão aí senão irregularidades e defeitos. – Não sou *clássico* nem *romântico*; de mim digo que não tenho seita nem partido em poesia; (...) isso é para literatos de outra polpa, que eu aborreo.” Mofando assim do Romantismo, Garrett sacudia de si o pó dos cânones retóricos que recebera da educação de seu tio bispo, e conhecedor dos modernos movimentos literários, imaginava uma época nova na literatura portuguesa verdadeiramente romântica.”: in Teófilo Braga, *Garrett e o Romantismo*, pp. 57-58.

²¹¹ Esta saudade pode, todavia, ser vista como germen criador. Como notou Teixeira de Pascoaes, “(...) quem surpreender a alma portuguesa, nas suas manifestações mais íntimas e delicadas, vê que existe nela, embora sob uma forma difusa e caótica, a matéria duma nova religião, tornando-se a palavra *religião* como querendo significar a ansiedade poética das almas para a perfeição moral, para a beleza eterna, para o mistério da Vida... Ora a alma portuguesa sente esta *ansiedade* duma *maneira própria e original*, o que se nota facilmente analisando os cantos populares, as lendas, a linguagem do povo, a obra de alguns poetas e artistas e, sobretudo, a suprema criação sentimental da Raça – a *Saudade*!”: de “A Renascença Lusitana”, in *A Saudade e o Saudosismo*, p. 44. Ora, este autor define a saudade como “o desejo e a tristeza, a matéria e o espírito, a morte e a vida, a terra e o céu, Vénus do amor carnal e a Virgem Mãe do amor espiritual, unificadas, reduzidas a um sentimento que conquistou vida própria e expressão verbal na língua portuguesa, e constitui a mesma essência da alma lusíada (...).”: idem, p. 81. Daí conclui que

disso, contudo, o épico legou-nos também os seus *Lusíadas*, que permanecem como autoridade histórica e moral, mostrando o que Portugal já foi e, sobretudo, o que pode ainda ser;²¹² isto é, como escreveu Eduardo Lourenço, "uma pátria *a ser feita* e não apenas *já feita*".²¹³ No fundo, esse era talvez o fito de Garrett, ao compor o seu *Camões*: mostrar que, pela intervenção esclarecida na sociedade, será possível reconduzi-la ao arquétipo. Daí a necessidade de educar os concidadãos, no sentido de os fazer superarem-se e elevar Portugal à categoria de grande nação.

O tempo de vida que lhe restou, como aliás fora quase sempre uma constante, repartiu-o Garrett entre a literatura e a política, concretamente na sua vertente diplomática, em que destacamos a sua nomeação como Plenipotenciário junto da Santa Sé²¹⁴ e a negociação de uma convenção literária com a França,²¹⁵ assim como a sua breve e pouco profícua passagem pela pasta dos Negócios

"despertar na mocidade o génio nacional, pelo ensinamento dos Poetas, escritores e artistas representativos, da Língua, das Lendas, da Paisagem e da História de Portugal, é o primeiro dever do educador", pois "o português voltará a ser um homem pela educação do seu carácter originário", pelo que "é preciso, antes de tudo, que o País se conheça, para saber quem é e o que deseja.": idem, pp. 83-85.

²¹² Faremos câno com Franco Nogueira, ao celebrar o poeta no quarto centenário da sua morte: "Além do poeta de génio e do humanista universal, há que sublinhar em Camões *o português que teve consciência do que é Portugal*. Sob este ângulo, creio mesmo que esta é a grande criação de Camões e a sua permanente mensagem: *a consciência de uma consciência nacional*. Sem dúvida: esta já se havia formado, já se havia imposto em Aljubarrota, já se havia traduzido em cultura e manifestado nas descobertas e navegações. Mas é justamente quando essa consciência nacional entra em declínio que se ergue Camões – para a sublimar, para a fixar em termos que não podiam morrer, para a transmitir aos vindouros.": *A Actualidade de Camões e a Consciência Nacional*, pp. 4-5. E porque a epopeia camoniana é o "livro nacional" de Portugal, "pelo mundo culto, Camões foi havido como cantor da civilização ocidental, como tesouro lusitano, como expressão acabada do patriotismo português, como expoente da *consciência nacional*.": idem, p. 9.

²¹³ "Da literatura como interpretação de Portugal", in *O Labirinto da Saudade: Psicanálise mítica do destino português*, p. 79.

²¹⁴ "Em 3 de Junho deste ano [de 1851] foi nomeado (...) plenipotenciário para continuar as negociações com a Santa Sé cujas relações com Portugal estavam interrompidas porque a rainha não queria reconhecer os bispos nomeados por D. Miguel, que haviam sido confirmados pelo Papa.": in Henrique de Campos Ferreira Lima, *Garrett Diplomata*, pp. 76-77.

²¹⁵ Informa-nos Henrique Ferreira Lima: "Em 8 de Março de 1851 foi, por indicação do conde de Tomar, presidente do conselho de ministros, nomeado plenipotenciário para tratar de uma convenção literária com a França. (...) Em 12 do mesmo mês envia-lhe o conde de Tojal, ministro dos negócios estrangeiros, o pleno poder (...). Logo dali a oito dias apresentava Garrett o seu projecto, acompanhando-o de um ofício, a que o conde de Tojal respondeu em 1 de Abril, dizendo-lhe que seria apresentado em conselho de ministros logo que houvesse ocasião. Em 12 de Abril foi assinada esta convenção, que foi convertida em lei em 19 de Junho de 1851.": in *Garrett Diplomata*, p. 73.

"Por decreto de de 8 de Março de 1851, foi declarado ministro plenipotenciário em disponibilidade, mas sem vencimento, quando por outro cargo o tivesse. E, não o tendo, ficava o cargo de ministro plenipotenciário dependente da aprovação das câortes". Por ter negociado esta convenção, foi nomeado grande oficial da Legião de Honra, em 29 de Setembro de 1851, condecoração que não aceitou, por entender que lhe competia a grã-cruz.": idem, p. 75.

Estrangeiros;²¹⁶ mas também ao nível da política interna não deixou de estar activo, tendo levado a cabo as mais diversas missões; a saber: juntamente, entre outros, com Alexandre Herculano e José Estêvão, elabora um conjunto de instruções para a redacção de um novo projecto de Reforma Eleitoral; contribui para a reorganização dos Serviços Públicos, lançando as bases para a Reforma Administrativa; propõe a criação de um Conselho Ultramarino, do qual fará parte, e diligencia a Organização e Regimento da Administração da Justiça nas Províncias de Angola, S. Tomé e Príncipe, e suas dependências, revelando-se um forte defensor do fim da escravatura; redige o Acto Adicional à Carta Constitucional, preparando a Regeneração;²¹⁷ é ainda o autor do relatório da Lei das Misericórdias e dos Estatutos da Academia Real das Ciências; nomeado Visconde e Par do Reino, profere um dos seus últimos discursos, em Fevereiro de 1854, analisando, detalhadamente, o estado da Administração Pública.²¹⁸ No que respeita à

²¹⁶ É novamente Ferreira Lima que o refere: “Em 4 de Março de 1852 entrou, como ministro dos negócios estrangeiros, para o ministério presidido por Saldanha, conforme o seguinte decreto: ‘Atendendo ao merecimento e mais partes que concorrem na pessoa do visconde de Almeida Garrett, do meu conselho, deputado às cortes: hei por bem nomeá-lo ministro e secretário d’Estado dos negócios estrangeiros (...)’.”: *Garrett Diplomata*, pp. 77-78. E conclui: “Garrett não se demorou muito tempo na gerência da pasta dos negócios estrangeiros, pois a 17 de Agosto era exonerado a seu pedido:

‘Atendendo ao que me representou o Visconde de Almeida Garrett, par do reino: hei por bem conceder-lhe a exoneração do cargo de ministro e secretário d’estado dos negócios estrangeiros, conservando-lhe as honras do mesmo cargo’.”: *idem*, pp. 82-83.

²¹⁷ Estamos, agora, no período da “regência de D. Fernando II – exercida com serena dignidade e nobre isenção –, e do reinado de D. Pedro V. Reinado curto, (...) de seis escassos anos, mas durante o qual o excelso monarca deixou bem assinalada a sua personalidade de governante (...).

No que toca às transformações que no País se operaram a partir da transição da primeira para a segunda metade do século (...), o nome que mais avulta é, sem dúvida – e muito justamente –, o de Fontes Pereira de Melo. Primeiro ministro das Obras Públicas, conseguiu, com inegável talento realizador, que deste departamento do Estado, criado em 1852, irradiasse toda uma política de melhoramentos materiais que, efectivamente, impulsionou o País e entrou na história com a designação de *fontismo*. Com efeito, as estradas e os caminhos-de-ferro não só modificaram a face do velho Portugal, desfasado da Europa e mergulhado em rotinas ancestrais, como viriam a constituir poderoso estímulo para um futuro desenvolvimento industrial, com seu consequente crescimento económico.”: CIDADE, Hernâni e TORRES, Ruy d’Abreu, *Cultura Portuguesa*. Vol. 14, pp. 7-8.

²¹⁸ Diz-nos Sérgio Nazar David. “Quando veio a Regeneração, a adesão de Garrett foi inicialmente entusiástica. Foi Ministro dos estrangeiros. Mas passaria depois à oposição. Nunca cessou nele, entretanto, a crença na civilização liberal (...), na ‘superioridade das forças morais em matérias políticas’ (...). Se por vezes iludido abraçou a nuvem por Juno, como na bela metáfora do discurso de Porto Pireu, soube também ser condescendente com as imperfeições pessoais e da vida social, o que seja como for permitiu-lhe seguir adiante sem abdicar nem renegar sua própria história de soldado de D. Pedro IV. Apenas o exílio e a experiência da vida, parece-nos, deram-lhe certa compreensão mais arguta do que era possível fazer num tempo como aquele em que viveu.”: AAVV, *Literatura, história e política em Portugal (1820-1856)*, p. 141.

literatura, o último trimestre de 1851 assiste à publicação do segundo e terceiro tomos de *O Romanceiro*; no ano seguinte, sai *O Camões do Rossio* e, em 1853, as *Folhas Caídas*; deixa-nos uma última obra dramática adaptada, *O Conde de Novion*, e um inacabado romance, *Helena*. Foi, efectivamente, uma vida intensa, ainda que relativamente breve: “Vivi muito em pouco”, diria Garrett; na verdade, não seria possível fazer mais e só ele poderia ter feito tanto.

EXCERTOS JORNALÍSTICOS

O PORTUGUÊS

N.º 61, de 2 de Março de 1841

Tratado entre o Governo de Sua Majestade Fidelíssima e o dos Estados Unidos da América

Em nome da Santíssima e Indivisível Trindade.

Sua Majestade Fidelíssima A RAINHA de Portugal e dos Algarves, e os Estados Unidos da América, igualmente animados do desejo de manter as razões de boa inteligência que até aqui têm felizmente subsistido entre seus respectivos Estados, e de estender, outrossim, e consolidar as relações comerciais entre eles, e convencidos de que este objecto, se não pode melhor conseguir do que pela adopção de um sistema de inteira liberdade de navegação, e perfeita reciprocidade, fundada nos princípios de equidade igualmente benéficos para ambos os Países, assentaram em consequência, de entrar em negociações para a conclusão d'um Tratado de Comércio e Navegação para cujo fim nomearam por seus Plenipotenciários, a saber:

Sua Majestade a RAINHA de Portugal, ao Ilm.º e Exm.º Sr. João Baptista de Almeida Garrett, seu Cronista-Mor, e do seu Conselho, Deputado da Nação Portuguesa, Cavaleiro da Antiga e Muito Nobre Ordem da Torre e Espada do Valor Lealdade e Mérito, Comendador da Ordem de Cristo, Oficial da de Leopoldo na Bélgica, Juiz do Tribunal Superior do Comércio, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto a Sua Majestade Católica.

E o Presidente dos Estados Unidos da América ao Sr. Eduardo Kavanagh, Encarregado dos Negócios dos mesmos Estados nesta Corte.

Os quais, depois de terem comunicado um ao outros seus respectivos Plenos Poderes, que se acharam em boa e devida forma, ajustaram e concluíram os artigos seguintes:

Artigo 1.º Haverá entre os Territórios das Altas Partes Contratantes recíproca liberdade de Comércio e Navegação.

Os súbditos e Cidadãos dos seus respectivos Estados poderão mútua e livremente entrar nos Portos, Lugares e Rios dos Territórios de cada uma das ditas partes Contratantes, aonde quer que o Comércio Estrangeiro é ou vier a ser permitido. Terão igualmente liberdade de pousar e residir em qualquer parte dos ditos Territórios, a fim de tratar de seus negócios; e gozarão, para esse fim, a mesma segurança e protecção que os naturais do País onde residem, sob condição de se sujeitarem às Leis e Ordens do Governo que aí regerem, especialmente aos Regulamentos Comerciais em vigor.

Art. 2.º Os Navios Portugueses que aportarem, carregados ou em lastro, nos portos dos Estados Unidos da América, e reciprocamente os Navios dos Estados Unidos da América que aportarem, carregados ou em lastro aos Portos do Reino e Possessões de Portugal, serão tratados, à entrada, durante a sua estadia no Porto, e à saída dele, do mesmo modo que os Navios Nacionais vindos de iguais procedências, em relação aos direitos de tonelagem, de faróis, pilotagem e ancoradouro, e bem assim quanto aos emolumentos e propinas das Autoridades Públicas, ou a quaisquer outros encargos e direitos, de qualquer natureza ou denominação que sejam, e que costumam levar-se aos Navios de Comércio, ou seja por conta do Governo, das Autoridades locais, ou de qualquer outro Estabelecimento Público ou particular.

Art. 3.º Não se imporão outros nem maiores direitos, na importação em os Estados Unidos da América, de género algum que seja produto natural ou de manufactura do Reino de Portugal e suas Possessões, nem outros ou maiores direitos serão impostos na importação, em o Reino de Portugal e suas Possessões, de nenhum género de produção natural ou de manufactura dos Estados Unidos da América além daqueles que pagam, ou vierem a pagar, iguais géneros de produção natural ou de manufactura de qualquer outro País Estrangeiro.

Nem se estabelecerá proibição alguma na importação ou exportação de qualquer género de produção natural, ou manufactura do Reino de Portugal e suas

Possessões, ou dos Estados Unidos da América, respectivamente em algum deles, que do mesmo modo se não estabeleça igualmente para todas as outras Nações Estrangeiras.

Nem se estabelecerão outros, ou maiores direitos ou encargos, em qualquer dos dois Países, sobre a exportação de quaisquer géneros para os Estados Unidos da América, ou para o Reino de Portugal respectivamente, além dos que se pagam pela exportação de iguais géneros para outro País Estrangeiro.

Entendendo-se todavia que nada do que neste Artigo se contém, poderá prejudicar a estipulação admitida pelos Estados Unidos da América, por um equivalente especial, a respeito dos vinhos Franceses na Convenção celebrada entre os ditos Estados e a França, em quatro de Julho do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e trinta e um: a qual estipulação há-de terminar, e deixar de ter efeito no mês de Fevereiro do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e quarenta e dois.

Art. 4.º Pagar-se-ão os mesmos direitos, e serão concedidos os mesmos favores, deduções ou privilégios pela importação em os Estados Unidos da América, de qualquer género e produção natural, ou manufactura de Portugal, e suas Possessões, que a dita importação seja feita em Navios Portugueses, ou em Navios dos ditos Estados: e reciprocamente se pagarão os mesmos direitos, e serão concedidos os mesmos favores, deduções e privilégios pela importação em o Reino e Possessões de Portugal, de qualquer género de produção natural, ou manufactura dos Estados Unidos da América, que a dita importação se faça em Navios dos ditos Estados, ou em Navios Portugueses.

Art. 5.º Convieram às altas Partes Contratantes, que se em algum tempo for permitido o importar em todos ou alguns dos Portos do Reino e Possessões de Portugal, em Navios de qualquer Nação Estrangeira, algum género de produção natural, ou manufactura de outro País que não seja aquele a que os ditos Navios pertencerem; o mesmo favor será imediatamente extensivo aos Navios dos Estados Unidos da América com os mesmos direitos e favores que forem, para esse fim, concedidos à Nação mais favorecida. Em consideração do que, e reciprocamente, os Navios Portugueses gozarão daí em diante, e para o mesmo fim, privilégios, direitos e favores na mesma extensão correspondente nos Portos dos Estados Unidos da América.

Art. 6.º Toda a sorte de mercadorias e artigos de comércio, que legalmente podem ser exportados ou reexportados, dos Portos de uma das Altas Partes Contratantes para qualquer País Estrangeiro em Navios Nacionais, poderão igualmente ser exportados ou reexportados dos ditos Portos, em os Navios da outra Parte respectivamente, sem pagar outros ou maiores direitos, ou encargos de qualquer modo ou denominação que sejam, do que se as ditas mercadorias, ou artigos de comércio fossem exportados ou reexportados em Navios Nacionais.

E conceder-se-ão os mesmos favores e deduções de direitos, quer a exportação seja feita em Navios duma ou doutra das ditas Partes.

Art. 7.º Fica expressamente entendido que nenhuma das estipulações contidas no presente Tratado será aplicável à Navegação costeira ou de cabotagem de qualquer dos dois Países, que cada uma das Altas Partes Contratantes exclusivamente se reserva.

Art. 8.º Fica mutuamente entendido que as precedentes estipulações não são aplicáveis aos Portos, e Territórios no Reino, e Possessões de Portugal em que não são admitidos o Comércio e Navegação Estrangeiros; e que o Comércio e Navegação de Portugal, directamente dos ditos Portos para os Estados Unidos da América, e dos ditos Estados para os ditos Portos, e Territórios, são igualmente proibidos. = Mas Sua Majestade Fidelíssima Consente em que, quando em algum tempo os ditos Portos, e Territórios, ou algum deles vierem a ser abertos ao Comércio, e Navegação de qualquer Nação Estrangeira, desde esse momento fiquem abertos ao Comércio, e Navegação dos Estados Unidos da América, com os mesmos privilégios, direitos, e favores, que forem concedidos à Nação mais favorecida, gratuitamente, se a concessão tiver sido gratuita, ou pela mesma compensação, ou o equivalente dela se a concessão tiver sido condicional.

Art. 9.º Os Súbditos, ou Cidadãos, de qualquer das Partes Contratantes, que forem obrigados a procurar refúgio ou asilo em algum dos rios, baías, portos, ou territórios da outra, com seus Navios, ou sejam Mercantes, ou de Guerra, por causa de temporal, perseguição de piratas, ou inimigos, serão recebidos, e tratados com humanidade, dando-se-lhes todo o favor, facilidade, e protecção para reparar os seus Navios, procurar mantimentos, e pôr-se em estado de continuar a sua viagem, sem nenhum obstáculo ou molestação.

Art. 10.^o As duas Partes Contratantes terão a liberdade de nomear para os Portos uma da outra, Cônsules, Vice-Cônsules, Agentes, e Comissários, os quais gozarão dos mesmos privilégios, e poderes que os da Nação mais favorecida.

Mas antes que qualquer Cônsul, Vice-Cônsul, Agente, ou Comissário possa funcionar como tal, será na devida, e usual forma aprovado e admitido pelo Governo do País a que é mandado.

Mas se algum destes Cônsules exercitar o Comércio, ficará sujeito às mesmas Leis, e usos a que são sujeitos os indivíduos particulares da sua Nação nos mesmos lugares relativamente às suas transacções Comerciais.

E aqui fica declarado que no caso de ofensa contra as Leis, o dito Cônsul, Vice-Cônsul, Agentes, ou Comissários, poderá ser, ou punido conforme o Direito, ou mandado sair, declarando o Governo ofendido ao outro, as razões do seu procedimento.

Os Arquivos e Papéis dos Consulados, serão respeitados inviolavelmente, e por nenhum pretexto poderá qualquer Magistrado embargá-los, ou de outro modo intervir a respeito deles.

Os Cônsules, Vice-Cônsules, e Agentes Comerciais terão o direito como tais de exercer as funções de Juízes e Árbitros nas questões que venham a levantar-se entre os Mestres, e Companhias dos Navios da Nação, cujos interesses lhes são cometidos, sem intervenção das Autoridades Locais, excepto se o procedimento das ditas Companhias, e Mestres perturbar a ordem, ou a tranquilidade, ou ofender as Leis do País, ou também se os ditos Cônsules, Vice-Cônsules, ou Agentes Comerciais requererem o seu auxílio para haver de levar a efeito as suas decisões.

É contudo entendido que esta espécie de julgamento ou arbitragem, de nenhum modo privará os litigantes do direito que têm a recorrer depois às Autoridades Judiciárias do País.

Art. 11.^o Os ditos Cônsules, Vice-Cônsules, e Agentes Comerciais serão autorizados a requerer o auxílio das Autoridades locais para a busca, prisão, detenção, e custódia dos desertores dos Navios de Guerra, e Mercantes da sua Nação.

Para este fim poderão dirigir-se aos Tribunais, Juízes, e Oficiais Públicos, e pedirão por escrito os ditos desertores, provando pela exibição dos registos dos Navios, matrícula dos Marinheiros, ou por qualquer outro Documento Oficial, que

tais indivíduos pertenciam à tripulação deles; assim da reclamação será feita a entrega sem demora.

Os desertores apenas presos, serão postos à disposição dos ditos Cônsules, Vice-Cônsules, ou Agentes Comerciais, e poderão ser detidos nas Cadeias Públicas, a rogo e à custa dos que os reclamarem, para haverem de ser detidos até se restituírem aos Navios, a que pertenciam, ou mandados para o seu País, por um Navio da mesma Nação, ou por qualquer outro.

Se porém não forem mandados para o seu País, dentro de quatro meses contados do dia da prisão serão postos em liberdade, e não tornarão a ser presos pela mesma causa.

Mas, se vier a conhecer-se que o desertor cometeu algum crime ou ofensa contra as Leis do País, será demorada a entrega dele, até que o Tribunal a que o caso estiver afecto, pronuncie sentença, e a sentença se execute.

Art. 12.º Os Súbditos, e Cidadãos de cada uma das Altas Partes Contratantes poderão dispor dos seus bens móveis que se acharem dentro da jurisdição da outra, por testamento, doação, ou por qualquer outro modo; e os seus Representantes poderão suceder nos ditos bens particulares por testamento, ou *ab intestato*, e poderão tomar posse deles por si ou por seus Procuradores, e dispor livremente dos mesmos, pagando somente aos respectivos Governos a que os habitantes do País em que os ditos bens estiverem, forem obrigados a pagar em iguais casos.

E se, por morte de alguma pessoa que possua bens de raiz dentro do território de uma das Altas Partes contratantes, esses bens de raiz tiverem de passar conforme as Leis do País, a um Súbdito, ou Cidadão da outra Parte, e a dita pessoa os não puder possuir por sua qualidade de estrangeiro, ser-lhe-á dado o tempo marcado pelas Leis do País: ou se estas o não tiverem marcado, ser-lhe-á dado o tempo razoável para vender ou de qualquer outro modo dispor dos ditos bens de raiz, e a retirar ou exportar o seu produto sem gravame, e sem ter de pagar para os respectivos Governos outro algum direito além dos que em iguais casos são impostos aos habitantes do País aonde os ditos bens de raiz forem situados.

Art. 13.º Se uma das Partes Contratantes vier a conceder a qualquer outra Nação qualquer favor particular em Navegação ou em Comércio, o dito favor será imediatamente extensivo à outra Parte, livremente se livremente for concedido, ou

pela mesma compensação, ou por outra equivalente *quam proximè*, se a concessão for condicional.

Art. 14.º Sua Majestade Fidelíssima e os Estados Unidos da América, desejando fazer tão duráveis quanto as circunstâncias o permitam as relações que vão estabelecer-se entre as duas Partes em virtude deste Tratado, ou geral Convenção de recíproca liberdade de Comércio e Navegação, declaram solenemente e consentem nos seguintes pontos:

Primeiro. O presente Tratado durará e estará em plena força e vigor, por espaço de seis anos contados da data deste; e por um ano mais depois que uma das Partes Contratantes tiver intimado à outra a sua intenção de terminar o mesmo: reservando-se cada uma das Partes Contratantes o direito de fazer essa intimação em qualquer tempo depois de ter expirado o referido termo de seis anos; e do mesmo modo fica ajustado entre elas, que um ano depois de ser recebida por uma d'Elas, da outra Parte, a dita intimação, este Tratado cessará, e terminará inteiramente.

Segundo. Se um ou mais súbditos, ou Cidadãos de uma das Partes Contratantes infringir qualquer dos Artigos deste Tratado, será o mesmo súbdito ou Cidadão pessoalmente responsável por aquela infracção; e a boa harmonia e correspondência entre as duas Nações não será por isso interrompida, obrigando-se cada uma das ditas Partes a não proteger de nenhum modo o ofensor, e a não sancionar tal violação.

Terceiro. Se (o que não é de esperar) infelizmente algum ou alguns dos Artigos no presente Tratado contidos vier a ser, por qualquer modo, violado ou infringido, expressamente se estipula que nenhuma das Partes Contratantes poderá ordenar ou autorizar nenhum acto de represália, nem declarar guerra à outra por agravos de injúrias ou danos, até que a dita Parte que ofendida se considera tenha primeiro apresentado à outra uma exposição das ditas injúrias ou danos provados por competentes documentos, e pedido justiça e satisfação que ou lhe tenha sido recusada, ou desarrasoadamente demorada.

Quarto. O presente Tratado será aprovado e ratificado por Sua Majestade Fidelíssima com prévio consentimento das Cortes Gerais da Nação e pelo Presidente dos Estados Unidos da América, por e com anuência e consentimento do Senado dos ditos Estados; e as Ratificações serão trocadas na Cidade de

Washington, no prazo de oito meses contados da data da assinatura, ou antes se possível for.

Em testemunho do que, os respectivos Plenipotenciários a assinaram, e lhe apuseram o Selo de suas Armas.

Feito em triplicado na Cidade de Lisboa, aos vinte e seis do mês de Agosto do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e quarenta. – *João Baptista d'Almeida Garrett*.- (L. S.) – Está conforme. Secretaria d'Estado dos Negócios Estrangeiros 20 de Janeiro de 1841. – *António Joaquim Gomes d'Oliveira*.

*Extracto da Nota de 24 de Agosto de 1840,
do Plenipotenciário Português ao
Plenipotenciário Americano.*

Quanto à declaração do equivalente mencionado no Artigo 8.º do Tratado, não há dúvida nenhuma em declarar que desde já fique considerado como o dito equivalente pela abertura dos Portos das Possessões Ultramarinas de Sua Majestade ao Comércio e Navegação directos dos Estados Unidos da América, a admissão a igual Comércio e Navegação directos dos ditos portos para os Estados Unidos, em Navios Portugueses.

Está conforme. Secretaria d'Estado dos Negócios Estrangeiros 29 de Janeiro de 1841. – *António Joaquim Gomes d'Oliveira*.

Que quanto aos Portos Ultramarinos que por agora se consideram vedados ao Comércio Estrangeiro, o Governo de Sua Majestade julga necessário proceder a importantes investigações antes que possa categoricamente designá-los; mas que em um próximo tempo será necessariamente tomada uma resolução definitiva, que sem demora há-de ser comunicada ao Governo dos Estados Unidos da América.

Está conforme. Secretaria d'Estado dos Negócios Estrangeiros 29 de Janeiro de 1841. – *António Joaquim Gomes d'Oliveira*.

O abaixo assinado, Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios do Reino, e interinamente encarregado da Pasta dos Negócios Estrangeiros, respondendo à nota que lhe dirigiu em 10 do corrente o Sr. Eduardo Kavanagh, Encarregado de Negócios do Estados Unidos da América, na qual Sua Mercê pedia se lhe declarasse quais eram os Portos e Territórios deste Reino de que é excluído o Comércio Estrangeiro, tem a honra de participar a Sua Mercê que tendo-se dirigido ao Sr.

Ministro da Fazenda para obter as necessárias informações, S. Ex.^a lhe comunicou em Ofício da data de hoje, que nos Portos de Lisboa e Porto são admitidos a despacho e consumo todos os géneros de Comércio Estrangeiros, uma vez que satisfaçam as condições com que a Pauta Geral das Alfândegas os admite, exceptuando-se tão somente os géneros proibidos, como Cereais, Farinhas, e outros; e que nos outros Portos do Reino em que há Alfândegas, é igualmente admitido o Comércio Estrangeiro, não tendo contudo Despacho neles os artigos especificados no artigo 1.º dos preliminares da mesma Pauta.

Os abaixo assinados têm igualmente a honra de confirmar o Sr. Eduardo Kavanagh na sua opinião de que nenhuma dúvida há que pelas palavras “*Reino e Possessões de Portugal*” se designam todos os territórios e lugares sobre que a Coroa de Portugal reclama ou exerce Soberania e Jurisdição.

O abaixo assinado aproveita esta ocasião para renovar ao Sr. Eduardo Kavanagh os protestos da sua mais distinta consideração.

Secretaria d’Estado dos Negócios Estrangeiros, em 27 de Agosto de 1840.

Está conforme. Secretaria d’Estado dos Negócios Estrangeiros 29 de Janeiro de 1841. – *António Joaquim Gomes d’Oliveira.*



A REVOLUÇÃO DE SETEMBRO

N.º 543, de 21 de Setembro de 1842

Notícia necrológica do Ministro António Manuel Lopes Vieira de Castro

Faleceu hoje em Campolide, às oito horas da manhã, o sr. António Manuel Lopes Vieira de Castro.

Uma moléstia, que a princípio não parecia grave, mas que tomou logo um carácter maligno, privou a coroa de um leal conselheiro, muitos portugueses de um bom e fiel amigo, o partido setembrista de um dos seus mais distintos e virtuosos caracteres, e a nação toda de um cidadão honesto, a quem adornavam as mais relevantes qualidades, a quem incendiava o mais ardente amor pela prosperidade da sua pátria.

O sr. Vieira de Castro tinha adversários, cujas opiniões respeitava, mas não reconhecia inimigos. Sua alma grande e generosa nunca soçobrou no meio dos perigos. Igual em todas as situações da vida, na desgraça é quando brilhava mais a sua inimitável constância.

O nome do sr. Vieira de Castro será recordado entre nós por muito tempo como símbolo da mais escrupulosa probidade: a delicadeza das suas maneiras, que tão agradável tornava a sua companhia, não o abandonou entre os sofrimentos de uma dolorosa moléstia, e a coragem que mostrou em todas as situações da vida acompanhou-o até aos últimos momentos dela.

O sr. Vieira de Castro recebeu no longo período da sua moléstia mostras da estima, e consideração em que era tido por todas as classes da sociedade desta capital, que manifestaram o maior interesse por uma vida, que todos julgavam útil.

Muitos dos que maiores receios mostraram desta perda, podiam considerar-se como adversários políticos do ilustre finado.

Amanhã (21) pelas 11 horas da manhã terá lugar na igreja de S. Sebastião da Pedreira o offício fúnebre, e a sepultura será no cemitério dos Prazeres.

Os amigos, que na ausência da família se encarregaram do tratamento da moléstia, e dos deveres que se seguem ao termo fatal, dirigem convites a todas as pessoas, cujos nomes lhes puderam recordar, mas forçoso será que muitos lhes tenham esquecido, e pedindo desculpa, rogam por este meio a assistência de todos aqueles que desejam honrar a memória do falecido.

N.º 1210, de 15 de Abril de 1845

MEMÓRIA HISTÓRICA DO CONDE DE AVILLEZ

Jorge de Avillez Zuzarte de Sousa Tavares, conde de Avillez, visconde do Reguengo, par do reino, do conselho de S. M. e do supremo tribunal de justiça militar, comendador de S. Marcos de Monsaraz na Ordem de Cristo, e da Torre Espada, condecorado por S. M. britânica com a Grande Cruz de Ouro e dois Braceletes pelas campanhas da guerra da península, com a Cruz de Ouro portuguesa e com a medalha de seis comandos na mesma guerra, com a de Victoria e outros por S. M. católica, com a Estrela d'Ouro pela campanha do Rio da Prata, tenente general dos reais exércitos, &c. &c. &c. foi filho de Jorge de Avillez Zuzarte de Sousa Tavares, fidalgo da casa real, e de D. Francisca Rosa Barba de Meneses; e nasceu em Portalegre a 28 de Março de 1795.

É um longo e interessante capítulo da história contemporânea o que em breves palavras temos de concentrar, porque mais não permitem o lugar e o espaço. Não tardará muito, espero, que, em tributo de amizade para com o ilustre general, e em satisfação para a história da nossa terra, se escreva mais ampla memória de uma vida que toda se gastou em serviço da pátria, e que desde seus primeiros anos tanto contribuiu para conservar com nome português a antiga reputação de valor e de lealdade que são os mais nobres de seus caracteres.

Começou o jovem Avillez a carreira militar apenas completara a sua educação no real colégio dos nobres, tomando o comando do regimento de milícias do Crato em 1806. Não contava mais do que vinte e um anos de idade; e logo em Outubro do ano seguinte foi mandado com o seu regimento, pelo marquês d'Alorna, fazer parte da guarnição da praça d'Elvas que então se preparava para resistir à próxima invasão dos exércitos de Bonaparte.

Não faltou à nação o ânimo, falhou porém ao seu governo a vontade de resistir àquela invasão. As causas e os meios não é este o lugar de as deduzir: nota-se o facto somente. A nação e o exército obedeceram ao seu governo legítimo, abrindo as portas das suas praças aos invasores estrangeiros. Os seus príncipes fugiram-lhe, a sua nobreza desertou-lhe, os seus aliados abandonaram-nos, os seus vizinhos fizeram entre si partilhas de seu território, e a destruição do nome português parecia consumada.

Bem conheceu o general Junot, que a sujeição dos portugueses não era voluntária, que nem o povo nem o exército partilhavam na cobardia da corte e na corrupção dos cortesãos. O exército, dissolveu-o logo, deixando apenas uma divisão que mandou para além dos Pirenéus servir ao senhor comum a quem toda a Europa obedecia; ao povo, esmagou-o com enormes tributos que, para mais odiosos serem, foram logo *repartidos em contribuição directa*, com pouco ou nenhum respeito aos haveres dos contribuintes, e só com a mira no engrossar os cofres dos exactores.

Tal era o estado de Portugal em 1807 quando chamado, pelo falecimento de seu pai e de seu irmão mais velho, a suceder aos morgados de uma das mais opulentas e distintas casas da província do Alentejo, Jorge de Avillez se retirou indignado e despeitoso do serviço público, então convertido em serviço dos opressores da pátria.

Pertencia àquela classe da nobreza que, na sua grande maioria, sempre fez causa comum com o povo, e tem confiança nele.

E o povo de Portugal não faltou desta vez, como ainda não faltou em nenhuma das grandes crises, que têm ameaçado subverter a dinastia e o reino. À desanimação geral sucedeu a indignação; à indignação a coragem. Portugal levantou-se como um só homem, expulsou os seus opressores; e os aliados e os amigos lhe voltaram logo, segundo é a ordem do mundo e de suas coisas. A cidade

de Portalegre é uma das primeiras a levantar o pendão da independência nacional; organiza logo um regimento de voluntários reais, proclama para seu chefe o coronel Avillez, e o escolhe, ao mesmo tempo, para um dos vogais da junta governativa que ali se erige, e que o confirma nesse posto.

Em Agosto de 1808 já encontramos os voluntários de Portalegre entrando em Campo Maior a socorrer aquela praça, e o seu bravo coronel indo pessoalmente a Espanha para fazer conduzir armas e munições, de que ela carecia.

O regimento fora equipado e fardado à custa do seu patriótico chefe: incorporado daí a pouco na divisão do Sul, e em marcha para Lisboa, os *prets* dos soldados, e os soldos dos oficiais são pagos também por ele.

Chegou o mês de Outubro daquele memorável ano; e, reorganizando o exército português, o regimento de Portalegre tomou o nome de caçadores n.º 1. Por decreto de 21 de Janeiro do ano seguinte o coronel Avillez foi nomeado seu tenente-coronel.

O decréscimo na patente, e a parcialidade que algumas comparações faziam evidente, não diminuiu o ardor do jovem patriota; continuou a servir com o mesmo zelo e desinteresse. Por tão nobre procedimento recebeu depois a comenda de Monsaraz na Ordem de Cristo, em cujo diploma ficaram honrosamente exarados os generosos serviços que lha mereceram.

Desde então até ao fim da guerra peninsular, o nome de Avillez é um dos que mais brilham naquela série de prodígios e gentilezas que reabilitaram o nome português neste século, e na qual, apesar da vaidade e injustiça dos escritores estrangeiros, e de não menos criminoso silêncio dos nossos, a parte que nos compete de glória é muito maior do que às naturais proporções de tão pequeno reino parecia competir.

Nas acções d'Alameda, Cabeço Negro, Gândara-de-Mortágua, na batalha do Bussaco, em Alenquer, Pombal, Redinha, Condeixa, Foz-d'Arouce, Ponte-de-Murcela, Sabugal, Ficalhos, na batalha de Fuentes d'Onor e assalto de Ciudad-Rodrigo, os seus feitos de valor foram tais que o próprio ciúme britânico lhe fez justiça.

Tendo comandado o seu corpo em todas aquelas acções, por elas recebeu d'el-rei de Inglaterra a grande cruz de comandante, e depois os braceletes de ouro

pelos feitos pessoais nelas praticados, e nas de Pamplona, Nyvell, Pirenéus e Nive, em que foi gravemente ferido.

Nem se distinguiu menos nas batalhas de Sauveterre, Ortez, Tarbs e Ayre comandando a brigada do Algarve.

Liberta enfim a Península, vencido o inimigo comum, e voltando o exército português aos seus lares, Jorge d’Avillez, já coronel do exército, foi encarregado do comando da força militar na praça d’Elvas.

Mal se começavam a desfrutar as doçuras de uma paz que tantos sacrifícios custara, quando a guerra pareceu de novo acender-se com a volta da ilha d’Elba, e com os pasmosos sucessos dos *cem dias* que foram terminar na memorável batalha de Waterloo. Apesar de cansado e exausto, e do inquestionável direito que tinha a descansar agora, quando tantos novos auxiliares tinham acudido *por fim* a causa da Europa, nem por isso Portugal deixou de preparar o seu contingente para este último esforço. O coronel Avillez foi chamado ao comando de uma das brigadas que deviam partir para a Bélgica a reunir-se ao exército aliado, quando a notícia da vitória de Waterloo, e da paz geral que se lhe seguiu, veio suspender a sua marcha.

Terminado assim o primeiro estágio de tão longa e aventureira carreira militar, não parou ela todavia, nem parava o ânimo do jovem guerreiro enquanto houvesse glória e perigos que para alguma parte o chamassem.

Nesse mesmo ano de 1815, promovido a brigadeiro, e nomeado comandante da 1.^a brigada da divisão de *Voluntários reais do príncipe*, novamente se aprestou para entrar em campanha.

Os louros da guerra peninsular, transplantados para o Novo Mundo, não degeneraram. Na conquista do Rio da Prata o general Avillez distinguiu-se como sempre. Em Abril de 1817 é promovido a marechal de campo. No governo da praça de Montevideu, em diferentes acções, e especialmente na de Passo-de-Arena, fez os maiores serviços ao seu soberano: e por eles teve a condecoração da Estrela de Ouro.

Chegou, no entretanto, o memorável ano de 1820: e no mês de Novembro o general Avillez veio com licença ao Rio de Janeiro. Aproximava-se a grande catástrofe da desmembração da monarquia, e seus tão honrosos quanto inúteis esforços iam ser baldados nessa nova corte do antigo reino de que tão breve devia separar-se. Conferiu-lhe el-rei, antes de partir para a Europa, o comando das armas

do Rio de Janeiro com a graduação de tenente-general. Tomou conta daquele encargo tão difícil e arriscado, e por mais de um ano lutou com as indizíveis dificuldades de sua posição.

Se não é cedo para julgar dos importantes acontecimentos daquela época, certamente é cedo para pronunciar juízo sobre tantos caracteres que nela figuraram e influíram. E em todo o caso, não é no rápido esboço de uma memória como esta que se há-de aventurar semelhante julgamento. Há porém coisas tão manifestas e palpáveis, que nem se podem negar, nem há conveniência alguma em as dissimular. O príncipe regente e o general Avillez ambos se achavam na mesma situação: ambos estavam colocados entre a necessidade moral de ser fiel ao soberano e à mãe pátria, e a necessidade física de ceder à vontade cada vez mais declarada, mais enérgica e unânime do povo brasileiro. Não podia durar muito esta situação, nem durou. O príncipe, aceitando o império, seguiu os ditames da política, e certamente salvou da anarquia e da destruição aquela vasta porção do globo. O general optou pelos severos preceitos da fidelidade antiga, e não pôde salvar senão a sua honra.

À testa da divisão auxiliadora, o general Avillez resistiu a ameaças, a promessas, a intrigas e a seduções. Retirando-se do centro do Rio de Janeiro para a Praia Grande, aí se viu em breve sitiado e sem víveres. Sua esposa, companheira constante de suas glórias e trabalhos, não hesitou em fazer o sacrifício das suas jóias; e assim se acudiu às necessidades mais urgentes da brava divisão.

Todo o empenho do governo do Rio de Janeiro, já então declaradamente independente, era fazer-lhes depor as armas; não o conseguiu: e aqueles poucos, mas leais e valentes soldados, alcançaram por fim regressar ao reino comandados pelo seu general, com as suas bandeiras e as suas armas, tendo perdido tudo certamente, menos a honra e o nome de portugueses.

Chegou a divisão auxiliadora a Lisboa em 21 de Maio de 1822; e como quem trazia tão más novas, o general não foi bem recebido do governo nem das cortes, a quem todavia deu plena e satisfatória explicação de seu procedimento. Retirou-se à sua casa na província, e daí a pouco Portalegre o elegeu seu deputado.

A sua carreira parlamentar foi tão nobre e generosa como a militar tinha sido. O ano de 23 começou turbado e ameaçador pelos esforços da política estrangeira, senão que por desacertos de casa também. Em Maio seguinte o infante

D. Miguel, evadindo-se de Lisboa, vai colocar-se à frente de uma insurreição militar. El-rei quer sustentar a constituição, forma-se novo ministério, e o general Avillez, por aclamação do congresso, recebe o comando em chefe do exército.

Mas já era tarde: o exército estava contaminado. Corpo a corpo, a guarnição de Lisboa se foi juntar ao infante; e o último regimento, o 18 de infantaria, fugiu por fim com el-rei, que não teve outro remédio senão ir fazer-se chefe de uma revolução que tanto, ou mais, tinha por fim despojá-lo de sua própria autoridade, como roubar a liberdade à nação.

O general em chefe, reduzido a comandar uns poucos de guardas nacionais improvisados de três dias, e escassamente armados, sustenta com toda a tranquilidade da capital, e só quando dispersas as hostes e invadida a cidade pelos sublevados, depõe o comando que a nação por seus representantes lhe entregara.

Este brio e constância, que os nossos reis antigos até em seus próprios contrários costumavam louvar e premiar, mereceu ao general Avillez uma perseguição cruel, acintosa, inexplicável nos pretextos que para ela se tomaram, uma daquelas perseguições que fazem a glória da vítima e que são o eterno opróbrio dos algozes.

Apenas restabelecido o chamado *paternal* governo d'el-rei, o general Avillez é mandado sair de Lisboa em duas horas. Retira-se à sua casa no Alentejo, e aí é intimado para se apresentar em Sesimbra. Obedeceu, e apenas lá chega, é logo preso por ordem do ministro da guerra. Daí é conduzido ao Castelo de S. Jorge, daí é removido para a torre de Belém, onde por fim é intimado pelo mesmo ministro (Martins Pamplona, depois conde de Suberra) para responder em conselho de guerra pelo seu procedimento no Rio de Janeiro, onde o seu grande crime se declarou ter sido o de *insubordinação e revolta contra o poder do príncipe regente!*

Foi condenado em 3 de Fevereiro de 1824 a trabalhos de fortificação!

Menos absurdamente brutal, porém mais estúpida e incoerente é a decisão do supremo conselho de justiça militar que – reconhecendo os relevantes serviços que o general prestara no Rio de Janeiro – em vez de o absolver de toda a imputação criminosa, e o declarar digno de mercê e não de castigo, comuta a pena de primeira sentença em perdimento de posto, e num ano de prisão na praça de Castelo de Vide.

Assim se julga onde os juízes estão às ordens dos ministros; assim se governa onde os caprichos, os ódios, as invejas são mais fortes que as leis. O Sr. Rei D. João VI era um bom e indulgente monarca: mas seja o príncipe quem for, todas as restaurações são as mesmas.

Restituída a liberdade a Portugal pela magnânima e prudente concessão da carta em 1826, a iníqua sentença foi declarada nula por um conselho de guerra, em nome do mesmo príncipe contra quem o general Avillez era acusado de se haver rebelado.

Mas aquela promessa de liberdade e de justiça que a carta nos fizera tinha de ser frustrada como tantas outras promessas. A sua execução e cumprimento em breve foi confiada a fatais mãos. A usurpação do trono e a destruição da liberdade eram inevitáveis, se a tempo e com uma forte oposição não fosse prevenida.

Diligenciou fazê-lo em Lisboa o general Avillez... não o conseguiu. Escusado é desenvolver os motivos; a história os dirá. Retirando-se à sua província, com o fim principalmente de dispor as tropas do Alentejo para se fazer ali o que em Lisboa se não conseguira – esteve a ponto de ver realizadas as suas generosas intenções; mas um funesto acidente as veio destruir. Tinha começado no Porto a reacção, e a regência instalada naquela cidade, por decreto de 21 de Maio, o nomeara comandante em chefe do exercício de operações, quando infelizmente quebrou uma perna, e neste estado foi preso, conduzido para o forte de Lippe, dali para o castelo de S. Jorge, depois para a torre de S. Julião, onde, por espaço de quatro anos, sofreu os mais terríveis padecimentos que se pode imaginar. Sequestraram-lhe os bens, tiraram-lhe os soldos, separaram-no de seus filhos, e por fim viu sua nobre esposa encerrada num cárcere, mas por maior requinte de barbaridade em cárcere separado do dele.

Não estava ainda satisfeita a sanha dos perseguidores: de prisão em prisão o trouxeram por todas as cadeias e fortalezas do reino, até que, no fim de seis anos de cativo, pôde felizmente evadir-se das prisões de Bragança em 28 de Fevereiro de 1834, fugindo para Alcanices em terra de Espanha.

Estava já adiantada a restauração do reino; e o governo de Madrid, já então inclinado à causa constitucional, mandou imediatamente pôr à disposição do general Avillez meios pecuniários, armas e munições de que carecesse para equipar os emigrados portugueses que logo se lhe juntaram.

Com efeito, tendo organizado um batalhão de infantaria e um esquadrão de cavalaria, o general Avillez entra em Bragança em 28 de Abril do mesmo ano, e pondo em fuga a guarnição daquela cidade, favorece as operações do duque da Terceira na passagem do Douro para a Beira Alta, e em um momento corre toda a província depondo as autoridades da usurpação¹ e substituindo-as por pessoas de conhecida adesão ao sistema constitucional.

Chamado a Lisboa por S. M. I. o duque regente, é logo nomeado governador militar da corte e província da Estremadura.

No 1.º de Dezembro desse mesmo ano de 1835 foi criado visconde do Reguengo.

Não era passado um ano, quando as várias causas que todos conhecem, e que não é para este escrito examinar, trouxeram a revolução de 9 de Setembro de 1836. Por honra de sua pessoa e por dever do seu cargo, o general nem podia nem sabia deixar de ser fiel à soberana; mas, por coerência e princípios, também não podia ser adverso à causa popular que tão estrenuamente defendera e pela qual tanto padecera: defendeu a pessoa da rainha; mas, além de lhe faltarem os meios de acção, não ousaria, quando os tivesse, intentar hostilidades contra a guarda nacional de Lisboa que, em pouco, se viu auxiliada por grande parte de força de linha, e que não proclamava senão a restauração das primitivas instituições liberais, aquelas mesmas que tinham formado o partido constitucional, com cujo único auxílio se tinha restaurado o trono da rainha.

A filha de D. Pedro IV anuiu ao voto público; e o antigo general da nação pôde enfim, e sem quebra de nenhum dever, auxiliar em 1836 a restauração daquele código que desde 1823 os representantes do povo tinham entregue à sua guarda nos últimos e desesperados momentos da sua curta existência. Não se tratava dos defeitos que podia ter essa lei constitucional, nem de a comparar com outras; tratava-se de um princípio que não podia nem queria renegar. – É um ponto questionável para o político: o homem d'estado desaprová provavelmente o movimento de Setembro de 1836. Cada um pode julgá-lo a seu modo. Quem escreve estas linhas lamentou-o profunda e sinceramente, como uma verdadeira

¹ Uma destas é actualmente bispo de Bragança e par do reino!

calamidade... Deixar de o seguir um liberal português de 1820, é que não sei como se podia fazer; nem como se possa explicar diretamente.

Neste caminho, que já não era de opção, mas forçoso para ele, prosseguiu o general visconde do Reguengo, com a mesma coerência e firmeza, através das crises que em breve sucederam. Na reacção de Belém, o seu principal empenho foi fazer embarcar a força estrangeira que tão inconsideradamente fora chamada a intervir nas nossas disputas civis. Na revolta dos marechais, manteve a ordem e proveu à defesa da capital com admirável prudência e no meio de pasmosa tranquilidade.

Parecia ter posto termo às discórdias civis a convenção de Ruivães, tão generosa, tão fielmente cumprida senão é na admirável indulgência com que deixou de se executar tudo quanto podia julgar-se mais severo para os vencidos. Mas novas dissensões vieram afligir-nos, e pôr outra vez à prova os inabaláveis princípios do general.

E aqui torna a especialíssima natureza deste escrito a embargar a pena para que não entre por causas e circunstâncias que aliás muito conviria que fossem bem conhecidas. Mas basta que se diga que os sucessos de 13 de Março de 1838, tão fatais ao partido e à causa liberal, fossem por quem fossem provocados, acharam o visconde de Reguengo no mesmo firme propósito e sincera intenção com que em todas as nossas questões liberais tinha sempre entrado o general Avillez. Queria e devia restabelecer a ordem, empregou todos os meios de conciliação, e tinha conseguido triunfar com eles sós.

As forças da guarda nacional que se achavam na Graça marcharam com as do general para a praça de D. Pedro na mais perfeita harmonia. Sobreveio a noite, e alguns mal intencionados, cujo nome ainda hoje se ignora, fizeram fogo sobre a tropa de linha. Daqui se seguiram os desastres daquela funesta noite que ninguém mais que ele deplorou; porque a liberdade não é possível sem ordem: mas quando para obter a ordem é forçoso quebrar a energia dos cidadãos, quando em vez de o *reprimir*, como é necessário muitas vezes, se chega a *deprimir* o elemento popular, o equilíbrio constitucional torna-se muito difícil, se é que não impossível.

O general teve o seu cavalo morto, e foi levemente ferido na mão esquerda: mais profundamente o feriu no coração o desastroso sucesso daquela noite, e o

ponderar as funestas consequências que havia de trazer para todos os que nela contendiam.

Criado conde de Avillez por S. M. e eleito senador pela sua província, continuou no comando militar da corte, até que, em 1840, estando na sua casa do Alentejo com licença, repentinamente o mudaram daquele comando para o da 7.^a divisão militar. Conheceu os motivos e os fins da sua remoção, e recusou a mercê que tão manifesta injúria envolvia.

Daí a pouco mais de um ano, a constituição estava destruída, e a carta restaurada. O conde de Avillez feito par do reino, só deixou desde então a vida privada a que se reduzira, para ir à câmara, protestar, com o seu voto silencioso mas constante contra a marcha errada e funesta de um governo que tantas antipatias provocava.

A reacção de 1844 achou-o enfermo e retirado em uma herdade sua no Alentejo. Mas aí mesmo o foi procurar a malquerença gratuita de seus inimigos. Teve o desgosto de ver cercada a sua casa da herdade da Torre, onde habitualmente residia no tempo da lavoura. Praticou-se isto ainda as garantias não estavam suspensas em Portalegre; e sem que tivessem precedido as devidas cortesias, prescritas pelas leis militares. Entrou na herdade um esquadrão de cavalaria n.º 3, e lanceiros comandados pelo major Leal, invadindo-o sem pedir a vénia do costume. Nem é pretexto a projectada prisão do conde do Bonfim, porque ali estava o general Avillez, a quem eram devidos todos os respeitos.

Desde então até ao princípio deste ano foram-lhe diminuindo as forças e crescendo as enfermidades. Prostrado enfim por um violento e tenacíssimo ataque de gota, sofreu com resignada paciência a sua última moléstia; e, impotentes todos os recursos da arte, rodeado de seus inconsoláveis filhos, e nos braços de sua esposa, expirou às 8 horas da noite do dia 15 de Fevereiro de 1845, no sítio da Junqueira.

Assim acabou o mais antigo, mais distinto e fiel general da liberdade na nossa terra. A causa constitucional tem achado outros defensores ilustres, outras espadas generosas – nenhum tão leal, e nenhuma tão segura. Serviu a pátria quase desde o berço até à sepultura. Pode-se dizer que os dias que não passou combatendo os inimigos do seu país e defendendo os seus concidadãos, é porque a tirania o tinha proscrito e encarcerado. Serviu fielmente o rei, não traiu nunca o

povo, adorou a glória, amou a pátria, e deixando por causa dela, muito diminuído a seus filhos o património que herdou dos antepassados, deixa-lho todavia acrescentado com tanto cabedal de honra e nobreza que podem competir nessa riqueza com as mais ilustres famílias do reino.

O nome de Avillez, que já pertence à história da Europa moderna, é um dos que a portuguesa tem de gravar em caracteres mais claros na sua melhor e mais pura página.

9 de Março de 1845.

A. G.

N.º 1251, de 5 de Julho de 1845

MR. SHERIDAN KNOWLES

Lisboa é uma das primeiras capitais do mundo em grandeza e extensão, já o foi em riqueza e comércio. Colocado no centro do mundo civilizado, entre o Mediterrâneo, o grande Atlântico e o mar do Norte, o seu porto podia ser o mais frequentado, se muitas causas que não é para aqui deduzir, não tivessem afugentado do Tejo a navegação estrangeira, e outras, senão as mesmas causas, diminuído também a nossa.

Esperemos nos carris de ferro que bem podem restituir por outro modo, a este “quase cume da cabeça” de todo o mundo – segundo a expressão do nosso poeta; os dourados dias dos galeões da Índia e do Brasil. Podem decerto, e com mais sólida e perdurável grandeza do que foi a passada. Assim o fatal sistema do governo, as funestas decisões da última câmara, e a insaciável rapacidade dos nossos argentários deixassem livre o concurso dos capitalistas da Europa, interessados hoje em nos chamar à comunhão geral da civilização, de que nos excomunga cada vez mais o individualismo mesquinho, corrupto e egoísta de meia dúzia de homens que nos fazem o ludíbrio, o escárnio, o desprezo da Europa!

Tenho fé contudo que, apesar dos nossos opressores, das suas companhias, de suas malvadas leis, e da escravidão em que fomos vendidos para o Egipto da agiotagem, a providência nos acudirá. Este inocente povo, este *José das nações* surgirá do cativo à grandeza pela sabedoria e pela constância na adversidade. A civilização é tão poderosa e forte, que romperá todas estas peias, e nos tirará do

cárcere: mais dia menos dia, nós tomaremos também o lugar que nos compete em Israel.

Já o mesmo inimigo que hoje nos persegue, o privilégio, impediu muito tempo que verdadeiramente participássemos dos grandes benefícios da navegação por vapor que começou a mudar a face da terra. E apesar de tudo, nós entrámos por fim, de vagar e tarde, mas entrámos – em alguma parte dessa esplêndida doação que fez a ciência à geração presente, e que a indústria propagou por toda a parte. Graças a ela, já muitos viajantes frequentam o nosso porto, já Lisboa tem hospedarias e hotéis que não envergonham, já nos comunicamos rápida e facilmente com os grandes focos de civilização, já não somos a *última Thule* dos modernos, já a nossa língua mesma, ainda há pouco inteiramente ignorada, começou a ser conhecida; e não tardará que, transitável o país, as suas belezas e comodidades possam ser tão familiares ao artista, ao poeta, ao geólogo, como lhe são as da Suíça, da Alemanha e da Itália.

Ultimamente um ilustre poeta e distinto literato inglês que fora num suave inverno da Madeira recobrar sua estragada saúde, aqui nos fez uma visita que ficará lembrada em Portugal, e será falada no mundo.

Mr. Sheridan Knowles, o autor de *Virginius*, do *Hunchback*, e de outras produções dramáticas bem conhecidas, tem residido em Lisboa estas três semanas, e deu um curso público de leitura sobre a sua literatura favorita, a dramática. As reuniões foram brilhantes e numerosas, principalmente compostas de residentes britânicos, mas não faltaram portugueses para ajudar a fazer as honras da casa ao distinto escritor.

O primeiro curso era de três leituras; estendeu-se depois a outras três, pelo instante pedido dos concorrentes; de maneira que os cultores e afeiçoados da literatura inglesa tiveram seis noites de agradável e proveitoso entretenimento.

Shakespeare, o grande fundador do teatro moderno, devia necessariamente ser o ponto de partida das considerações, das observações e doutrinas que ouvimos. Schlegel não expôs melhor, com mais entusiasmo e convicção, as belezas, a verdade, a filosofia de uma escola poética que hoje é quase universalmente reconhecida e seguida. O génio criador de Shakespeare, a diversidade de seus caracteres, a facilidade e verdade com que o poeta se identifica com os seus personagens a ponto de nos tornar a ficção mais natural do que a realidade, e de

modo que bem podemos exclamar com Byron, ao comparar a história com a sua poesia: *Truth is strange, stranger than fiction!* – tudo isto nos fez sentir Mr. S. Knowles na sua primeira leitura. A dicção era fluente e animada, simples ou poética, segundo cumpria pela variedade dos assuntos. Mas o que sobretudo admirámos mais, e mais nos satisfaz, foi ouvir recitar os bem escolhidos exemplos dos vários autores que trouxe para comprovar as suas teorias – principalmente de Shakespeare.

A segunda leitura foi continuação do mesmo assunto. Nunca ouvimos declamar coisa alguma com tanta perfeição como as duas falas de Cássio e Marco António na “morte de César”. Nobreza, verdade, força, tudo o que há de maravilhoso, de grande, de inimitável naquelas duas falas, sobressaía de um modo que não pode imaginar-se por quem não tenha ouvido Talma ou Mr. Knowles. Para cá do Reno não viveu outro homem em nossos dias a quem o espírito de Melpomene se revelasse assim. Não falo dos absurdos desesperos, dos uivos e berros do drama no sentido estrito da palavra moderna, falo da tragédia nacional.

Mr. Knowles, discípulo e sacerdote de Shakespeare, não reconhece as unidades de Aristóteles: é *protestante* em literatura. Muita gente é hoje dessa igreja; mas poucos aceitaram os seus dogmas e disciplina com aquele espírito de verdade e convicção, ou os sabem pregar com aquela persuasão e eloquência com que ele o faz.

Na 3.^a leitura, entre outras matérias conexas, veio a questão das unidades: e com o exemplo de Macbeth, tragédia admirável que ele analisou rápida mas profundamente – provou à evidência, demonstrou com toda a severidade da lógica, sem perder das galas da eloquência, que o verdadeiro drama trágico era impossível com as pretendidas três unidades de Aristóteles.

Shakespeare não se explica em três lições; mas bastariam decerto estas três lições para mostrar a qualquer que fosse inteiramente hóspede na matéria, que sem um longo, profundo e meditado estudo da natureza – de que ele foi o primeiro intérprete – não é possível fazer coisa alguma digna da arte neste mais difícil de todos os géneros de literatura, o dramático.

Shakespeare já fora comparado a Eurípides; e com razão. Os ouvidos clássicos a quem a proposição scandalizar, que vão ouvir Mr. Sheridan Knowles, e eu lhes prometo que hão-de ficar convertidos.

No exame do teatro antigo, e principalmente de Eurípides foi empregada a 4.^a leitura.

A oratória deu tema à quinta leitura. O estilo, a declamação, os exemplos de Demóstenes, de Chatam e Kirwan foram brilhantemente e magistralmente tratados.

Concluiu Mr. Knowles, na sexta, com uma revista geral dos poetas ingleses contemporâneos. Veio de século 17 e 18 com Milton e Pope, até Southey, Scott e Campbell. É impossível recitar com mais graça, calor e animação, do que ele recitou as passagens escolhidas destes corifeus do parnaso britânico. Considerou-os principalmente no sentido dramático. Escusado é dizer que nenhum deles é grande escritor de teatro, que alguns absolutamente mostraram ter negação para a cena. – Tal foi W. Scott. Mas em toda a verdadeira poesia, assim como em toda a grande eloquência, entra alguma coisa de drama.

Mr. Knowles concluiu, na sexta noite, as suas leituras, com um veemente epílogo de agradecimentos e saudade a todos os que o tinham obsequiado, e sem pronunciar nomes, designou com manifestas ilusões aqueles a quem mais se sentia obrigado.

Deve ficar certo o distinto literato que, nacionais e estrangeiros, todos conservaremos com muita saudade a memória da sua visita a esta terra. E dos portugueses especialmente me atrevo a afiançar-lhe que, se a dificuldade de uma língua tão estranha e difícil como é a inglesa não obstasse ao desejo geral, as suas leituras teriam sido frequentadas por todas as classes de um povo que é entusiasta do verdadeiro talento, e que faz timbre em ser hospitaleiro e cortês com os que o visitam para o honrar.

Não se julga faltar a nenhuma conveniência, consignando aqui que foram vistas, entre os concorrentes portugueses àquelas leituras, a suas excelências as sras. condessas de Rio Maior e da Ponte, os condes do mesmo título, o sr. D. Fernando de Sousa Botelho, o sr. J. A. Braancamp, o sr. Street Arriaga, o sr. Osório Tavares, o sr. Warnhagen, e vários outros de que nos não lembram os nomes. Dos srs. marquês de Niza, barão de Foz Côa, J. M. d'Abreu Castello Branco, Rio Tinto e de mais alguns portugueses sabemos que, tendo subscrevido para todo o curso, não puderam ter o gosto de assistir a ele por circunstâncias. – A. G.

N.º 1285, de 17 de Julho de 1845

AVISO

A pessoa que se dirigiu anonimamente ao sr. conselheiro J. B. de Almeida Garrett dando-lhe importantes avisos, se deseja efectivamente servi-lo deve dar informações mais positivas e indicar os nomes dos que supõe implicados no negócio grave de que trata a sua carta. Se quizer fazê-lo assim, não só se lhe promete gratidão, mas se oferece um prémio avultado.

N.º 1551, de 20 de Julho de 1846

JANTAR PÚBLICO

No Salão nobre do Teatro de D. Maria II

No Sábado, 11 do corrente, se reuniu no belo edifício que hoje coroa a elegante praça do Rossio, uma companhia escolhida das principais pessoas da opposição com o fim de celebrar, em um jantar público, o feliz successo das armas populares, e a restituição à pátria de tantos ilustres proscritos.

O jantar foi esplêndido, bem regulado, e a mais perfeita ordem, a mais cordial união reinou entre os convivas.

Foram convidados unicamente os srs. conde do Bonfim, César de Vasconcelos, José Estêvão Coelho de Magalhães e M. Mendes Leite, como representantes da emigração²; os generais espanhóis emigrados Facundo Infante e Iriarte em testemunho de gratidão pelos obséquios que os nossos emigrados receberam no seu país de todos os partidos; e finalmente os srs. Passos Manoel e major Montenegro como representantes da revolução, e os redactores dos jornais liberais que tanta parte tomaram nela.

O dr. Madden, correspondente em Lisboa da imprensa liberal britânica foi também convidado com esse pensamento.

² Os limites da sala não admitiam mais, nem pernitião tão pouco aceitar o imenso número de subscritores que se apresentou.

Duas bandas de música militar colocadas no grande terraço do teatro, do lado da praça de Camões, tocavam alternadamente, anunciando aquele público regozijo. Um concurso imenso de espectadores, mas perfeitamente pacífico e ordenado enchia a vasta praça.

Às seis e meia da tarde, chegaram os convidados principais, que tinham ido ao encontro dos seus companheiros d'exílio nesse dia regressados à capital, – e o jantar começou.

Presidiram à mesa os srs. visconde de Sá, e conselheiro Almeida Garrett.

Apenas se entrou no déssert o presidente, levantando-se em pé, propôs a

PRIMEIRA SAÚDE

(O sr. Visconde de Sá, presidente)

Reunidos para celebrarmos o regresso a Portugal dos valentes compatriotas que primeiro levantaram a bandeira gloriosa que a nação em massa acaba de fazer triunfar, cumpre-nos agora expressar a cordial simpatia que experimentamos por eles pessoalmente, pela sua nobre empresa, e pela grandiosa resolução que o povo português concluiu.

A vossa benevolência, honrando-me com a presidência desta reunião, impôs-me o dever de propor-vos a primeira das saúdes que temos a fazer.

Assim como, durante o longo período das nossas contestações civis, fomos guiados por um pensamento único, pensamento altamente político, o de apoiar as liberdades públicas no trono da augusta dinastia reinante, e de fortalecer este mesmo trono com as instituições liberais; assim o nosso primeiro brinde será simultaneamente endereçado à coroa e à liberdade. Instituições tão livres quanto possam existir combinadas com a ordem pública. Leis orgânicas que tornem impossível que estas instituições sejam sofismadas. Um trono que seja o firme apoio das mesmas instituições. E este trono ocupado pela sra. D. Maria 2.^a (*apoiado, apoiado*) Tais foram as vistas do grande príncipe que dotou Portugal com o sistema do governo representativo: tais foram, decerto, os desejos daqueles que combateram debaixo das ordens de S. M. I.; e igualmente os daqueles que tomaram parte nos movimentos políticos de 1844 e de 1846.

Com razão pois se deve considerar como um brinde eminentemente nacional o seguinte que tenho a honra de propor-vos:

A S. M. a Rainha!

A S. M. El-Rei e Real Família!

Às Instituições Livres da Nação Portuguesa!

Foi vitoriada a saúde, com três vezes três vivas tão estrondosos como cordiais.

A música respondeu com o hino da rainha.

Pouco depois, pelo mesmo modo o sr. vice-presidente, propôs a

SEGUNDA SAÚDE

(O sr. vice-presidente, Almeida Garrett)

Senhores – Muito me regozijo e muito mais me honro de ser aqui hoje o segundo a propor um brinde em tão ilustre reunião. Depois de termos saudado a rainha dos portugueses, o imediato brinde não podia ser senão à nação portuguesa. *(Apoiados.)* É o que vou propor-vos.

Mas, senhores, quando o nobre visconde de Sá, o veterano da nossa liberdade *(apoiados)* vos propôs a saúde da rainha de Portugal, quando nós a aceitámos e bebemos com tanto entusiasmo, além dos sentimentos de estima, de consideração, de amor e de respeito que temos pela augusta pessoa da soberana, da filha do nosso libertador imortal, tínhamos, sim tivemos, um pensamento mais transcendente ainda, mais patriótico, se é possível. Saudando o chefe do estado, o chefe do governo, nós saudámos também um governo bom, justo e verdadeiro. *(Muitos apoiados.)* Quando um povo livre saúda o seu soberano, saúda um governo justo *(muito bem)* saúda um governo recto, paternal, um governo segundo a lei. É este o pensamento de nós todos; é este o pensamento transcendente da saúde que primeiro se propôs.

Mas, senhores, o nosso Camões disse – *Um fraco rei faz fraca a forte gente*; e eu, invertendo o pensamento, direi com a mesma verdade que – Um fraco povo faz fraco o forte rei – *(apoiados)* Um povo servil, um povo indigno da liberdade faz o rei mau e tirano. *(Apoiados)* Só de si se devem queixar como as rãs da fábula, as nações que sofrem reis de pau ou reis serpentes.

Graças à Providência não é este hoje o caso da nação portuguesa; e, digamos com ênfase, que raras vezes o tem sido; porque, d'entre todas as nações do mundo, nenhuma tem lutado tanto com os seus governos para ser grande, para ser livre, como a nossa; e sempre que fomos infelizes, sempre que nos humilhámos na

presença da Europa, sempre que nos degradámos à face do mundo, é porque sucumbimos primeiro diante de um mau governo.

Senhores, nós somos poucos no meio do mundo civilizado; e a nossa importância decresce na proporção em que se excede a civilização, que há pouco se continha na pequena Europa, mas que hoje abrange um vasto tracto de terreno nesta e na América. Somos poucos, somos pequenos: necessidade maior de termos um governo grande, um governo generoso, que faça destas poucas cifras uma quantidade grande, colocando-as em posição vantajosa, para que cresçam e multipliquem assim como a unidade cresce e se multiplica a centenas e a milhares, ainda que não sejam senão zeros que lhe marquem a posição.

Senhores, Portugal civilizou-se, Portugal cresceu, e deu brado na terra sem ter mais gente do que hoje tem. Com menos talvez foi descobrir novos mundos, passar por mares (perdoe-se-me o dito já trivial, mas sempre grande) nunca d'antes navegados – Portugal quando acabar, faz o que poucas nações ainda fizeram: deixa por herdeira da sua língua e nome da sua história, e de sua grandeza, uma grande nação, que ocupa uma das mais vastas porções do globo.

Muitas nações grandes e populosas terão de morrer sem deixar herdeiro de seu nome, nem legatário de suas obrigações na terra.

Mas nós não podemos morrer; não devemos morrer, enquanto entre nós houver homens como há pouco se manifestaram; muito menos ainda enquanto entre nós houver mulheres como agora as vimos (*muitos apoiados*) como essas que há pouco surgiram no norte de Portugal, renovando todas as glórias que pareciam fabulados, de Aljubarrota, de Diu e de Cabul.

Senhores, nós acabamos de presenciar uma grande revolução, uma revolução que tem (perdoe-se-me repisá-lo) que tem, além de todos os outros caracteres brilhantes, o magnífico, o transcendente carácter de ser verdadeiramente popular, porque começou pelas mulheres. (*Apoiados*.) Quase que ainda não houve uma revolução verdadeiramente grande, verdadeiramente nacional, que aí não começasse; desde a expulsão dos Tarquínios até hoje.

Senhores, os nossos velhos portugueses foram obrigados a dizer a um rei seu: “E senão, não!” Felizmente nós não precisamos de vir a esse extremo. Graças a Deus! tínhamos ânimo para os imitar, mas felicitamo-nos de que não é necessário, de que temos uma rainha que soube conhecer ainda a tempo que os seus inimigos

eram os nossos. Felicitemo-nos por tudo isto; felicitemo-nos por ter chegado mansa e pacificamente a este grau eminente de civilização; felicitemo-nos porque a nossa revolução não tem sido manchada; felicitemo-nos porque o não há-de ser; e reunamo-nos todos para que o não seja e para que esta saúde que hoje aqui fazemos seja verdadeiramente à nação portuguesa, e não a nenhuma fracção, não a nenhum partido, mas a todos os portugueses!

E quando digo isto, não se pense que eu quero um governo túbio, vacilante e cambiante por não dizer inepto; que siga hoje uma opinião, amanhã outra, que não tenha princípios, nem doutrina. Não, senhores, eu quero um governo forte, resoluto, igual à situação; que adopte sincera e rasgadamente o programa do partido que segue as doutrinas progressivas. E quero que esse partido governe, não em seu benefício exclusivo, mas em benefício de todos. Por isso mesmo que é um partido progressista, é que lhe incumbe a natural tutela dos outros, pondo-se à frente das reformas e dos melhoramentos, e formulando leis que elevem o país ao grau de civilização a que deve chegar. Exerça sim a tutela, mas faça que os tutores sejam abençoados pelos pupilos, e não apedrejados; como há pouco o foi um partido talvez mais desgraçado, que outra coisa.

Bebamos pois a este grande pensamento, que é verdadeiramente grande e nacional:

À Nação Portuguesa!

(Prolongados aplausos.)

Tocou-se o Hino de D. Pedro.

N.º 1564, de 4 de Agosto de 1845

RELATÓRIO DA COMISSÃO ELEITORAL

Publicamos o relatório da comissão eleitoral. Não o encarecemos porque não precisa disso para ser exaltado. É a linguagem do sr. Garrett sempre bela, sempre brilhante, mas mais brilhante e mais bela quando ele defendendo os direitos do povo se entrega ao génio da liberdade que o domina. Eis aí o relatório:

“Senhora! – Foi vossa majestade servida mandar-nos ouvir sobre o mais grave e difícil ponto em que, nas actuais circunstâncias, a vossa majestade incumbe prover.

Há vinte e seis anos o sistema representativo foi proclamado em Portugal: há vinte que o augusto pai de vossa majestade nos restituiu a liberdade pela outorga da carta; e ainda não temos uma lei de eleição, porque as feitas pelos congressos constituintes de mil oitocentos e vinte e um, e de mil oitocentos e trinta e sete, hoje se não poderiam guardar inteiramente; e muito menos poderiam observar-se os decretos provisórios de mil oitocentos e vinte, de mil oitocentos e vinte e seis, de mil oitocentos e trinta e quatro, de mil oitocentos e trinta e seis, e de mil oitocentos e quarenta e dois.

A mesma suprema razão, que em dez de Fevereiro desse ano de mil oitocentos e quarenta e dois, pesou na alta sabedoria de vossa majestade para haver de transpor, em circunstâncias difíceis e extra-constitucionais, alguns dos limites de sua real prerrogativa mandando imediatamente consultar o voto nacional sobre a revisão, a reforma do pacto fundamental da monarquia, essa em sua razão agora pede que vossa majestade, atendendo unicamente aos princípios do tema que determinou reformar com o concurso da nação, regule por um acto real o modo de consultar essa vontade, e de obter esse concurso, pela sincera e verdadeira expressão daquele voto na mais livre escolha dos representantes da nação.

Este entendemos nós que era o desejo, que era a obrigação, e por consequência necessária, o direito e o poder de vossa majestade, quando se dignou mandar ouvir o nosso parecer. Deste único princípio o derivámos, e fundados nele ousámos cortar por todas as dificuldades, propondo, como no presente projecto propusemos a vossa majestade, uma completa e radical reforma do nosso direito eleitoral.

Em presença de tão altas considerações, pomos de parte examinar o mérito relativo dos dois métodos de eleição, directo, e indirecto. O último pelos abusos e corrupções que nele se acoitaram, pelas violências com que ultimamente se pôs em prática, fez-se odioso, está condenado entre nós, e não era possível reabilitá-lo na presença da maior revolução que ainda viu o reino. Foi preciso todo o bom senso, toda a admirável generosidade deste ínclito povo português, para que no seu justo ódio a esse método, ou bem fatal, ou bem infeliz, se não levantasse, em meio de tamanha comoção, uma única voz contra o código que o estabelecia.

É que nunca foi tenção nem ânimo dos portugueses desacatar a augusta obra de D. Pedro IV. Reformá-la no que se mostrou que havia mister correcção, é e foi sempre o único empenho dos que verdadeiramente, e sem hipocrisia respeitam o seu nome saudoso, e adoram a sua boa memória.

Hoje melhor, e mais explicitamente se formula a expressão unânime e espontânea desse voto geral, porque a experiência, e a reflexão ensinaram os povos assim como ensinam os reis; mas o sentimento foi sempre o mesmo; e os documentos presentes valem mais do que tudo para explicar o passado.

Apesar, portanto, do nosso respeito e obediência às menos importantes disposições da carta, enquanto não forem reformadas, não duvidamos, firmados em tão altos princípios, e segundo vossa majestade os proclamou no seu providente decreto de dez de Fevereiro de mil oitocentos e quarenta e dois, que tantas vezes foi invocado no parlamento, e pela nação portuguesa toda, em tantos, tão solenes e tão repetidos actos públicos, não duvidamos propor a vossa majestade, que se digne mandar estabelecer o método directo para as próximas eleições.

Pela mesma razão propomos que a prova do censo do eleitor seja unicamente deduzida das colectas com que contribui para as despesas do estado, pela sua propriedade ou indústria, e nunca por vencimentos em retribuição de nenhum serviço público.

O censo, porém, não é senão um mero indício, presunção de capacidade e independência; e onde, sem ele, ou apesar dele, a capacidade, ou a incapacidade puderem provar-se, deve ser desprezada a presunção. Tal é o indisputável motivo, porque de um lado estabelecemos algumas inabilidades, e incompatibilidades electivas, e que por outro lado dispensámos de toda a prova de censo para a elegibilidade, aqueles cidadãos que pelo desenvolvimento de suas faculdades intellectuais e morais, dão abonos superiores às presunções censíticas.

Feitas estas reformas radicais na base do sistema, reformas cuja teoria a urgência do tempo nos não permite que desenvolvamos perante vossa majestade, mas que basta enunciar para se entenderem e aprovarem; restava-nos só prover à cura dos vícios e imoralidades que se tinham introduzido no processo de recenseamento, e no da eleição; e evitar as violências e fraudes com que o abuso da força e da autoridade tinha escandalizado o reino.

Dividir o país em pequenos círculos eleitorais de um só deputado cada um, é na opinião da comissão, o mais perfeito; mas confessamos que não é aplicável o sistema senão onde mais geral a instrução em todas as classes, e fácil, trânsito das pessoas e das opiniões, a permutação pronta das coisas e das ideias, o ressaltar dos perigos que a intriga, os preconceitos, e os manejos facciosos lhe podem trazer.

Adaptamos desde já a divisão por círculos eleitorais, alguns deles menores ainda que os distritos administrativos; e um dia chegará, não tarde, que toquemos a proposta meta da perfeição.

Acautelaram-se neste projecto as ambulâncias de vergonhosa recordação; exige-se prova da colecta, e não prova do pagamento para o censo; ordenam-se as qualificações designadas nos recenseamentos; estabelece-se recurso dos conselhos de distrito para os tribunais judiciais; arreda-se a força armada para longe da urna; mandam-se apurar os votos em cada dia de eleição e, finalmente, dão-se garantias iguais à maioria e à minoria dos eleitores, mandando formar de uma e de outra as mesas da eleição.

Todas estas providências são roboradas, e sancionadas com penas correspondentes para os infractores, a fim de que a lei, e unicamente a lei, apareça armada no meio dos cidadãos, no grande dia do júizo nacional, em que todas as outras armas devem depor-se, desaparecer, e não ser vista senão a grande espada da justiça, igualmente pendente sobre o governado, e o governante.

Não nos lisonjeamos, senhora, de levar à presença de vossa majestade um regimento perfeito de eleições; temos confiança de que seguimos a verdade, de que fomos fiéis, depois da vitória dos nossos princípios, às doutrinas que proclamámos, quando sofriamos perseguição, e calúnia.

Dar-nos-emos por bem pagos se vossa majestade se dignar aprovar os princípios que propomos, corrigindo, em sua alta sabedoria, o defeito das aplicações. A nação abençoará, um dia, como plenamente confiamos, os generosos esforços de vossa majestade para lhe restituir a paz e a liberdade, e estabelecer deveras o sistema representativo que só pode felicitá-la.

Deus guarde a vossa majestade como todos havemos mister. Sala da comissão em Lisboa, aos 23 de Junho de 1846. =*Rodrigo da Fonseca Magalhães* = *Joaquim António de Aguiar* = *António Aloísio Jervis de Atouguia* = *Júlio Gomes da*

Silva Sanches = João Baptista de Almeida Garrett = José Maria Grande = José Inácio Pereira Derramado"

N.º 1591, de 5 de Setembro de 1846

PARECER (SOBRE A NEUTRALIDADE LITERÁRIA)

Senhores – A comissão encarregada de dar o seu parecer sobre o artigo do *Memorandum*, tema dos nossos trabalhos, em que se trata da neutralidade literária, entende que este grande meio moral seria um dos mais conducentes ao fim proposto da regeneração da imprensa portuguesa.

Efectivamente, e com raras, posto que belas e generosas excepções, nós temos sido traidores à república literária *una e indivisível* como tacitamente o juramos todos os que, mais ou menos, temos feito por nos recensearmos cidadãos seus.

Nas mais bárbaras idades da Europa no meio do fraccionamento das nacionalidades modernas, os homens de letras, os homens d'arte não quiseram reconhecer nunca soberania de príncipe nem de povo. Desde uma pobre irmandade de menestréis, até à opulenta *alma mater* de uma universidade, tudo fraternizava e era comum. O trovador da Provença ou da Catalunha, e o *meinesinger* da Alemanha, o menestrel da Normandia, da Sicília ou de Inglaterra, fosse ele rei ou pedisse pelas portas, todos eram irmãos. O doutor de Coimbra ia ler numa cadeira de Salamanca ou de Paris, o de Bolonha em Lovaina.

Nascido no grémio maternal do catolicismo, a ciência, a literatura, a arte cristã tinha o mesmo pensamento sublime, regenerador, grande e divino – o de unir os homens pelos vínculos intelectuais e morais, de os fazer marchar ombro com ombro na estrada do aperfeiçoamento e da civilização.

O protestantismo, que foi uma reacção necessária, e permitida talvez, sinceramente o creio, nos altos juízos de Deus, para regenerar a verdadeira igreja, o protestantismo, trazendo, como todas as reacções, grandes bens à humanidade, também lhe causou grandes males: do cisma na república católica nasceu o cisma na república literária.

Às divisões em crença religiosa sucederam as divisões em crença política. Daquelas veio a reforma da governação da igreja, destas a reforma dos governos do estado. Mas uma e outra estão quase conseguidas, e é preciso que estas divisões acabem de povo a povo, de língua a língua. Hão-de acabar; e o princípio católico, o grande princípio e pensamento da civilização moderna, que invoca a *glória a Deus nas alturas, para trazer a paz aos homens na terra*, há-de triunfar cedo, realizando, pelos suaves meios da força moral, o pensamento ambicioso dos Césares que pretendiam unir o mundo com a força bruta da espada.

Demos pois nós, por nossa parte, o primeiro passo neste caminho que é destruir dentro de nossos limites todas essas mesquinhas divisões de seita. Seja a profissão e os professores das letras sagrados para os partidos; e não lhes paguem tributo como os descendentes de Hormódio e de Aristogiton entre os atenienses o não pagavam à república.

Certo, não podemos querer que os homens de letras se evadam às obrigações e abdicuem dos direitos que têm no estado; que renunciem ao seu quinhão na terra prometida para viver de um dízimo que lhes paguem os outros, como a tribo de Levi. É diverso o pensamento da unidade – que nos parece ainda melhor chamar-lhe assim do que neutralidade literária. Consiste em que, tanto nos jornais como em quaisquer outras publicações, em todo o ponto de arte, de ciências, de literatura, trabalhem promiscuamente todos, sem distinção de cor política ainda que os jornais sejam políticos, e do mais oposto partido à pessoa que escreva.

Não pareça estranho que a este desiderandum se junte outro que, mais intimamente do que aparenta, está ligado com ele, e cooperará eficazmente para o mesmo fim, vem a ser que todo o emprego e encargo literário ou quase literário se declare inamovível para que não venha desunir a cobiça o que a generosidade se esforça a ligar.

Este último ponto precisa de uma lei, e é parecer da comissão que se faça um requerimento às cortes, assinado pelo maior número de assinaturas e mais respeitáveis que se possa conseguir, pedindo e propondo a dita lei.

Quanto ao primeiro, julga a comissão que se poderá conseguir por uma declaração solene feita e assinada neste grémio por todas as pessoas mais notáveis e influentes de todos os partidos. E por aproveitar tempo, e interpretar assim o seu

mandato, a comissão propõe a fórmula anexa que vós examinareis e corrigireis na madureza de vossas deliberações. – Sala da comissão em 27 de Agosto de 1846. – (Assinados o sr. Almeida Garrett e mais membros da comissão.)

Os abaixo assinados, escritores públicos e homens de letras, solenemente declaram que entendem ser inteiramente alheio às questões materiais e positivas do governo da nação, e às dos partidos em que ela se divide, o mister das letras, das ciências e das artes, e que por isso não reputam quebra do próprio pundonor e lealdade a livre cooperação do escritor em qualquer publicação periódica, empresa ou sociedade, para fins puramente literários, embora o espírito dessas publicações, empresas, ou sociedades represente ideia diversa das suas nas questões políticas da actualidade.

Declaram também que consideram esta nobre tolerância como um meio adequado a proteger o desenvolvimento da civilização, e como uma prova de ânimo generoso; que finalmente, se honrarão sempre de assim pospor mesquinhas preocupações às conveniências do progresso moral e intelectual do país, não reconhecendo em ninguém o direito de os taxar, a eles ou a outros quaisquer escritores que se associem ao seu pensamento, de mera constância política. – *Rodrigo da Fonseca Magalhães – Visconde de Juromenha – A. Herculano – João Baptista d’Almeida Garrett.*

N.º 1603, de 19 de Setembro de 1846

**CARTA DE GARRETT ACERCA DO PROGRAMA QUE OS DEPUTADOS
PELO CÍRCULO DE LISBOA DEVERIAM SUSTENTAR NAS CORTES**

“Ilmo. sr. – Agradeço a V. s.^a o obséquio de me mandar aqui o projecto de programa para os candidatos do nosso distrito. Eu estava esperando que o ataque de *cholerine* que me começou na Segunda-feira em Lisboa me permitisse hoje ir aí, porque está passado, mas eu ainda muito débil com efeito.

Aproveito-me pois deste favor para dizer por escrito o que teria desenvolvido melhor de viva voz.

Dou o meu pleno assenso à generalidade do referido projecto que acho providente e previdente, habilmente redigido, e, segundo ao relatório se diz, fiel

aos princípios que proclamou este grande movimento nacional que é nosso principal dever interpretar consolidando os seus resultados com firmeza e prudência.

Devo porém dizer a V. sr.^a, com a sinceridade de que faço timbre e de que tenho dado constantes e perigosas provas nas crises mais arriscadas por que temos passado que me não parece conveniente à santa causa que defendi em cinco anos de constante e inabalável oposição o consignar desde já por um programa solene o princípio exarado no art. 3.º do projecto. Nem me repugna nem o julgo impraticável esse modo de constituir a segunda câmara das nossas cortes; mas nas actuais circunstâncias da Europa e do mundo civilizado, receio que nos singularize demais. Além disso tenho professado na tribuna, consignado em meus tais quais escritos outras opiniões; e firmada esta agora por mim, nada ganhava, perdendo eu por inconsistente, e capaz de variar de doutrina segundo as circunstâncias: acusação que nunca mereci nem espero merecer. Tenho seguido constantemente a regra de não ser mais exigente no dia da vitória do que na véspera da batalha; e persuado-me sinceramente que o partido que seguir esta regra será o que constantemente há-de exercer a supremacia no país.

Quase os mesmos motivos me fazem igualmente desejar que em vez de *abolir*, se diga *reformatar* (no artigo 17.º) o conselho d'estado e o tribunal de contas, duas vísceras essenciais, em minha opinião no corpo do estado constitucional, e que, sendo eliminados de direito, são anormalmente substituídos de facto com prejuízo irremediável da harmonia da vida pública.

No art. 18, quereria do mesmo modo que a restituição do administrativo municipal e local às câmaras fosse mais positivamente prometido.

Razões de delicadeza e de generosidade que V. sr.^a como cavalheiro há-de avaliar, e que a nobreza de ânimo (carácter distintivo dos nossos portugueses) de toda a reunião por certo entenderá devidamente me fazem igualmente impossível proclamar o conteúdo do artigo 22 do programa. Justo e santo o princípio, como é, dar-se-lhe-ia uma tradução ignóbil de vingança em um homem ofendido, perseguido e caluniado como eu tenho sido.

Observarei também que o previsto no art. 25 me parece assegurar-se melhor pelo artigo correspondente no decreto eleitoral deste ano, em que a pena sanciona o preceito. Demais tendo a experiência do que se praticou sob o regime

da constituição de 33 mostra-se como estes preceitos se iludem e sofismam quando são desacompanhados da sua sanção natural e já experimentada.

Por último pediria que no programa se aditassem dois artigos: um que proclamasse a necessidade da reforma e educação do clero e da sua constituição geral; outro que manifestasse a unânime opinião do país de manter o trono e a dinastia da senhora D. Maria II.

Certo não era necessário esta declaração, se não tivessem ocorrido as tentativas absurdas destas últimas semanas, porque o grande movimento nacional bem explícito foi em suas aclamações. Mas depois delas, é decoroso e de dever para a capital do reino dar este documento de adesão e aprovação aos esforços espontâneos e gerais com que a população do país por toda a parte tem reprimido e castigado as tentativas dos díscolos reprovadas e estigmatizadas por todos os partidos e nomeadamente pela mais sensata e mais distinta parte do antigo partido realista.

Eis aqui o que eu desejava dizer na reunião dos nossos amigos eleitores de Lisboa, a quem peço que V. sr.^a tenha a bondade de apresentar esta minha carta, escrita bem à pressa, e menos desenvolvida do que eu desejava; mas nem o tempo nem o meu estado de saúde me permitem fazê-lo melhor.

Peço que aceite os protestos da minha estima verdadeira e amizade certa. – De V. sr.^a atento venerador – *J. B. d'Almeida Garrett*. – Oeiras 18 de Setembro de 1846”

N.º 2547, de 19 de Setembro de 1850

NECROLOGIA DE D. MARIA TERESA MIDOSI

Desparzam rosas sobre o seu jazigo porque ela era bela d'alma e de corpo! E as palmas da virtude que lhas ponham também aí, porque as mereceu numa vida pura e recatada, repartida toda entre o amor de seus pais que a adoravam, do esposo a quem fez tão feliz, e dos filhos seu maior amor e cuidado.

Trinta anos viveu e trinta anos se lhe passaram nisto: sobrado tempo a outras para acumular desvarios, e percorrer toda a carreira dos vícios e das levandades. Para ela foram escassos dias, porque os aproveitou todos assim.

O mundo conheceu-a pouco; os seus, muito, – Deus ainda mais. Ele saberá premiá-la, consolar também os que choram.

Eis a filha primogénita do conselheiro Paulo Midosi, e de sua mulher D. Mariana Midosi; chamou-se D. Maria Teresa Midosi e de Mazarém, porque casou com o sr. Joaquim Luís Mazarém, filho do distinto facultativo deste apelido. Tinha nascido em Lisboa em 14 de Agosto de 1820, e em Lisboa faleceu a 13 de Setembro deste ano de 1850.

Todas as qualidades de uma senhora exemplar e estimável se davam nela: religiosa sem hipocrisia, amável sem afectação, instruída sem pretensões. Falou como a sua, as línguas inglesa e francesa, teve uma completa e aproveitada educação, pudera brilhar como poucas pelos dotes d'alma e pelas graças do corpo; escolheu viver para si, entregar-se às modestas ocupações do lar doméstico, brilhar no centro da sua família, daquela luz que não deslumbra porque é serena e igual, mas que aviventa às doces afeições do coração, sem as quais a vida é um deserto e um martírio.

Consumiu-a a moléstia em seus últimos anos; padeceu muito, e veio por fim a morrer dolorosamente de uma febre tifóide que a ciência não pôde vencer.

Em prémio de tanta abnegação e sofrimento tem hoje decerto a bem-aventurança numa vida melhor, sem termo e sem dores.

Nesta ficará perpétua a sua memória entre quantos a conheceram, inextinguível a saudade dos que lhe pertenceram.

Quem escreveu estas linhas andou com ela ao colo – e galantíssima criança que então era! Nunca pensou que teria de as escrever. Deus reparte a vida e a morte segundo lhe apraz. Bem-aventurados os que nele adormecem, porque descansarão eternamente. – A. G. 18 de Setembro de 1850.

N.º 2783, de 8 de Julho de 1851

**CARTA DE GARRETT AOS REDACTORES DO JORNAL COM RESPOSTA A UM
ARTIGO PUBLICADO SOBRE SI**

Sr. redactor da Revolução de Setembro. – Não me foi possível reclamar antes contra uma frase que apareceu no seu jornal de sexta-feira, 4 do corrente; e que, não obstante ser por extremo absurda, é contudo muito ofensiva da minha honra.

Diz-se ali “que eu estava em uma liga *encoberta* que se *aproximou* do ministério decaído para o *trair* e *minar*”.

A liga que fez cair a última administração nunca foi encoberta: todos conhecem bem, um por um, os coligados. Se um só deles afirmar que eu concorri jamais às suas conferências, ou tomei a mínima parte em suas deliberações, ou em seus actos, consinto em partilhar a imensa responsabilidade política e moral que sobre eles pesa.

Quando porém eu julgasse dever ou poder ligar-me a qualquer oposição que se fizesse ao ministério passado, havia de fazê-lo lealmente, generosa e francamente como sempre fiz com amigos e inimigos em todos os tempos e circunstâncias.

Tinha e tenho as minhas opiniões que podem ser mais ou menos favoráveis à política da administração passada. Mas nunca era capaz de me aproximar dela, como fiz, senão pelas simpatias políticas de amizade, e de recíproca benevolência. Para a *minar* e a *trair*, não sei se alguém se aproximou dela. Nunca tal fez, e sobejas provas tem dado como amigo, e como contrário, de que não é capaz de tal fazer quem é – De V. etc. – *João Baptista de Almeida Garrett*.

N.º 2950, de 27 de Janeiro de 1852

PROJECTO DE RESPOSTA AO DISCURSO DA CORÔA

Foi distribuída hoje na câmara dos deputados, e entrará em discussão quinta-feira a resposta ao discurso da coroa. Ei-la:

“Senhora: As memoráveis palavras que V. M. se dignou dirigir às cortes gerais e extraordinárias da nação portuguesa, no dia solene de sua abertura, foram ouvidas pela câmara dos deputados com todo o respeito que sinceramente tributamos a V. M. e com a entranhável gratidão que está nos ânimos deste povo leal ao ver a sua rainha aderir aos votos da nação, e encetar com tanta firmeza e prudência a grande obra da reforma que foi proclamada.

A câmara há-de corresponder à confiança de V. M.; o seu maior empenho será mostrar a V. M. e patentear a todo o mundo que a pleníssima liberdade com que foi eleita, que V. M. tão sabiamente regulou por seus decretos, tão lealmente

executados, não fez senão estreitar ainda mais os vínculos de fidelidade, de amor e dedicação que tão fortemente prendem o povo português à augusta pessoa, à dinastia e ao trono constitucional de V. M.

A câmara agradece a V. M. a maternal solicitude com que , na ausência das cortes, e atenta ao estado em que se achava o país, invocou a suprema lei da salvação pública e interpôs a sua régia autoridade, decretando a revisão da lei fundamental do estado, naqueles artigos que a experiência tem mostrado ser indispensável corrigir e aperfeiçoar para melhor garantia da liberdade, da monarquia representativa e dos inalteráveis princípios em que a carta a quis estabelecer e construir.

A câmara dos deputados fará pela sua parte quanto lhe cumpre para que a obra imortal do sr. D. Pedro IV augusto pai de V. M. fique perfeita e completa com o acto adicional que V. M. lhe manda propor. Assim será o código da nossa liberdade selado com dois nomes gloriosos e para sempre abençoados.

A câmara espera ansiosa por esse dia de regozijo e de solenidade pública em que tem de vir ao seio da representação nacional prestar juramento à constituição do estado o príncipe real herdeiro de tantas virtudes e de tanta glória, o filho sobre todos muito amado de V. M. que no exemplo paterno e nos desvelos maternos de V. M. a nação confia há-de ter decerto aprendido a ser o extremo defensor de seus direitos, o penhor da sua independência e o digno neto do sr. D. Pedro IV.

Senhora, a urgente necessidade das circunstâncias autorizava sem dúvida o governo de V. M. a prover à falta de lei eleitoral, e a tomar outras providências urgentes. A câmara há-de examiná-las, assim como as propostas de lei que V. M. lhe anuncia, e que essoutras precisam para seu complemento; e procura fazer com que seja coerente e eficaz a reforma prometida e encetada, e com especialidade no que respeita à lei eleitoral.

A câmara dos deputados viu com o maior prazer o desejo por V. M. manifestado de que se organize definitivamente a fazenda pública para que não sejam estéreis os sacrifícios que é necessário fazer, e para que eficazmente possam promover-se os melhoramentos materiais e morais do país; ela há-de empenhar todas as suas forças em corresponder à confiança que V. M. deposita no seu patriotismo.

Firmado o crédito nacional pela economia e pela boa administração, o governo de V. M. poderá aumentar e facilitar os meios de comunicação que tanto precisamos; e a câmara recebe com a maior satisfação a promessa de uma proposta de lei para se empreender um caminho de ferro que nos ligue com o resto da Europa: o que seguramente há-de trazer à capital e ao reino todo, as maiores vantagens e prosperidades.

A câmara reconhece que as nossas províncias ultramarinas justamente reclamam a desvelada solicitude das cortes e do governo de V. M. Ela coadjuvará o governo de V. M. em todas as medidas tendentes a melhorar a difícil e variada administração daquelas vastas e importantes regiões, e a firmar nelas a sólida garantia da nossa existência e independência nacional.

A câmara espera que as negociações por V. M. renovadas com a Santa Sé tenham pronta e definitiva solução, satisfazendo-se às necessidades da igreja, ao bem espiritual dos povos e à honra e dignidade da coroa da vossa majestade.

Tais são os votos da câmara que muito se congratula com V. M. pelas provas de amizade e boa harmonia que V. M. continua a receber de todas as nações amigas e aliadas. Ela terá a maior satisfação em poder reconhecer que no tratado de comércio com S. M. I. o imperador de todas as Rússias, e na convenção literária com a república francesa se consagraram os princípios de justiça e utilidade que são o direito comum das nações.

Para realizar as esperanças da pátria, firmando o trono de V. M. sobre a liberdade e a prosperidade da nação, o governo de V. M. há-de encontrar na câmara dos deputados o mais seguro e firme apoio. – Júlio Gomes da Silva Sanches, presidente – José Inácio Pereira Derramado, vice-presidente – António Luís de Seabra – Carlos Bento da Silva – João de Mello Soares e Vasconcelos – Manuel da Silva Passos – Almeida Garrett, relator.”

PREÇOS	
Por anno.....	6\$000 rs.
Por semestre.....	3\$000 "
Por trimestre.....	1\$600 "
Avulso.....	.40 "
Anuncios por linha..	20 "

REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE

Tomo I, 1841-1842, p. 128-129

ADVERTÊNCIA PRÉVIA

(...)

POESIA NACIONAL

I

Horácio, que foi um grande homem, paciência, meus caros irmãos Românticos! cuja Arte Poética há-de sempre ser para toda a poesia, de todas as idades, de todas as escolas, e de todas as nações, o que são para a Moral os versos de ouro de Pitágoras, um código eterno de regras inalteráveis; Horácio louva sobre todos aos poetas latinos que ousaram desviar-se do trilho batido dos Gregos, e celebrar enfim as acções de sua própria gente, deixando em paz as Medeias e os Jasões, a interminável guerra de Tróia e essa perpétua família de Atridas.

“Race d’Agamemnon qui ne finit jamais.”

Os nossos primeiros trovadores e poetas, que mal sabiam, talvez, e se tanto, o Latim moçárabe dos bons monges ed Lorvão ou de Cucujães, e que, decerto, nunca leram Horácio, nem o entenderiam, seguiram contudo melhor, por mero instinto do coração, as doutrinas do grande mestre, que não conheciam, do que depois o fizeram os poetas doutores e sabichões, que no século XVI nos transmudaram e corromperam todas as feições de nossa poesia nacional.

Longe de mim a ingrata e presunçosa vaidade de desacatar as venerandas barbas dos nossos dois *Boileaus* de Quinhentos, Ferreira, e Sá de Miranda! E quem ousará pôr os olhos fitos no Sol de Camões para lhe rastrear alguma leve mancha, se a tem? E todavia esses três grandes poetas, grandes homens, grandes cidadãos, e grandes filólogos, são, os que, cheios de Ariosto, de Petrarca, e de Dante, com os olhos cravados no antigo Lácio, e na nova Itália, de todo esqueceram, e fizeram esquecer, o tom, e os modos, da original e genuína poesia nacional dos nossos primeiros trovadores.

Os nossos vizinhos de Castela nunca chegaram à perfeição clássica da literatura portuguesa, mas ficaram mais nacionais, mais originais, e por consequência maior, e mais perdurável, e mais geral nome obtiveram, e conservaram no mundo.

Toda a Europa lê hoje os *Lusíadas*: é verdade. E porquê? Será pelas formas virgilianas do poema? pelos deuses homéricos do seu maravilhoso? pela beleza dos modos, que só nos sentimos bem? Não: é pelo que têm de poesia original, própria, primitiva: por quanto era o Camões poeta tão português n'alma, que as mesmas harmonias, homéricas e virgilianas, os mesmos sons clássicos, se lhe repassaram debaixo dos dedos daquela sincera e maviosa melodia popular, que respira das nossas crenças nacionais, da nossa fé religiosa, do nosso fanático (e inda bem que fanático) patriotismo, da história, (meio história, meio fábula) dos nossos tempos heróicos.

A nossa poesia, a nossa literatura, precisavam retemperadas nos princípios do século passado, que estavam uma coisa informe e laxa: eram cordas castelhanas em segunda mão, cordas italianas, de má fábrica, as únicas da lira portuguesa. Veio o Garção, o Dinis, e o Filinto, depois o Bocage, com todos os satélites destes quatro grandes planetas, e restauraram a língua e a poesia (a prosa não) mas pelos antigos modos clássicos, agora deduzidos pela reflexão francesa, bem como no século XVI o tinham sido pela reflexão italiana.

Falou português, e falou bem, cantou alto e sublime a nossa poesia, mas ainda não era *portuguesa*.

Estava corrido o primeiro quarto deste século quando a reacção do que se chama *romantismo*, por falta de melhor palavra, chegou a Portugal.

Vamos a ser nós mesmos, vamos a ver por nós, a tirar de nós, a copiar de nossa natureza, e deixemos em paz

Gregos, romãos, e toda a outra gente.

Que se há-de fazer para isto? Substituir Goethe a Horácio, Schiller a Petrarca, Shakespeare a Racine, Byron a Virgílio, Walter Scott a Delille?

Não sei que se ganhe nisso, senão dizer mais sensaborias com menos regra.

O que é preciso é estudar as nossas primitivas e genuínas fontes poéticas, os romances em verso, as lendas em prosa; as fábulas e crenças velhas, os costumes, lê-los no mau latim moçárabe, ou meio godo, no mau português dos forais, das leis

antigas, e no castelhano do mesmo tempo – que até ao século XV, a literatura das Espanhas era toda uma; o tom e o espírito verdadeiro, estudá-lo no grande livro nacional, que é o povo, e as suas tradições, e as suas virtudes, e os seus vícios, e as suas crenças, e os seus erros. – E por tudo isso é que a poesia nacional há-de ressuscitar verdadeira e legítima, despido, no contacto clássico, o sudário da barbaridade, em que foi amortalhada, quando morreu, e com que se vestia, quando era viva.

Reunir e restaurar, com este intuito, as canções populares, xácaras, romances ou rimances, solaus, ou como lhe queiram chamar, é um dos primeiros trabalhos, que precisamos.

Os romancinhos de Adozinda e do Bernal Francês, que se publicaram em Londres em 1828, são amostra, do que se pode fazer; mas é pouco demais.

O autor deste artigo seguirá dando parte aos amantes deste nosso tão interessante género, do que tem achado, e do que tem imaginado, e do que tem juntado.

Dirá também o que pensa sobre a sua origem, que uns querem que seja mera castelhana, outros toda portuguesa.

Ajudem-no, os que tiverem alguma coisa que lhe comunicar, sejam observações, colecções, ou meras indicações, que ele agradecerá e aproveitará tudo.

A. G.

Tomo V, 1845-1846, p. 313-314

O BAZAR

Foram três dias belos, cheios, interessantes aqueles três dias do Bazar no palácio do Sr. Duque de Palmela: três dias como há poucos em Lisboa, terra que o céu quis fazer tão alegre e animada, e que a gente faz tão triste. – E nem eu sei se é a gente, se que é, não o sei dizer bem talvez, mas sinto-o e sente-o quem quer. Sobretudo, aquela porção escolhida e rara de uma capital, a que por excelência se chama a sociedade, em Lisboa não é – digamos a verdade – não é alegre. Num inverno terá seis ou sete bailes, outros tantos jantares, e talvez um igual número de soirées em que se reúna, em que se encontrem uns aos outros.

Mas com isto e com o teatro italiano, está dito tudo.

E isto tudo é de noite: para o dia que há? Nada. Passear a pé não vai; de carruagem não tem aonde. Galerias, museus, exposições, não as há. Os que a devoção ou o gosto pudesse levar às festividades da Igreja, não ouvem lá senão pedaços de óperas – sérias e não sérias. Dos sermões não quero falar. Concertos, nem particulares nem públicos, não se usam: espectáculos de arte em que a instrução se una ao recreio... só se forem os toiros e os cavaleiros. Prazeres em que entre o espírito, reuniões em que o talento faça alguma coisa, para que o engenho contribua, em que alma ganhe... eu não sei... Peço perdão ao elegante teatro das Laranjeiras, estabelecimento de príncipe que não tem segundo talvez na Europa. – Porém esse é raro que abra as suas hospedeiras portas no inverno. Também peço perdão à nascente sociedade Tália que muito promete.

Mas tudo isto ainda é bem pouco, e repito que tudo é para a noite, ou mais exactamente para algumas noites. Queixam-se os estrangeiros que não encontram senhoras nas ruas de Lisboa: onde hão-de elas ir?

Os três dias do Bazar no palácio do Calhariz mostraram bem claramente que o que faz Lisboa triste, é a falta de uma ocupação elegante para aqueles, e principalmente para aquelas, que não podem ter outra, mas que podem e devem ser o exemplo da gentileza, o modelo da graça, formar e polir assim os hábitos de um povo, trazê-lo à comunhão das nações ilustradas e generosas. Provaram mais aqueles três dias, e é: que os nobres exemplos facilmente se seguem aqui, e que os príncipes e os grandes podem contar sempre com a cooperação pública em a solicitando para qualquer fim útil e pio com a graciosa e amável dedicação de que aqueles três dias foram documento.

O antigo palácio do Calhariz do nobre Duque de Palmela, actualmente restaurado com todo o esplendor, e que já encerra muitos objectos d'arte de grande preço, foi posto à disposição das Senhoras que dirigem e protegem as casas d'asilo para a infância desvalida.

Esta benemérita sociedade foi fundada por S. M. I. o Sr. D. Pedro de Saudosa Memória e hoje é presidida por S. M. a Imperatriz viúva do Brasil. Não precisa dizer-se mais do instituto nem da sua direcção.

Numa das salas do palácio se collocaram em forma de Bazar duas ordens de mesas cobertas de damasco verde, e sobre elas uma infinidade de objectos, muitos

de riqueza e de gosto, todos de preço pelas mãos que os tinham fabricado. Em geral era labor de senhoras. E ali se viam obras de tapeçaria de todo o género, contribuição de rainhas e de princesas, de muitas senhoras de primeira distinção nacionais e estrangeiras.

S. M. a rainha, S. M. a imperatriz, S. A. I. a senhora princesa Amélia, SS. MM. as rainhas de França e da Bélgica, e várias outras princesas ofereceram preciosas obras de seu próprio trabalho. S. M. El-rei contribuiu valiosamente com muitas de suas gravuras que não é preciso ser cortesão para admirar porque têm uma graça, um natural, uma facilidade que faria honra a qualquer artista.

Seguiam-se inumeráveis dons de todas as senhoras nobres e elegantes da capital, senão é que do reino. É impossível contar, quanto mais descrever, as preciosidades que ali se viam em profusão.

Eram umas doze as mesas; em cada uma delas estavam duas, três senhoras encarregadas da venda dos objectos que continham. Distinguiam-se entre elas, a senhora duquesa de Palmela com suas filhas, a senhora duquesa da Terceira com suas sobrinhas (filhas de S. A. R. a Sra. infanta D. Ana de Jesus Maria), a senhora marquesa de Fronteira e sua filha, as senhoras condessas de Lavradio, de Lumiares, de Rio-Maior, da Ponte, a senhora D. Henriqueta Oyenhause, dama de S. M., as senhoras D. Maria Margarida de Mello Breyner, D. Júlia Braancamp, D. Maria Emília de Saldanha, D. Maria da Conceição Feio e suas filhas, D. Carlota O'Neill.

No topo da sala, gelados, frutas, flores, doces. As senhoras condessas da Lapa, e D. Ana da Câmara presidiam a esta mesa.

Será preciso dizer que a elegância das toilettes e das maneiras, que a amabilidade de todas estas senhoras, diziam facilmente a qualquer estrangeiro que ali estava o centro de todo o *rank and fashion* do país?

No primeiro dos três dias, terça-feira, e logo que se abriu, S. M. a Imperatriz com S. A. I. a Princesa Amélia visitou o Bazar e fizeram largas compras; pouco depois SS. MM. FF. a Rainha e El-Rei com SS. AA. RR. o Príncipe D. Pedro e o Infante D. João e com S. A. R. o Duque Irmão d'El-Rei, que do mesmo modo compraram uma quantidade de objectos.

Quase toda a gente conhecida de Lisboa seguiu o nobre exemplo: nos três dias o Bazar apurou para aquela piedosíssima obra muito acima de três contos de réis.

À entrada dos salões uma banda de música militar tocava continuamente. A melhor ordem, a mais perfeita polidez reinava em tudo. É a mais bela coisa que se vê em Lisboa há muitos anos.

E tudo se pode fazer em Lisboa, em se sabendo fazer; é assim.

Estas linhas sobre o Bazar do Calhariz são traduzidas das notas de um viajante que as lançara no seu álbum para memória. Não acabam aqui; e traduzirei o resto para outra vez.

A. G.

Tomo V, 1845-1846, p. 439-441

DA POESIA POPULAR EM PORTUGAL

I

Introdução. Objecto e necessidade da presente obra. – A poesia popular proscrita na Europa desde o século XVI reagiu no Norte contra a dominação clássica nos fins do século passado. Chega a reacção a Portugal no primeiro quartel do presente século. Procuram-se os seus documentos: acham-se nas colecções do séc. XIII e XV, nas crónicas velhas, e principalmente na tradição oral dos povos.

Pretendo suprir uma grande falta, preencher uma grande indicação nacional com o trabalho que intentei nesta memória. Não quero fazer uma obra erudita para me colocar entre os filólogos e antiquários, e pôr mais um volume na estante de seus gabinetes. Desejo fazer uma coisa útil, um livro popular, e para que o seja, torná-lo agradável quanto a matéria o permitir. As academias que elaborem dissertações cronológicas e críticas para uso dos sábios. O meu ofício é outro: é popularizar o estudo da nossa língua, dos seus documentos mais antigos e mais originais, dirigir a revolução literária que se declarou no país, mostrando aos novos engenhos que estão em suas fileiras os tipos verdadeiros da nacionalidade que procuram, e que em nós mesmos, não entre os modelos estrangeiros, se devem encontrar.

É quase obrigação de consciência para quem levanta o grito de liberdade num povo, achar as regras, indicar os fins, aparelhar os meios dessa liberdade, para que ela se não precipite na anarquia. Não basta conciliar os ânimos contra a

usurpação e o despotismo; destruído ele, é preciso pôr a lei no seu lugar. E a lei não há-de vir de fora: da crença, das recordações e das necessidades do país deve sair para ser a sua lei natural, e não substituir uma usurpação a outra.

Eu, que usei levantar o pendão da reforma literária nesta terra, soltar o primeiro grito de liberdade contra o domínio opressivo e antinacional da falsa literatura: dói-me a consciência de ver a anarquia em que andamos, depois que ele foi aniquilado; pesa-me ver o bom instinto dos jovens talentos, desvairando em suas melhores tendências, procurar na imitação estrangeira o que se pode achar em casa.

A revolução não está completa nem consolidada.

É preciso indicar-lhe o caminho do progresso legal, pô-la em marcha para os pontos a que lhe convém chegar; e ela se aperfeiçoará a si mesma no progresso regular que assim há-de seguir para um norte fixo.

Fiz para isso esta colecção de exemplares, de documentos, de estudos e observações. Não respondo nem por sua exacta classificação, nem por uma certeza em todos eles acima dos escrúpulos austeros da crítica, e das desapiedadas negações da cronologia. Respondo pelo espírito, pela tendência, pela verdade moral do trabalho. Sente-se muitas vezes, vê-se clara a verdade e exacção moral de uma coisa cuja exacção material se não pode provar por falta de documentos de indisputável autenticidade.

Eu reuni, juntei, pus em alguma ordem muitos elementos preciosos. Trabalhadores mais felizes, e sobretudo mais repousados que eu de outras fadigas, virão depois, e emendarão e aperfeiçoarão as minhas tentativas. Tomara-os eu já ver neste empenho. Então entenderei deveras que fiz um grande serviço à minha terra e à minha gente. Sem vagar de tempo nem de cuidados para coisas tanto de meu gosto e tão fora de minha possibilidade, vou lançando no papel as observações que me lembram, as reflexões que me ocorrem, sem curar às vezes nem do fio que levam, nem do lugar em que as ponho. Tomara poder fazer à minha língua serviço igual ao que fez M. Raynouard à dos seus provençais. Mas nem posso eu, nem talvez o resultado seria tão pronto como ele hoje se precisa.

Quisera que estas páginas se fizessem ler de toda a classe de leitores; não me importa que os sábios façam pouco cabedal delas contanto que agradem à mocidade, que as mulheres se não enfadem absolutamente de as ler, e os rapazes

lhe não tomem medo como a livro profissional. Eis aqui o que eu desejo, e em que pus fito e o porque entressachei a prosa com o verso, a fábula com a história, os raciocínios da crítica com as inspirações da imaginação.

Tenho alguma esperança no método.

Horácio cuja arte poética há-de sempre ser para a poesia de todas as idades, de todas as escolas e de todas as nações, o que são para a moral os versos de ouro de Pitágoras, um código eterno de regras inalteráveis, Horácio louva, sobre todos, os poetas romanos, que ousaram desviar-se do trilho batido dos gregos, e celebrar enfim as acções da sua própria gente, deixando em paz as Medeias e Jasões, a interminável guerra de Tróia e essa perpétua família dos Atridas.

Os nossos primeiros trovadores e poetas, que mal sabiam talvez, se tanto, o latim moçarabe dos bons monges do Lorvão ou de Cucujães, e que decerto nunca leram Horácio, – nem o entenderiam – seguiram contudo melhor, por mero instinto do coração as doutrinas do grande mestre que não conheciam, do que depois o fizeram os poetas doutores e sabichões, que no século XVI nos transmudaram e corromperam todas as feições de nossa poesia.

Longe de mim a ingrata e presunçosa vaidade de desacatar as venerandas barbas dos nossos dois Boileaus de Quinhentos, Ferreira e Sá de Miranda! E quem ousará pôr os olhos fitos no sol de Camões para lhe rastrear alguma leve mancha, se a tem? E todavia esses três grandes poetas, grandes homens, grandes cidadãos e grandes filólogos, são os que, cheios de Ariosto e de Petrarca, com os olhos cravados no antigo Lácio e na nova Itália, de todo esqueceram, e fizeram esquecer o tom e os modos da genuína poesia da nossa terra.

Os nossos vizinhos de Castela nunca chegaram à perfeição clássica da literatura portuguesa; mas por isso ficaram mais nacionais, mais originais; e por consequência, maior e mais perdurável e mais geral nome obtiveram e conservaram no mundo.

Toda a Europa lê hoje os Lusíadas: é verdade. E porquê? Será pelas formas virgilianas do poema, pelos deuses homéricos do seu maravilhoso, pela beleza dos modos que nós sentimos bem? Não: é pelo que eles têm de poesia original, própria, primitiva: porquanto, era o Camões poeta tão português n'alma, que as mesmas harmonias homéricas e virgilianas, os mesmos sons clássicos se lhe repassaram debaixo dos dedos naquela sincera e maviosa melodia popular que respira das

nossas crenças nacionais, da nossa fé religiosa, do nosso fanático (e ainda bem que fanático!) patriotismo; da nossa história – história, meio história, meio fábula dos tempos heróicos. Dominou-o, mas não pode pervertê-lo a escola do seu tempo.

A poesia – a literatura portuguesa precisavam retemperadas nos princípios do século passado; que estavam uma coisa informe e laxa: eram cordas castelhanas em segunda mão, cordas italianas de má fábrica, as únicas da lira portuguesa. Veio o Garção, o Dinis, Francisco Manuel, depois o Bocage, com todos os satélites destes quatro grandes planetas, e restauraram a língua e a poesia – a prosa não – mas pelos antigos modos clássicos, agora deduzidos pela reflexão francesa, bem como no século XVI o tinham sido pela reflexão italiana.

Falou português, e falou bem, cantou alto e sublime a nossa poesia, mas ainda não era portuguesa.

Estava corrido o primeiro quarto deste século quando a reacção do que se chamava romantismo, por falta de melhor palavra, chegou a Portugal.

Vamos a ser nós mesmos, vamos a ver por nós, a tirar de nós, a copiar de nossa natureza, e deixemos em paz.

“Gregos, romãos e toda a outra gente.”

Que se há-de fazer para isto? Substituir Goethe a Horácio, Schiller a Petrarca, Shakespeare a Racine, Byron a Virgílio, Walter Scott a Dellile?

Não sei que se ganhe nisso, senão dizer mais sensaborias com menos regras.

O que é preciso é estudar as nossas primitivas e genuínas fontes poéticas, os romances em verso e as legendas em prosa, as fábulas e crenças velhas, as costumeiras e as superstições antigas: lê-las no mau latim moçárabe meio suevo ou meio godo, dos documentos obsoletos, no mau português dos forais, das leis antigas, e no castelhano do mesmo tempo – que até ao século XV, a literatura das Espanhas era toda uma. – O tom e o espírito verdadeiro português esse é forçoso estudá-lo no grande livro nacional, que é o povo e as suas tradições, e as suas virtudes, e os seus vícios, e as suas crenças, e os seus erros. – E por tudo isso é que a poesia nacional há-de ressuscitar verdadeira e legítima, despido, no contacto clássico, o sudário da barbaridade, em que foi amortalhada quando morreu, e com que se vestia quando era viva.

Reunir e restaurar, com este intuito, as canções populares, xácaras, romances ou rimances, solaus, ou como lhe queiram chamar, é um dos primeiros trabalhos, que precisamos.

A. G.

Tomo VI, 1846-1847, p. 99-102

DA ANTIGA POESIA PORTUGUESA

CANTIGAS OU CANÇÕES DE EGAS MONIZ-COELHO

D. Violante, segundo as tradições da poesia e do romance, foi um daqueles prodígios de beleza e de graças, que adoravam os trovadores antigos, de quem faziam o seu ídolo, a sua vida, o seu deus. Egas, primo do outro Egas, o aio fiel de D. Afonso Henriques, tinha consagrado a Violante a sua alma, a sua espada e o seu alaúde, com a religiosa e cega devoção de um cavaleiro e de um trovador. Ele primo do outro Egas Moniz, o aio fiel de D. Afonso Henriques, ela dama da rainha, deviam ser iguais em nobreza, e parece que o seriam nos outros dotes acidentais de corpo e estado. Mas ou os rendimentos do poeta somente eram aceites por vaidade, ou as afeições da nobre donzela foram violentadas por maior poder que o de sua paixão – se a tinha.

Como quer que fosse, Egas Moniz ignorava, mas pressentia o seu destino, quando ao sair da corte de Guimarães para as bandas do Mondego, se despedia de Violante na sentida canção que é a primeira das duas que nos pretendem haver conservado – Deus sabe como – os nossos antiquários.

O pressentimento cumpriu-se: porque ou ela se esqueceu do pobre Egas ausente e se agradou de um guapo castelhano, que andava na corte e que viera, dizem, com a rainha, ou lho deram por marido sem consultar o seu coração, e a fraca donzela cedeu.

De um modo ou de outro, o trovador foi abandonado; e poeta *consciencioso* e fiel aos seus, tantas vezes *trovados* juramentos, assentou de morrer deveras despedindo-se da sua “cruel e doce iniga” em uma lastimada canção, que realmente tem muitas e sinceras belezas, assim ela seja tão genuína como eu desejo, e a severa crítica duvida.

A obra póstuma do nosso poeta, fez mais impressão do que as que tinham aparecido em sua vida. Violante atormentada de remorsos e de saudades, não quis sobreviver a tanto amor, envenenou-se.

Aqui está o que nos contam de Egas Moniz Coelho e da sua Violante, os escritores que o numeram entre os nossos primeiros poetas. Serão com efeito dele estas duas canções, que Miguel Leitão, Faria e Sousa e A. Ribeiro dos Santos, não sei porquê, chamam cartas, e piedosamente crêem que foram achadas no castelo de Arouce (Lousã) quando o tomaram dos mouros? Ou serão elas tanto de Egas Moniz como eram de Medeia ou de Penélope, as que em seu nome escrevia Ovídio a Jasão e a Ulisses?

Não sei: há pensamentos verdadeiramente antigos que as mesmas palavras, em que se conhece afectação às vezes. Pode ser porém, e não era o primeiro exemplo de fraude filológica – pode ser que o fanatismo dos arqueólogos receasse dar na singeleza em que o achou o texto destas trovas ou porque no original assim eram, ou porque nas cópias se tivessem ido vulgarizando, e para confundir a impiedade dos cépticos, lhes introduzisse palavras obsoletas, arcaísmos impróprios e talvez anacronismos só por dar o que supuseram maior ar de vetustade ao seu achado.

O pensamento e contextura decerto não desdizem do século XII a que são atribuídas.

O meu texto é correcto à vista, e pela confrontação das três lições que temos; e creio que muito melhorado de qualquer delas por mais racional pontuação e mais lógica.

A tradução em vulgar facilitará a inteligência pronta do sentido: o que os glossários nem sempre conseguem.

V. Mig. Leitão de Andrade *Miscelan.*, diálogo XVI; Faria e Sousa, *Europ.*, tom. III p. IV c. IX; A. R. Santos Ms. na Bibl. pub. de Lisboa.

A VIOLANTE	A VIOLANTE
<i>Primeira canção</i>	<i>Primeira canção</i>
(Texto antigo)	(Em vulgar)
Fincaredes bos embora	Ficai vós em boa hora

Taom coitada,
Que ei boi-me por hi fora
De longada.

Tam chorada,
Que eu vou-me por aí fora
De longada.

Bai-se o bulto do mei corpo
Mas ei nom
Que os çocos bos finca morto
O coração.

Vai-se o vulto do meu corpo
Mas eu não,
Que aos pés vos fica morto
O coração.

Se pensades que vom,
Nom no pensedes;
Que chantados embos stom
E nom me bedes.

E, se pensais que eu vou,
Não no pensedes;
Que unido convosco estou
E não me vedes.

Mei jazido e mei amar
Em bos se acara;
Grenhas tendes de espelhar
Lúzia face.

Em vós meu ser, meu amor,
Que de vós nasce;
Tranças tendes de espelhar
Lúcida face.

Nom farom estes meis olhos
Tal abesso
Que esgravizem os meis dolos
Da compêço:

Não quero os olhos voltar
Tam d'avesso
Que os meus males vá cantar
Do começo:

Mas se ei for pera Mondego,
Pois la vom,
Corulhas me fagam cego;
Como ei som.

Mas se eu for para Mondego
Como vou,
Corujas me façam cego
Que já o sou!

Se das penas do amorio
Que ei retouço,
Me figerem tornar frio,
Como ei ouço.

Se das penas d'amor
Com que lido,
Como dizeis, esfriar
O meu sentido.

Amademe, se queredes,
Como lusco;
Se nó, torvo me acharedes
A muy fusco.

Se me bos a mi leixardes...
Deis me garde!
Non as meis bos de queimardes
Isto que arde!

Ora nom deixedes nom,
Ca sois garrida!
A sa não, cristelejon
Per inha bida.

A VIOLANTE
Segunda canção
(Texto antigo)

Bem satisfeita fincades
Corpo d'oiro:
Alegrade a quem amades,
Que ei ja moiro.

Ei bos rogo bos lembredes
Que bos quige,
A que dolos nom abedes
Que ei bos fige.

Cambades a Pertigal
Por Castilla.
Abasmades o mei mal!...

Amai-me assim, se quereis,
Deste modo;
Se não pior me achareis,
Cego de todo.

Se me vós a mim deixardes...
Deus me guarde!
Que fareis vós em queimardes
O que já arde?

Ora não me deixeis não,
Que sois garrida!
E se não kirieleison
Por minha vida.

A VIOLANTE
Segunda canção
(Em vulgar)

Bem satisfeita ficais,
Corpo de oiro:
Alegrai a quem amais
Que eu já moiro.

Mas peço que vos lembreis
Que vos quis,
E que penas não haveis
Que eu vos fiz.

Trocastes a Portugal
Por Castela,
E levais-m'alma – inda mal!

Que dor me filha!	Que dor ei nela!
Graphais-me por castijanos...	Deixais-me por castelhanos...
Pestineque!	Negra sorte!
Achantais-me binte enganos	E teceis-me mil enganos
Que ei me seque!	Por me dar morte.
Bedes moiro, bedes moiro,	Vedes moiro, vedes moiro,
Biolante!	Violante!
Longe va o sestro agoiro	Longe vá o sestro agoiro
Por diante!	Por diante.
Bos bibede hum centanairo	Vós vivei um centenário
Mui garrioso	Mui ditoso,
Qu'ei me bou para trintairo	Que eu me vou para o trantário
Lagrimoso.	Lagrimoso.
A, se a bossa lembrança	Se um dia a vossa lembrança
Eu bier	Eu vier,
Dizei: "Egas tem folgança!"	Dizei: "Egas tem folgança!"
Hum xiquer.	Dizer siquer.
A, se ouvirdes na mortulha	Quanto ao meu enterramento
Os camponeiros	Se tocar,
Retouçade na mormulha	Revolvei no pensamento
Os meis marteiros.	O meu penar;
Quando ouvirdes papear	E quando esse castelhano
O castejom,	Basofiar,
Membrebos lhe fige dar	Lembraí-vos que desengano
Ja de cotom.	Lhe fiz já dar.
A, que bos quije e requije	Ah! que vos quis e requis

Como ber!...	Como o ver!...
A nunca em coisa bos fige	E em coisa alguma vos fiz
Desprazer!	Desprazer!
Nom bos podo nais fallar	Não vos posso mais falar
Qua me fallejo	Bem me fino...
Ca hem podedes asmar	Bem podeis imaginar
Qual ei sejo:	Qual sou mofino.
Tenho todo o arcaboço	Tenho todo o arcaboço
Sem feison,	Sem feição,
Mas is bos bejo e oyço	Mas inda vos vejo e oiço
No coração.	No coração.
Bedes, me boy descaindo	Vêde, já vou descaindo
Nesta hora...	N'esta hora...
Bos, amor, fincade rindo	Vós, amor, ficai-vos rindo
Muito embora!	Muito embora!

A. G.

Tomo VI, 1846-1847, p. 148-150

DA ANTIGA POESIA PORTUGUESA

ROMANCES POPULARES

Os críticos de Alemanha e de Espanha contam entre os mais antigos romances da Península este que os nossos vizinhos chamam de “Infantina” e nós de “Caçador”. Também me parece o mesmo. Lockhart, o elegante tradutor inglês,³ extasia-se na admirável beleza de sua poesia tão original e tão simples. Mais pasmara se o visse no texto português como no-lo conservou a memória do povo, muito mais belo e muito mais original do que anda nas colecções castelhanas d’onde o traduziu.

³ *Ancient spanish ballads, historical and romantic, translated with notes*, by J. G. Lockhart, London 1841. (nota de A. G.)

E todavia essas são, como tantas vezes tenho repetido, dos meados do século dezasseis. Dois séculos depois ainda a tradição portuguesa o tem nesta perfeição. Forçosamente ou foi escrito no nosso dialecto que, segundo o testemunho não suspeito do marquês de Santillana⁴ "era o preferido para se trovar na mesma corte de Castela e fôra o primeiro em que se fizeram versos; – ou, o que me parece mais provável, foi composto na linguagem ainda comum e pouco discriminada que prevalecia ao princípio da reconquista na povoação cristã das Espanhas.

Acresce que o romance castelhano propriamente dito, nunca se lançou no maravilhoso das fadas e encantamentos que a escola céltica de França e Inglaterra, e mais ainda a neo-grega de Itália fizeram depois tão familiar na Europa: os severos descendentes de Pelaio não tinham mitologia nos seus poemas cantados ao som da lança no escudo e a compasso das cutiladas.

O sobrenatural desta história parece-se mais com as crenças e superstições, ainda hoje existentes no nosso povo, das mouras encantadas, das aparições da manhã de S. João e de outros mitos nacionais tão belos, tão queridos da gente portuguesa, e tão desprezados – ainda mal! – até agora pelos nossos poetas.

Seja porém como for, o romance do "Caçador" pertence à poesia popular portuguesa, é de imemorial antiguidade; e como tal se lhe deve dar lugar entre as relíquias mais originais da nossa primitiva literatura.

Ponho depois algumas variantes, e a versão dos romanceiros castelhanos: e não perei a tradução inglesa porque é mais paráfrase ou imitação que tradução.

A moralidade da fábula – se permitem a palavra os escrupulosos – é a mesma que a da "maré do carvoeiro"; ocasião perdida, ocasião que não volta. A história do "capote novo" e outras muitas do "Decameron popular" que é pena serem tão soltas e *verdes* que se não podem escrever, ilustram a mesma sentença e rifão. Boccacio e Lafontaine achariam nos cantos tradicionais do nosso povo com que enriquecer muito "cem novelas novas" de suas gaiatas colecções.

O CAÇADOR

O caçador foi à caça,

⁴ Na colecção de Sanchez, Madrid 1779. (nota de A. G.)

A caça de altanaria;⁵
Os cães já leva cansados
O falcão perdido havia.
Andando se lhe fez noite⁶
Por ua mata sombria,
Arrimou-se a uma azinheira,
A mais alta que ali via.
Foi alevantar os olhos,
Viu coisa de maravilha
No mais alto da ramada⁷
Uma donzela tam linda.
Dos cabelos da cabeça
A mesma árvore vestia
Da luz dos olhos tam viva
Todo o bosque se alumia.
Ali falou a donzela,
Já vereis o que dizia:
– “Não te assustes, cavaleiro,
Não tenhas tamanha frima.
Sou filha de um rei coroadado
De uma bendita rainha:
Sete fadas me fadaram,
Nos braços de mi’madrinha,
Que estivesse aqui sete anos,
Sete anos e mais um dia;
Hoje se acabam os anos,
Amanhã se conta o dia.
Leva-me, por Deus t’o peço,
Leva em tua companhia.”

⁵ À caça de montaria – *Alentejo*. À caça como soía – *Coimbra*. (nota de A. G.)

⁶ Fez-se noite no caminho – *Beira Alta*. (nota de A. G.)

⁷ *Ramada*, pelo ajuntamento de ramos naturais, juntos na mesma árvore, fazendo sombra e abrigo, é a significação clássica e natural. No Minho chamam *ramadas* aos parreirais e latadas de vinha feitas com ramos. (nota de A. G.)

– “Espera-me aqui donzela,
“Té amanhã, que é o dia;
Que eu vou a tomar conselho;
Conselho com minha tia.”
Responde agora a donzela;
Que bem que lhe respondia!
– “Oh, mal haja o cavaleiro
Que não teve cortesia:
Deixa a menina no souto⁸
Sem lhe fazer companhia!”
Ela ficou no seu ramo,
Ele foi-se a ter co’a tia...
Já voltava o cavaleiro
Apenas rompia o dia;
Corre por toda essa mata,
A enzinha não descobria.
Vai correndo e vai chamando,
Donzela não respondia;
Deitou os olhos ao longe
Viu grande cavalaria,
De senhores e fidalgos.
Muito grande tropelia:⁹
Levavam a linda infanta,
Que era já contado o dia.
O triste do cavaleiro
Por morto no chão caía:
Mas já tornava aos sentidos
E a mão à espada metia:

⁸ Deixa a menina co monte – *Beira-Baixa*. *Souto* parece mais minhoto; mas assim vem numa cópia da Estremadura. (nota de A. G.)

⁹ *Tropelia* em português exacto e clássico é o tumulto que se faz em tropel; e também, a injúria que se faz a alguém, a alguma coisa *atropelando* seus direitos, posse, pessoas, razões ou conveniências. Aqui está o derivado pelo original, ou primitivo: e para mim o povo também é clássico. (nota de A. G.)

– “Oh, quem perdeu o que eu perco
Grande pena merecia!
Justiça faço em mim mesmo
E aqui me acabo co’a vida.

Versão castelhana segundo Duran

A cazar va el caballero,
A cazar como solia;
Los perros lleva cansados,
El falcon perdido habia,
Arrimarase a un roble,
Alto es a maravilla.
En una rama mas alta,
Viera estar una Infantina,
Cabellos de su cabeza
Todo aquel roble cubrian,
– No te espantes, caballero,
Ni tengas tamaña grima,
Hija soy yo del buen Rey
Y la Reina de Castlla:
Siete fadas me fadaron
En brazos de una ama mia,
Que andase los siete años
Sola en esta montina.
Hoy se cumplian los siete años
O mañana en aquel dia:
Por Dios te ruego, caballero,
Llevésme en tu compañía,
Si quisieres por mujer,
Si no, sea por amiga.
– Esperaisme vos, señora,
Hasta mañana aquel dia,
Iré yo a tomar consejo

De una madre que tenia. –
La niña le respondiera
Y estas palabras decia:
– O mal haya el caballero
Que sola deja la niña!
El se va a tomar consejo
Y ella queda en la montina. –
Aconséjole su madre
Que la tome por amiga.
Quando volvió el caballero
No allára la Infantina,
Vidola que la llevaban
Con muy gran caballeria.
El caballero que la vido
En el suelo se caía:
Desque en si hube tornado
Estas palabras decia:
– “Caballero que tal pierde,
Muy gran pena merescia:
Yo mismo seré el Alcalde,
Yo me seré la Justicia:
Que me corten pies y manos
Y me arrastren por la villa. A. G.

Tomo VI, 1846-1847

ASSOCIAÇÃO PROTECTORA DA IMPRENSA PORTUGUESA

PARECER DA COMISSÃO SOBRE A UNIDADE LITERÁRIA

Senhores. – A comissão encarregada de dar o seu parecer sobre o artigo do *Memorandum*, tema dos nossos trabalhos, em que se trata da neutralidade literária,

entende que este grande meio moral seria um dos mais conducentes ao fim proposto da regeneração da imprensa portuguesa.

Efectivamente, e com raras, posto que belas e honrosas excepções, nós temos sido traidores à república literária *una e indivisível*, como tacitamente o juramos todos os que, mais ou menos, temos feito por nos recensearmos cidadãos seus.

Nas mais bárbaras idades da Europa no meio do fraccionamento das nacionalidades modernas, os homens de letras, os homens d'arte não quiseram reconhecer nunca soberania de príncipe nem de povo. Desde uma pobre irmandade de menestrelis, até à opulenta *alma mater* de uma universidade tudo fraternizava e era comum. O trovador da Provença ou da Catalunha, e o meinesinger da Alemanha, o menestrel da Normandia, da Sícila, ou de Inglaterra, fosse ele rei ou pedisse pelas portas, todos eram irmãos. O doutor de Coimbra ia ler numa cadeira de Salamanca ou de Paris, o de Bolonha em Lovaina.

Nascida no grémio maternal do catolicismo, a ciência, a literatura, a arte cristã tinha o mesmo pensamento sublime, regenerador, grande e divino – o de unir os homens pelos vínculos intelectuais e morais, de os fazer marchar ombro com ombro na estrada do aperfeiçoamento e da civilização.

O protestantismo, que foi uma reacção necessária, e permitida talvez, sinceramente o creio, nos altos juízos de Deus, para regenerar a verdadeira igreja, o protestantismo, trazendo, com todas as reacções, grandes bens à humanidade, também lhe causou grandes males: do cisma na república católica nasceu o cisma na república literária.

Às divisões em crença religiosa sucederam as divisões em crença política. Daquelas veio a reforma da governação da igreja, destas a reforma dos governos do estado. Mas uma e outra estão quase conseguidas, e é preciso que estas divisões acabem de povo a povo, de língua a língua. Hão-de acabar: e o princípio católico, o grande princípio e pensamento da civilização moderna, que invoca a *glória a Deus nas alturas, para trazer a paz aos homens na terra*, há-de triunfar cedo, realizando, pelos suaves meios da força moral, o pensamento ambicioso dos Césares que pretendiam unir o mundo com a força bruta da espada.

Demos pois nós, por nossa parte, o primeiro passo neste caminho que é destruir dentro de nossos limites todas essas mesquinhas divisões de seita. Seja a

profissão e os professores das letras sagrados para os partidos: e não lhes paguem tributo como os descendentes de Hormodio e Aristogiton entre os atenienses o não pagavam à república.

Certo, não podemos querer que os homens de letras se evadam às obrigações e abdicuem dos direitos que têm no Estado; que renunciem ao seu quinhão na terra prometida para viver de um dízimo que lhes paguem os outros, como a tribo de Levi. É diverso o pensamento da unidade – que nos parece ainda melhor chamar-lhe assim do que neutralidade literária. Consiste em que, tanto nos jornais como em quaisquer outras publicações, em todo o ponto de arte, de ciência, de literatura, trabalhem promiscuamente todos, sem distinção de cor política ainda que os jornais sejam políticos, e do mais oposto partido à pessoa que escreva.

Não pareça estranho que a este *desiderandum* se junte outro que, mais intimamente do que aparenta, está ligado com ele, e cooperará eficazmente para o mesmo fim, vem a ser que todo o emprego e encargo literário ou quase literário se declare inamovível para que não venha desunir a cobiça o que a generosidade se esforça a ligar.

Este último ponto precisa de uma lei, e é parecer da comissão que se faça um requerimento às cortes, assinado pelo maior número de assinaturas e mais respeitáveis que se possa conseguir, pedindo e propondo a dita lei.

Quanto ao primeiro, julga a comissão que se poderá conseguir por uma declaração solene feita e assinada neste grémio por todas as pessoas mais notáveis e influentes de todos os partidos. E para aproveitar tempo, e interpretar assim o seu mandato, a comissão propõe a fórmula anexa que vós examinareis e corrigireis na madureza de vossas deliberações. – Sala da comissão em 27 de Agosto de 1846. – (Assinados o Sr. Almeida Garrett e mais membros da comissão.)

Os abaixo assinados, escritores públicos e homens de letras, solenemente declaram que entendem ser inteiramente alheio às questões materiais e positivas do governo da nação, e às dos partidos em que ela se divide, o mister das letras, das ciências e das artes, e que por isso não reputam quebra do próprio pundonor e lealdade a livre cooperação do escritor em qualquer publicação periódica, empresa ou sociedade, para fins puramente literários, embora o espírito dessas publicações, empresas, ou sociedades represente ideias diversas das suas nas questões políticas da actualidade.

Declaram também que consideram esta nobre tolerância como um meio adequado a proteger o desenvolvimento da civilização; e como uma prova de ânimo generoso; que finalmente, se honrarão sempre de assim propor mesquinhas preocupações às conveniências do progresso moral e intelectual do país, não reconhecendo em ninguém o direito de os taxar, a eles ou a outros quaisquer escritores que se associem ao seu pensamento, de mera constância política. — *Rodrigo da Fonseca Magalhães* — *Visconde de Juromenha* — *A. Herculano* — *João Baptista d'Almeida Garrett*.



REVISTA DO CONSERVATÓRIO REAL DE LISBOA

N.º 1 (1842), p. 12-15.

RELATÓRIO

SENHORA! = Por Portaria Régia de vinte e oito de Setembro do ano corrente, Houve Vossa Majestade por bem mandar que eu propusesse um plano para a fundação e organização de um teatro nacional, e bem assim informasse com meu parecer sobre as providências com que se poderia levar a efeito o melhoramento dos outros teatros existentes.

Valetudinário, e achacado de corpo e espírito, que ambos quebrei e consumi no Serviço de Vossa Majestade, e pela santíssima Causa da Liberdade da minha Pátria, pesa-me não poder já empregar em serviço tanto de meu gosto, e tanto de meus hábitos já, de projectos e estudos de minha primeira e ditosa idade, que uns e outra me aparecem agora quase como um sonho afortunado e impossível, no meio das calamidades, das agitações e ansiedade por que há treze anos todos os portugueses temos passado, que se não pode dizer vivido.

Foi mister um esforço de ânimo bem difícil, e uma contracção bem violenta do espírito, para o trazer, em tempos como estes, aos suaves pensamentos das belas-artes, que, é verdade, em nenhuma desgraça nos abandonam; que até de mim posso dizer, que nos cárceres, e degredos, em que tantos anos andei: por ser fiel a Vossa Majestade, e à Causa da civilização e liberdade do meu País, me desampararam nunca, mas que certas nos abandonam a todos sempre no meio das discórdias civis.

O desejo porem de coadjuvar, com meu pouco, o Ministro mais sinceramente patriota que Vossa Majestade ainda Se Dignou chamar a Seus Conselhos, e o primeiro que de coração e puro zelo se tem dado a melhorar

radicalmente a sorte de nossa desgraçada terra; este desejo, e o zelo pela glória de Vossa Majestade reanimaram minhas extintas forças.

Senhora, o teatro português nasceu no palácio de nossos Reis; ao bafo e amparo dos Augustos Avós de Vossa Majestade se acendeu e brilhou o facho luminoso, que depois foi ilustrar outros países.

Logo o perdemos: que nos não iluminou mais; mas a glória de o haver acendido não ficou menos nos Senhores Reis de Portugal, a quem tanto deve a civilização da espécie humana, e o progresso das Nações modernas.

O mesmo génio poderoso que mandava descobrir a Índia, e que alterava o modo de existir do universo, mandou também abrir a cena moderna da Europa. E o Senhor Rei D. Manuel tanto achou em Portugal os ânimos, e corações de Vasco da Gama, e de Pedro Nunes como os talentos deste, e os de Gil Vicente.

Bem entendera aquele grande Antepassado de Vossa Majestade a civilização e seus meios – no comércio, nas letras e nas boas artes. Vossa Majestade, que não Sucede a menos obscuros tempos, não Abrirá também para Portugal uma era menos gloriosa de civilização e fortuna.

Escusado é recordar que entre as jóias que da Coroa Portuguesa nos levou a usurpação de Castela, não foi a menos bela esta de nosso teatro. Como o Senhor Rei D. Manuel deixou pouco vivedoura descendência, também o seu poeta Gil Vicente deixou morredouros sucessores. Outros pendões foram fazer a *conquista, navegação, e comércio* dos altos-mares que nós abandonámos; outras Musas ocuparam o teatro que nós deixámos. E desta última glória perdida, nem sequer memória ficou nos títulos de nossos Reis.

Mas tudo nos tem sempre assim ido em Portugal, cujo fado é começar as grandes coisas do mundo, vê-las acabar por outros – acordarmos depois à luz, – distante já do facho que acendêramos, olhar à roda de nós, – e não ver senão trevas!

Com efeito, desde aquela época, nunca mais houve teatro Português. Todos os povos modernos foram, um após outro, pelo caminho que nós encetámos, adiantando-se na carreira dramática: nós voltámos para trás, e perdemos o tino da Estrada, que nunca mais acertámos com ela.

Alguns esforços, algumas tentativas se tem feito, assim por indivíduos como pelo Governo: todos infrutuosos, porque se não deu impulso simultâneo aos três elementos que é preciso criar, porque nenhum deles existe.

Nem temos um teatro material, nem um actor. Os autos de Gil Vicente, e as óperas do infeliz António José foram nossas únicas produções dramáticas verdadeiramente nacionais. Uns e outras, 'inda que por motivos diferentes, são obsoletos e incapazes da cena.

Mas em Portugal há talentos para tudo; há mais talento, e menos cultivacão que em nenhum país da Europa!

Basta que Vossa Majestade Se Digne evocar do caos os elementos que aí lutam; e uma criação bela e grande surgirá à Sua Voz; tal, que Vossa Majestade Se comprazerá na Sua obra, e Alcançará na opinião do mundo um dos mais ilustres títulos com que a história honra os Príncipes – o de Protector das boas artes.

Os meios e modos de levar a efeito esta grande obra, Segundo as Ordens de Vossa Majestade, os recopilei em um plano breve, e coordenado quanto entendo, e sei fazê-lo.

O zelo e eficácia do Ministro ilustrado que por Mandado de Vossa Majestade me encarregou este trabalho, há-de suprir a todos os defeitos dele.

Deus guarde a preciosa Vida de Vossa Majestade os muitos anos que todos os Portugueses havemos mister. Lisboa, aos 12 de Novembro de 1836. = *João Baptista de Almeida Garrett*

DECRETO

Havendo encarregado a João Baptista de Almeida Garrett, do Meu Conselho, de Me propor um plano para a fundação, e organização de um teatro nacional; e bem assim as providências necessárias para levar a efeito os melhoramentos possíveis nos teatros existentes, pela confiança que Tenho em seus talentos, literatura, e patriotismo; Hei por bem, Conformando-Me com o seu parecer, Decretar o seguinte:

ARTIGO 1.º

§ 1.º É criada uma Inspecção Geral dos Teatros, e espectáculos nacionais.

§ 2.º A Inspecção Geral do Teatros será imediatamente sujeita ao Secretário de Estado dos Negócios do Reino.

§ 3.º A Inspecção Geral do Teatros será confiada a um Cidadão de reconhecido patriotismo, sabedoria, e conhecimentos especiais neste ramo.

§ 4.º As funções do Inspector Geral são todas gratuitas, e por elas não haverá ordenado algum, nem perceberá emolumentos.

§ 5.º Ao Inspector Geral incumbe: 1.º velar, e prover em tudo quanto não for a polícia externa dos teatros, e mais espectáculos; 2.º aprovar as peças, e mais representações que se hão-de dar ao público; 3.º interpor juízo de equidade, e conciliação em todos os casos de desinteligência, que possam concorrer entre os Artistas dos teatros, e seus Empresários, ou Directores, e que não pertençam aos Juizes, e Tribunais; 4.º dirigir, e fiscalizar a boa regência dos Conservatórios, e Escolas, de que abaixo se trata (Art. 3.º); 5.º convocar, e presidir ao júri dos prémios (Art. 6.º); 6.º propor ao Governo todas as providências que julgar necessárias ao melhoramento dos estabelecimentos que lhe são confiados.

ARTIGO 2.º

O Secretário d'Estado dos Negócios do Reino dará imediatamente ao Inspector Geral as necessárias instruções para que, acordando com os cidadãos zelosos, e amigos das Artes, que propuseram formar uma Sociedade para a fundação do teatro nacional, se efectue quanto antes esta transacção, do modo mais conveniente.

ARTIGO 3.º

§ 1.º É criado em Lisboa um Conservatório Geral de Arte Dramática.

§ 2.º O Conservatório de Arte Dramática é dividido em três Escolas, a saber: 1.º a Escola Dramática, propriamente dita, ou de Declamação; 2.º a Escola de Música; 3.º a Escola de Dança, Mímica, e Ginástica Especial.

§ 3.º Fica incorporado neste Estabelecimento o Conservatório de Música , erecto na Casa-Pia por Decreto de 5 de Maio de 1835, depois de adoptadas as providências que se vão tomar sobre este objecto.

§ 4.º Para reger as outras Escolas, e instruir os Alunos nas diversas disciplinas que convém, serão tirados dos diversos teatros de Lisboa os Actores, e Artistas mais excelentes, a quem por seu trabalho se dará uma gratificação correspondente.

§ 5.º O Inspector Geral proporá, sem perda de tempo, um plano de Estatutos, e regimento destas Escolas, em que, pelo sistema de prémios e acessos, se fomente,

e proteja a Arte Dramática, e suas subsidiárias tão abandonadas e perdidas entre nós.

ARTIGO 4.º

À proporção que se forem formando os Alunos, se irá também formando uma nova Companhia de Actores Nacionais, que Eu tomarei debaixo de Minha Especial e Régia Protecção.

ARTIGO 5.º

§ 1.º Do mesmo modo se estabelecerão prémios para os Autores Dramáticos, assim de peças declamadas, como de peças cantadas, ou líricas, que merecendo a pública aceitação, concorrem para o melhoramento da Literatura, e Artes Nacionais.

§ 2.º Uma disposição especial legitimamente decretada, garantirá a propriedade dos Autores Dramáticos, e regulará o modo de fazer efectiva esta garantia.

ARTIGO 6.º

Tanto os prémios de que fala o Artigo antecedente, como os de que trata o Artigo 3.º, § 5.º, serão adjudicados por um júri de Literatos e Artistas, escolhidos pelo Governo, e convocado, e presidido pelo Inspector Geral.

ARTIGO 7.º

O Secretário d'Estado dos Negócios do Reino fica autorizado para levar a efeito a criação deste útil Estabelecimento, e Me proporá as medidas que forem convenientes para este fim.

ARTIGO 8.º

Os Subsídios votados pelas Cortes para auxiliar os teatros da Capital, serão repartidos entre eles todos, na proporção de suas necessidades, e do proveito público deles resultantes.

N.º 1 (1842), p. 15-16.

OFÍCIO DO INSPECTOR-GERAL DOS TEATROS AO MINISTÉRIO DO REINO,
PROPONDO E PEDINDO PROVIDÊNCIAS PARA A INSTALAÇÃO DAS ESCOLAS DO
CONSERVATÓRIO

Ilmo. e Exmo. Sr. – Foi o meu primeiro cuidado apenas tomei conta desta Inspecção-Geral, que Sua Majestade se dignou cometer-me, procurar o desempenho do que nela me parece mais importante, o melhoramento do já criado Conservatório de Música, e a instauração das outras Escolas complementares que o Decreto de 15 de Novembro mandou criar sem as quais nada é possível para os nossos teatros. À força de diligências tenho conseguido obter o mais difícil, que são mestres e directores, de cujo zelo e eficácia me atrevo a ficar por fiador a V. Exa. E posso ainda mais, que é assegurar-lhe que para tamanha empresa serão bem fracos e diminutos os meios que lhe hei-de pedir. Um artista ilustre, o Sr. Bomtempo, já nomeado por Sua Majestade director da Escola de Música, continuará naquelas funções sem acréscimo de despesa. Mr. Paul, um dos mais eminentes actores do Ginásio de Paris, mais por amor da arte, do que pela módica gratificação com que se contentará, está pronto a tomar a seu cargo a direcção da Escola Dramática. D'entre os nossos actores portugueses, o que oferece mais probabilidade de cooperação, o Sr. Lisboa, igualmente se prontifica a professar na mesma escola sob a direcção de Mr. Paul. Não me tenho ainda ocupado da Escola de Dança, porque aquelas duas primeiras são as mais reclamadas pela necessidade ou antes penúria de nossos teatros; e quisera vê-las ao menos em algum começo de organização antes de dividir cuidados para outra parte. – Mas a todo este edifício, cujos materiais estão prontos e prestes a colocar-se, falta a base material, sem o que se não pode progredir, isto é, uma casa para nela se colocar o Conservatório. – Debalde tenho procurado por toda a parte e com o auxílio das autoridades administrativas, que me têm ajudado, descobrir um local em que pudesse colocar-se o Conservatório, para pedir alguma coisa determinada a V. Exa. E não lhe fazer a requisição vaga que hoje sou obrigado a submeter-lhe. – De todos os edifícios públicos de Lisboa, nenhum pode convir a este Estabelecimento, se não for central; além das outras condições, e neste caso somente se acham: 1.^o a casa de Malta sita à Anunciada, que, há dias, foi alugada a um particular pela insignificante quantia de trezentos mil réis; 2.^o o extinto Convento do Carmo no Largo do mesmo nome, que se acha ocupado por diversas instituições; 3.^o o extinto Convento da Boa-Hora, também ocupado por várias instituições. Ou seja pelo distrato do arrendamento da primeira casa, que me parece poder efectuar-se, ou pela renovação do estabelecimento, a qual se pode fazer das segundas apontadas para outros edifícios que não faltam; ou seja, enfim, por qualquer outro modo que mais acertado lhe

pareça, rogo instantemente a V. Exa. Que proveja a esta urgente necessidade, pois que toda a Benevolência de Sua Majestade, todos os desejos de V. Exa. e todos os meus fracos mas zelosos esforços, ficarão inúteis sem esta base. – Apenas V. Exa. me dê os meios de a obter, farei imediatamente subir à sua presença, para ser elevado à Soberana aprovação de Sua Majestade, um plano d'Estatutos para o Conservatório, que tenho trabalhado sobre os de Paris, Milão e Londres, acomodando-os à nossa pequena escala e circunstâncias especiais d'economia. – Do mesmo modo lhe submeterei a proposição dos professores para os diferentes ramos d'ensino que o Decreto de sua criação instituiu. – A organização do Conservatório, além de suas vantagens intrínsecas, terá de mais a mais a de me dar ânimo para promover a efectiva associação das pessoas zelosas, que já ofereceram unir-se para a construção dum Edifício, em que decentemente se possam representar os dramas nacionais. – Eu confio que com a prometida protecção de Sua Majestade, e auxiliado pelo nome de V. Exa. hei-de conseguir levar a efeito este tão antigo *desiderandum* da nossa capital. Mas para isto, como para tudo o mais, não pode haver ponto de partida, enquanto não houver um local em que, estabelecidas as escolas d'onde hão-de sair os povoadores do futuro teatro, se animem e excitem os zelosos a concorrer para a erecção da casa a que esses habitantes hão-de dar vida. Deus guarde a V. Exa., Inspecção-Geral dos Teatros, em 17 de Dezembro de 1836. – Ilmo. e Exmo. Sr. Secretário d'Estado dos Negócios do Reino. – *João Baptista de Almeida Garrett.*

UNIVERSO PITORESCO

V. 3 (1843-1844), p. 298-302

BIOGRAFIA

O Conselheiro J. B. de Almeida Garrett

O Sr. João Baptista (da Silva Leitão) de Almeida Garrett, deputado da nação portuguesa, do conselho de Sua Majestade, fidalgo cavaleiro da casa real, ex-cronista-mor do reino, bacharel formado em Leis pela universidade de Coimbra, cavaleiro da antiga e muito nobre ordem da Torre e Espada do Valor Lealdade e Mérito, comendador da ordem de Cristo, e oficial da de Leopoldo da Bélgica, juiz do tribunal superior de comércio, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de Sua Majestade, ex-inspector geral dos teatros, sócio de várias academias nacionais e estrangeiras, nasceu na cidade do Porto a 4 de Fevereiro de 1802. Seu pai, António Bernardo da Silva Garrett, fidalgo cavaleiro da casa real, selador-mor da alfândega daquela cidade, era natural dos Açores, e descendente de uma nobre família irlandesa, que emigrara por motivos de religião para Espanha, e dali viera a Portugal no séquito da rainha D. Mariana, mulher d'el-rei D. José: foi casado no Porto com D. Ana Augusta de Almeida Leitão, filha de José Bento Leitão, deputado da junta da companhia da agricultura e comércio dos vinhos do Alto Douro, e um daqueles poderosos negociantes, que a política do marquês de Pombal obrigou a vir do Brasil estabelecer-se na sua pátria.

Ricos de todas as virtudes religiosas e civis, e moderadamente abastados dos bens da fortuna, deram estes a seus filhos, que foram cinco, uma educação liberal, e completa. Contudo, o talento precoce de seu filho João fez com que fossem mais desvelados os cuidados, que de sua cultura se tomaram.

Já lhe era familiar a língua francesa, que sua mãe falava perfeitamente, e a castelhana, que seu pai cultivou quase como própria; e começava a traduzir com

facilidade os autores latinos, quando a tomada do Porto pelos franceses em 1809 obrigou a seu pai a retirar-se para Lisboa, e dali para a ilha Terceira, onde tinha a melhor parte de sua casa. Não tardou a ir juntar-se àquela família exemplar, e geralmente estimada, o respeitável bispo resignatário de Malaca, D. Fr. Alexandre da Sagrada Família, irmão mais velho de seu pai, já então adiantado em anos, mas ainda verde de forças, e com entendimento vigoroso, que se esclarecia de imensa e variada instrução. Tomou logo o venerável prelado grande predilecção por este sobrinho, e começou de dirigir a sua educação, iniciando-o em todos os mistérios da literatura e das ciências¹⁰. Perfeito no latim, forte nos elementos da aritmética e da geometria, principiou a estudar ao mesmo tempo (aos doze anos de idade) a língua grega, a retórica, e a poética. Aos treze para os catorze estava versado em quase todos os autores clássicos da antiguidade, em os nossos melhores escritores, e em muitos dos franceses, italianos e castelhanos. Do inglês foi senhor mais tarde; e do alemão só bastantes anos depois foi sabedor; mas já nesta idade tinha lido nas traduções francesas as obras de Loke, e de Newton, e ousava arrojar-se às dificuldades de Leibnitz, e de Kant, ao mesmo passo que Homero, e Camões, Horácio, e Racine, faziam as delícias das suas horas de recreio.

Vagando por este tempo o bispado de Angra, foi nele provido D. Fr. Alexandre, que levava tanto em gosto, que o sobrinho abraçasse o estado eclesiástico, que lhe alcançou um dos benefícios da ordem de Cristo, em que devia professar, e para o que tomou ordens menores. Entrando porém no ano de 1816, e aos 14 para 15 de idade, para a universidade de Coimbra, renunciou *in totum* ao benefício, e começou esse mesmo ano o curso jurídico com grande reputação de estudo e talento.

Julgando-se ofendido por lhe não darem o prémio naquele ano¹¹, no seguinte foi, por despique, matricular-se no 1.º ano do curso matemático e filosófico. Porém ordens positivas de seu pai o fizeram voltar ao 2.º ano jurídico, apesar da repugnância com que foi obrigado a quebrar seus protestos de abandonar a faculdade por quem se julgava agravado.

Havia bons quatro ou cinco anos, que o nosso estudante fazia versos e prosas; mas, ou por zelo de seus novos estudos, ou por acanhamento, guardava

¹⁰ Vide Introdução de Mérope.

¹¹ Vide o prólogo de Mérope.

com muito segredo esses frutos de seu talento, até que, no 3.^o ou 4.^o ano da universidade, alguns amigos mais particulares, e depois toda a academia, vieram enfim a descobrir o arcano. Um epicédio ou elegia à morte do D. Fortuna, lente muito popular entre os estudantes, foi a primeira composição sua, que geralmente foi conhecida, e lhe granjeou o título de poeta: nome tão ambicionado ainda naqueles tempos e idades! Depois, em 1818, apareceu a tragédia *Xerxes*, de que o próprio autor nos dá notícia no já citado prólogo da sua *Méropé*; e da qual apenas sabemos, que foi representada com aplauso em um teatro particular de estudantes na universidade. No seguinte ano, e pelo mesmo modo, apareceu a *Lucrécia*, outra tragédia de que vimos alguns fragmentos, com versos muito sonoros, e cheios de energia, mas que nos pareceram mais heróicos, que dramáticos.

Nesse mesmo ano começou o nosso jovem autor a *Méropé*, que ultimamente apareceu impressa no 3.^o vol. das suas obras completas, e que, segundo as suas próprias expressões, é um mero reflexo de Maffei e Alfieri.

Veio o ano de 1820, e com ele a memorável revolução de 24 de Agosto. A palavra liberdade retiniu no coração do moço escritor; e a sua primeira composição, em que se mostram já traços de um estilo próprio, assente, e original, cheio de força, naturalidade e convicção (que são os caracteres distintivos do estilo do Sr. Garrett), foi uma espécie de ode, ou discurso em verso, recitado na sala dos capelos da universidade, nos fins de ano de 1820, por ocasião de ali se celebrarem os acontecimentos políticos da época.

Desde esse momento o poeta entrou na questão política; o cultor apaixonado das letras e das artes lançou-se na carreira pública, tomando parte activa nas coisas do estado, que nunca mais largou. Fiel à causa da liberdade, tem-na seguido em todas as suas fortunas, escrevendo por ela no gabinete, orando na tribuna, padecendo nos cárceres, gemendo em voluntário exílio, pelejando, mas cantando-a sempre em seus versos.

Já por aquela época estava composto o célebre poemeto o *Retrato de Vénus*, que tanta bulha fez depois; mas somente foi impresso no seguinte ano de 1821. Alguns versos mais livres e algumas frases tocadas do filosofismo, que nesse tempo era tão moda, trouxeram sobre o primeiro opúsculo do jovem escritor uma perseguição quase ridícula, se se atender à venialidade da ofensa e, ainda mais, à curta idade do ofensor. Instituiu-se porém um processo regular: foi acusado em

Coimbra perante o júri; e julgada matéria a processo, o indiciado réu, que já então concluíra a sua formatura, e se achava em Lisboa, para aqui avocou a causa, que defendeu pessoalmente perante o tribunal. Foi o primeiro e mais solene acto do júri para a liberdade da imprensa na capital. Juntou-se uma concorrência imensa: e o poeta artista, que tanto se elevava para cantar a sublimidade dos pincéis de Rafael e do cinzel de Miguel Ângelo, soube remontar-se como orador à mais alta esfera, talvez: o seu estilo, a sua voz, o seu gesto, a facilidade e poder da sua jovem eloquência, deixaram nos ânimos de todo o auditório uma impressão profundíssima.

Houve nesta sessão uma anedota digna da história. O imortal Correia da Serra, o amigo de Lafayette, de Gregoire, e de quanto havia de ilustrações liberais e literárias no mundo; o bom velho Correia da Serra, dizemos, então de volta ao seu país, onde veio morrer, estava sentado no banco dos jurados: a gravidade da sua situação não o podia conter de aplaudir o poeta orador, de sorte que apenas este havia acabado de falar, rompe o venerável ancião toda a solenidade do acto, desce da bancada, e vem aos abraços ao que ainda era réu, e a quem ali em pleno tribunal beijou e abençoou como esperanças da honra e glória da tribuna portuguesa. Vivem ainda muitas testemunhas deste facto.

Foi absolvido completamente o poeta e o poema.

Não podemos analisar aqui uma composição, posto que verde, animada contudo de um grande talento, e abraçando em seu objecto quanto as artes têm de mais sublime, e a poesia de mais elevado.

Notaremos porém que desde seus primeiros anos e ensaios o jovem poeta mostrava a tendência para reunir o profundo espiritualismo do pensamento com a expressão das formas plásticas; união que o famoso Goethe (a quem o nosso autor seguramente não conhecia então) proclamava como a perfeição da poesia, e que hoje é o cunho mais especial e brilhante das composições do autor de *Camões*, de *D. Branca*, de *Gil Vicente*, de *Alfageme*, e de *Fr. Luís de Sousa*.

Havendo-se formado em leis em 1822, e não podendo seguir, como desejava, a carreira da magistratura judiciária, por não ter a idade (25 anos) que a lei das cortes exigia, entrou para a secretaria de estado, enquanto não era empregado na diplomacia, como lhe prometeram alguns dos ministros, seus amigos pessoais. Estabeleceu-se em Lisboa; mas nem as suas novas obrigações, nem as distrações

da capital, puderam impedi-lo de se ocupar de literatura. Empreendendo alguns amigos seus representar em um teatro de sociedade, encarregou-se o Sr. Garrett de fazer uma tragédia. Começou um a compor, e os outros a ensaiar acto por acto¹²; e saiu o *Catão*, já quatro vezes impresso; duas em Lisboa, uma em Londres, e outra no Rio de Janeiro: tão popular se fez logo, e assim tem permanecido, esta composição, que foi, como depois veremos, a precursora da regeneração do nosso teatro.

Entrado no serviço público, como acima dissemos, foi nomeado official ordinário da secretaria d'estado dos negócios do reino, e chefe da repartição d'instrução pública, que pela primeira vez teve em Portugal um centro de direcção e inspecção especial. Na prática dos negócios, e no trabalho assíduo de tão importante repartição foi amadurecendo com a experiência um talento naturalmente elevado, e que, aliás, correria o perigo de se desmandar pelas belezas quiméricas do ideal, que fascina, e muitas vezes torna para sempre inúteis os mais subidos engenhos. Estas circunstâncias, juntas a suas maneiras polidas, e a um verdadeiro entusiasmo pela causa da liberdade, granjearam-lhe a estima e consideração dos mais distintos caracteres da época.

No fim do ano de 1822 faleceu Fernandes Thomaz, perda que todos os liberais lamentaram como uma verdadeira calamidade pública; e certamente o era. A Sociedade Patriótica, em que então se achava alistado tudo quanto havia de notável e distinto no partido constitucional, resolveu fazer uma sessão solene em honra do falecido: e o elogio fúnebre foi encarregado ao Sr. Garrett. O talento natural de orador, que já tinha mostrado na célebre sessão do júri, aqui se desenvolveu por outro modo, e em mui diverso género de eloquência. Um imenso e escolhido auditório aplaudiu com lágrimas: foi um triunfo verdadeiramente popular.

Entretanto avizinhou-se o termo do curto período constitucional: muitos dos partidários deste sistema, não querendo transigir com a nova ordem de coisas, foram procurar a países estrangeiros a liberdade para suas opiniões, que em Portugal fora banida. Deste número foi o nosso jovem literato, que no próprio dia

¹² Vide prólogo do *Catão*.

em que el-rei D. João VI saiu para Vila Franca, abandonou o seu emprego, e pouco depois a pátria, partindo para Inglaterra.

Chegou a Londres pelo meio do Verão do ano de 1823: e o desejo de aprofundar o estudo da língua, das leis, e da literatura inglesa, o levaram a viver no campo. No belo condado de Warwick residiu até quase ao fim do Inverno seguinte, estudando, e escrevendo¹³. Sabemos, pelo ouvir da própria boca do autor, que neste pacífico retiro começou a delinear, e a coligir os materiais de duas notáveis obras, que talvez seriam, se chegasse a acabá-las, os seus mais distintos títulos literários. Uma delas já em parte é conhecida pela publicação do 1.º tomo (que veio a imprimir-se em Londres em 1829) do *Tratado da Educação*. A outra era um poema de um género caprichoso entre o Orlando de Ariosto e o D. João de Lord Byron; e o seu título e acção principal era o *Magriço e os doze de Inglaterra*; mas, excêntrico e indeterminado na sua esfera, abraçava todas as coisas antigas e modernas, e ora filosofava austeramente sobre os desvarios deste mundo, ora se ria com eles; umas vezes se remontava às mais sublimes regiões da poesia do coração ou do espírito; outras descia a seus mais humildes vales a colher uma flor singela, a apanhar talvez às bordas do ribeiro a pedrinha, que só era curiosa ou extravagante. Este poema, de que por intervalos sabemos que o autor se andou ocupando até ao ano de 1832 (nove anos da sua vida), em que tinha consignado as impressões de suas variadas viagens, e que era finalmente uma rica e imensa colecção de variadíssimos estilos poéticos, veio a perecer, com muitos outros trabalhos literários e científicos do autor, na entrada da barra do Porto com a perda de um navio, que no fim desse ano (1832) vinha dos Açores, e aí meteram a pique as baterias inimigas. Grandes fragmentos daquele poema foram vistos por muitas pessoas de quem ouvimos estas informações. É uma verdadeira perda para a literatura portuguesa, que dos vinte e tantos cantos, que já estavam compostos, e que levavam o herói até às portas da estacada de Smithfield em Londres (onde se pretende, que fora o combate dos doze), é pena, dizemos, que não possa salvar alguns a reminiscência do autor. Mas temos-lhe ouvido protestar, que nunca mais poderia achar-se nas diversas disposições de ânimo, em que estivera ao compor aqueles variados cantos. Lamentamos, que assim seja.

¹³ Vide Prólogo do *Camões*, edição de 1839.

Chegada porém a Primavera do ano de 1824, extintos os ténues recursos com que até ali fora vivendo, e não lhe sofrendo o ânimo estar a depender da generosidade de amigos, posto que muitos achou, e mui valiosos, naquela terra hospitaleira, diligenciou procurar trabalho que, ainda que mais repugnante aos seus hábitos e inclinações, lhe segurasse contudo honesto meio de viver independente. Um bom e verdadeiro amigo, o Sr. Freire Marreco de Londres, lhe alcançou emprego em França na célebre casa de Laffitte, para onde partiu logo a ocupar-se da vasta correspondência portuguesa e brasileira daquela casa.

Estabeleceu-se no Havre em uma pequena casa fora da cidade, e ali passou, dando os dias ao seu trabalho de escritório, e as noites às suas recreações literárias, até quase ao fim do ano seguinte, sem que a presunção de cavalheiro, ou a vaidade de homem de letras, o fizessem descontente com tamanha mudança de fortuna.

Foi aqui, junto às margens do Sena, e neste humilde retiro, que compôs o poema *D. Branca*, e a maior parte do *Camões*, ambos os quais se imprimiram pouco depois em Paris; e aqui principiou também a belíssima tragédia *O Infante Santo*, que veio a completar-se no ano de 1827 em Lisboa, mas não chegou a imprimir-se, e foi perecer com o *Magriço*, nas águas do Douro.

Do *Camões* não precisamos dizer coisa alguma: todo Portugal o conhece. A primeira edição de Paris extinguiu-se nesse mesmo ano. No Brasil fizeram-se edições subreptícias dele. A novíssima edição de Lisboa de 1839, também logo desapareceu¹⁴. Vários jornais literários, assim portugueses como estrangeiros, têm examinado esta obra; e nós para eles remetemos os leitores. Mr. Kinsey no *Portugal Ilustrado*, Southey, e vários outros ingleses, franceses, alemães, e castelhanos, lhe têm feito os maiores elogios.

Este poema, e mais ainda talvez o de *D. Branca*, proclamaram, e começaram a nossa regeneração literária; nacionalizaram e popularizaram a poesia, que antes deles era, quase se pode dizer, somente grega, romana, francesa, ou italiana, tudo menos portuguesa; e encaminharam os nossos autores a

Vestigia groeca desirere...

Et celebrare domestica facta.

¹⁴ Os Srs. Bertrand estão fazendo outra edição actualmente na Imprensa Nacional de Lisboa.

(Horatio)

Da sua publicação data e procede tudo quanto hoje se está fazendo para ilustrar a nossa história, os nossos usos, as coisas da nossa terra. Não nos julgamos habilitados nem competentes para qualificar o mérito literário destas duas composições; mas não receamos dizer com afoiteza, que elas prestaram aquele grande serviço.

D. Branca foi publicada com este título – *Romance – obra póstuma de F. E.* Muitos leitores superficiais a tiveram por obra de Filinto Elísio, nome poético do Pe. Francisco Manoel do Nascimento, a que aquelas iniciais correspondiam. É contudo visível, que foi um inocente disfarce do autor, talvez para lançar poeira nos olhos aos dignos representantes de *Fr. Soeiro* e de *Mestre Gilvaz* para que lhe não perseguissem a *D. Branca*, como já lhe tinham perseguido o *Retrato de Vénus*.

Veio o ano de 1826, notável pelo falecimento de dois príncipes, que nas duas extremidades da Europa abalaram o mundo, quando caíram no jazigo de seus antepassados: ambos imperadores, um, que havia exercido o maior e mais forte poder da terra, era o imperador Alexandre: o outro, a quem deram esse título quase por escárnio nos últimos e impotentes dias da sua vida, era D. João VI. A importante crise europeia, que estes dois sucessos visivelmente traziam, deu tema ao Sr. Garrett para o seu primeiro escrito político de verdadeira transcendência, em que aparecem claramente a cabeça do homem d'estado, e a pena do publicista. Imprimiu-se com o título de *Europa e América* em um jornal, que então se publicava em Londres denominado o *Popular*. Depois refundiu-a o autor nos primeiros capítulos da sua obra – *Portugal na Balança da Europa*, impressa em Londres em 1830.

Empreendendo Mr. Aillaud, livreiro em Paris, publicar uma crestomatia dos nossos melhores poetas, foi o Sr. Garrett encarregado de a dirigir, e para ela escreveu aquela breve, concisa, mas profundamente pensada memória, que vem no 1.º volume da referida colecção, a que deram o título de *Parnaso Lusitano*. A memória é um bosquejo da história da nossa literatura, e principalmente da nossa poesia; rápido, desenhado a grandes traços, mas verdadeiros e naturais, e animados pelo colorido de um estilo fluido e elegante. Talvez seja deficiente na parte, que respeita às origens primitivas da língua e da poesia popular: porém o

autor não tinha, nem podia ter naquela idade, em país estrangeiro, sem livros nem auxílios alguns, os meios necessários para preencher as faltas, que ali se acham: contudo, desde o século XVI o quadro é completo e perfeito, apesar de suas estreitas dimensões.

No prólogo da *Adozinda*, impressa em Londres em 1828, protestou o Sr. Garrett contra os defeitos daquela colecção, em cujos cinco volumes declarou, que não vinha a ter mais parte, que essa bela memória de que falámos, porque outras mãos lhe alteraram e destruíram tudo o que ele tinha feito. E é certo, que ainda não estava impresso o 1.º tomo do *Parnaso Lusitano*, quando chegou à Europa a carta constitucional do Sr. D. Pedro IV, que libertou o partido liberal, e restituiu à pátria os foragidos. Neste número, e dos primeiros, voltou, já amadurecido pela experiência, pelo estudo, e pela infelicidade, que é grande mestra, o nosso jovem poeta, que agora se ia dar todo aos mais sérios e menos agradáveis cuidados das coisas públicas.

Empreendeu, apenas chegado a Portugal, a publicação de um jornal, que, se não foi o melhor, foi seguramente o mais popular, que se tem escrito entre nós: o *Português* obteve logo duas mil e tantas assinaturas, e era citado como a mais importante autoridade constitucional do país.

O *Cronista*, semanário de literatura e política, que pouco depois apareceu à luz também foi principalmente redigido pela infatigável pena do nosso autor.

A *Carta de Guia para Eleitores*, opúsculo publicado por ocasião das eleições, cheio de moderação, gravidade, e prudência política, foi outro escrito, que lhe granjeou muita reputação naquela época.

Não era de esperar, que tão poderoso antagonista do absolutismo deixasse de ser alvo do ódio desse partido, que exerceu sua vingança já por meio de violentas diatribes, dirigidas pelos principais escritores realistas, já por meio de rigorosas perseguições. Depois de fazer três meses em um cárcere, foi restituído à liberdade, para o que concorreram não pouco os Srs. ex-ministro Guerreiro, e desembargador Palha, segundo temos ouvido da própria boca do Sr. Garrett.

Após estes sucessos vieram outros de maior transcendência: os sabidos acontecimentos de Fevereiro de 1828, transtornando a ordem de coisas estabelecidas, constrangeram a uma nova expatriação muitos dos parciais da liberdade portuguesa. O Sr. Garrett foi dos primeiros, que saiu a foz do Tejo em

demanda de Londres, onde chegou, ao tempo que o Sr. duque de Palmela acabava de partir para a cidade do Porto na malograda expedição do Belfast. Dispunha-se logo para ir em auxílio dos seus correligionários políticos, mas a rapidez dos sucessos, fazendo abafar prontamente o grito de liberdade, levantado no Porto, dispensou esta viagem.

(Continua).

V. 3 (1843-1844), p. 307-312

BIOGRAFIA

O Conselheiro J. B. de Almeida Garrett

(continuada de páginas 298)

É geralmente sabido como logo se formaram na emigração diversos partidos, que encarniadamente se gladiaram, e que tristemente fizeram gemer as imprensas da Inglaterra, da França, e da Bélgica. O Sr. Garrett soube conservar-se alheio a esses ódios, que dividiram seus compatriotas. Chamado pelo Sr. duque de Palmela a trabalhar na embaixada de Londres, onde serviu muito tempo, voltava nas horas de seu descanso à cultura das letras, e aos trabalhos de arte e de ciência.

Nos fins desse ano de 1828 apareceu a *Adozinda*, romance poético de suma novidade, e originalidade, e que é talvez a coisa mais estremadamente portuguesa, isto é, toda e em tudo nossa, que desde os *Lusíadas* até agora se tem composto. Pela primeira vez um literato nosso fez caso e deu importância aos romances e xácaras populares, chamando a atenção de nacionais e estrangeiros para este interessante objecto. Parte desse volume foi logo traduzido em inglês, e festejado como uma descoberta¹⁵.

No ano de 1829 imprimiu, em Londres também, a engraçada colecção de poemetos avulsos, que tem por título – *Lírica de João Mínimo*, designação fantástica, que tomou, para prender essa publicação a uma espécie de introdução aventureira e romanesca, que faz lembrar as de – Jededias Cheishbotam – em Sir Walter Scott.

¹⁵ Vide *Romanceiro e Cancioneiro Geral*, Lisboa 1843; *Foreign Quarterly Review*, Londres 1832.

Mlle. Pauline Flauguerge traduziu em Francês algumas peças desta colecção, que publicou no seu elegante livrinho intitulado *Au bord du Tage*, Paris 1841.

Nesse mesmo ano de 1829 apareceu o primeiro volume do *Tratado de Educação*. Esta obra, filha de longos estudos e profundas meditações, escrita em um estilo, que todos admiram, devia constar de três volumes. Sabemos que estavam escritos os outros dois, e que igualmente se afundaram no Douro na ocasião do cerco. Sabemos também, que o autor tem reproduzido o seu trabalho perdido, refundindo-o por novo método e forma, e que virá a ficar obra muito mais perfeita do que nos promete esse mesmo primeiro volume, apesar de suas conhecidas excelências.

A primeira vitória dos constitucionais depois dos sucessos de 1828, a acção da Vila da Praia, foi celebrada por uma canção, que o Sr. Garrett publicou também nesse mesmo ano em Londres, e que no parecer de alguns é a sua melhor composição poética. Tem por título: *A Lealdade em triunfo, ou a Vitória da Terceira*.

O ano seguinte foi talvez mais produtivo ainda para a literatura nacional. O *Catão*, essa juvenil composição do nosso autor, merecia ser reconsiderada em anos mais maduros, e quando já as inspirações do poeta estivessem esclarecidas pela experiência do homem, e do cidadão. Felizmente assim o entendeu o Sr. Garrett, recompondo e corrigindo de novo por tal modo a sua obra, que na edição, que dela deu neste ano de 1830 em Londres, publicou o mais completo e mais perfeito poema dramático da língua portuguesa. A severidade do assunto, a solenidade do estilo, a grandeza das paixões e dos affectos não têm, talvez, modelo em outra língua senão for em Alfieri; todavia, é muito diferente nos modos e carácter geral da poesia.

Chegava ao seu meio este memorável ano de 1830, quando a crise do mês de Julho veio abalar povos e indivíduos. Não houve ânimo liberal, que se não exaltasse com o prospecto de esperanças, que lhe abria a revolução de França, naquele mês. A moderação, contudo, a prudência, a generosidade, eram a ordem do dia do partido popular, que por toda a parte parecia triunfante. Neste espírito está escrito um notável livro, que então publicou o nosso autor, e a que já aludimos, no qual a política e a história reciprocamente se ilustram, e se comentam: o *Portugal na balança da Europa*, impresso em Londres por este tempo, é uma obra, que, se

fora escrita em outra língua mais vulgar e conhecida no mundo, teria dado brado nele, e bastaria para fazer a reputação de um escritor.

Os acontecimentos, que trouxeram à Europa o imortal Duque de Bragança, mudaram inteiramente a sorte dos emigrados portugueses. Este príncipe resolveu ir pôr-se à frente dos defensores da Terceira, e dar começo à restauração da liberdade em Portugal. Em Fevereiro de 1832 partiu de Belle-Isle a expedição destinada a tão alta empresa. O Sr. Garrett embarcou na corveta Juno, com praça em um batalhão de caçadores, e depois de uma longa e tormentosa passagem, desembarcou com o seu batalhão na Terceira em fins de Março daquele ano.

Dissolvido o batalhão em que se alistara, passou para o corpo académico, em que permaneceu até ao fim da campanha. Enquanto o Regente se conservou na Terceira, trabalhou ele constantemente no gabinete do Sr. José Xavier Mouzinho da Silveira, então ministro d'estado.

Voltando por meio de tão extraordinárias circunstâncias ao seio de sua família, de que estava separado havia 10 anos, mal pode gozar o sossego e doçura da casa paterna. No fim de dois meses, achando-se o governo na ilha de S. Miguel, foi ali chamado o Sr. Garrett para trabalhar na confecção de algumas medidas legislativas; e ali compilou e redigiu o decreto de 16 de Maio, que, apesar de suas grandes imperfeições, é talvez a lei orgânica administrativa menos incompleta, que temos.

Concluídos aqueles trabalhos voltou ao seu corpo académico, com o qual, e como simples soldado, embarcou para Portugal, sendo constrangido a deixar em S. Miguel os seus papéis, fruto de estudos e vigílias de muitos anos, pois que lhe não permitiram levar mais que o bornal e mochila de soldado. Em último resultado todo esse seu querido pecúlio foi, como já dissemos, para o fundo do mar, no inverno seguinte junto da foz do Douro.

As praias do Mindelo viram desembarcar de espingarda ao ombro e de mochila às costas o autor de tantas obras já conhecidas no mundo literário; viram-no participar da pequena ração de bacalhau e bolacha, que se distribuiu pela tarde aos soldados: e seus companheiros d'armas o viram alegre, e cheio de esperanças, marchar a pé toda a noite, e até às 3 horas do dia seguinte, em que entrou no Porto a guarda da rectaguarda do exército, que fora confiada ao corpo académico.

Poucos dias depois da sua chegada àquela cidade, foi encarregado de organizar a secretaria d'estado do reino, que dirigiu muito tempo. Estava esta repartição, e a dos negócios estrangeiros, em que também muitas vezes trabalhou, colocada na própria casa em que residia o Imperador, a quem por essa ocasião tratou de perto, recebendo dele muitas provas de consideração e estima. Pessoalmente lhe encarregou aquele príncipe a reorganização da ordem da Torre Espada; trabalho que muito agradou ao Imperador, principalmente o preâmbulo do alvará, que realmente é obra de primor.

Nos fins de Setembro desse ano quis o governo enviar às ilhas o Sr. Garrett com uma comissão, porém não chegou a partir, pois que pediu e obteve a sua exoneração. Porém passados dois meses, quando os apuros da situação obrigaram o Regente a mandar a Londres em missão extraordinária os Srs. duque de Palmela, e Mouzinho d'Albuquerque, foi nomeado o Sr. Garrett secretário dela, e nesta qualidade chegou à capital da Grã-Bretanha.

De Londres passou a Paris, onde então se achava o Sr. duque de Palmela, e em companhia do qual contava tornar para o Porto; o que não teve efeito, ou pela repentina partida deste ilustre diplomata, ou por alguma outra razão de conveniência pública.

No entanto a fortuna, que com tamanho rigor tinha experimentado os heróicos sitiados do Porto, cedeu a um último e desesperado esforço, que eles se resolveram a fazer na expedição ao Algarve. Um mês depois da partida da sua pequena armada, Lisboa entoava entusiasmados vivas à liberdade.

Com esta súbita e grande nova foi possível ao Sr. Garrett alcançar os meios necessários de satisfazer aos seus empenhos, e voltar a Portugal. Assim o fez imediatamente, e entrando em Lisboa durante o cerco, foi apresentar-se ao seu corpo, onde contudo não chegou a fazer serviço militar, porque pelo ministro do reino lhe foi dado o grande encargo da reforma geral dos estudos, sendo nomeado vogal e secretário de uma comissão, que para esse importantíssimo negócio se criou.

Como quem se tinha dado longamente àquelas matérias, não lhe foi difícil apresentar logo à comissão um projecto de lei completo em todas as suas partes, que ela discutiu com o maior escrúpulo, e afinal adoptou depois de alguns meses. Porém, a doença do Imperador, os outros cuidados do governo, os diversos

interesses, que as reformas feream sempre, e que fortemente se agitaram, não permitiram, que o novo plano de instrução e educação pública fosse sancionado. Ficou o projecto na secretaria de estado, e, ao que parece, aí tem servido para dele se copiarem, aos pedaços e sem a unidade do sistema com que fora concebido, todos esses planos de reforma, que sucessivamente se tem adoptado.

Nos últimos dias de Junho de 1834 partiu o Sr. Garrett para Bruxelas, na qualidade de encarregado de negócios de S. M. F. junto d'el-rei Leopoldo. Nos primeiros dias de Julho estava na capital do novo reino da Bélgica, aonde, pelo pouco trabalho oficial, que tinha a satisfazer, facilmente pôde dar-se a adquirir, o que há muito desejava, o conhecimento da língua e da literatura alemã, que até então não pudera cultivar.

O ardor com que se deu a este estudo, fez que em breve pudesse ousar acometer as maiores dificuldades dele, lendo, a par de Herder, e de Schiller, as mais difíceis composições de Goethe. E o gosto, que tomou, principalmente por este último escritor, influiu de tal sorte nas suas opiniões literárias, no seu estilo, em tudo o que se pode chamar – o género e modo de escrever de um autor – que as suas composições posteriores têm todas um cunho diferente, ao menos em nossa opinião, um carácter de maior transcendência e profundidade, pensamento mais vigoroso, estilo mais próprio e feito, mais verdadeiramente original.

Não chegou a estar dois anos encarregado de negócios em Bruxelas, sendo transferido na qualidade de ministro residente para a Dinamarca. Receoso do clima não aceitou o aumento de categoria e ordenado, que lhe dava aquela transferência; e tendo recebido d'el-rei Leopoldo a condecoração de oficial da sua ordem, voltou para Portugal, e se reduziu à vida privada, recusando também a nomeação, que o governo lhe oferecia, sendo ministro o Sr. marquês de Loulé, de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário para o Rio de Janeiro, e depois, no segundo ministério, a do cargo de governador civil para um dos principais distritos do reino.

Não é este o lugar próprio de examinar se foi justa ou injusta a ideia, que então formou o Sr. Garrett dos homens e das coisas, que predominavam no país; narrando somente os factos, diremos que, entre os dois partidos liberais, que veio achar litigando na arena constitucional, ele optou pelo da opposição. Solicitado pouco depois pelos seus inimigos políticos condescendeu em dirigir o novo jornal,

que a oposição tratava de publicar, e que tomou por título = *O Português Constitucional*. = O primeiro número apareceu no princípio de Julho de 1836: passado pouco mais de dois meses sucedeu a revolução de 9 de Setembro; acontecimento que o fez resolver a renunciar absolutamente à direcção daquele periódico. Posteriormente foi-lhe oferecida uma pasta em um ministério composto de amigos seus particulares, a qual recusou, bem como na reorganização da ordem judiciária recusou o lugar de conselheiro no Supremo Tribunal de Justiça, e o de presidente do Tribunal Superior de Comércio, que sucessivamente lhe foram oferecidos. Aceitou porém o de vogal deste.

Não se aproveitando da influência e amizade, que tinha com os ministros, para se engrandecer, soube contudo servir-se delas em um negócio, que lhe faz honra, e que foi de honra para a nação. A rogos seus concedeu S. Majestade ao cavalheiro João Adamson, o autor das Memórias de Camões, e a Roberto Southey, o autor da história do Brasil, a condecoração da Torre Espada; e a de Cristo ao barão de Reifemberg, ilustre sábio alemão, que defendera a causa da Rainha e da liberdade portuguesa no tempo da emigração, e a Mr. Quetellet, membro do Instituto de França, director do observatório de Bruxelas, e célebre na Europa pelos seus escritos morais e científicos. Nos diplomas enviados a estes quatro principais da república literária ia exarado o próprio facto, de que a concessão se fizera por solicitação e pedido de seu amigo o Sr. Garrett.

Convocando-se as cortes constituintes, foi eleito deputado pelo Minho, província de sua naturalidade, e pelos Açores, sua segunda e adoptiva pátria. E aqui começa uma nova e brilhante era na vida pública do Sr. Garrett. O ilustre poeta mostrou em breve, na tribuna de S. Bento, que o divino dom da eloquência, com que a natureza o dotara, tinha sido cultivado e enriquecido por vastos e profundos estudos. Os seus discursos sobre o projecto da constituição, sobre a organização da segunda câmara, sobre o ultramar, e muitos outros, que fora longo referir, o acreditaram como orador consumado. Na força do estilo; na viveza das imagens; na facilidade com que habilmente passa do grave ao sublime, da argumentação lógica e pausada à ironia sarcástica, e às mais animadas prosopopeias; na riqueza da linguagem; na propriedade verdadeiramente admirável dos termos; e sobretudo, na difícil qualidade de ser sempre claro sem

descer à vulgaridade; sempre elevado sem affectação; o Sr. Garrett não tem rival entre os nossos oradores.

Concluída e jurada a constituição, dissolvidas as cortes, e organizado o ministério, a que presidiu o Sr. visconde de Sá, foi o Sr. Garrett incumbido logo de duas das mais espinhosas e difíceis tarefas, que aquele gabinete tinha a tratar: a da reforma administrativa, e a dos negócios de Roma, que pela primeira vez se ia encetar.

Todavia, no meio destas tão graves occupações de homem d'estado e de jurisconsulto, o ilustre poeta soube tirar alguns momentos para os dar com sumo proveito à glória da literatura nacional. Foi entre estes cuidados e trabalhos tão sérios, que nasceu o *Gil Vicente*, primeiro e verdadeiro restaurador do nosso teatro, que todo Portugal saudou como tal, e que fez as delícias e entusiasmo do público durante muitos meses, que continuamente esteve na cena.

Esta bela e delicada composição do *Gil Vicente*, que é um primor da língua portuguesa, e que mostrou à Europa, que nós também podíamos disputar com as outras nações no género dramático; esta obra, dizemos, tão exclusiva e puramente literária, teve sua origem política. Escolhido pelo governo em 1836 o autor do Catão para reformar e restaurar o teatro nacional, encarregou-se, não sem hesitar, desta árdua missão: e o seu relatório dirigido a S. Majestade sobre este assunto, em data de 26 de Novembro, é um daqueles raros documentos oficiais que também pertencem, como verdadeiras obras literárias, à literatura. Nomeado inspector geral dos teatros, occupou-se logo dos três pontos essenciaes, que em Portugal não existem há muitos séculos, se é que alguma vez existiram: uma casa para teatro nacional em Lisboa; uma escola para criar artistas; e a formação de um repertório português.

Quanto à primeira indicação, à força das diligências e trabalhos, a que deu o primeiro impulso, tem hoje o Sr. Garrett a satisfação, e o povo de Lisboa terá em breve o proveito, de a ver preenchida no belo monumento, que tão perto está de concluir-se na praça de D. Pedro. A segunda tem encontrado estorvos e dificuldades, que levariam longas páginas a referir, e que talvez, só depois de concluído e aberto o novo teatro, se possam vencer. A terceira, a mais importante, a mais difícil, arcou de face a face com ela o nosso ilustre poeta; e com o exemplo, com as lições, e com uma abnegação admirável de amor próprio, conseguiu fazer

aparecer um número considerável de jovens autores, que tanto prometem, e bastante têm já feito para a formação do reportório nacional.

Tal foi o pensamento do Sr. Garrett na organização do Conservatório: ligar estas três coisas, e fomentá-las simultaneamente: a edificação do teatro; a criação dos artistas; a cultura da literatura dramática. Para isso, ao pé das escolas, que já existiam na casa pia, e que fez transportar para o centro de Lisboa, criou uma espécie de academia de género novo, composta dos professores e artistas, de homens de letras, de homens influentes, de tudo o que lhe pareceu, que mais ou menos podia concorrer para o fim proposto. Ligou esta instituição com a inspecção dos teatros; entregou-lhe a censura dramática, que até então andava por mãos leigas, e quando menos iliteratas; instituiu prémios e concursos; e, renunciando a toda a glória e vaidade, pôs-se ele próprio a trabalhar na reputação alheia, revendo, dirigindo, e encaminhando os esforços de todos os que procuravam o seu auxílio.

Para dar a estes o primeiro exemplo, é que o Sr. Garrett, na primavera de 1838, compôs e fez representar o seu *Auto de Gil Vicente*. O exemplo foi poderoso e fértil: nem todas as plantas, que floresceram, puderam talvez sazonar os seus frutos; mas basta que alguns cheguem à maturidade para já termos ganho muito.

Com este mesmo intuito, e possuído de sentimentos generosos, o ilustre poeta solicitou e obteve da régia benevolência, que fossem concedidos testemunhos de distinção e apreço a alguns dos nossos mais distintos caracteres literários. O Sr. Alexandre Herculano, e o Sr. António Feliciano de Castilho receberam a insígnia da Torre e Espada; os Srs. Migone, Jordani, Epifânio, e outros artistas de esperanças, a ordem de Cristo. Destarte se viu pela primeira vez em Portugal premiado deste modo o mérito literário, e elevada a consideração dos artistas. E foi um poeta, um homem de letras, que deu o exemplo, e que desmentiu o proverbial ciúme da classe! Honra seja ao Sr. Garrett! É das mais nobres e mais belas obras de que tem a honrar-se. Fez um grande serviço à arte, à glória da Rainha, à reputação do país; mas a sua própria ganhou ainda mais.

A redacção dos decretos por que as insígnias são concedidas, extremamente lisonjeira para os agraciados, menciona positivamente, que a mercê fora feita a rogo do Sr. Garrett.

(continua)

V. 3 (1843-1844), p. 324-328

BIOGRAFIA

O Conselheiro J. B. de Almeida Garrett

(continuada de páginas 312)

Procedeu-se no fim do ano de 1838 a eleições gerais; e o Sr. Garrett teve assento na câmara dos deputados pela sua província dos Açores.

Nesta sessão de 1839 principalmente se ocupou do seu belo e profundo trabalho sobre a propriedade literária, apresentando e sustentando na discussão um projecto de lei, que é seguramente muito superior a todas as leis, que hoje regulam este género de propriedade em toda a parte. O relatório ou preâmbulo desta lei é obra de muito primor, quer por seu estilo, quer por seus pensamentos. Mandado imprimir pela câmara, bem depressa correu pela Europa, e em toda a parte, mas principalmente na pensadora Alemanha, recebeu os maiores elogios. Infelizmente, depois de largas interrupções na discussão, o projecto só foi aprovado pela câmara dos deputados no ano seguinte de 1840; e demorado na dos senadores por imperdoável descuido, agora, em consequência das alterações políticas, carece de voltar aos deputados para ser novamente aprovado, e poder então passar à câmara dos pares.

Fechada a câmara, concluiu a edição do 1.º volume das suas obras completas, que, debaixo de seus auspícios e direcção, empreendera a bem conhecida e respeitável casa de mercadores de livros dos Srs. Viúva Bertrand & Filhos. Contém aquele 1.º volume o poema *Camões*, muito aumentado, correcto, e ilustrado de notas de grande merecimento literário.

O princípio do seguinte ano viu aparecer o 2.º volume da mesma colecção, contendo a terceira edição portuguesa do *Catão*, também muito mais correcta e aditada por muitas notas históricas e morais.

Abriu-se em 1840 a câmara com outro novo gabinete, o de 26 de Novembro, contra o qual toda a esquerda estava em grande excitação. O programa do ministério captou porém os votos do centro. Além disto, a pessoal amizade de um dos ministros, o Sr. Rodrigo da Fonseca Magalhães, ligava também o ilustre orador

do centro: não era ainda ministerial, mas as suas inclinações e simpatias visivelmente pendiam todas para o banco dos ministros. Algumas provocações da esquerda acabaram de o abalar. Na discussão da resposta ao discurso da coroa, e redarguindo ao mais veemente orador da oposição, pronunciou o seu famoso discurso, que obteve a designação de *Porto Pireu* pela felicidade com que voltou para os seus contrários a sabida anedota do doido ateniense. É este, sem questão, o mais vigoroso e eloquente discurso, que até hoje tem sido pronunciado na tribuna portuguesa: tem períodos, que não envergonhariam a Demóstenes ou a Cícero; imagens, estilos, e conceitos, que os primeiros oradores da França e da Inglaterra folgariam de tomar por seus. A muitas pessoas de diversos partidos, que assistiram àquela memorável sessão, temos ouvido asseverar, que no espaço de duas horas, que durou o discurso, a câmara toda estava como arrebatada, e sentia dominada a sua atenção por um poder sobrenatural.

Daí a pouco foram dissolvidas as cortes, e se mandou proceder a nova eleição. Neste intervalo o novo cronista-mor do Reino, não querendo possuir em título vão e inútil, abriu o seu curso de leituras sobre história portuguesa. A solenidade da abertura, coisa inteiramente nova em Portugal, foi um verdadeiro triunfo público: a corte, o corpo diplomático, o ministério, as academias, ambas as câmaras do parlamento, os tribunais, todos ali concorreram em grande maioria, que mal cabia na imensa sala da escola do Carmo; muitas senhoras a ornavam. A expectativa era grande, mas foi satisfeita. Em um discurso de quase duas horas, e que a assembleia escutou com atenção, e interesse sempre crescente, o Sr. Garrett, depois de manifestar o motivo e fins do discurso, que ia abrir, desenvolveu o plano dele, e já com reflexões profundas, já com brilhantes pensamentos, excitou sempre a atenção, e muitas vezes o entusiasmo daquele escolhido auditório. Apenas concluiu, uma explosão de aplauso e admiração retumbou na sala, e, naquele momento, ao menos, a inveja ou a dissidência dos partidos não achou voz no meio da aprovação geral.

Nessa mesma noite se apurara na municipalidade de Lisboa a votação do distrito pelo qual foi eleito o Sr. Garrett para a nova câmara dos deputados com grande maioria. A mesma escolha fizeram os distritos de Viana do Minho, e dos Açores. Mas enquanto se não abria a câmara, o cronista-mor continuava o seu curso de leituras, frequentadas sempre por um grande e escolhido auditório.

No meio destes trabalhos, e apesar deles, ocupava-se o incansável literato das tarefas mais ligeiras, mas não menos honrosas para o país, nem menos proveitosas para a literatura. Para os exercícios públicos dos alunos da escola de declamação do Conservatório compôs um pequeno drama, que eles representaram na presença de Suas Majestades, em um festejo que se dignaram aceitar como aniversário do nome de S. M. El-Rei. *D. Filipa de Vilhena*, armando seus filhos para a gloriosa revolução de 1640, é um dos mais belos episódios da história portuguesa; mas não parecia poder dar assunto para um drama. O autor soube porém construir sobre este facto tão simples uma acção dramática simples também, mas de muito vivo interesse. A qualidade dos actores, e o circunscrito do tempo, que devia levar o espectáculo (porque na mesma noite tinham de dar também as suas provas as escolas de música e de dança do mesmo Conservatório) impediu certamente, que este pequeno drama em três actos tivesse todo o desenvolvimento, que podia dar-lhe.

Aberta a nova câmara no verão de 1840, continuou o Sr. Garrett a tomar assídua parte na discussão das reformas administrativas, que principalmente ocuparam aquela sessão, e nas quais, como relator da comissão de administração pública, desenvolveu seus profundos conhecimentos naquele ramo de jurisprudência.

Por este tempo lhe foi encarregada uma difícil e laboriosa comissão, cujo objecto desde 1822 tinha sido encetado muitas vezes por diversas pessoas, mas nunca pudera concluir-se. O governo dos Estados Unidos desejava e solicitava há muito concluir connosco um tratado de navegação e comércio. Instado nas câmaras pelos membros mais influentes de ambos os lados, o governo resolveu entabular as negociações, e o Sr. Garrett foi nomeado plenipotenciário de S. M. para este fim.

Pouco partidista dos tratados de privilégios e favores, que, na sua opinião, têm sido a morte do país, e a ruína da indústria, sem nenhuma grande vantagem sólida para a agricultura e comércio, entendeu contudo, que um tratado sobre bases gerais de sincera reciprocidade feito com aquela potência, que dificilmente poderá nunca influir na nossa política, nem exercer sobre nós nenhuma preponderância opressiva, podia servir de alguma coisa, e principalmente concorrer muito para fixar os princípios de direito comercial internacional, que tão

transtornados têm sido sempre nas nossa relações com os países estrangeiros. Com este intuito aceitou pois a honrosa missão, e a desempenhou com aprovação completa do governo, e das cortes, que sancionaram o seu trabalho.

A sessão parlamentar de 1841 abriu-se com a célebre questão denominada *das injustas exigências d'Espanha*. As demoras e dificuldades em se terminar o regulamento para a navegação do Douro entre as duas nações, deu causa, ou pretexto, àquelas injustas exigências do gabinete de Madrid, cujo tom ameaçador obrigou o nosso a fazer preparativos de resistência armada. Por esta ocasião o Sr. Garrett, tendo para si que o ministério não podia satisfazer a sua missão, deixou de lhe prestar o seu apoio, e quando no meado desse ano se recompôs o gabinete, passou para os bancos da oposição, onde tem permanecido desde então. Não somos nós seus juízes, nem queremos dar opinião alguma política sobre o procedimento deste ou de qualquer outro dos nossos abalizados caracteres públicos, que pertencem à nação como homens, que a ilustram, mas cujas ligações de partidos talvez interessem pouco à mesma nação. Como literato, como homem da arte, como professor da língua, e como cidadão zeloso da glória do país, é que nós consideramos aqui o Sr. Garrett, não podendo, contudo, deixar de referir aqueles factos políticos, que necessária e intimamente estão ligados com a vida e escritos de um autor, que, a par de homem de letras, tem sido também sempre homem público.

Em Julho deste ano de 1841 teve lugar a discussão sobre a lei da décima, e por ocasião dela, em desagravo de algumas expressões menos consideradas do então ministro da Fazenda, prorrompeu o ofendido orador naquele discurso de memorável veemência, em que, decerto, ele excedeu os termos da moderação, e que politicamente não é talvez um modelo, mas considerado como obra literária é sem dúvida a oração moderna, que mais faz lembrar as declamações clássicas da velha Atenas, e que em muitos dos seus períodos recorda os turbilhões de Demóstenes contra Ésquines.

No dia seguinte foi demitido da presidência do Conservatório, da inspecção geral dos teatros, e do ofício honorífico de cronista-mor do Reino. Parece não fez grande impressão este acto do governo no ânimo do nosso autor, porque nesse mesmo tempo se ocupava ele tranquila e agradavelmente nos seus cuidados literários. A sua obra literária mais fortemente concebida, de mais poderoso e rico

estilo, a que parece feita com o ânimo mais repousado e tranquilo, o *Alfageme de Santarém*, foi composto nesta época, e ao mesmo tempo que dirigia a impressão do 3.º volume das suas obras, volume precioso, que contém o *Auto de Gil Vicente*, a *Mélope*, e dois originalíssimos prefácios, que servem de introdução àquelas duas peças dramáticas, e que estão escritos com uma graça e vivacidade de estilo inteiramente novas em nossa língua.

O *Alfageme de Santarém ou a Espada do Condestável*, drama em cinco actos, é um grande quadro histórico, que o próprio autor nos descreve como *pintando a face da sociedade em um dos grandes cataclismos políticos por que ela tem passado em Portugal*. Em torno da célebre anedota da espada de Nun'Álvares Pereira, e da profecia do Alfageme (barbeiro ou cutileiro) de Santarém, o poeta reuniu toda a história da guerra civil e reacção popular, que pôs no trono o Mestre d'Avis. Não fazemos a análise desta peça, que seria superior às nossas forças, mas diremos o que é um sentimento nosso: que três figuras como a do tribuno popular, o Alfageme, a do cura de aldeia, Froilão Dias, e a da bela e jovem Alda, não as vimos iguais em quadro algum, ou pelo menos não fizeram em nós a impressão inexplicável, que este delicado grupo nos causou.

Representou-se no teatro da rua dos Condes em Março do ano seguinte e com grande apuro e perfeição nos *costumes* e muito aparato; mas a doença do actor, a imprópria e mal executada música dos coros diminuíram muito a grandeza do efeito dramático. Felizmente o drama foi elegantemente impresso logo, e correu por todo o reino. É um dos mais puros monumentos da língua.

Estavam já adiantados os ensaios do *Alfageme* quando rebentou no Porto a revolução de 27 de Janeiro de 1842. Procedendo-se pouco depois a novas eleições, foi o Sr. Garrett eleito deputado por Lisboa, e tomou assento na câmara com os poucos deputados, que ali foram representar a opposição.

A morte do seu colega e amigo íntimo, o conselheiro Vieira de Castro, que profundamente o afligiu, porque desde a universidade se conheciam e estimavam com sincera e cordial amizade, deu motivo a uma nova e bela composição de sua infatigável pena no elogio histórico daquele cavalheiro, a qual neste mesmo ano se imprimiu. Pondo de parte o que são considerações políticas, e que a diferente posição dos partidos forçosamente há-de avaliar de um modo diverso, este elogio é um rico modelo de estilo, e linguagem, de sentimento e gravidade.

A sessão parlamentar deste ano não tinha chegado ainda ao ponto de interesse, que depois tomou, quando um golpe dado acidentalmente em uma perna reteve o ilustre deputado desde os princípios de Março até ao fim de Abril em forçada reclusão. A literatura ganhou com este ócio involuntário. *Frei Luís de Sousa*, o mais perfeito e mais original drama, que hoje conta o nosso teatro foi composto neste intervalo. Antes de ser conhecido pela imprensa, um grande número de pessoas tiveram a satisfação de o admirar na leitura, que o autor dele fez em sessão plena do Conservatório, e na representação, que depois teve no teatro particular da quinta do Pinheiro.

Quando apresentou o seu drama ao Conservatório Real, leu uma memória sobre os princípios e teorias literárias, que adoptara naquela composição. É um verdadeiro prólogo de Victor Hugo, uma nova obra gerada ao pé da outra.

No fim daquela memória nos anuncia, que, terminando ou suspendendo os seus trabalhos de literatura propriamente dita, vai dar-se todo a uma tarefa longa, e de há muito preparada, que ele declara ser hoje o objecto e principal cuidado da sua vida. Esta grande empresa é a história da revolução de Portugal desde 1820 até ao presente; obra em que sabemos, que por vezes tem trabalhado largos espaços, para a qual tem juntado materiais, e cujo acabamento e publicação agora considera quase como um ponto de honra, a que tem de satisfazer, e para a qual tem applicadas toda a energia e todas as forças do seu espírito.

Fazemos votos, e todos os portugueses os devem fazer, para que a vida e a saúde do ilustre literato lhe deixem rematar este grande monumento da sua e da nossa glória.

Nos fins do ano passado (1843) imprimiu-se o 4.^o volume das suas obras, que é uma espécie de introdução à preciosa colecção de xácaras e trovas populares, que tem juntado e corrigido com admirável paciência e trabalho, e que já formam um volumoso romanceiro. Cada uma das peças desta rica colecção é acompanhada de observações literárias e históricas, formando um todo, que será de grande ilustração para a história, não só da literatura peninsular, mas da de todas as nações modernas. É esta outra obra do nosso autor, que muito desejáramos ver já na posse do público pela imprensa.

Pouco há publicou-se o 5.^o volume das suas obras, que contém *Frei Luís de Sousa*, esse formoso drama de que acima falámos, enriquecido de notas do autor, e do juízo crítico sobre esta produção pelo Sr. L. A. Rebelo da Silva.

Temos dado um esboço rápido da biografia de uma das maiores notabilidades desta época, extraída principalmente das suas mesmas obras, dos seus discursos impressos, das actas dos corpos legislativos ou científicos, a que tem pertencido, de documentos autênticos, que nos foram comunicados, de gerais e inquestionáveis testemunhas de notoriedade pública, outros havidos de amizade íntima, mas imparciais, Para um contemporâneo não julgamos ser permitido passar além. Só a posteridade é que pode instituir verdadeiramente o processo, e julgar definitiva e imparcialmente os homens, que se apresentam na sumidade de uma nação.

—Então, senhor Montaigne, que commetteis infidelidade para com a nossa antiga amizade a favor deste joven recém-chegado, disponde-vos para regressar depressa de Ferrara, e partir logo depois para Hispanha; porque tenciono enviar a el-rei de Hispanha, Filippe 3.º, um magnifico coche com sete cavallos napolitanos, e Rubens será tambem o encarregado desta missão. Bem vedes, que se deste modo o desvio por algum tempo dos seus trabalhos de pintor, não é sómente com a intenção de lhe dar uma honra tam esteril, como esta de conduzir presentes. Não, por minha alma, não é esse o meu intento. Porém, preciso ter junto d'el-rei de Hispanha, e de seu ministro, o duque de Lerma, um amigo experto, sagaz, habil, em fim, que desvança as desfavoraveis prevenções, que os meus inimigos contra mim espalharam n'aquella corte: e comtudo não quero dar uma justificação indigna da minha jerarchia e do meu caracter. Não acho pessoa, que me pareça mais propria para desempenhar esta missão, que o nosso charo Pedro Paulo; portanto venho pedir-lhe, que, como um signal de amizade, queira encarregar-se deste negocio, que estou bem certo elle ha de desempenhar com honra e gloria.»

Pode-se julgar qual seria o jubilo de Rubens, vendo que o principe de Mantua o encarregava de uma missão, que os mais pode-

rosos fidalgos da corte teriam invejado para si, e que mostrava a grande confiança, que Vicente de Gonzaga depositava nelle; e Vicente de Gonzaga era, d'entre todos os principes de Italia, o mais habil nos negocios. E na verdade, a escolha, que fez de Rubens para esta missão, era uma nova prova da sua habilitade. O principe intendeu, que nenhuma pessoa podia servir melhor a sua causa junto d'el-rei de Hispanha, que um mancebo, que por sua bella prezença logo á primeira vista cativava todos os corações; cuja eloquencia era sem igual, e cujas maneiras não podiam ser mais polidas, nem mais engraçadas. Nelle não havia coisa, que denunciase o diplomatico. Leal, incapaz de mentir, devia servir aquelle, que o enviava, com todo o fogo da convicção; e por consequente certo estava o bom exito da cauza.

Oito dias depois, Rubens, tendo sido antes recebido em audiencia solemne e publica pelo principe de Mantua, partiu para Ferrara em uma magnifica carrossa, que lhe dera Vicente de Gonzaga, e grande acompanhamento de criados, vestidos com a libré de principe.

Montaigne foi em companhia de Rubens, e ambos chegaram a Ferrara com grande pompa, onde eram esperados pelo principe Afonso, que mandou ao seu encontro um official de sua caza para os receber, e saudar.

(Continúa).

BIOGRAPHIA.

O conselheiro I. B. de Almeida Garrett.



Sr. João Baptista (da Silva Leitão) de Almeida Garrett, deputado da nação portugueza, do conselho de Sua Magestade, fidalgo cavalleiro da caza real, ex-chronista mór do reino, bacharel formado em Leis pela universidade de Coimbra, cavalleiro da antiga e muito nobre ordem da Torre e Espada do Valor Lealdade e

Merito, commendador da ordem de Christo, e official da de Leopoldo na Belgica, juiz do tribunal superior de commercio, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de Sua Magestade, ex-inspector geral dos theatros, socio de varias academias nacionaes e estrangeiras, nasceu na cidade do Porto a 4 de Fevereiro de 1802. Seu pai, Antonio Bernardo da Silva

JORNAL DAS BELAS-ARTES

Vol. I, N.º 1 (1843), p. 1-2

INTRODUÇÃO

A poesia que se revela nos sons, que se formula nas palavras, que se expressa nos diversos modos de arte em que o *Belo*, o *Ideal*, se reflecte sem auxílio imediato da plástica, foi sempre, hoje é mais do que nunca, popular entre nós.

Os Lusíadas fizeram sempre as delícias e a glória de Portugal: desde a mais singela melopeia das nossas cantigas nacionais, até às mais difíceis e sublimes combinações da música moderna, todas têm sido apreciadas, gostadas com entusiasmo, pelos portugueses.

Não podemos dizer o mesmo das artes plásticas, daquelas em que o pensamento divino se revela todo e se expressa, unicamente, nas formas ou nas cores.

E contudo essas artes foram cultivadas entre nós com muita glória. Os nomes de Grão-Vasco, de Cláudio Coelho, dos dois Vieiras, de Sequeira; a Batalha, Belém, Tomar e Mafra são documentos de que em Portugal, sempre se prezaram também as artes do desenho.

Mas, força é confessá-lo, o seu culto nunca foi verdadeiramente popular: aquele gosto geral, aquela inteligência comum que nacionalizam as artes entre um povo, não se difundiu nunca bastante, para que a opinião do país soubesse glorificar-se nos monumentos que o ilustram, nem castigar com justa censura e desprezo a barbaridade dos vergonhosos solecismos d'arte com que o têm desonrado!

Difundir os bons princípios, vulgarizar o conhecimento dos bons exemplos, vir em auxílio da sublime e patriótica ideia que organizou a Academia das Belas-Artes de Lisboa e os outros Institutos conexos, ilustrar as nossas glórias artísticas, esclarecer a opinião em todos estes pontos tão importantes, foi pois o pensamento

que reuniu a Associação d'artistas e homens de letras que empreendeu a presente publicação.

O *Jornal das Belas-Artes* vai reproduzir pela gravura, ou pela litografia, todos os quadros dos nossos mestres, a par das produções de outras escolas que se acham nos repositórios públicos, ou nas colecções particulares, que, pela generosa concessão que de muitos já temos, contamos que por todos nos será feita.

Os exemplares de escultura, os modelos de arquitectura, já no todo, já em suas partes ou incidentes mais notáveis, serão publicados do mesmo modo.

Medalhas, moedas, e quaisquer outros objectos que só possam considerar-se documentos para a história da arte, aqui acharão também seu lugar.

Posto que seja nossa principal ocupação fazer inventário ilustrado das riquezas que temos, o *Jornal das Belas-Artes* não seria contudo completo, se, na sua galeria, não desse lugar competente àquelas obras-primas dos grandes mestres, que são, para assim dizer, os livros sagrados da religião da arte, que pertencem a todas as nações, e que de todos devem ser conhecidas.

Reproduzirá pois também os grandes monumentos da arte antiga e moderna que enriquecem outros países.

Cada um dos quadros, estátuas, relevos ou edifícios que se publicarem, será acompanhado da história do monumento, da sua análise e apreciação.

A biografia dos artistas mais distintos, e principalmente dos nacionais, acompanhará também esta exposição.

Não se permitirá de modo algum que o empenho de agradar, e de *fazer efeito*, altere o rigor histórico com os enfeites do romance ou da poesia, que a natureza de tais assuntos tão naturalmente parece estar provocando. Resistir-se-á ao exemplo tão comum, e à sedução tão tentadora das belezas poéticas que desses desvios têm resultado. – Será história só o que se der por história.

Mas não renunciámos, por nós nem pela arte, às vantagens que ela pode tirar de tão poderoso auxílio. Assim como as artes plásticas tantas vezes têm sido chamadas a ilustrar a poesia das palavras e dos sons, tantas vezes a tem auxiliado, se tem inspirado por elas ou as tem inspirado a elas – assim também as pode e deve ilustrar com suas composições, no que pagará uma ampla dívida, em proveito comum de todas.

Se o escultor grego pode fazer palpável a ideia do Júpiter ou das Graças de Homero; se muito mais alto ainda, Miguel Ângelo e Rafael, beberam na poesia santa dos livros inspirados as formas e expressão do seu Moisés, da sua Transfiguração; se os hexâmetros de Virgílio, se os hendecassílabos de Camões, se os menos medidos, mas não menos pitorescos períodos de tanto historiador e romancista, puderam passar para a tela e para o mármore, dando e recebendo esplendor e graça; – por que não pode a poesia das artes plásticas, por que não há-de aceitar daquelas outras o mesmo favor e auxílio que já lhes deu?

Acompanhar-se-á muitas vezes o quadro, o relevo, a estátua antiga ou moderna, de uma tentativa de ilustrações pedida à poesia dos versos ou à poesia do romance. E estamos certos que, se a inspiração for verdadeira, havemos de merecer a gratidão dos leitores.

No estado a que o progresso das artes tem levado os divertimentos cénicos, eles são hoje não só a província do poeta e do músico, mas do pintor, do arquitecto, do próprio arqueologista. A instrução, o gosto, a inteligência das artes do desenho, pode ser difundida, rectificada, ou pervertida e estragada também, pelo teatro.

Neste ponto de vista o drama declamado ou cantado, a arte cénica toda, entra nos limites do presente trabalho: e as decorações, os trajes, as atitudes e expressão dos actores, serão consideradas como coisas d'arte, que será necessário ilustrar ou julgar.

Para complemento indispensável de um jornal de Belas-Artes, este dará também notícia de todas as ocorrências, descobrimentos, ou novas produções que interessarem à arte, e que são a sua história contemporânea.

Começa o primeiro volume desta publicação com o belo quadro da Epifania de Grão-Vasco. Este nome terá de reproduzir-se muitas vezes em um jornal português de Belas-Artes. Não se segue porém que por isso se queira dar como decidida a grande questão cujo processo nem ainda bem instruído está.

Grão-Vasco poderá não ser o autor de todos esses quadros que a posteridade lançou à sua conta – bem como talvez não foi Homero quem compôs todas as rapsódias da Ilíada e da Odisseia. Disputarão os críticos; e nós instaremos, a tempo e com lealdade, na lice.

A demanda porém das sete cidades não pode interromper o culto que, de tantas gerações, se está dando – mas que não seja senão a um *mito*.

VOL. I, N.º 1 (1843), P. 55-66

EXPOSIÇÃO DA ACADEMIA DAS BELAS-ARTES DE LISBOA

- 1843 -

São passados seis meses desde que a Academia das Belas-Artes de Lisboa ofereceu ao público a sua segunda exposição. Criada nos últimos dias de 1836, apenas se podia dizer organizada no ano seguinte; e justamente foi contado o primeiro triénio no de quarenta em que se fez a primeira exposição.

Vimos agora bem tarde invocar as reminiscências dos nossos leitores para fazer as observações de que o título e o fim deste jornal nos não dispensa. Obstáculos insuperáveis nos obrigaram a cometer tão tarde dificuldades agora mais crescidas e talvez invencíveis. E nem o auxílio da gravura nos pode acudir senão em parte mui pequena do trabalho, porque apenas e com os maiores esforços de todo o género, conseguimos fazer acompanhar a prosa destas notas, que assim tão tarde e tão à pressa escrevemos, do transunto de dois trabalhos de pintura e dois de escultura, d'entre todos os que ornaram esta exposição do ano findo.

DESENHO HISTÓRICO

Sigamos, neste como passeio artístico que vamos dar pelas salas da Academia, a mesma ordem que ela seguiu no seu indicador, o pequeno folheto distribuído naquela ocasião e de cujo método não trataremos agora. Entremos pois na aula do chamado desenho histórico de que é professor proprietário o Sr. Joaquim Rafael; e saudando, como devemos, os três lindos esbocetos cujos assuntos são a Morte de Santa Teresa, a Assunção de Nossa Senhora, e a Ascensão de Cristo, que, segundo a opinião dos entendidos, parecem pertencer aos fins do século passado e caracterizarem-se da maneira bem conhecida do nosso Vieira Portuense; – contemplando os dois baixos-relevos em cera, dignamente executados pelos desenhos de Sequeira; deixemos, a quem tiver a fortuna de o

poder admirar, o resto do inexplicável e acumulado tropel de produtos d'arte reunidos na espécie de troféu elevado no meio daquela aula, que nos não sentimos com ânimo de examinar.

O quadro a óleo, da invenção e execução do Sr. professor substituto C. A. de Andrade, foi visivelmente inspirado pelo *Gabinete histórico*, obra bem conhecida que o folheto cita a pág. 16 e 17.

Os trabalhos dos alunos desta aula, se exceptuarmos os que foram premiados, não indicam tão rápidos progressos como era de desejar: na aula dos gessos porém observa-se bastante correcção, devida certamente aos exercícios sobre modelo vivo que tão utilmente se têm seguido pelos verdadeiros métodos adoptados nas escolas de Itália.

PINTURA HISTÓRICA

TRANSFIGURAÇÃO DE RAFAEL

Na aula de pintura histórica, regida pelo Sr. A. M. da Fonseca, toda a atenção e todos os sentidos se vão invencivelmente para a maior e mais sublime composição da mão do homem, o grande quadro da *Transfiguração* de Rafael, que ali está em frente, e posto que já reflectido em cópia de cópia, é ainda a Transfiguração, é ainda de Rafael.

Foi executada esta cópia pelos artistas agregados os Srs. G. L.M. Rato e J. M. Franco no demasiadamente curto espaço de seis meses, sobre outra cópia que tirara em Roma do original o Sr. Fonseca.

É difícil para o observador e perigoso para os artistas tirar os olhos de tamanho prodígio para os empregar imediatamente nos ensaios dos jovens pintores que concorreram a prémio, e que, rodeados de tantos quadros de Vasco, de Miguel Ângelo e de vários outros, que parecem estar fazendo o cortejo àqueles primeiros mestres de toda a pintura, assim se apresentam na menos vantajosa situação que era possível dar-lhes.

PRÉMIOS EM PINTURA HISTÓRICA

CRIAÇÃO DO HOMEM – VOLTA DO FILHO PRÓDIGO

A *Criação do Homem*, assunto dado pela Academia para o concurso ao primeiro prémio, a medalha d'ouro, aparece tratado por quatro alunos, o Sr. Fonseca júnior, J. A. Marques, J. P. de Sousa, e F. A. Metrass. Os concorrentes

tiveram somente seis meses para trabalhar; o assunto é, artística e poeticamente, o mais difícil que pode imaginar-se; e, diremos com o devido respeito aos Srs. da Academia, que nos parece por isso mesmo impróprio: pois que tais concepções são apenas para as ter, apenas e rara vez para as executar, nos mais escolhidos e inspirados momentos da sua vida, os maiores génios, os mais hábeis professores. São assuntos que é preciso ser Milton ou Rafael, Klopstock ou Miguel Ângelo para sair deles sem desaire, e ainda a favor de um verdadeiro milagre: que é milagre autêntico, e indisputável para a mais cega impiedade, o transcender assim o homem às mais elevadas regiões do Ideal, do incrédo, do eterno. Pareceu-nos que o quadro do Sr. Fonseca júnior, na execução em geral e nos grupos d'anjos, merecia o primeiro lugar que lhe foi adjudicado; mas que a ideia do Sr. Marques lhe era tão superior, quanto é inferior a execução. No quadro do Sr. Sousa louvamos sem escrúpulo as roupas de Deus Padre; no do Sr. Metrass a figura d'Adão é a melhor de todos os quatro concorrentes.

As esquisas a óleo, feitas d'improviso em três horas, em gabinete fechado, para prova complementar do mesmo concurso, foram executadas sobre um tema extraído por sorte pelos discípulos concorrentes: *A volta do filho pródigo*. Nestas distingue-se inquestionavelmente a do Sr. Fonseca júnior, que entendeu melhor o assunto, e mais convenientemente agrupou as duas figuras.

Para que os leitores avaliem o progresso dos nossos alunos, e gozem, como nós, de ver florescer tão boas esperanças para a Arte portuguesa, damos aqui, em gravura de madeira, a cópia deste improviso que tem palmo e meio de largo e palmo e meio de comprido.

Ao segundo prémio a medalha de prata concorreram os alunos os Srs. J. J. Novais, T. J. da Anunciação, J. P. Monteiro, V. J. Correia. Assuntos e estátua d'Antínoo pintada a óleo e a claro-escuro, do modelo em grande; e a cópia do quadro *Ancilla-domini*, que a Academia denomina "Senhora da Graça" atribuído a Rafael.¹

Obteve o prémio o Sr. Novais.

Além destas produções, temos aqui mais três pequenos esboços a óleo da invenção e execução do Sr. J. G. da Silva Rato que representam a *Anunciação*, o *Presépio* e a *Epifania*. São no estilo dos improvisos de Sequeira.

¹ Veja-se sobre este original o que fica escrito na pág. 39 do número antecedente. (nota de A. G.)

Temos também do Sr. G. L. M. Rato três cópias de Guido, entre as quais se distingue a de *S. Francisco recebendo as chagas*, um *S. Pedro* e um *S. Paulo* de Cavalucci.

Há vários outros estudos de desenho e pintura por diversos alunos daquela aula.

RETRATOS E QUADROS DE GÉNERO PELO SR. ROQUEMONT

Nesta mesma sala vários artistas estranhos à Academia expuseram também os seus trabalhos.

Os quatro retratos pelo Sr. Roquemont, admiráveis de semelhança, sobressaíam pela correcção do desenho, vigor do colorido, e franqueza do pincel. Notaram-lhe alguma dureza, e pouca transparência de tinta. Os dos Srs. Barão de Sarmiento e Marquês de Viana verdadeiramente pareciam falar.

Mas há-de ser difícil exceder a frescura, a graça e natural com que estão pintados os dois pequenos quadros de *género* do mesmo autor representando um *O pároco d'aldeia pedindo o folar*, e o outro *A volta da ronda da freguesia*². Ambos são de *costumes* portugueses, e estão admiravelmente repassados de poesia e singela graça popular que até agora tão pouco estudada e tratada tem sido pelos nossos artistas, – não mais que pelos nossos escritores. No primeiro nota-se, além disto, o belo efeito d'óptica, um colorido vigoroso, e grande partido de claro-escuro. A composição do segundo é também de grande mérito.

Entremos enfim no gabinete do Sr. Fonseca.

OBRAS DO PROFESSOR DE PINTURA HISTÓRICA O SR. A. M. DA FONSECA

ENEIAS SALVANDO ANQUISES

Há muito que o pincel português se não afoitava às alturas da epopeia. Enfim a tuba de Calíope soou nos ouvidos do Sr. Fonseca; e ele não ousou menos do que competir com Virgílio: Virgílio o correcto e elegante Virgílio, a eterna desesperação dos românticos, o Heitor – digo pouco – o paladino da Ilion clássica, onde não entrará o fraudulento cavalo de seus inimigos, enquanto ele existir, porque não há nem haverá Aquiles na moderna escola que possam e valham contra ele.

² *Ronda* chamam na província do Minho a uma espécie de procissão. (nota de A. G.)

Muito se tem escrito e discorrido sobre qual é o mais belo dos seis primeiros inimitáveis livros da Eneida. Eu dou sem hesitar a preferência ao segundo. Ali, naquele último dia de Tróia, está a conclusão, o remate feito por mão de mestre, da mais mestra obra de poesia que ainda foi feita, a Ilíada. quem quiser avaliar bem, gostar com toda a delícia o segundo livro de Virgílio, leia primeiro a Ilíada; e do último verso

Ωε οiΥ αυφιεπον ταφον Εχτοξοε ιπποδαμοια

passa sem interrupção ao

Infandum, regina, jubes renovare dolorem.

Pois a este admirável livro II, a este mais sublime de tudo o que nos deixou a poesia antiga, ao meio d'esta Tróia a arder, ao som dos lamentos de Hécuba, dos últimos clamores de Príamo, entre Policena que vai ao sacrifício e Cassandra que já não profetiza – àquele pasmoso tumulto e confusão de sangue e de fogo, de lágrimas, de maldições e de *infandas* dores – é que o Sr. Fonseca foi buscar o assunto do seu quadro...

Conticuere omnes

Como no banquete de Cartago, calámos todos, e calámos os sentidos todos para ver, com os olhos só, o que desde a infância nos entra, pelos ouvidos repassados das lamentosas e terríveis melodias de Virgílio, a vir morar n'alma para sempre e a consubstanciar-se aí com o sentimento de toda a arte, de toda a beleza, parte integrante da nossa vida de espírito.

Dos primeiros amigos de nossa infância, dos que mais lindas e mais interessantes histórias nos contaram, Virgílio é sempre o mais lembrado. Recordemos porém as suas palavras, e sirvamo-nos, já que a bondade do ilustre literato o consente, da melhor versão portuguesa que cuido se fez, a do Sr. Barata-Feio que nos é comunicada ainda inédita e de que portanto teremos o gosto da dar aqui aos nossos leitores a primeira amostra.

O assunto do quadro do Sr. Fonseca, tirado, como dissemos do II livro de Virgílio, é Eneas fugindo com o pai Anquises aos ombros.

Eis aqui os belíssimos versos latinos do original, e os não menos belos versos portugueses da versão do Sr. Barata-Feio.

Descendo, ac, ducente Deo, flammam inter hostes

Expedior: dant tela locum, flammaeque recedunt.
Atque, ubi jam patriae perventum ad limna sedis,
Antiquasque domos, genitor, quem tollere in altos
Optabam primum montes, primumque petebam,
Abnegat excisa vitam producere Troja,
Exiliumque pati. Vos o, quibus integer aevi
Sanguis, ait, solidaeque suo stant robore vires,
Vos agitate fugam.
Me si coelicolae voluissent ducere vitam,
Has mihi servassent sedes. Satis una superque
Vidimus excidia, et captae superavimus urbi.
Sic o, sic positum adfati discedite corpus.
Ipse manu mortem inveniam. Miserebitur hostis,
Exuviasque petet. Facilis jactura sepulcri.
Jam pridem invisus Divis, et inutilis, annos
Demoror, ex quo me Divum pater atque hominum rex
Fulminis adflavit ventis, et contigit igni.
Taliam perstabat memorans, fixusque manebat.
Nos contra, effusi lacrymis, conjusque Creusa,
Ascaniusque, omnisque domus, ne vertere secum
Cuncta pater, fatoque urgenti incumbere vellet.
Abnegat, inceptoque et sedibus haeret in isdem.
Rursus in arma feror, mortemque miserrimus opto.
Nam quod consilium aut quae jam fortuna dabatur?
Mene efferre pedem, genitor, te posse relicto
Sperasti? tantumque nefas patrio excidit ore?
Si nihil ex tanta Superis placet urbe relinqui,
Et sedet hoc animo, perituraeque addere Trojae
Teque tuosque juvat: patet isti janua leto:
Uamque aderit multo Priami de sanguine Pyrribus,
Natum ante ora patris, patrem qui obtruncat ad aras.
Hoc erat, alma parens, quod me per tela, per ignes
Eripis, ut mediis hostem in penetralibus, utque

Ascanium, patremque meum, juxtaque Creusam,
Alterum in alterius mactatos sanguine cernam?
Arma, viri, ferte arma: vocat lux ultima victos.
Reddite me Danais: sinite instaurata revisam
Praelia: nunquam omnes hodie moriemur inulti.
Hinc ferro adcingor rursus, clipeoque sinistram
Insertabam aptans, meque extra tecta ferebam.
Ecce autem complexa pedes in limine conjux
Haerebat, parvumque patri tendebat Iulum:
Si periturus abis, et nos rape en omnia tecum;
Sin aliquam expertus sumtis spem ponis in armis,
Hanc primum tutare domum. Cui parvus Iulus,
Cui pater, et conjux quodam tua dicta relinquer?
Taliam vociferans gemitu tectum omne replebat:
Quum subitum dictuque oritur mirabile monstrum.
Namque manus inter, maestorumque ora parentum,
Ecce levis summo de vertice visus Iuli
Fundet lumen apex, tactuque innoxia mollis
Lambere flamma comas, et circum tempora pasci.
Nos pavidi trepidare metu, crinemque flagrantem
Excutere, et sanctos restinguere fontibus ignes.
At pater Anchises, oculus ad sidera laetus
Extulit, et coelo palmas cum voce tetendit:
Iuppiter omnipotens, precibus si flecteris ullis,
Adspice nos, hoc tantum: et, si pietate meremur,
Da deinde auxilium, pater, atque haec omnia firma.
Vix ea fatus erat senior: subitoque fragore
Intonuit laevum, et de coelo lapsa per umbras
Stella facem ducens multa cum luce cucurrit.
Illam, summa super labentem culmina tecti,
Cernimus Idae claram se condere silva,
Signantemque vias; tum longo limite sulcus
Dat lucem, et late circum loca sulfure fomant.

Hic vero victus genitor se tollit ad auras,
Adfaturque Deos, et sanctum sidus adorat;
Jam jam nulla mora est; sequor, et, qua ducitis, adsum.
Di patrii, servate domum, servate nepotem!
Vestrum hoc augurium, vestroque in numine Troja est.
Cedo equidem; nec, nate, tibi comes ire recuso.
Dixerat ille; et jam per moenia clarior ignis
Auditur, propiusque aestus incendia volvunt.
Ergo age, care pater, cervici imponere nostrae:
Ipse subido humeris, nec me labor iste gravabit;
Quo res cumque cadent, unum et commune periculum,
Una salus ambobus erit. Mihi parvus Iulus
Sit comes, et longe servet vertigia conjux.
Vos, famuli, quae dicam, animis advertite vestris.
Est urbe egressis tumulus, templumque vetustum
Desertae Cereris, juxtaque antiqua cupressus,
Religione patrum multos servata per annos:
Hanc ex diverso sedem veniemus in unam.
Tu, genitor, cape sacra manu, patriosque Penates:
Me, bello e tanto digressum et caede recenti,
Adtrectare nefas; donec me flumine vivo
Abluero.
Haec fatus, latos humeros subjectaque colla
Veste super fulvique insternor pelle leonis,
Succedoque oneri. Dextrae se parvus Iulus
Implicuit, sequiturque patrem non passibus aequis.
Pone subit conjux. Ferimur per opaca locorum.
Et me, quem dudum non ulla injecta movebant
Tela, neque adverso glomerati ex agmine Graii,
Nunc omnes terrent aurae; sonus excitat omnis
Suspensum, et pariter comitique onerique timenten...

Desço, e seguindo o meu divino guia,

Rompo por entre chamas e inimigos:
E o passo chamas e armas me franqueiam.
Mas, quando enfim cheguei à pátria estância,
Meu pai, a quem primeiro procurava
E conduzir queria aos altos montes,
A vida a conservar, perdida a pátria,
E a sofrer o desterro, se recusa.
Vós (exclamou) em quem floresce a idade,
E em seu vigor estão o sangue e as forças,
Vós tratai de fugir. Se a minha vida
Quisessem prolongar os altos deuses,
Esta estância me houveram conservado.
Assaz, e mais que assaz é ter eu visto
Da cidade uma vez o extermínio,
E ao cativo seu sobrevivido.
Assim, assim aqui depositado
Oh! dai-me o extremo adeus, e retirai-vos!
Eu acharei por minhas mãos a morte:
Quando não, ma dará o inimigo
De compaixão movido, ou dos despojos:
Ficar sem sepultura pouco importa.
Longo tempo há que aos deuses odioso
De inútil existência o peso arrasto;
Desde que o pai e rei d'homens e numes
Co'o vento me soprou, lambeu co'a chama
Do seu raio. E, dizendo estas palavras,
Firme no seu propósito insistia.
Nós d'outro lado, em lágrimas desfeitos,
Eu e Creusa, Ascânio e toda a casa,
A meu pai suplicamos que não queira
Juntamente consigo perder tudo,
E unir-se contra nós co'o fado urgente.
Nega; e no mesmo intento inabalável,

Firme no mesmo posto permanece.
A desesperação de novo às armas
Me leva, e em tal desdita anelo a morte.
Pois que arbítrio ou fortuna me restava?
Que eu, deixando-te, um pé mover pudesse
Esperaste, meu pai? da tua boca
Tal blasfémia saiu? Se é teu desejo
Que duma tal cidade nada reste;
Se à ruína da pátria determinas
De acrescentar a tua e a nossa, à morte
Patente a porta está. Já, já não tarda,
De Príamo no sangue todo tinto,
Esse Pirro feroz, que aos pátrios olhos
O filho mata, e o pai junto aos altares.
Oh diva mãe! para isto me trouxeste
Por entre as armas e por entre as chamas
Para ver o inimigo em minha casa
Ver Ascânio e meu pai, depois Creusa
Um sobre o sangue do outro assassinados?
Armas! trouxe-me as armas, escudeiros!
Pelos vencidos chama a hora extrema.
Deixai que aos Danaos torne, que de novo
Se instaurem os combates. Neste dia
Não morreremos todos sem vingança.
Cinjo a espada outra vez, embaraço o escudo,
E ia a sair de casa, quando a esposa
Na porta se atravessa, os pés me abraça,
Ao pai o tenro lulo apresentando:
Se à morte corres, leva-nos contigo!
Mas se nas armas como experimentado,
Alguma confiança pões, primeiro
Esta casa defende. A quem entregues
Deixas o pai longo, o tenro filho,

E esta a quem já chamaste esposa tua?
Palavras tais vociferando, enchia
Com lamentos, com ais todo o aposento.
Quando estupendo, súbito prodígio
Se nos ofereceu. Pois entre os beijos
Dos consternados pais, e entre os abraços,
Eis que do sumo vértice foi visto
da cabeça de Iulo sair lume,
E com brando contacto a inócua chama
Lamber-lhe a coma, e circundar-lhe a fronte.
A toda a pressa pávidos corremos
A sacudir-lhe a incendiada coma,
E com água a apagar o santo fogo.
Mas, alegre, meu pai aos céus os olhos
Levanta, as mãos estende, e assim exclama:
Omnipotente Júpiter! se acaso
Podem algumas súplicas mover-te,
Põe teus olhos em nós: al não pedimos:
Mas, se a nossa piedade mais merece,
Dá-nos auxílio, ó pai, confirma o agouro!
Apenas proferido estas palavras
Tinha o ancião, com súbito estampido
À esquerda trovejou: do céu caindo
Uma estrela que após trazia um facho
Com muita luz, correu por entre as trevas.
Nós a vimos, depois de haver descido
‘Té ao cume do tecto, ir esconder-se,
Na Idea selva, o caminho assinalando.
Brilha o sulco depois por largo espaço:
Enche o sulfúrio fumo tudo em torno.
Vencido então meu pai, aos céus se volta,
Aos deuses fala, e adora a santa estrela:
Já não hesito mais, pronto vos sigo

Por onde me guiais: deuses da pátria,
Esta casa guardai, guardai meu neto!
Disse; e já no recinto da cidade
Se ouve mais claro o fogo, e de mais perto
Volve o incêndio as ondeantes labaredas.
Eia pois, caro pai, ao meu pescoço
Te abraça; levar-te-ei sobre meus ombros:
Nem um tal peso me será gravoso.
A nós ambos será comum o risco,
Comum a salvação em todo o transe.
Só Iulo a meu lado me acompanhe:
A esposa um pouco atrás meus passos siga.
Vós, fâmulos, olhai ao que vos digo!
Ao sair da cidade, uma colina
E antigo templo está que foi de Ceres,
E logo o antiquíssimo cipreste
Com suma religião há muitos anos
Pelos nossos maiores conservado:
Por diversos caminhos neste ponto
Nos iremos reunir. Tu nas mãos toma,
Pai, os deuses da pátria e as coisas sacras;
A mim, que venho de tão crua guerra
E recente matança, em sangue tinto,
Tocar-lhe com as minhas não é dado,
Enquanto em vivo arroio me não lave.
Isto dizendo, os ombros e o pescoço
Co'o manto, e dum Leão co'a fulva pele
Cubro, me inclino, e ao peso me submeto.
À destra se me apegas o tenro Iulo,
E a passos desiguais a seu pai segue:
Atrás de mim a esposa vem marchando.
Por lugares cobertos nos metemos:
E a mim, a quem nem dardos arrojados,

Nem cerradas colunas de inimigos
Na minha frente, há pouco punham medo,
Qualquer bulir de folha ora me aterra,
Me assusta qualquer som e me amedronta;
Temendo por quem levo sobre os ombros,
E por quem me acompanha...

Tal disse Virgílio, tal quis e deveu dizer o Sr. Fonseca.

Não pretendemos decidir se o conseguiu completamente, se foi mais feliz que tantos que já se tinham atrevido a tratar na tela este tão tentador e tão tremendo assunto. Diremos porém o de que temos plena consciência; e é, que a composição é bela na harmonia e contraposição das linhas; que o desenho é correcto, que o colorido é transparente e brilhante. As cabeças de Eneias e de Creusa são cheias de expressão e gentileza. O fundo pintado habilmente foi sacrificado para dar realce às figuras. Tudo está acabado com uma perfeição que desafia e não teme o exame mais escrupuloso.

Domenichino, no seu famoso quadro da fuga de Eneias, escolheu o momento em que Creusa entrega os penates a Anquises. Barrocci, em igual quadro, pinta a precipitada fuga destes últimos restos da real família de Tróia. O Sr. Fonseca escolheu exactamente a situação marcada aos derradeiros versos do trecho que deixo citado

Nunc omnes terrent aurae, sonus excitat omnis...

Creusa começa a ficar atrás: pressente-se que em breve desaparecerá, e em vão será chamada pelo desconsolado esposo.

Lê-se isto bem tudo no quadro do Sr. Fonseca, não há dúvida; mas lê-se a uma luz que não decerto a luz vermelha e afogueada do incêndio. Não; a luz que ilumina estas belas figuras é a do dia. – E poderemos nós, em favor dos efeitos d'arte, consentir no inocente anacronismo? Estava o pintor autorizado a acordar a Aurora mais cedo e a fazer-lhe abrir o céu com os *róseos dedos* para que a luz vermelha das labaredas lhe não arroxearse e escurecesse as suas figuras?

Nós dizemos que sim; e que muito feliz será o Sr. Fonseca se não houver nenhum outro pecado de que o absolver. Por nossa parte damos-lhe sinceros parabéns, e à sua Academia e à nossa terra toda, pela apresentação da obra mais

clássica e mais acabada que desde a morte de Sequeira ainda saiu da paleta portuguesa; e fazemos votos por que a honra da Real visita que recebeu não seja estéril para a arte e para o artista.

Este quadro tem 12 palmos de alto e 8 de largo. Temos o gosto de o apresentar neste número em estampa litográfica, com toda a fidelidade e belissimamente copiado pelo hábil litógrafo o Sr. P. A. Guglielmi, reduzido a tão pequenas dimensões sem auxílio de espelho nem de fotógrafo, ou outra qualquer máquina, com um apuradíssimo e aturado trabalho de mais de dois meses, em que venceu não só a dificuldade de dar às cabeças perfeita semelhança, admirável em ponto tão pequeno; mas até de as caracterizar com a expressão em que o original é tão eminente. Todas as figuras estão mui bem contornadas, e as belezas do colorido, quanto é possível, habilmente indicadas, e calculadas o mais aproximadamente as perdas e estragos que sempre sofrem os desenhos delicados na estampagem. Tal qual a vemos na pedra pensamos ser esta uma das obras-primas, senão a mais excelente, do lápis do Sr. Guglielmi.

A MORTE DE AFONSO D'ALBUQUERQUE

É uma hora antes de manhã. Afonso de Albuquerque, a mais longa espada e o mais largo coração que ainda saiu de Portugal – vai dar o último alento. É na câmara do galeão fundeado no porto de Goa, da Goa que ele conquistou com tantas grandezas e riqueza para o seu rei, e onde morreu quase pobre e mais que desprezado por aquele a quem tanto dera.

Estão-lhe lendo a paixão de Cristo, segundo ele pediu. O testamento que acaba de ditar está ali a um lado. Confessor, secretário, pajens, todos os assistentes choram aquela irreparável perda.

É de um mérito admirável a composição deste pequeno quadro. O partido de luz, a transparência das tintas são como em todas as pinturas do Sr. Fonseca, excelentes. O quadro é da Academia, e ela fez uma verdadeira aquisição. Desejamos-lhe muitos iguais, porque desejamos que saia de sua actual pobreza.

Fez-nos falta não ver nesta bela composição nada que lembrasse aquela última carta de eloquente singeleza em que Afonso d'Albuquerque se despede d'el-rei e lhe recomenda seu filho. – Ela foi escrita nestes últimos momentos que o pintor tão bem entendeu. – Não terá ele meio de no-la indicar por qualquer modo?

O quadro tem 1 palmo e 7 polegadas de altura, e 2 palmos e 6 polegadas de largura.

RETRATOS

Depois destes dois quadros, que atenção nos fica para dar aos retratos que vemos ao pé?

O pensamento do mais notável deles, o do próprio professor, é engenhoso, e a execução bela. O artista quis representar-se no acto de retratar sua esposa cuja cabeça se vê esboçada no segundo plano. É muito semelhante, optimamente modelada, pintado com força de colorido e a sua já proverbial transparência de tinta.

AULA DE PINTURA DE PAISAGEM

PÔR DO SOL. – RIBEIRAS DE TRANCOSO PELO SR. A. MONTEIRO

Menos severa mas não menos bela nos está chamando a pintura de paisagem, para nos dar um reflexo da natureza, nos singelos objectos que este meio de pintura candidamente representa.

Na aula de pintura de paisagem, de que é professor proprietário o Sr. A. Monteiro é dever que primeiro vejamos os seus dois quadros, um representando o *Pôr do sol* com alguns grupos de pastores reconduzindo os seus rebanhos; outro, as *Ribeiras de Trancoso*, onde se vê o gado pascendo em manhã deliciosa. Estes dois quadros brilham pela facilidade com que estão tratados, e por seu bonito colorido. Talvez se pudesse desejar observância mais exacta na perspectiva aérea.

QUADROS DO SR. J. FERREIRA DE FREITAS

Nos três quadros do Sr. J. Ferreira de Freitas, professor substituto da mesma aula as flores são pintadas com graça e naturalidade; mas o colorido geral como que semelha à pintura a fresco, género em que o Sr. Ferreira de Freitas tanto se distingue.

Seja dito de passagem que na primeira exposição da Academia em 1840, exhibiram estes dois artistas vários quadros cujo mérito foi geralmente avaliado como superior aos desta exposição. Seria, que então tratou cada um deles o género em que melhor sobressai?

Viam-se também muitos estudos dos discípulos desta aula, a óleo, aguarela e lápis, e mais quatro quadros de duas discípulas do Sr. A. Monteiro.

QUADROS DO SR. DUFOURCQ

Do outro lado estavam seis quadros do Sr. B. Dufourcq, artista estranho à Academia, os quais apresentavam grande fidelidade na cópia do natural, e certo carácter da escola francesa: o colorido não foi admirado.

Temos aqui também três estudos d'árvores de uma discípula do Sr. Dufourcq, que se distinguiam por alguns toques decisivos e pelo bem grupado da folhagem.

AULA DE DESENHO DE ARQUITECTURA CIVIL

PALÁCIO DA JUSTIÇA, DO SR. J. P. DA FONTE. – CASA DE CAMPO, DO SR. SEQUEIRA

Passemos à aula de desenho d'arquitectura civil, onde tivemos o gosto de ver mais algumas provas de que esta bela arte é realmente própria do nosso país, e aqui tem sempre tido aproveitada cultura. Oxalá que ela se esforçasse por conservar e reivindicar o inquestionável carácter próprio e originalmente nacional que em suas mais felizes épocas soube criar e devia manter como glória e timbre. Os tipos, os modelos, os estudos não faltam.

O Sr. J. P. da Fonte professor proprietário desta aula exibiu um projecto de sua invenção e execução para um *Palácio de justiça*, obra de grandiosa traça no estilo romano. Do mesmo havia também um projecto de monumento à memória do Sr. D. Pedro IV, destinado a erigir-se na cidade d'Angra do Heroísmo.

O Sr. J. C. Sequeira, professor substituto desta mesma aula, apresentou diversos trabalhos que provam sérios estudos e aturada aplicação à sua arte. Distinguia-se entre estes, um *Projecto de casa de campo*, no estilo que dizem misto, talvez mais exactamente, *Bávaro*. Não daremos este projecto por modelo de bom gosto em tudo; mas tem, por certo, rasgos de imaginação, elegância e magnificência. Os ornamentos, assim interiores como exteriores, foram imaginados e desenhados a capricho, sem que o artista seguisse ou imitasse nenhum original, nem se ajudasse d'outros meios além das regras e conveniências da sua arte.

PROJECTOS D'OUTROS PROFESSORES

Dois projectos de invenção e execução do Sr. M. J. de Sousa, académico de mérito, e architecto agregado à Academia. No que era destinado para um *Teatro nacional* há realmente muita coisa de mérito, e digna de louvor e elogio.

Do Sr. L. J. dos Santos Pereira, também académico de mérito e professor agregado, outro *Projecto para um teatro nacional*, e mais um projecto de monumento à memória do Sr. D. Pedro IV: ambos provam a habilidade do artista.

OBRAS DE ALUNOS

O que faz porém o maior elogio dos professores desta aula são os trabalhos dos alunos. O Sr. J. P. Monteiro premiado com a medalha d'ouro, apresentou um projecto para uma Academia de Belas-Artes de superior merecimento, e que faz conceber a melhor ideia do seu talento. O Sr. V. J. Correia outro concorrente condecorado com as honras do *accessit*, um projecto também para uma *Academia de Belas-Artes*, que muito recomenda a habilidade do seu autor, e lhe augura esperançoso futuro.

O Sr. A. P. Cardoso-Cáceres, outro aluno que mereceu o prémio da medalha de prata, apresentou várias cópias da melhor execução.

No gabinete particular do Sr. F. A. de Sousa, professor agregado desta aula, mostravam-se alguns projectos de monumentos a vários heróis portugueses, sem designação de nomes, nos quais, certamente se reconhecia fecundidade de ideias, com certo grandioso, e muito talento de invenção.

AULA DE GRAVURA GRAVURA HISTÓRICA

Não dão tão segura esperança as aulas de gravura histórica e de paisagem: os discípulos escasseiam-lhes, e a perícia dos que há, não pode medir-se com a dos alunos das outras aulas.

O Sr. D. J. da Silva, professor proprietário da aula de gravura histórica, gravou muito habilmente uma chapa com a vinheta que a Academia pretendeu pôr nos diplomas dos seus sócios, mas o desenho, que é obra de outro professor, não corresponde à execução. Ao contrário, na chapa gravada pelo Sr. F. T. d'Almeida,

artista agregado a esta aula, o desenho, cópia d'um quadro atribuído a Grão-Vasco, é muito superior à gravura.

Mais algumas gravuras das estampas destinadas a ilustrar o *Tratado de perspectiva e da Teoria das sombras*, compilados pelo Sr. J. da C. Sequeira; e outras do *Tratado das cinco ordens*, obra do mesmo professor: gravadas na maior parte pelo Sr. J. J. dos Santos.

GRAVURA DE PAISAGEM

Na aula de gravura de paisagem, algumas gravuras copiadas anunciavam a boa escola e direcção do Sr. Benjamim Conte, professor desta aula.

Infelizmente porém é o Sr. Conte o único professor que temos deste género, que tanto desejáramos ver mais cultivado.

AULA E LABORATÓRIO DE ESCULTURA

É preciso muito ânimo para entrar na porção do antigo claustro dos franciscanos, em cujas arcadas se puseram algumas vidraças para lhe chamar aula e laboratório d'escultura. Entremos porém. Neste húmido e insalubre lugar, em cima dos *mementos* ainda não apagados das sepulturas dos pobres frades, estão os nossos artistas cumprindo, por eles, o voto de pobreza, e fazendo penitência pelos antigos pecados d'arte desta nação que tanto tem delinquido contra ela. Com efeito lembra a quem tiver ido, por exemplo ao Passeio público, e observado aí os pecados mortais desses Tritões e Sereias que lá se foram pôr a scandalizar o mundo à sombra daquele *açucareiro-monstro* ou do que quer que é que está no meio do lago, que não sabemos bem – quem tiver visto as igrejas, palácios, estátuas, relevos, em que há quase um século a esta parte está blasfemando no lioz e no mármore por essas praças e ruas de Lisboa, – lembra, dizemos se Apolo e as nove Musas condenariam a geração d'artistas presentes a expiar nas catacumbas de S. Francisco os crimes que não são seus, mas que são da sua arte nesta terra. Se assim é, sejam-lhes remetidas as culpas pelo merecimento indubitável das boas obras que agora aqui vemos, a que dão segura esperança de que esta mais clássica e mais popular de todas as artes do desenho, a escultura, poderá vir enfim a regenerar-se no país.

JURAMENTO DE VIRIATO, PELO SR. CERQUEIRA

Já com o número antecedente deste jornal distribuimos uma cópia, em gravura a contorno, do excelente trabalho deste artista. O seu baixo-relevo moldado em gesso tem dois palmos e meio de altura e cinco de largura. O pensamento é inquestionavelmente o mesmo do quadro de igual assunto do nosso insigne pintor Vieira Portuense; mas a composição é mais desenvolvida, mais ampla a cena, maior o número das figuras, e mais variadas estas. O principal grupo de relevo é, assim como no quadro, formado pela figura de Viriato jurando, sobre o peito ferido duma donzela lusitana morta, vingança eterna contra os Romanos, e por outro lusitano que sustem o cadáver. Os outros grupos estão divididos e colocados com harmonia e formando perfeita unidade na cena representada. A figura de Viriato, que no relevo mostra mais idade, tem a devida expressão de sentimento e firmeza. O vale em que a história nos diz que foram feitas aquelas cruezas romanas pelo Pretor Galba, está com mais largueza no relevo que no quadro, sem que o fundo, contudo, embarace naquele o efeito das figuras, como era de rigorosa necessidade.

O Sr. Cerqueira mostrou-se digno de ser inspirado pelo grande génio cujo pensamento se não deve dizer que imitasse, mas com justiça se deve aplaudir de ter entendido e desenvolvido tão habilmente.

GRUPOS PELO SR. F. D'A. RODRIGUES

O que é seguramente uma criação que satisfaz ao poeta e ao artista, e que admirou o menos inteligente observador, é o grupo de Camões coroado pelo Génio da nação: esbocete modelado em barro, que o eminente professor decerto há-de aperfeiçoar ainda muito mais quando o consignar para a eternidade no mármore que o espera com impaciência.

Não falamos do grupo em gesso que representa a mesma ideia mas com muito menos poesia.

Ouvimos notar (e não estamos alheios de seguir esta opinião) que o poeta, para poder abraçar a lira antiga que ali o caracteriza, estaria melhor em roupagens alegóricas, ou vestido d'armadura, que sempre é mais poética, do que no traje civil e comum do seu tempo, como está. Não chamamos a isto defeito, ninguém lho chamara talvez; emitimos um desejo, um voto que, no estado de esbocete em que a

sua obra se acha, o consciencioso professor pode considerar, e de que talvez aproveite.

Com a estampa que damos litografada com tanta felicidade e fidelidade pelo Sr. Le-Grand, temos a satisfação de vulgarizar e fazer conhecer em Portugal uma das melhores obras que se preparam para o cinzel dos seus artistas.

ESTÁTUA DA NAYADE

Já na exposição de há três anos tínhamos admirado a pureza e mimo do belo modelo desta estátua, que agora aparece executada em mármore comum de Lisboa. Sentimos dizer que a qualidade da pedra deixou a execução muito inferior ao modelo, apesar dos esforços e inteligência de que fizeram prova os artistas P. d'A. da Cunha d'Eça, J. P. de Aragão, J. A. Moreira, e A. O. Schiappa Pietra. Já hoje se vê no Passeio público.

PRÉMIOS EM ESCULTURA

ESTÁTUA DE CAMÕES – GRUPO DE MENINOS

O primeiro prémio neste concurso trienal não foi adjudicado. Mereceu o accessit uma estátua de *Camões* de três palmos de alto, pelo aluno I. M. Caggianni, que parece bem modelada.

O segundo prémio, a medalha de prata, foi dado à cópia muito bem executada de *um grupo de meninos* em baixo-relevo, d'altura de três palmos, e três e um quarto de largura, pelo aluno, o Sr. M. I. Rodrigues Lata.

De vários outros artistas, tanto de dentro como de fora da Academia, se expuseram diversas composições, entre as quais era de notar o busto do eminente jurisconsulto Ferreira Borges executado por sua irmã a Sra. D. Maria Margarida Ferreira Borges, já hoje falecida.

VOL. I, N.º 1 (1843), P. 76-77

O FOLAR

(COSTUMES DO MINHO)

QUADRO DO SR. A. ROQUEMONT.

Não conhece Portugal o que não viu e estudou as nossas províncias do norte, mas especialmente o Minho. A raça, as feições, o traje, os costumes, tido ali é característico. O solo, o clima, a vegetação, a cultura, tudo ali é belo. São os campos mais verdes, as árvores mais esbeltas, as mulheres mais bonitas, e os hábitos mais sinceros de todo o reino; do reino que ali nasceu e que dali se estendeu até aos Algarves.

Poesia e pintura portuguesa há-de-se ir fazer ali; em certos géneros nunca se fará bem se o poeta, o pintor não conhecer e não copiar a nossa Arcádia, que é aquela província.

O Sr. Roquemont, artista distinto cujo principal carácter e merecimento é a verdade, por uma longa residência no Minho é que se fez português, artista português legítimo, como oxalá que sempre sejam todos os nossos naturais.

Na última exposição de Lisboa (1843) notámos os dois lindos quadros de género com que a ilustrou: ambos eram de cenas minhotas, ambos cheios de graça e de verdade. O Sr. conde de Luckner, ministro da Dinamarca nesta corte, fez a aquisição destes dois quadros, avaliando como conhecedor que é, o seu muito merecimento. Por favor de S. Ex.^a. puderam os Srs. Editores desta obra fazer copiar um deles e hoje têm a satisfação de o dar aos seus assinantes no presente desenho litográfico.

Representa o abade, o pároco da aldeia, entrando numa casa de lavrador a pedir o folar – dom voluntário dos fregueses ao seu pastor por ocasião da festa de Páscoa.

Sobre tudo neste quadro o efeito de luz é primoroso: o sol entrando pela única janela da casa, vai tocar na extremidade de uma mesa, e de permeio alumia parte do berço aonde jaz uma criancinha. A réstia de sol reflectindo por todo o pavimento está distribuída de forma que se distinguem perfeitamente os objectos, sem contudo em nada perder da sua força o vigoroso escuro do fundo sobre que destacam as figuras do padre e do sacristão. Nesta parte da transparência dos escuros pode este quadro comparar-se aos da escola flamenga de cenas familiares e interiores, aonde custa a perceber como, por meio de tons sempre diáfanos, se pode conseguir uma força extraordinária que, pela sua grande transparência, produz de ordinário uma perfeita ilusão.

A verdade, a expressão, a naturalidade e a posição das figuras são, como já dissemos, de quem conhece perfeitamente o país, a sua natureza e o seu povo.

Quem não vê na cabeça daquele bom abade um dos tantos singelos e bondosos pastores que dantes contava a nossa igreja, cansados da idade e dos trabalhos da sua cura, modestos e obscuros heróis que fugiam da glória vã do mundo, e praticavam, quase às escondidas, todas as virtudes que fazem um santo e um grande homem?

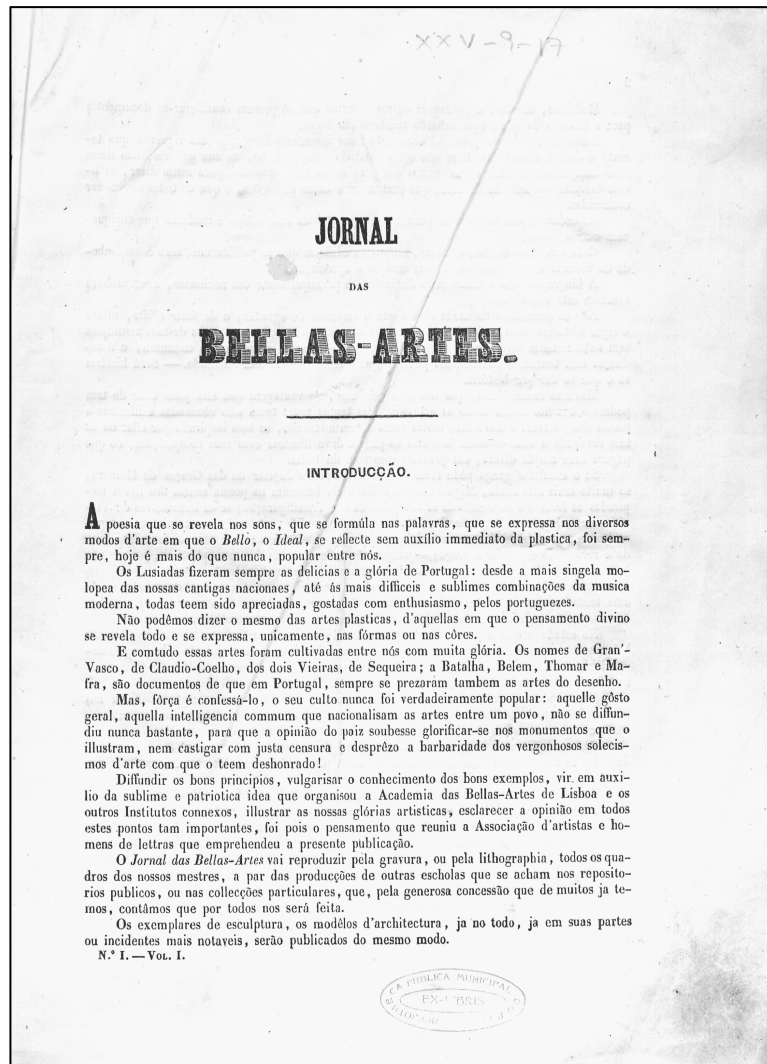
O sacristão tem uma fisionomia natural, o velho pai do dono da casa faz na sua expressão devota um contraste bem notável com certa indiferença que parece mostrar o filho. É o século passado e o presente. Nas mulheres que estão no fundo conhece-se, a par da devoção, a atenção que dão às flores que coroam a imagem do Santo Cristo.

A mulher que vende os ovos, assim como o moço que os compra, estão bem caracterizados. O sossego do gato sentado ao sol, a inocência da menina que junto do berço olha para a cerimónia sem a entender, tudo está primorosamente natural.

É para admirar que o Sr. Roquemont sem modelos conseguisse tanto. Com reminiscências – e bem se vê que o quadro é feito delas – ninguém poderia fazer melhor.

Tem este quadro 10 polegadas de altura, e 14 de comprimento.

A. G.



MEMÓRIAS DO CONSERVATÓRIO REAL

Tomo I (1843), p. 60-68.

**ELOGIO HISTÓRICO
DO SÓCIO
BARÃO DA RIBEIRA DE SABROSA
PELO SÓCIO
JOÃO BAPTISTA DE ALMEIDA GARRETT**

SENHORES:

Os Cipiões ajudavam a fazer as comédias de Terêncio. Aqueles grandes capitães, que mereceram ser chamados os raios do império, não temeram deslustrar a sua glória com o trato familiar das musas dramáticas; aqueles patrícios tão ilustres, ao pé de cuja frondosa árvore de geração são planta rasteira e humilde as nossas mais antigas linhagens históricas, não tinham por quebra em sua nobreza sentar-se à banca do pobre liberto e compor com ele aquelas cenas tão cheias de fino sal, de urbana e lépida zombaria que fizeram as delícias do povo romano e ainda hoje fazem a admiração do mundo. Triunfava no Capitólio o destruidor de Cartago; e vinha triunfar no teatro o compositor de Andria e dos Delfos.

E mais, as preocupações aristocráticas da sociedade romana não honravam a arte cénica como o fazia a democrática Atenas, onde um soldado de Salamina vinha receber, na coroa teatral, maior aplauso que o seu general Temístocles.

O maior capitão deste século e o maior príncipe de há muitos séculos, o imperador Napoleão, corrigia as tragédias de Arnault, e jurava que, a alcançá-lo em seu tempo, teria feito Corneille seu primeiro-ministro.

Por estranhas que estas coisas nos pareçam hoje, não o pareceriam decerto a nossos avós, àqueles nobres corações do Portugal antigo, àqueles grandes generais, àqueles grandes homens d'estado, com o reflexo de cuja glória ainda se doira este ocaso da nossa grandeza. Vede-me o condestável estudando nos romances da Távola Redonda, como Alexandre estudava na Ilíada, os modelos de virtude e de honra; vede-me o bom rei trovador D. Dinis, lede o santo rei poeta D. Duarte. E se desprezais, por singela e inculta, a sinceridade desses tempos de inocência primitiva, aí tendes todo o fasto oriental, toda a pompa bizantina d'el-rei D. Manuel, e achareis o senhor absoluto de meio mundo conhecido em trato e convivência familiar com o nosso Scribe do século 15, antes, para melhor rigor da expressão, o chocarreiro Plauto das Espanhas.

A ciência, a arte de governar, que hoje chamamos política, teve sempre por aliadas íntimas e indispensáveis as letras e as artes: é impotente sem elas, são repugnantes e odiosos os seus esforços quando os não acompanham e suavizam aqueles. É preciso emendar os homens, alterar as suas instituições, corrigir os seus erros, devassar de suas malfeitorias, torcer suas propensões viciosas?... Deixai a política só, a executar, por seus únicos meios, esta grande tarefa, e vereis os crimes, as atrocidades que é forçada a cometer, as resistências que acha, as dificuldades que duramente corta e tenazmente lhe renascem, os ódios que suscita, e a cansada desanimação com que por fim, gasta em suas próprias fadigas, cai desalentada e convencida de sua impotência nas primeiras jornadas do caminho que encetou com tão nobres tenções, mas em que não podia caminhar só.

De sua natureza é dura e áspera a máquina da governação, e tanto maiores são as resistências que encontra quanto é mais recto o seu trabalhar: tende e caminha à civilização, mas não civiliza ela. A política exige perfeição nos homens, mas não os sabe aperfeiçoar; demanda virtudes no coração, entusiasmo no sangue, clareza no cérebro, esforço no braço, mas nenhum destes predicados pode dar a sua acção directa; precisa-os, gasta-os, consome-os; devora, como o Minotauro, estas belezas da perfeição humana, e não as pode gerar nem cultivar ela. O seu alimento é mister que lho produzam, que lho ministrem outros. É a abelha-mestra do enxame; não vive sem mel, não governa, não reina sem mel, e não pode ir buscá-lo às flores do prado, e não o sabe fabricar ainda que lho tragam.

Daqui a necessária, a indissolúvel aliança de toda a política com a literatura e com as artes, sem a qual a civilização é impossível, o progresso falso e os fins da sociedade humana frustrados. Daqui vem que nenhum príncipe ainda foi grande e glorioso, nenhuma república feliz, nenhum povo livre deveras se esta aliança não foi perfeita – e decaíram os maiores estudos, e vieram à servidão as mais livres nações onde quer que o poder, de aliado se fez tirano, e oprimiu, ou – o que ainda é pior, desprezou as suas auxiliares.

Daqui, no modo de ser das nações actuais, a formação das academias e sociedades literárias e artísticas que todos os governos ilustrados – e ainda os que só fingem sê-lo – têm sempre fomentado, protegido e honrado.

O espírito de associação característico da sociedade moderna desde que começou a reagir do feudalismo para o governo da igualdade, logo juntou na hansa da república das letras todos os elementos, todos os meios, todos os poderes civilizadores que, mais dispersos e mais raros ao começar, por essa mesma junção que lhes dobrou a força, se dilataram e aumentaram ao ponto que hoje vemos por toda a superfície do globo civilizado, em cujos limites nós queremos e havemos de estar legitimamente – tenho confiança em Deus! – apesar dos estorvos e dificuldades que por toda a parte encontramos.

E não quebra esta aliança na independência da república literária, antes a fortifica fertilizando-a. Como as grandes associações de riqueza material cujos montes de ouro seriam fracamente produtivos se não negociassem com o governo, porque só o grande consumo do Estado pode dar emprego a tamanhos cabedais: assim são as academias, bancos de riqueza intelectual, cujos vastos depósitos precisam ser explorados e negociados em grande para darem cento por um como o talento da parábola.

Triste e mesquinha arrogância de bárbaros a daqueles governos, a daqueles pretendidos homens d'estado que desprezaram a ajuda das artes, e quiseram construir os muros de Tebas sem o auxílio da lira d'Anfion! Triste e mesquinho ciúme de falsos literatos os que recusaram associar-se com os ministros da potência civil, e desprezaram o auxílio do homem d'estado, do homem d'espada, do homem da indústria na edificação do grande templo em que tanto é preciso o trabalho do escritor como o do artista e do estadista, como o do general e do industrial.

O poder é nulo sem a inteligência; a inteligência é fraca sem o poder. Reunidos, a sociedade progride; isolados, é a revolução.

É mister pois que nestas associações se reúnam todas as capacidades de todo o género; que Richelieu não julgue descer quando se senta ao pé de Corneille, que Béranger não julgue subir quando vai sentar-se ao pé de Guizot.

Nenhum grande cidadão pois, nenhum príncipe da república, por mais alto, deixou ainda de ocupar com satisfação o tamborete académico; nenhuma academia que merecesse nome no mundo fechou ainda os seus cancelos a qualquer ilustração social, posto que não professasse especialmente nenhum dos ramos da ciência ou da arte. Compor livros ou ganhar batalhas, fazer descobertas nas ciências, agitar e dirigir grandes massas de meios industriais, ou administrar dignamente o Estado, cantar epodos ou epopeias ou dar matéria a elas, triunfar na tribuna ou no teatro, no púlpito ou no foro, dominar nos espíritos com o pincel ou com a pena, com o cinzel ou com a língua, com as harmonias inarticuladas da música ou com os sons determinados da palavra, tudo são títulos académicos, porque tudo habilita esse instrumento escolhido de Deus para o progresso da civilização da espécie.

Guiada de tantos ilustres exemplos, forte em suas convicções, esta nossa começada academia, nascida nos braços da liberdade, protegida pela ilustrada benevolência do Soberano, abjurou desde logo o exclusivo pedantesco da vaidade literária; e todas as ilustrações, todas as capacidades, as mesmas esperanças dela procurou reunir em torno do altar da civilização, sem poder achar altura social que lhe fosse desmedida quando o príncipe dava o generoso exemplo de se pôr à sua frente, sem descobrir inferioridades aonde viu mérito de qualquer género, esperança de qualquer proveito.

Nenhuma vaidade, nenhum orgulho ficou satisfeito; é mister ser exclusivo para lhes agradar: tal é a miserável natureza humana! A razão sim, o interesse da arte sim, porque há lucro certo para a comunidade aonde o individualismo se agrava ou se descontenta.

Entre os muitos distintos caracteres públicos que vieram gostosos associar o seu nome à nossa instituição nascente, foi o ilustre sócio de cuja herança intelectual hoje aqui fazemos inventário, chorando o que perdemos e contando o

que ganhámos, como por morte de um irmão querido choram, mas contam, os que ele deixou ricos de sua indústria e trabalhos.

Nem outra pode ser neste lugar e em tal ocasião a missão do orador senão a de inventariar perante vós esta deixa que não tem partilhas, porque indivisa e precípua vai juntar-se à grande massa dos haveres nacionais – que são bens e propriedade de um povo todos os feitos, todas as memórias de seus cidadãos distintos: propriedade que o uso não gasta, que o tempo não altera, e que, uma vez registada na história, nem rescritos de príncipes, nem plebiscitos de povos a podem destruir. A própria agiotagem da malevolência ou da inveja dos partidos cessa as suas operações, desde que a história escreveu com pena de ferro na lousa do jazigo o padrão de juro intelectual que as nações depois averbam no grande livro de sua dívida pública.

O Sr. Barão da Ribeira de Sabrosa, Rodrigo Pinto Pizarro Pimentel de Almeida Carvalhais nasceu a 30 de Março desse memorável ano de 1788, ano climatérico na vida da sociedade europeia, ponto em que se separou o passado do presente, hora fatal e tremenda na vida das nações modernas em que a erupção desse grande vulcão subterrâneo que há tanto fervia debaixo da terra da Europa se anunciou na votada terra de França, com os primeiros turbilhões de fumo, com os primeiros rugidos da ebulição, pressagos dessa espantosa torrente de lava que tem devastado o mundo purificando-o, que o assolou mas há-de regenerá-lo.

Lutavam as teorias cruas dos filósofos com as práticas corruptas do mundo; nem é fácil dizer qual destas acções imperfeitas teve maior parte no amontoar desse caos, no revolver dessa mole indigesta e rude que por largos anos ficou na Europa.

Tarde e quebrada nos chegou a percussão do grande impulso eléctrico que abalara o mundo. Menos ilustrados, sem dúvida, mas muito menos avexados, estas duas forças negativas nos tiveram mais tempo isolados do choque. A revolução era já uma coisa de ordem, a espada do general tinha já cortado as fasces consulares e se convertera em ceptro imperial, quando as armas francesas apareceram em nossas fronteiras, ocuparam a nossa terra, expulsaram os nossos reis, ameaçaram a nossa religião, prometendo-nos tão boas reformas e melhoramentos que sem dúvida precisávamos e queríamos – queríamos decerto, mas não os queríamos assim.

A filosofia moderna tinha poucos adeptos em Portugal, é verdade; mas o sistema dos abusos ainda tinha menos fautores. Não foi a corrupção velha que triunfou das inovações filosóficas; foi o ciúme da independência nacional que se levantou em peso, que levantou unidos e conformes os partidos e todas as opiniões na grande reacção nacional que nos deixou mais pobres, mais servos, mais corruptos, mais obscurecidos que nunca, mas deixou-nos portugueses. E enquanto não fizemos bem a conta ao preço que nos custara, demos tudo por bem mercado, e ficámos satisfeitos e gloriosos.

O espírito guerreiro da nação tinha acordado: despovoavam-se as academias e os claustros, e a mocidade corria às fileiras do exército. Que ânimo generoso não queria ser contado entre os vencedores de Bonaparte, cujos exércitos na nossa península tinham vindo perder o nome de invencíveis?

O ardente engenho do nosso sócio, que no claustro, a que seus nobres pais o destinavam, tinha rapidamente completado a educação clássica daquele tempo, não pôde resistir ao impulso geral; e, abandonando a roupeta, correu a tomar parte nas que já então eram últimas tarefas da guerra da independência.

Concluiu-se ela com o triunfo dos reis aliados e em nome da nacionalidade dos povos.

Mas a nacionalidade portuguesa assegurada pelo triunfo, garantia pelo interesse geral da Europa, um imenso espaço na América, e, de direito, uma extensão desmedida na África, ainda considerável na Ásia.

O espiritualismo das recordações e do sentimento dos povos, a poesia da política, Senhores, ou antes a poesia nacional, poderosa auxiliar da sua política, tinha feito um grande e desmesurado esforço para vencer os poderes materiais na guerra da independência; ficou cansada e gasta: os interesses materiais reagiram. Vão dissolver-se por eles os vínculos da antiga monarquia portuguesa, porque numa parte importante dela está a crescer e a formar-se a vida, para viver independente.

A sede do governo é na antiga colónia. Mudou-se Roma para Bizâncio, com os antigos nomes das magistraturas, das dignidades do império, com o antigo nome da nação que se quer conservar por uma espécie de saudade sentimental, por um anacronismo de coração que a força das coisas vai desmentir já. Mas, Constantinopla chama-se a cabeça do império romano e não o é, nem pode ser

senão do novo império grego. Roma também já não pode ser senão um exarcado enquanto estiver dependente, ou há-de ser outra coisa nova que se não pareça com o que foi, nem é possível adivinhar o que será.

Assim Lisboa e o Rio de Janeiro.

Meio por instinto, meio por cálculo, o governo busca atrair para a nova metrópole todas as forças, todos os valores da velha. A flor da mocidade do exército é chamada para o Brasil. Vai com eles o Sr. Rodrigo Pinto Pizarro, e serve com distinção nessas guerras tão pequenas pelo número dos combatentes, tamanhas pela imensidão do campo de batalha.

No entretanto o progresso das coisas anda; o novo espírito brasileiro aparece em 1817 em Pernambuco, e o novo espírito português nesse mesmo ano em Lisboa, depois e mais fortemente no de 1820 no Porto.

A antiga monarquia portuguesa estava acabada; ninguém o dizia, todos o receavam, poucos o queriam; mas era inevitável. Ficam-lhe dois herdeiros; e não restava senão fazer partilhas: o maior esforço da política seria fazê-las bem... A história julgará como ela se houve.

Ainda acordou outra vez a velha nacionalidade portuguesa, ainda se acendeu em muitos corações aquele antigo e santo fogo do amor pela terra de nossos pais, que tanto custou sempre a abafar, que nunca se apagará nestes peitos. Nobreza, magistratura, oficialidade, velhos e moços, ricos e pobres, milhares de portugueses, que poderiam ter ficado e ser hoje dos principais cidadãos do novo império, vieram após o seu rei para este velho canto da Europa a viver de saudades e recordações entre as ruínas da antiga pátria, sem confiança no presente, sem esperanças no futuro. Voltou neste número e já adiantado na carreira militar o nosso sócio o Sr. Rodrigo Pinto.

Teorias mal sabidas e não experimentadas tinham, no entretanto, acelerado a crise por que necessariamente havia de passar, mais tarde ou mais cedo, o ancião e agora despido tronco da grande árvore portuguesa. – Fortes eram ainda as suas raízes: hoje se vê; que, depois de tanto revolver de terra e ventos, não descravaram nem apodreceram ainda. Mas o decote fora grande e o tratamento impróprio; a seiva não baixou nem subiu a tempo, e os novos rebentos que se esperavam não vieram com folhas nem flores! Viram os olhos perspicazes do nosso sócio o estado das coisas; conhecia que era infalível a morte da liberdade; doía-lhe o coração de a

ver morrer; cegou-o o desejo de a salvar pelo único modo que então fora possível certamente, se outras cegueiras maiores, menos desculpáveis e mais pertinazes, lhe não obstassem.

Já vedes, Senhores, que aludo a uma famosa proclamação que achou eco em todas as convicções portuguesas e que também só à história compete avaliar um dia sem paixão o porque não foi cumprida. Aludo a essa nomeada proclamação que nunca foi segredo o por quem fora inspirada ou ditada. Dou esta interpretação generosa e justiceira a um passo arriscado e difícil na vida de um homem público; dou-lha eu, que então fui consumir no exílio e na pobreza a flor da minha mocidade, porque me não sofreram os impulsos do coração acomodar o espírito às necessidades da razão e da conveniência.

Porque não faremos sempre, e todos, e para todos a mesma justiça!...

Mas não se cumpriu a palavra real; e forçoso foi esperar em contínua ansiedade pela inevitável resolução de uma crise que assim ficou prolongada, nem sequer diferida, e por nenhum modo evitada.

Com efeito, e apesar de todos os remédios empíricos que as necessidades do momento forçaram a tomar, Portugal ficou, pela chorada morte do Senhor D. João VI, quase no mesmo estado em que ficara pela do santo cardeal-Rei: as mesmas incertezas, quase as mesmas dúvidas, as mesmas facções depois.

Quanto sangue aí vai correr! Quantas desgraças, quanta miséria se estava preparando para vir sobre nós!

Dividiu-se a nação em dois bandos: qualifique-os onde quiser a política; a nós só nos toca mencionar aqui o facto sem o avaliar.

Fiel aos seus princípios, fiel ao Soberano que jurara, o Sr. Rodrigo Pinto fez então valiosos e grandes serviços à causa que seguira, trabalhando no ministério da Guerra, na organização daquele exército que teria salvado a metade da nação de emigrar e perecer, a outra metade de se despenhar num abismo de impossíveis morais e políticos, *se a má diplomacia estrangeira, errada pelo menos*, o não tivesse impedido, para nos deixar digladiar como os filhos de Cadmo, durante seis longos anos de calamidades, que não pagou decerto a triste glória dessas batalhas sem conquista, dessas vitórias sem triunfo; porque na guerra civil não há vencedor nem vencido... – senão só os princípios: e os princípios podiam ter triunfado em menos cruenta, menos cara e mais geralmente aplaudida vitória.

Triste glória disse; digo. Tristes louros os que regou o sangue civil! Perguntai a esses braços poderosos que mais ceifaram na cruenta messe quantas vezes lhes doeram e tremeram!

Emigrou o nosso ilustre sócio entre os primeiros; veio ao Porto e tomou parte nessa tão bem agoirada e tão mal sucedida reacção, que apenas servia de protesto ao partido por então subjugado e que pareceu perdido para sempre.

Voltou a Inglaterra, visitou a França e os Países-Baixos; e na língua, na literatura, nas instituições civis e políticas destes povos fez estudo profundo. Aí tomou o gosto a esta liberdade que nós não conhecíamos, e não sei se conhecemos ainda, senão por esse primeiro tão difícil e tão aborrecido balbuciar de sua infância raquítica. Aí, com a literatura e com a observação, o seu génio ardente, ambicioso de glória, tenaz de propósito, insofrido de oposição, esteve entesourando, no forçado ócio de sete anos, aquelas iras patrióticas que lhe romperam depois na tribuna, com força e valentia sempre, embora lhe faltasse alguma vez aquela suavidade no modo que os preceitos da arte recomendam, e que julgam tanto mais necessária quanto maior seja a força do pensamento que expresse.

As horas do desterro são longas; todos nos impacientámos com elas. Nas calamidades gerais é triste e sabido desafogo dos companheiros de desgraça o atribuírem-se mutuamente uns aos outros a culpa dela, que ordinariamente é de todos ou não é de ninguém, que tanto vale. Soçobrada a nau, e escapas na incerta jangada as relíquias da tripulação, cada qual dos infelizes que tem a vida por um fio cuida que é ele o que só pode dirigir aquelas mal cosidas pranchas a porto e salvamento. Maior é a energia de coração – maior é a impaciência do que sofre, mais amargas são as suas queixas, mais violentas as acusações que faz.

Assim nos sucedeu longe da pátria e no querer voltar para ela. Todos se queixavam uns dos outros; com mais azedume os que mais desejavam e menos esperavam.

Confessarei, Senhores, que o meu natural indulgente, incapaz de longos ódios, a minha crença na superioridade das forças morais em matérias políticas, me inclinou sempre a pensar que todas estas e semelhantes desavenças deviam ser afogadas pela generosidade e apagadas pelo silêncio e pelo esquecimento de quem mais razão tivesse ou mais razão julgasse ter. Não sei se me enganei – não sei se me engano, pois que ainda persisto na mesma teoria; mas, se assim é, hei-de

morrer enganado, porque até ao último instante da minha vida hei-de crer na generosidade e na indulgência, hei-de reportar cobardia as vinganças políticas.

O facto é que houve queixosos; e que o nosso ilustre sócio se houve por tal, e que se queixou com amargor. Saiu-lhe excessiva dos lábios essa amargura profunda? Seria excessivo o seu amargor? Desvairá-lo-ia alguma vez a paixão por exagerado ou suposto agravo? Nem eu aqui venho ser relator nem vós juizes das faltas de ninguém. E quando o fôssemos, onde está a mão que há-de levantar a pedra? Ele não pôde obter lugar, entre os seus camaradas e amigos, nas fileiras desse heróico exército que veio restituir a liberdade ao reino, o trono à Rainha.

A sorte da guerra foi por nós; a face do país é já mudada, caíram enfim todas e de todo as instituições da velha monarquia. Estava a nova fundada? Tinha sólidas bases, rectamente se equilibrava sobre elas, era justo em suas proporções o novo edifício social? Posso e preciso eu perguntá-lo aqui, porque foi este em resumo o teor das dúvidas e das questões com que, por espaço de cinco anos, a veemente eloquência do nosso sócio fez retinir a tribuna dos dois corpos legislativos do Estado.

Nem posso, nem preciso responder-lhe agora, porque nenhuma tese, por mais geral que seja, apenas mostra a mais leve ponta de pendão político e de partido, deve entrar em um recinto académico, muito menos em tal ocasião e em tal presença.

Uma coisa posso e devo dizer que todos folgareis de ouvir, que todos aplaudireis, Senhores, e é que a palavra sempre forte, sempre enérgica, às vezes dura, e raro indulgente, do nosso sócio tinha a eloquência da convicção, inflamava-a o amor da sua terra, animou-a sempre a lealdade à sua Soberana, a devoção pela liberdade pública e a consciência de uma honestidade ascética e quase rude.

Sei que vos não fatigava, Senhores, se repetisse aqui em abono do que digo algumas dessas frases mais seladas do cunho da originalidade, alguns desses trechos mais poderosos pelo vigor de sua masculina eloquência em que abundam os discursos parlamentares do nosso ilustre sócio, os quais são o seu mais honroso título académico, e no-lo qualificam de literato, de orador e de homem d'Estado. Mas obriga-me a escassez do tempo e o tarde da hora a apelar para vossa memória, e referir-me às impressões ainda tão recentes que vossos ânimos receberam, quando as ouvistes animadas de um tom que eu não saberia reproduzir nem imitar.

Duas vezes foi eleito deputado, em 1835 e 1836; três vezes senador em 1838, 1839 e 1840.

Chamado aos conselhos de Sua Majestade em princípios de 1839, e chefe dessa administração, foi encarregado dos negócios da Guerra e dos Estrangeiros.

A pessoas respeitáveis de todos os partidos ouvi sempre que o exército fora administrado superiormente no seu ministério, que se prepararam muitas reformas, que se tendia a úteis melhoramentos, que lhe não torceu a justiça nenhum espírito de facção, que não abusou, nem sequer usou, do poder, para satisfazer a nenhum ressentimento pessoal ou malquerença partidária.

Mas os grandes trabalhos, mas as grandes dificuldades que demandavam toda a grande energia da sua alma, que deviam experimentar toda a férrea tenacidade de seu carácter, foram os do ministério dos negócios Estrangeiros.

Não sei se os contemporâneos as julgaram já, ou se ainda vão apeladas para a suprema instância da posteridade, as grandes e graves questões de direito internacional, que muito antes começadas, vieram a rijo debate na sua administração.

Que a dignidade do nome português, que o decoro da Coroa Real não sofreram quebra em suas mãos, é inquestionável; nenhum partido lho disputou, nenhum contrário, nenhum inimigo o acusou de tal. E se alguém pensar que a ductilidade e sinuosidade das formas e combinações diplomáticas pode ser mais eficaz nas negociações difíceis, do que a expressão rasgada e rezia de uma vontade que antes é de quebrar que torcer: ninguém poderá nunca julgar nem dizer que, mais ou menos severamente moldadas, outras expressões podia haver mais portuguesas ou mais leais do que essas que em seus discursos e em seus diplomas escreveu o ministro da Rainha de Portugal, pronunciou o senador de Portugal.

Este mérito é grande, grande politicamente, e literária e artisticamente grande; porque a poesia do patriotismo é a poesia das artes; e o belo, o ideal (ou como quer que lhe chamem a escola antiga ou a escola moderna) é o mesmo para todas as concepções do espírito. – Que o pintem, que o escrevam, que o falem, que o cantem os diversos, mas sempre semelhantes, ministros da arte a quem Deus pôs no coração o sentimento, na cabeça a inteligência e nos órgãos o poder de manifestar a sua glória por qualquer dessas brilhantes expressões da Suprema e

Eterna Beleza de que só as almas escolhidas podem reverberar algum reflexo na terra para ilustrar e honrar a espécie humana.

O Sr. Barão da Ribeira de Sabrosa entregou a administração dos negócios públicos em Novembro de 1839; e continuou no Corpo Legislativo a sustentar os princípios que o tinham impedido de continuar nela.

Desassossegado de espírito mas quieto de coração foi procurar saúde e recobro de tantas fadigas à casa paterna na primavera de 1841. E a morte, que raras vezes deixa deduzir longo fio às vidas agitadas pelas vicissitudes e paixões políticas, ali o surpreendeu em breve.

Seja leve a terra da pátria a todos os corações que a amaram!

Disse.

ELOGIO HISTORICO

DO SOCIO

BARÃO DA RIBEIRA DE SABROSA

PELO SOCIO

JOÃO BAPTISTA DE ALMEIDA GARRETT.

SENHORES:

Os Scipões ajudavam a fazer as comédias de Terencio. Aquelles grandes capitães, que mereceram ser chamados os raios do imperio, não temeram deslustrar a sua glória com o tracto familiar das musas dramaticas; aquelles patricios tam illustres, aopé de cuja frondosa árvore de geração são planta rasteira e humilde as nossas mais antigas linhagens historicas, não tinham por quebra em sua nobreza sentar-se á banca do pobre liberto e compôr com elle aquellas scenas tam cheias de fino sal, de urbana e lepida zombaria que fizeram as delicias do povo romano e ainda hoje fazem a admiração do mundo. Triumphava no Capitolio o destruidor de Carthago; e vinha triumphar no theatro o compositor de Andria e dos Adelphos.

E mais, as preocupações aristocraticas da sociedade romana não honravam a arte scenica como o fazia a democratica Athenas, onde um soldado de Salamina vinha receber, na coroa theatral, maior applauso que o seu general Themistocles.

O maior capitão d'este seculo e o maior principe de ha muitos seculos, o imperador Napoleão, corrigia as tragedias de Arnault, e jurava que, a alcançá-lo em seu tempo, teria feito Corneille seu primeiro ministro.

Por estranhas que éstas coisas nos pareçam hoje, não o pareceriam de certo a nossos avós, áquelles nobres corações do Portugal antigo, áquelles grandes generaes, áquelles grandes homens d'estado com o reflexo de cuja glória ainda se doira este occaso da nossa grandeza. Vêde-me o condestavel estudando nos romances da Tavola-redonda, como Alexandre estudava na Iliada, os modelos de virtude e de honra; vêde-me o bom rei trovador D. Diniz, lede o sancto rei poeta D. Duarte. E se desprezais, por singella e inculta, a sinceridade d'esses tempos d'innocencia primitiva, ahi tendes todo o fasto oriental, toda a pompa byzantina d'el-rei D. Manoel, e achareis o senhor absoluto de meio mundo conhecido em tracto e convivencia familiar com o nosso Scribe do seculo 15, antes, para melhor rigor da expressão, o chocarreiro Plauto das Hespanhas.

A sciencia, a arte de governar, que hoje chamámos politica, teve sempre por alliadas intimas e indispensaveis as letras e as artes: é impotente sem ellas, são repugnantes e odiosos os seus esforços quando os não acompanham e

A ILUSTRAÇÃO

Vol. I, N.º 1, Abril de 1845

A ILUSTRAÇÃO

Quem não sabe que é antigo este modo de escrever pintando, de escrever pondo, ao pé da descrição ou da reflexão, o próprio objecto dela?

A carestia das gravuras em cobre e em aço, e a comparativa imperfeição das litografias de pequenas dimensões fazia com que raros livros fossem auxiliados com este belo ornato. A gravura em madeira, talvez anterior à própria invenção dos tipos metálicos, ainda no princípio do século XVIII era tolerada apesar de grosseira e rude como era. Mas não soube ou não pôde nunca seguir o progresso das outras gravuras, e morreu do adiantamento delas.

Nestes últimos anos porém tem sido tal o impulso dado a todas as artes, que essa própria ressuscitou, e se aperfeiçoou admiravelmente; e fiel à sua primeira instituição veio logo em ajuda da tipografia. Às obras d'imprensa executadas assim com o recíproco auxílio das duas artes, chamaram *ilustradas*, isto é, cujo texto é esclarecido pela viva representação das coisas de que trata.

Repetimos que não é novo isto. Existiu há muito e foi muito popular sempre. Entre nós até a “Cartilha do Mestre Inácio” era *ilustrada*. Mas que ilustração, Santo Deus! a que se achava nesses cartapácios, nos livros de orações, e nas mui populares rapsódias que vendiam e cantavam os nossos Homeros em segunda mão, os cegos das ruas e das esquinas! Quem se não lembra de ver nas mãos da sua aia quando era pequeno, o folheto do “Roberto do Diabo” ou da “Formosa Magalona” ou do “Infante Dom Pedro” que andou as sete partidas do mundo, o auto de “Santo Aleixo” ou o da “Donzela Teodora” e o “Flos-Sanctorum”? Pois tudo isso era mais ou menos ilustrado – horrorosamente ilustrado, mas era.

Coisa verdadeiramente popular é que a não havia sem isso. Ao menos no frontispício não se dispensava um grupo de monstros antediluvianos, que não soubera decompor, quanto mais compor o próprio Cuvier, e que figurassem já cavalo e cavaleiro, já azemel e azêmola, já qualquer bicho, planta, ou casareu, a que, por esforço de imaginação, se chamava homem, burro ou leão, Igreja ou palácio, roseira ou pinheiro, segundo a obra ou a situação o pedia.

Ora! ainda outro dia... Quem se não lembra do “Almocreve das Petas” que fez a delícia de muitas salas, e de todas as cozinhas do reino unido de Portugal Brasil e Algarves? Pois também tinha seu frontispício ilustrado, esse. E talvez, se o nosso *humorista* tivesse achado um Cruikshank para o *ilustrar* com espírito e largueza, talvez, por mais que digam pechosos, ele se tivesse elevado acima da vulgaridade que o não deixou passar de verdadeiro e natural: o que já não é pouco.

Oh Supico, Supico, oh Fr. José Supico, e onde estás tu que não vens contar agora os teus contos, repetir os teus ditos, quando o lápis e o buril estariam aqui prontos para representar logo ao vivo todos aqueles chistes e sainetes tão variados que faziam rebentar com riso os espartilhos de nossas avós e alargar, sob o amplo jaleco d’abas, as respeitáveis panças dos senhores nossos avós?

Misericórdia! pois imaginem as “óperas do Judeu” ilustradas; imaginem... Mas não é preciso imaginar. A ILUSTRAÇÃO é principalmente feita para poupar o trabalho de imaginação aos seus leitores. Todo o facto natural, toda a cerimónia pública, todo o personagem célebre, todo o objecto da natureza ou de arte, que valer a pena ser conhecido será representado diante dos nossos leitores como se um imenso telescópio lho trouxesse ao pé desde os mais remotos confins da terra em que se ache.

Rei, sábio, poeta, orador, guerreiro, artista, homem d’estado, todos os grandes caracteres passarão diante de nós e deixarão os seus retratos nesta galeria.

Batalha que se dê, drama que se represente, monumento que se eleve, préstito ou procissão que saia, coisa célebre enfim que se faça seja de que género for, e onde for, há-de vê-la, há-de assistir a ela connosco o público português.

E não ficaremos só nos grandes assuntos: queremos que a ILUSTRAÇÃO seja jornal para todo o mundo, e que venha a ser uma biblioteca universal, uma enciclopédia popular das coisas contemporâneas.

As modas, tanto de vestuário como de mobília, são também do nosso alcance, e as daremos pontualmente.

A literatura, a poesia, e as belas-artes, com especialidade a música; a análise das obras novas ocuparão as nossas colunas também.

É escusado dizer que chamaremos em nosso auxílio o mais poderoso auxiliar deste século para todas as publicações literárias, isto é o romance.

Contamos com a cooperação eficaz de nossos mais distintos escritores, e esperamos dar-lhes algum realce com os desenhos de que os havemos de acompanhar.

Decerto não se pode exigir de nós que cheguemos já ao grau de primor e perfeição a que tem subido este género em Inglaterra e França e sobretudo na Alemanha; mas trabalharemos sempre, com os belos exemplos que dali vêm defronte de nós. E se o zelo e a perseverança podem como cremos que podem muito, se o público nos coadjuvar, conseguiremos aproximar-nos dos nossos modelos.

Neste número damos já, para andar na frente do nosso jornal, a vista de Lisboa, à imitação da *Illustration* de Paris, e do *Illustrated London News* de Inglaterra.

A cerimónia do baptizado real que se aproxima, nos fornecerá ocasião de mostrar mais amplamente o que podemos e tencionamos fazer, dando uma vista geral do préstito, e da pompa eclesiástica e civil daquela grandiosa função.

Muito podíamos dizer ainda; mas antes queremos fazer que prometer. Apesar dos pasmosos embaraços com que é forçoso lutar para levar a efeito qualquer coisa deste género, onde tanto e quase tudo falece, nós confiamos que havemos de satisfazer a expectação pública.

Lisboa 30 de Março de 1845.

Vol. I, N.º 1, Abril de 1845, p. 11

O INGLÊS

I

Estas reflexões... não chegam a ser reflexões, estes pensamentos vagos, soltos, desconexos talvez – vieram-me o outro dia à noite naquela linda representação da Tália, em que olhos e alma tinham bem mais que fazer do que estar a reparar ou a pensar em tão sublunares objectos.

Estava ali aquela cinosura da galeria... Como ter sentidos e espírito para outra coisa? Pois quem, entre todos esses astros, contasse também uma estrela fixa, daquelas que dominam a existência, que tolhem o alvedrio, que não deixam livre na vida nem o ver nem o pensar nem o sentir nem o querer, nem a razão nem a imaginação, nem!... – E ele há dessas estrelas? – Há. – E quem se deixe dominar a esse ponto? – Também há. – Rara fénix de mortal! Tomara conhecê-la. Chama-se?... – Não seja curiosa, minha senhora ou meu senhor. E deixe-me continuar a série das minhas observações, distraídas e preguiçosas observações.

Dizia eu e digo que ter ali olhos para outra coisa que não fosse admirar, pensamento para mais do que para adorar a brilhante e variada constelação que resplandecia em torno do teatro por cima das nossas cabeças – era o quê? Era um verdadeiro pecado mortal. Pois fi-lo eu... e dele me confesso, e faço penitência pública em letra redonda.

Aqui está como foi.

Representava-se o FALAR VERDADE A MENTIR, e ria toda a gente daquela caricatura de Inglês que tão bem feita foi. Ora porque será isto – disse eu comigo – donde vem que nos teatros do continente o Inglês é hoje um carácter tão eminentemente cómico, tão popular, tão seguro de fazer rir, desde a plateia às torrinhas, todas as classes da sociedade sem excepção?

Mas um Inglês é coisa grave, séria, reflectida... Na forma exterior uma das mais belas e apuradas raças da família humana; pelo espírito, não há nada sublime, grande a que se não eleve... O Inglês é bravo, é leal, é empreendedor – franco e generoso, rico e instruído, belo, valente, nobre... E faz rir!

De que se rirá esta pateta desta Europa, e que acha ela num Inglês para a fazer rir? Porque lá isso rir, ri ela: mas de quê? Não sei.

Apanhei a Europa na sua maior e mais espantosa contradição.

O Inglês alarga as calças, enche-se o mundo de varinos e suliotas. Desce ele as cinturas, pomo-nos todos com o fato pelos quadris. Tosquia-se, ficamos todos chamorros. Deixa crescer as guedelhas, não se vê senão nazarenos e

sansimonianos por essas ruas. Gosta de cavalos, faz correr cavalos, – de Lisboa a S. Petersburgo todos os rapazes querem ser jóqueis e ciganos. O fraque e a ponte pênsil, o chá preto e os caminhos de ferro, o macadame e as botas envernizadas, o sistema constitucional e os coletes brancos, os românticos e os barcos a vapor, os dandies e as companhias monstros, as tragédias em que se ri e as comédias para chorar, os ex-checker-bills e os cocheiros de cabeleira branca, tudo nos vem, tudo imitamos, tudo exageramos dos ingleses.

Nós é que somos os macacos, e nós é que nos rimos!...

Se nós lhes vamos buscar as modas, os usos, as invenções úteis e agradáveis, tudo, – se lhes vamos estudar a vida para a imitar, por que razão nos rimos quando eles cá vêm?...

É que – parece-me que achei a solução do problema – o Inglês não foi feito senão para Inglaterra.

Quem é que nunca se riu de um Inglês em Londres?

Embarquemos aí no Lady Mary Wood, cheguemos a Falmouth, tomemos o stage, cá estamos em Londres. Desembarcamos ao pé daquela Coffee-house. Entremos. Santo Deus! que tristeza, que silêncio! John Bull, gordo, vermelho e taciturno, com o chapéu na cabeça e três sobrecasacas às costas – está gravemente sentado diante de uma enorme perna de boi, sem osso, assada ou cozida, flanqueada de um pote de cerveja e do Times. João corta, bebe, lê, mastiga devagar e por intervalos, não fala, não ri, não olha para ninguém. Só de tempo a tempo: – Waiter! – Sir. – More beer. – Yes, Sir. Comeu, leu, bebeu, pagou – e foi-se sem dizer, talvez sem ver nem ouvir nem sentir mais nada.

Vistamo-nos, tomemos um coche, vamos a Kensington-gardens. São 4 horas, não chove hoje, coisa rara! – e ali veremos reunido todo o rank and fashion dos três reinos. Um imenso número de equipagens, a qual mais luzida e elegante, espera à entrada dos jardins. Uma banda militar toca o mais escolhido da Favorita, dos Puritanos, da Lucrécia. – Entramos. Quem não pasma do que aqui vê é estúpido.

Que mulheres tão belas, tão finas, que pureza de sangue! Não há o bemposto da francesa nem a graça, o desgarre daquele vestir, daquele andar, daquele *estar* inimitável. Mas há garbo senhoril, há frescura, há pureza de feições, há esbelto de formas, riqueza de trajes, e um tão perfeito, tão completo ar de gentileza! E são tantas e tantas, e todas assim!... Onde guarda esta gente as feias?

E não me venham com as graças francesas, o salero castelhano, a singeleza alemã e... Sabemos isso muito bem.

Mais e melhor que tudo isso é a suavidade angélica, é a incomparável espiritualidade, a maviosa e quase melancólica expressão da formosura portuguesa.

É certo, é a fénix de toda a beleza... e rara de encontrar como a sobredita ave que é seu tipo.

Che vi sia ciascum lo dice,

Ove sia...

Não se pode concluir com o poeta, *nessun lo sa*; mas, se há muito quem o saiba, há pouco que saber.

Em Inglaterra é exactamente o contrário.

E em tudo isto, nestes Ingleses, nestes Ingleses de Inglaterra, acharam alguma coisa de que se rir? Não.

Pois continuaremos a conversar a este respeito, que vale a pena.

A. G.

(Continua.)

Vol. I, N.º 1, Abril de 1845, p. 16

O INGLÊS

II

Continuemos a falar do Inglês. E por agora do Inglês em Inglaterra, que é uma entidade muito diferente do Inglês fora da sua ilha. Estávamos em Londres, e em Kensington-gardens, um dos mais lindos jardins e passeios do mundo. Prossigamos na nossa viagem de suposição.

É quase noite: as brilhantes equipagens desfilam umas após as outras. O ginete de puro sangue árabe trota airoso e ligeiro a par da caleche elegante que se balanceia suavemente em suas duplicadas molas. A brisa precursora da noite folga com as plumas dos chapéus, com as blondes dos vestidos dessas três damas que vão no briska azul... O cavaleiro do ginete árabe quisera continuar a conversação

que se interrompeu com a saída dos jardins. Não o ouvem ou não lhe dão atenção?... Quem sabe? – Uma inglesa diz a um homem: “*Come and talk to me.*” Não é “fale comigo”; é “fale para mim”. E o homem fala, e ela ouve ou não ouve, dá ou não dá atenção; mas quer que lhe falem. E aí do que não fala! Ou do que não sabe falar! Ai, sobretudo, do que não sabe o que diz! Vinte e cinco anos, o uniforme das Guardas, figura de Apolo, trinta mil libras de renda, um nome distinto – ainda melhor, um título, avós para além da conquista, tudo isso vale em Inglaterra e pode com a mulher inglesa o que vale em toda a parte e o que pode com toda a mulher. Com essas condições, querem-no ainda que seja tolo – faz um marido excelente, faz mais do que isso, um par delicioso em Almaks. Mas gostar dele, a mulher inglesa, não gosta.

Sigamos o briska azul.

O briska azul desliza fácil e rapidamente pelas ruas areadas do parque. É lindo o briska, tão simples, tão leve, tão baixinho!... Duas letras góticas apenas coroadas por um timbre singelo – indicam modestamente que se não querem usar de outros distintivos de armaria, que ficam para mais pomposos veículos, e para mais solenes ocasiões.

Eu disse “modestamente”: mas não será mais refinada vaidade ainda? É vaidade, e mais refinada com efeito, porém menos aborrecida, menos paspalhona, de melhor gosto. Deixá-lo ser vaidade.

Até nisto os imita a Europa toda aos Ingleses.

Se é bom estilo hoje andar sem fitas na casaca, se fora da corte ou de um caso muito grave, é raro o pateta que por aí aparece com o setestrela no peito, apesar do que tem chovido dessas coisas nestes últimos anos, a quem se deve, donde veio a moda? De Inglaterra.

Riam-se do Inglês: fazem favor?

Mas vamos, que nos fogue o briska azul por Oxford Street acima, e perdemos o melhor desta viagem, ou história, ou conto – ou o que quer que é que isto é.

Lá parou o briska em Portman Square, uma das elegantes e nítidas pracetas que ali têm o nome geral de squares (literalmente quadrados).

O cavaleiro também parou; o lacaios polvilhado desceu de um pulo da almofada, e, retim, tim, tim, tim, tom, tom, tom, tom... tam! trovejou com a aldraba da porta, naquele certo e compassado número de pancadas artisticamente

repicadas segundo o regulamento, para designar a qualidade e aparato da pessoa que chega, e a quem se há-de já, depressa, já, já, abrir a porta.

Outra figura da mesma libré, com a mesma cabeça polvilhada e a mesma cara rubicunda, abriu e se inclina humildemente com a mão na guedelha.

A mão na guedelha é o sinal servil – quase vernáculo – é o salamé inglês do criado para o amo quando o amo é fidalgo ou coisa que o valha.

As três damas entraram: o cavaleiro entrou também.

Ora suponhamos – supor não custa nada – suponhamos, amigo leitor, que nós que fazemos esta viagem de imaginação – para nos não referirmos a outras reais que tenham feito – nós levamos certas cartas de recomendação na nossa carteira; que uma delas era para Sir Ralph R... o dono da dita casa de Portman Square onde parou o briska azul. – Suponhamos que na véspera tínhamos entregado a carta; que recebíamos um convite de jantar para o dia seguinte, que era hoje mesmo – o dia de Kensington Gardens – que vínhamos à hora aprazada; e que justamente, consultado o número da casa, achávamos ser aquela própria...

Suponhamos: descíamos da modesta *chaise* em que vínhamos, e entrávamos atrás das damas e do cavaleiro, declinando submissamente o nosso nome, que logo tínhamos o gosto de ouvir estropear, degenerando de boca em boca de lacaio até o não reconhecermos.

Entramos e cá estamos no drawing-room.

E o que é um drawing-room? É uma sala de visitas portuguesa? Não. É um salon francês? Não. É uma sala de companhia, é uma sala de baile, um quarto de estar, um gabinete, uma galeria, um estudo? Não é nada disso e é tudo isso.

Vejamos se eu posso explicar o que é um drawing-room.

Aqui há dez anos era impossível em Portugal, impossível talvez em França mesmo, traduzir em frases inteligíveis para um grande número de pessoas, – ainda usado das mais rodeadas perífrases – esta misteriosa e compreensiva palavra *drawing-room*. Hoje está toda a Europa tão inglesada, que não desespero de me fazer entender.

Pois não é uma sala o drawing-room? É sim. Uma sala de visitas como se dizia dantes em Portugal? Não senhor, verdadeiramente e estrictamente nesse sentido já disse que não, nem o salão francês tão pouco.

A sala de visitas era, e não sei se é, coisa formal, fechada, fósfil, cheirando e sabendo a mofo e a medidas, com umas cadeiras, uns sofás, umas cortinas, um móvel todo intacto como os de Pompeia, estranhando os raios do sol, e tão pouco familiar com a dona da casa como com a sua visita. Respira-se nela um ar de *parvenu*... Tenho vontade de a comparar com uma gravata de cetim branco...

A lusa verdadeira sala de visitas no meio da Europa d'hoje parece um destes sublimes coletes monárquicos de cinquenta contos de réis que a gente encontra por aí às vezes num baile, paspalhando triunfantemente no meio da fastidiosa e republicana simplicidade do uniforme *piquet blanc*.

A sala de visitas – item – tem o castiçal de prata de rigor, com a virginal vela de cera (a degeneração dos costumes já derogou até à estearina); tem o viço e a primitiva frescura de líquene do escovado tapete; tem o retrato do papá com o hábito de Cristo (eleve ao *quadrado* da comenda para achar a equação contemporânea) – e o retrato da mamã com o pintassilgo no dedo.

Tem mais a sala o hermeticamente fechado piano, em torno do qual revoam saudosos os antigos ecos da “Jovem Lília abandonada” – abafados pelos da “Casta diva” – esquecidos pelo final da Lucrecia ou por outro que tal final...

Tem mais sobre a banca de jogo, hoje fechada, mas em que se joga o voltarete nos dias d'anos, um formoso mandarim letrado, oscilando sapientemente com a celestial cabeça; – tem alguns *biscuits* da Sèvres ou Saxe portuguesa – vulgo Caldas.

E também tem um candeeiro que já se acendeu três vezes há quatro anos que veio da loja de ferragem.

O drawing-room inglês não tem esta simetria, esta regularidade clássica, sistemática e perfeita como uma regra de sintaxe filosófica; não é isto enfim.

Clássico também, mas de outro tipo é o salão francês. A pêndula obrigada sobre a chaminé com suas duas sentinelas à vista de vasos de flores (contrafeitas) – seu gueridon com pedra em cima – seu virginal aparelho de chá ou café...

Mas fiquemos aqui por hoje. Para a semana o salão francês. E note bem que não é da sala portuguesa nem do salão francês degenerados e inglesados de hoje que nós falamos; é dos tipos verdadeiros, puros e genuínos como eles devem ser para serem tipos.

(*Continua.*)

A. G.

Vol. I, N.º 1, Abril de 1845, p. 21

A ORDEM DO BANHO

Vivemos num século democrático: é verdade; nunca foram tão odiosas as distinções sociais, nunca se lhes deu tão pouco valor – mas nunca foram tão procuradas. A classe média que invade tudo, e que está bem longe de querer deixar subir a plebe até ela, quer todavia elevar-se a si mesma a par da antiga nobreza. Já não é o peão fidalgo – o bourgeois-gentilhomme – que arremeda os ares da côrte; é uma classe, uma geração inteira que invadiu os palácios, que se mandou escrever no livro de ouro pelos reis d’armas de todos os países, que mofa do passado que não ouviu o seu nome, e do futuro que o não há-de conhecer: o presente é seu porque o domina. Sabe que não vem na história, nem há-de ir à posteridade. Que fez ela, que fizeram seus avós para isso? Mas a ciência e as letras, a indústria e as artes são suas, sua é a riqueza, seu portanto o presente.

Esses títulos, essas honras, essas decorações de ouropel não valem nada diante dos arcos de ferro da minha burra – diz a classe média: “uma tira de papel assinado por mim gira o mundo com o valor que lhe eu quero dar – eu negociante, eu fabricante que não sei o nome de meu avô – enquanto esses pergaminhos que têm séculos, que rezem de antepassados duques, príncipes e marqueses, ninguém dá um cruzado-novo por eles.

E dizem a verdade: mas querem o pergaminho, e querem a fita, e querem a cruz, e o título, e... se eles pudessem comprar a história também!...

Moralize o facto quem quiser; eu somente o estabeleço.

Daqui o imenso número de distinções honoríficas, a variedade de suas espécies, a divisão infinita de seus graus. Só nas ordens militares, desde o Esporão ao Tosão d’ouro, que variegado arco-íris de graduações e de cores!

A democracia invadiu o guarda-roupa do feudalismo, rasgou quantas cabaiais lá achou, dividiu-as entre si às tiras, e foi-se mostrar pelas suas.

Daqui também, do imenso número de candidatos, a necessidade de reduzir, de suprimir enfim de todo, as antigas formas e cerimonial que nos rituais eclesiásticos e civis estavam marcados para essas investiduras.

D. João II ainda fez condes com todo o rigor da liturgia feudal. Em nossos dias, não há muitos anos, ainda era preciso ser armado cavaleiro para ter o hábito de Cristo.

Hoje, desde S. Petersburgo até Lisboa, faz-se tudo com uma folha de papel que se dá ao homem, e o homem fica tudo o que o querem fazer.

A consideração pública à parte.

Em Inglaterra a democracia é mais vigorosa, mais ilustrada, mais rica do que em nenhum país; mas cõscia da sua força não pretende assimilar-se as formas, doirar-se com o esplendor da nobreza: quer mais, quer aniquilá-la. No continente, a aristocracia não é temida, em Inglaterra sim. Mas em Inglaterra a aristocracia é forte, rica, instruída, está senhora de toda a força, de todo o poder do Estado; resiste portanto, entrincheirou-se, para resistir, na Igreja, no parlamento, nos tribunais, no exército, na marinha.

Por isso em Inglaterra achamos ainda as formas e solenidades feudais conservadas com escrúpulo, as distinções sociais mais circunscritas, o acesso às dignidades mais difícil.

Ali ainda ninguém é cavaleiro enquanto o Soberano em pessoa, empunhando a espada do Estado, lhe não deu no ombro os golpes simbólicos e quase religiosos que o consagram à honra, ao serviço de Deus, do rei e da sua dama. Ali ainda se não dá uma comenda numa folha de papel, nem uma cruz de ordem militar por uma portaria.

Repito que não moralizo, nem julgo dos factos; digo como eles são.

A nossa estampa representa a rainha Vitória dando a investidura da ordem do Banho, na sala do trono no palácio de St. James.

A rainha, sentada no trono, revestida do manto, e ornada com colar e placa da ordem, tendo o príncipe Alberto à sua direita, e o duque de Cambridge à esquerda, preside o capítulo da ordem. Os cavaleiros grã-cruzes tomam assento na mesa capitular que está defronte do trono.

O postulante conduzido pelos dois grã-cruzes mais modernos, ajoelha à direita do trono. Rei d'armas Bath apresenta ao príncipe Alberto a banda e insígnia

da ordem; este as oferece à rainha grã-mestre que as lança ao novo cavaleiro que antes fora armado tal pela mesma augusta mão. Os cavaleiros grã-cruzes estão todos com os seus mantos e insígnias.

A muito honrosa ou muito honrada (most honourable) ordem do Banho, pretendem alguns que seja muito antiga. A sua existência formal e regular data todavia somente de 1725, época em que foi restaurada por Jorge Walpole; o famoso Sir Robert Walpole foi o autor da lembrança e o director da execução. As insígnias da ordem são uma cruz de malta de ouro, de oito pontos, esmaltada de branco; nos quatro ângulos um leão passante; no centro a rosa por Inglaterra, o cardo por Escócia, e o trevo por Irlanda, saindo de um ceptro entre duas coroas imperiais de ouro. À roda um círculo encarnado com a letra, ou mote, "*Tria juncta in uno*". O manto da ordem é encarnado, forrado de branco. Também é encarnada a fita.

Há três classes de cavaleiros – Grã-cruzes, comendadores e companheiros. O número é fixo e muito limitado.

Foi ultimamente reformada a ordem em 1815.

Não costuma dar-se a estrangeiros.

A. G.

Vol. I, N.º 2, Maio de 1845, p. 22-23

BERNAL FRANCÊS

Desde que em 1828 publiquei em Londres pela primeira vez a interessante rapsódia de poesia popular que tem este título, ela tem feito a volta da Europa, sendo traduzida em diversas línguas, já no próprio fragmento, já na reconstrução ou imitação dele que ao mesmo tempo dei à luz.

Ultimamente recebi de Inglaterra, do meu amigo o cavalheiro João Adamson uma nova tradução inglesa, diferente e mais acabada do que a impressa há dois anos no primeiro volume do meu ROMANCEIRO;³ de Espanha chegou também há poucos dias uma bela e elegante versão em castelhano.

³ Romanceiro e Cancioneiro geral I vol., IV da colecção geral de meus opúsculos poéticos. Lisboa, 1843. (nota de A. G.)

Juntarei aqui uma e outra para satisfação do público português, e em demonstração também dum grande e importante teorema que ainda me parece não ser tão geralmente demonstrado quanto precisa sê-lo entre nós; vem a ser: Que tanto mais nacional, mais estreme e puramente nacional é uma obra, mais agrada aos próprios estrangeiros, mais segura está de se generalizar e ser conhecida no mundo literário. O que não tem cor nacional, o que pode ser para todos, é o de que todos fazem menos caso.

Mas não só como obra literária, ou como coisa de imaginação e objecto de curiosidade são interessantes estas relíquias. Eu creio nelas como coisa histórica. E tenho mais fé nesses documentos que nos conserva o povo com toda a sua ignorância, do que nesses outros que deixou escritos a sapiência dos letrados. O povo altera, traduz, corrompe, mas não inventa.

Vou pôr aqui, restituído e apurado por longo trabalho de meditação e comparação de muitos exemplares, o texto original do Bernal Francês, segundo o conservou essa tradição.

É este um dos mais belos e seguramente mais antigos romances da nossa península. Não aparece, como já noutra parte disse,⁴ em nenhum dos romanceiros castelhanos nem na vasta colecção de Ochôa; e denota todo ele mais antiguidade que os mais antigos que naqueles códices se acham. Os neologismos da dicção devem-se às causas já referidas tantas vezes, que todas estão no variável e pouco seguro cofre da memória popular em que têm andado guardadas estas relíquias, sem mais autêntica do que essa mesma recordação imemorial, bastante em direito para outras posses: porque o não será para esta?

Além de não andar nas colecções da nação vizinha e irmã, nenhum vestígio de idiotismo seu, nenhum ressaibo castelhano se nota nesta composição toda portuguesa. As agudezas e artifício dos trovadores da côrte de D. Dinis e de Afonso III também aqui são estranhas: é mais antiga e menos polida a civilização que a produziu.

Quando sobre esta simples tela bordei o pequeno poema que pela primeira vez se publicou em 1828 com a Adozinda, o original de que me servi era muito mais imperfeito e cheio de lacunas, e unicamente fora copiado da lição vulgar da

⁴ Prefácio de Bernal, no I vol. do Romanceiro, pág. 100. (nota de A. G.)

Estremadura. A que dou agora é principalmente correcta pelos manuscritos do Cavaleiro de Oliveira⁵ aperfeiçoada ainda pela colação com as diversas cópias das províncias do Norte, especialmente da Beira-Baixa que são em meu entender as mais seguras, segundo já observei também.

Chamei-lhe então xácará: duvido agora se a classificação foi bem feita, duvido até da mesma teoria da classificação que aí procurei estabelecer às apalpadelas. Acham-se, é verdade, estas variadas designações, romance ou rimance, xácará, solau, que parecem designar espécies; e ainda as que indicam ser mais genéricas de trova, cantiga, cantar, canção: mas o que elas sempre designam ou quiseram designar não é fácil determinar positivamente com segurança. Mais modernas cuido que são as denominações de *loa*, *barca*, *tenção*, *chacota*; e também estas não estão bem apuradas em suas distinções características. Umas eram talvez determinadas pela forma exterior métrica, outras pelo estilo ou tom, outras pelo objecto e assunto, outras finalmente pelo uso, pela solenidade a que eram consagradas, pela ocasião a que eram compostas.

Já disse que o romance me parecia ser em sua origem um canto épico, isto é, todo narrativo, pouco ornado, pouco lírico. Os romances pastoris, os satíricos, os facetos, os eróticos, os mesmos mouriscos do século XVII, são já aberrações visíveis, ou pelo menos novas espécies produzidas pela cultura artificial da planta primitiva.

A xácará é toda dramática: o poeta fala pouco ou nada, não narra ele, senão os seus interlocutores que apenas designa e nem sempre claramente.

Mas estas duas espécies, se o são, juntaram-se muitas vezes e produziram, ora o romance-xácará em que predomina a narrativa épica sem exclusão do drama; ora a xácará-romance em que o diálogo é auxiliado de breves, brevíssimas indicações, quase rúbricas ou direcções de cena, que faz o poeta a raros intervalos. O povo, em muitas das coisas que recita deste género, diz as falas em verso e cantando, e as indicações narrativas em prosa, sem restrição a texto positivo, e mais ou menos difusamente segundo o talento ou a verbosidade do recitador.

O romance e a xácará têm em geral a mesma lei métrica, do consoante ou assoante fixo e do número octossílabo dos versos. O chamado romance hendecassílabo dos fins do século XVII é degeneração completa; e assim foi que

⁵ Veja o vol. cit. I do Romanceiro. Lisboa 1843. (nota de A. G.)

precedeu logo a morte dele. O solau será sempre cantar triste como indica Bernardim Ribeiro? Narrativo é ele também pelo que bem claro nos diz Sá de Miranda. Mas uma coisa não exclui a outra. Eu inclino-me a crer que o solau é um canto épico ornado, em que as efusões líricas acompanham a narrativa de tristes sucessos, mais para gemer e chorar sobre eles do que para os contar ponto por ponto.

Cantiga deve ser a expressão lírica e improvisada de um sentimento.

Cantar é talvez o género de todas estas espécies.

A trova mais artificial, mais elaborada, *achou-a* o poeta com estudo, cingindo-se a regras mais severas de metro ou de estilo: trovar (trouver, trovare) é *achar*; e para achar, procura-se, trabalha-se.

Canção também é termo genérico mas inculca mais artifício do que a cantiga e o cantar: entre nós designa mais estritamente a ode romântica da meia idade, com certas fórmulas de metro e divisão regulares de estrofes.

Loa virá do latim *laus*? Pode ser: é um canto de louvor, mas por certo modo e regra. A loa *deita-se* ainda hoje nos círios das províncias do Sul, recita-se nos presépios do Natal, nas províncias do Norte do reino. É um cantar de anjos, de génios, de espíritos: mas dramático, dialogado: é um coro hierático que se entoa, que se *deitan* do céu para a terra, que entes superiores cantam para ouvirem homens e deuses. Os Téspis do nosso teatro começaram talvez por aqui, antes que Gil Vicente e João da Encina subissem ao seu tablado de novos Ésquilos. Na descrição das festas do casamento do príncipe D. Afonso, crónica de D. João II acho que algum tanto no-la indicam as expressões de Garcia de Resende; e mais claramente ainda o romance de Aires Telles de Meneses – que nesta colecção achará o seu lugar no século respectivo. Aí diz, descrevendo aquelas mesmas festas:

Depois ledos tangedores,
À vinda da princesa,
Fizeram fortes rumores,
Espanto da natureza;
Barcas e loas fizeram,
E outras *representações*
Que a todos gran' prazer deram,

Conforme suas tenções.

A *barca* – alguma coisa da barcarola veneziana? – era, creio eu, cantiga alternada também, e outra vez a vozes e coro, que o mar mandava à terra para tomar parte em seus regozijos. Navegantes, tritões, sereias, – os habitantes reais e os imaginários do outro elemento vinham a este cantar e deitar suas loas, que apropriadamente tomavam neste caso o nome de barcas. Também se acham vestígios de barcas ao *divino*, compostas sobre assuntos religiosos. Adiante juntarei, em seu devido lugar, um documento positivo e mui curioso exemplar desta galante variedade, tão natural de nascer em um povo navegante e marinheiro como o nosso foi sempre.

Tenção é o *tençon* dos provençais, dístico breve, em metáfora ou dito engenhoso, já acompanhando e explicando o símbolo heráldico de uma *empresa*, no escudo, na bandeira – já expressando, em mais pacífico ensejo, os sentimentos íntimos e recatados do poeta que quer que o adivinhem sem ele se explicar de todo. A tenção é originalmente cortesã, e só tarde e degenerada se relaxou ao braço popular.

Da chacota, do que ela era pelo menos no século XV e XVI nos dá muitos exemplos e claro conhecimento o teatro de Gil Vicente, precioso tesouro de coisas populares, o mais rico e variado que temos e, em minha opinião, mais ainda que os próprios cancioneiros cujos colectores, homens de côrte, desprezaram tudo o que não era alambicado pelas modas e polida affectação dos trovadores cortesãos, enquanto Gil Vicente, homem do povo no meio do palácio, divertia seus amos com os dizeres, os gracejos, os modos originaes, as superstições antigas, as tradições imemoriaes, os cantares rústicos mas cheios d'alma, tintos na cor fechada e forte que só o povo lhe sabe dar e que não desbota.

A chacota era uma cantiga de rir e brincar, mas que mordida nos vícios e nos ridículos dos homens e dos tempos; uma espécie de *sirvente* menos áspera e severa, nunca séria e grave como ela, e mais popular: cantava-se a vozes; muita vez era o remate, o coro final dos entremezes e das farsas.

A mesma palavra *sirvente* ou *servente*, e a designação de versos *sirventesios*, não foi estranha aos nossos antigos, que houveram a palavra, e talvez confundiram a ideia dos provençais. Sabe-se que a *sirvente* do trovador era amarga, satírica; por vezes foi o grito de guerra, o hino revolucionário dos Alceus da meia idade contra a

tiranía real e sacerdotal: a sirvente nossa creio que era toda ascética e religiosa, senão é que mística.

Mas repito com sinceridade, que sim tenho consciência de navegar para a verdadeira latitude, não tenho certeza da longitude: as observações são imperfeitas e quase todos estes cálculos fundados em hipóteses vagas. Os nossos filólogos, que elucidaram tanta coisa insignificante, desprezaram sempre a literatura popular como indigna de seus clássicos estudos. Faria e Sousa e alguns poucos mais, que tinham o instituto da sua importância, sacrificaram aos prejuízos do tempo, e, ou por credulidade ou por pouco escrúpulo, fizeram-lhe fracos serviços, porque os fizeram sem verdadeira fé e lisura.

Eis aqui o fragmento original, apurado das diferentes lições orais, e da escrita de Londres.

ROMANCE.

“Quem bate à minha porta,
Quem bate, oh! quem ‘stá aí?”
– “É Bernal Francês, senhora:
Vossa porta, amor, abri.”
“A porta lhe vou abrir;
Mas se é outro cavaleiro,
Bem se pode daí ir.”
Ao saltar da minha cama
Eu rompi o meu frandil⁶,
Ao descer da minha escada
Me caiu o meu chapim,
Ao abrir da minha porta
Me apagaram meu candil...⁷
Pegara-lhe pela mão
E o levei ao meu jardim,
Fiz-lhe uma cama de rosas,

⁶ *Frاندil*, ainda hoje é usado em Trás-os-Montes, significa *fralda* no sentido metonímico antigo, por camisa, ou gibão branco de mulher. (nota de A. G.)

⁷ *Candil* é *candeia*, vela. (nota de A. G.)

Travesseiro de jasmins,
Lavei-o em água de flores
E o deitei a par de mim...

– “Meia-noite já é dada
Sem te voltares para mim;
Que tens tu, amor querido,
Que nunca te vi assim?
Se teme-los os meus criados,
Não virão agora aí;
Se teme-los meus irmãos,
Eles não moram aqui;
Se de meu marido temes,
Longes terras foi daqui,
De má traça o matem mouros,⁸
E a nova me venha a mim!...”

– “Não temo de teus irmãos
Que bem sei que são por mim,⁹
Não temo os teus criados
Que mais me querem que a ti.
A teu marido não temo,
E dele nunca temi...
Teme tu, falsa traidora,
Pois o tens a par de ti!”
– “Ai se tu és meu marido
Quero-te mais do que a mim...
Oh que sonho, tão mau sonho
Que eu tive agora aqui!

⁸ Má traça! o matem moiros,
Novas me venham a mim. *Ribatejo*
Más cutiladas o matem. *Beira-Alta* (nota de A. G.)

⁹ Pois cunhados são de mim. *Alentejo* (nota de A. G.)

Ergamo-nos já, marido,
Deixa-me vestir daí.”
– “Cala-te, falsa traidora,
Que não me enganas assim.
Deixa tu vir a manhã,
Que eu é que te hei-de vestir:
Dar-te-ei saia de grana¹⁰
E gibão de carmesim,
Gargantilha de cutelo,
Pois o quiseste assim.”

– “Deixa-me por’qui abaixo¹¹
Co’a minha capa a cair,
Vou-me ver a minha dama
Se ‘inda se lembra de mim.
– “Tua amada, meu senhor,
É morta, que eu bem a vi:
Os sinais que ela levava
Eu t’os digo agora aqui.
Levava saia de grana¹²
E gibão de carmesim,
Gargantilha de cutelo,
Tudo por amor de ti.
Os sinos que lhe correram
Por minhas mãos os corri,

¹⁰ Dar-te-ei saia de *guarane*. *Estremadura* (nota de A. G.)

¹¹ Deixa-me ir por’qui abaixo

Co’a minha capa caida

Quero ver a minha amada

Se é morta ou se ‘inda é vuva. *Minho, Ribatejo e var.*

Esta variante, que desobedeceu à lei da rima do romance, é muito geral. (nota de A. G.)

¹² Boa saia de *guarane*. *Beira-Baixa e var.*

Se não é corrupção de grana, estofo, roupa tinta de gran, vermelha, só se for derivação do francês antigo *guare*, (de duas cores) – o *garanvaz* das nossas antigas leis sumptuárias. Em quase todas as cópias vem *guarane* e não grana; donde me inclino a crer que a verdadeira lição original é *guarane*. Eu aloptei *grana* por ficar mais óbvio o sentido, mas parece-me que fiz mal. (nota de A. G.)

As andas em que a levaram
Eu de negro é que as cobri,
Caixão em que a amortalharam
Era de oiro e marfim,
Os frades que a acompanhavam
Não tinham conto nem fim;
Saíram-lhe sete condes,¹³
Cavaleiros mais de mil;
As donzelas a chorar,
Os pajens iam a rir.
Levaram-na a enterrar
À igreja de San’Gil.”

Palavras não eram ditas,
Por morto no chão caí;
Passaram horas e horas
Quando me tornei a mim.
Fui-me àquela sepultura,
Queria morrer ali:
– “Abre-te, ó campa sagrada
Esconde-me a par de ti!”
Do fundo da cova triste
Ouvi uma voz sair:¹⁴
– “Vive, vive, cavaleiro;
Vive tu, que eu já morri:
Os olhos com que te olhava
De terra já os cobri,
Boca com que beijava
Já não tem sabor em si,
O cabelo que entrançavas¹⁵

¹³ Sairam, isto é, foram em seu saimento ou enterro. (nota de A. G.)

¹⁴ Uma triste voz ouvi. *Estremadura*. (nota de A. G.)

Jaz caído a par de mim,
Dos braços que te abraçavam
As canas vê-las aqui!
Vive, vive, cavaleiro,
Vive tu, que eu já vivi.
A mulher com quem casares
Chamem-lhe Ana como a mim
Quando chamares por ela
Hás-de-te lembrar de mim.
Conta-lhe os nossos amores,
Que aprenda na minha fim.¹⁶
Filhas que dela tiveres
Ensina-as melhor que a mim,
Que se não percam por homens,
Como eu me perdi por ti.”

A. G.

Vol. I, N.º 4, Junho de 1845, p. 46

O CASTELO DE DUDLEY

FOLHAS TIRADAS DO ÁLBUM D'UM EMIGRADO

Amanheceu tão belo hoje este dia como se estivéssemos em adiantada primavera; e são quinze de Janeiro. O céu está sem o pesado capote das *cores nacionais*, e os raios de sol reflectem nos inumeráveis e brilhantes espelhos que formou o gelo severo destes dias. Todavia nunca senti tanto frio em minha vida. Metemo-nos em um *gig*, eu e o meu amigo A. Had., para irmos visitar as célebres ruínas do castelo de Dudley, e mais curiosidades de suas vizinhanças. O castelo tem,

¹⁵ As tranças com que folgavas. *Açores*. (nota de A. G.)

¹⁶ O povo, assim como os nossos antigos escritores, ainda hoje faz fim ora masculino ora feminino, mas não indiferentemente nem à toa. *Fim* como alvo, objecto, etc., é sempre masculino, como termo, acabamento da vida ou de outro estado qualquer, sempre feminino, para eles. (nota de A. G.)

já se sabe, a sua aldeia ao pé. Aldeia lhe chamo eu, mas sua população é muito superior a qualquer das povoações que em Portugal assim nomeamos. Aqui tem o nome genérico inglês de *town* que me parece não ter correspondente em Português. Cidade e vila são povoações com foral dessa graduação, e correspondem exactamente ao *city* e *borough* inglês; mas para *town*, género daquelas espécies, não temos palavra.

São dez da manhã, e começamos a rodar. Saímos de E... pela nova estrada real que proximamente se acabou de concluir, e que serve hoje de principal comunicação entre este reino e o de Irlanda. A estrada é magnífica, óptimo pavimento, bem escoada de águas, acabada com a proverbial perfeição inglesa. Toda ela é de um lado bordada de soberbas casas apalaçadas, com seus jardins à frente – ou de elegantes *cottages*, e nos intervalos, renques d'árvores, campos sempre verdes, ou bem dispostas e cultivadas hortas. Por tão delicioso caminho andámos quase oito milhas, encantados (pelo menos eu) da beleza e variedade dos objectos que nos cercavam, e que, uns após outros íamos descobrindo. Seria à volta das onze quando o país começou a mudar d'aspecto visivelmente. O esmalte das campinas vai diminuindo de seu viço, a aparência das casas é já menos elegante, a atmosfera menos pura, até os gestos dos camponeses que encontrámos têm não sei quê de mais rude e selvagem. Em breve demos num país árido, feio, e melancólico como um dia de derradeiro outono inglês. Campos negros, casas tristes, o chão revolvido e queimado, todos os sinais d'um vulcão vizinho. Aumenta esta aparência o calor do ar, as nuvens de fumo que enlutam o céu, a multiplicidade de clarões sulfúreos que se divisam por entre a névoa, o próprio cheiro desagradável do enxofre, e o semblante pálido dos poucos, rotos e miseráveis habitantes que se encontram. Algumas toesas mais de caminho me deram a razão da mudança: vimos a boca de uma mina de ferro, e junto dela uma fábrica trabalhando com sua possante máquina de vapor. Desta mina, e de outras como esta (das quais algumas são também de carvão, e entre todas, inumeráveis) provêm os fogos que avistei, o fumo, a desolação do campo, e todos os outros desagradáveis sintomas de uma terra de minas e mineiros. A que privações e misérias se não sujeita a avareza do homem – não satisfeito com as produções, que a superfície da terra com tão pouco trabalho lhe dá, vai romper os seios da mãe generosa para desentranhar esses metais – esse ferro e esse ouro ambos origens de tantos crimes... Lugares comuns

de moralidade velha! Com uma queixada de burro se cometeu no mundo o primeiro homicídio: o homem não lhe faz minguia coisa alguma para obrar como quem é. Que mal lhe fazem as minas ou os minerais?

Já perto do castelo, já quando claramente avistávamos seus erguidos torreões e altas ameias, que pela maior parte se conservam ainda em pé, atravessávamos uma planície que se estende bastante larga desde a falda do monte em que ele está situado. Parámos para observar o extraordinário aspecto que apresenta. Negra toda a vasta campina, e coberta de fezes ou escória de ferro e sedimentos de carvão: aquém e além pequenas e miseráveis habitações também negras e tristes, dispersas irregularmente. Um braço d'água estagnada e mal cheirosa (parte do canal de Birmingham) atravessa a campina, mas sem murmúrio, sem nenhum sinal de animação e vida que sempre dá um ribeiro às margens do prado por onde passa: calado, triste e sem corrente, apenas se ouve o som da água quando a ferem os enormes lemes ou esparrelas das barcas que vão passando. No momento em que parámos, aí uma carregada com três altos de carvão; à ré um velho, cego e membrudo barqueiro com todos os ares de Caronte. Duas mulheres, cujo aspecto nada tinha de agradável, iam sentadas ao pé dele, sérias e carregadas, mesmo como duas inglesonas puritanas, tinham todo o jeito de duas almas recém-chegadas que o barqueiro da Estige passa para o outro lado pelo módico preço de um óbolo. – Este incidente nos fez atentar com outros olhos para a cena diante de nós. O estagnado canal tomou-me toda a aparência de Cocito, os imensos fogos das fornalhas e engenhos circunstantes me pareceram o inflamado Flegetonte. A tudo deu a imaginação semelhança; e se não fora um coche a quatro que a toda a brida passou carregado de sólidas massas bem viventes, bem animadas de bife e cerveja – não acordávamos tão cedo do sonho que nos entretinha. Ladeámos para deixar passar o coche; e saindo do nosso inferno que tão depressa ali tínhamos arranjado – tomámos o caminho da aldeia ou vila (talvez honra ou couto) de Dudley, onde entrámos em poucos minutos.

Era justamente meio-dia quando parámos à porta da estalagem das *Armas de Dudley*, (*Dudley arms inn*). Um enorme retábulo pintado com todo o rigor e luxo *heráldico* estava por cima da porta principal da estalagem, e justificava o título ou invocação da pousada. Cumprimenteiro *Mine-host* veio à porta, de boné na mão, com o sabido cortejo de Mrs. & Miss *Busybody*, todos três tipos clássicos duma

família de estalajadeiro inglês: ele, gordo, coroadado e risonho, sua *cara metade* espremida e puntilhosa, com um coruchéu de touca empinado, e soberbo de firifolhos espantosos; a amável progénie alta, longa, aguda, esguia e curva – anzol verdadeira – em que triste do peixe que morder!...

Costumo quase sempre, fiel às minhas tradições e devoções shakespearianas, entrar em conversação com *Mine-host*, galante personagem, curioso e comunicativo em Inglaterra mais que em nenhuma parte. Parece que a taciturnidade geral do país é como consequência de delegação tácita que dessem aos seus estalajadeiros para linguajarem por todos e fazerem as honras do palatário aos viajantes e estrangeiros. Mas não me senti agora com ânimo – talvez me afugentou a rigidez quasi-quakeriana que vi pintada na figura da dona da casa, – e a bem *inútil* reserva e *pruderie* de sua aspérrima filha. – O caso é que deixei o meu amigo ordenar o jantar, e ir cuidar de negócios seus que aí tinha no lugar; e eu fui dar uma volta por ele.

Dudley é bastante grande; cuido que terá as suas dez mil almas: as ruas são sofríveis, e os edifícios mais que medianos. A principal igreja ou paróquia é edifício novo, mas construído perfeitamente em todo o rigor da arquitectura gótica, ou que vulgarmente chamamos gótica.

Pareceu-me excelente em seu género. Os Ingleses têm ultimamente restaurado este gosto de arquitectura, que tão belo é e tão solene, e que o servilismo das imitações gregas, o *rococó* das monstruosidades *greco-galas* dos três últimos séculos tinham prescrevido e proscrito.

A arquitectura gótica com suas agudas arcadas, com suas compridas e estreitas janelas, suas obscuras naves, sua melancólica solenidade, é mais própria de um templo cristão e de suas augustas funções, do que a elegante, a garrida, e demasiado risonha arquitectura grega. Os mistérios de Ísis, as orgias festivas de Baco, as solenidades de Flora, e as festas de Apolo ou Júpiter ficavam bem entre colunas dóricas ou coríntias. Mas os ritos cristãos, sérios, graves, e mais dirigidos ao coração que aos sentidos, dizem melhor com a tristeza sublime d'uma igreja gótica.

Voltei à estalagem a encontrar o meu companheiro, e juntos fomos a caminho do castelo que está sobre uma altura, eminente à povoação, de que ainda

hoje seu dono feudal, o barão de Dudley, é senhor independente e em muitos respeitos quase suserano.

Batemos a uma porta ou cancela de ferro que fecha o que foi esplanada do castelo. Abriu-nos um dos trabalhadores do barão que aí mora em uma casinha construída sobre os restos de um dos torreões da cerca exterior. Cuidou que vínhamos em busca dos muito notáveis fósseis, de que ali tem sempre cópia junta para vender *aux amateurs*, e de que abundam grandemente as ruínas calcárias que ali se lavram. Apresentou-nos logo o bom do homem várias petrificações extraordinárias na verdade, porque a maior parte são conchas, mariscos e outros produtos marítimos, estando aquelas minas positivamente no meio, e no mais alto do meio, da ilha.

Pareceu-me entre todas mais notável uma casta de réptil (réptil cuidei eu) cuja aparência era a de uma pequena rã na parte da cabeça, mas no resto oblongado a modo de cauda de lagarto. Todavia os meus pobres conhecimentos zoológicos me tinham enganado: o animal era um marisco hoje desconhecido a que dão o nome de *Pediculus marinus* (saltão, gafanhoto ou cigarra marinha). Trilobite lhe chama Mr. Parkinson, *Dudley-locust* (locusta ou gafanhoto de Dudley). – Comprei por uma bagatela dois destes animais em uma curiosa situação. – Quantos mil anos terão decorrido, e os pobres animais (estátua e monumento do que foram) ainda hoje se conservam na mesma e significativa posição em que no meio dos prazeres os surpreendeu a morte! – Que milhares de anos haverá? Séculos por certo, que já não poucos tem o castelo de Dudley edificado sobre o monte em cuja concavidade se acham estes e outros fósseis.

Propôs-nos o vendedor de raridades se queríamos ir ver o sítio em que elas se acham, – que é, como disse, por baixo do castelo, nas profundas escavações que, para lavrar sua mina de cal, ali se têm feito. Aceitámos; e o bom do mineiro se ofereceu para *cicerone*. Caminhámos largo espaço pelo parque que rodeia o castelo, e chegámos a um dos boqueirões ou entradas da mina.

(*Continua.*)

A. G.

Vol. I, N.º 1, Abril de 1845, p. 49-50

O INGLÊS

III

Nós vamos devagar, caro leitor; vamos muito devagar, amável leitora; muito demais, não-de achar. Mas paciência! caminhamos seguros e certos, pela vereda da análise, que é o único modo de achar a verdade, especialmente em matérias tão difíceis e importantes.

Trata-se de conhecer esta existência única, este ente tão singular, o INGLÊS; não se pode ir depressa, que o estudo é longo e precisa de ser profundo.

Parámos no drawing-room; e porquê? Porque antes de dizer, porque para poder dizer, o que é um drawing-room, era preciso dizer o que ele não é.

Não pensem que me espalho e esqueço por inúteis digressões; não senhor: tendo constante ao meu fim, não perco de vista o meu assunto. Estas que ao observador vulgar parecerão divagações desultorias, são na realidade observações transcendentais, que travam e ligam magistralmente com a matéria.

Continuemos portanto.

O salão francês puro, como o reconstruiu o império sobre as ruínas e com as relíquias do “antigo regime”, tem pois, segundo eu dizia¹⁷, a pêndula de rigor e os dois vasos de flores contrafeitas sobre a chaminé.

No lar do fogão, e artisticamente colocados em cima das “genetas” de ferro fundido, ardem na branca cinza graciosamente empilhados os tições graduados e medidos. O espelho alto e largo, também assente sobre a chaminé, reflecte tibiamente a luz do carcel vedado com seu *abat-jour* de fantasia...

Abat-jour como se há-de traduzir em Português? Bandeira não parece próprio senão do antediluviano utensílio de latão com três bicos, de que apenas se vê já hoje raro exemplar na loja de algum caldeireiro anti-progressista, pendendo tristemente do enferrujado prego, como quem deplora, no eloquente silêncio da imobilidade, os perdidos costumes de nossos bons maiores e as estranhas inovações de seus degenerados netos.

“Tapaluz” talvez não fosse má palavra... Ora vejamos como fica.

É noite, antes do chá: começou o whist naquela mesa, faz-se política nessesoutro canto, música além; aqui ao pé do sofá está o candeeiro sobre a banca redonda. – Júlia copia para a talagarça um elegante desenho de Berlim. O cabaz das

¹⁷ Na parte II.

lãs está ao pé; e Eduardo *faz espírito... faz?...* não sei, mas é como se fizesse – faz, sim senhor, demos que faz espírito sobre aquele ramo que pende, sobre aquela camélia que está ao pé do forget-me-not.

A camélia é branca, o forget-me-not é azul... que lindas coisas se não dizem sobre isto – com a graça com o talento que têm os nossos rapazes! Pois Eduardo diz coisas lindas; e Júlia, que *entende* as coisas lindas (não há nada que anime e dê espírito como é ver a gente que o entendem!) – Júlia distrai-se do bordado, troca as lãs,... vejam!... lá fez um cravo azul-claro, e uma rosa verde-mar.

Peço perdão da velhice! Como se uma elegante da época derrogasse a ponto de bordar dessas flores rançosas. Era uma buganvília, um hibisco, uma calceolária, um cacto mesmo, se quiserem... Mas flores do canteiro da minha avó! Que pequice!

Pois foi uma gardénia – vulgo jasmim do cabo – o que se trocou de branco para azul ou roxo, ou furta-cores talvez...

– Faz favor de se calar e tirar esse *tapaluz* do candeeiro, Sr. Eduardo, que não sei o que faço... troquei as lãs. – O tapaluz!... Seria do tapaluz?... ou distracção por estar a pensar no que ontem lhe disse aquela pessoa?

– Pessoa!... Que pessoa? Não diga sensaborias e tire o tapaluz.

– Tapaluz é palavra que... (tirando o tapaluz)...

– Diga, diga alguma coisa bonita do tapaluz... das que tem sempre para dizer...

– Tapaluz... tapaluz... é como quem diz...

E não disse nada.

Então tapaluz não presta talvez.

Pois busquem outra coisa para *abat-jour*... que eu não sei.

Aqui está como se experimenta uma palavra; se as sujeitassem sempre a este processo, talvez não tivessem algumas tão chochas e tão deslavadas na nossa língua.

Voltemos ao salão francês.

O tapaluz ou abat-jour representa uma cena do Judeu errante... talvez a pantera devorando Jovial, ou Mr. Rodin espreitando pelo buraco na casa dos doidos, ou os cabelos ruivos de Mlle. de Cardoville, ou os sapatos ferrados em cruz do próprio misterioso protagonista que vai ao polo todos os anos, e é a cholera-

morbus, e faz bem a toda a gente, menos aos Jesuítas, que há-de dar cabo deles... ainda bem!

O carcel está sobre uma banca redonda – *gueridon* – com pedra em cima.

Aos dois lados da chaminé, os divãs – nas paredes, aguarelas ou gravuras; nas janelas cortinas ligeiras caprichosamente apanhadas; ao pé do fogo umas cadeiras baixas estofadas, sem braços – *chaufeuses* – calculadas para a enorme roda dos vestidos actuais. (Propõe-se outra vez as saias esguias, mas eu não creio nelas por ora.) Um forte piano rococó, algum móvel inútil do século 16 a 18. Enfim alguns jornais da moda, alguns tomos do romance do dia completam a mobília do quarto.

É elegante, é bonito; *está-se* ali, pode-se ali estar; mas é possível estar melhor noutra parte.

No drawing-room inglês não senhor: vê-se, sente-se que é impossível *estar* senão ali, que ali está o coração, a vida, a existência toda da mulher bela ou interessante que é a alma da casa. – Ausente ou presente, vê-se toda uma mulher inglesa na sua sala. A francesa vive no teatro, no boudoir, no quarto da cama, no toucador, nas Tulherias, em Torton, na Bourse mesmo, em São Tomás de Aquino, nos arlequins, em Versalhes, na exposição, no Instituto, na loja de modas, no observatório, nos sermões do Pe. Lacordaire e nas leituras de Edgar Quinet... A inglesa *vai* a tudo isso, ou a coisas que se parecem com tudo isso, mas *vai*, não *vive* – viver é só no seu drawing-room.

Ora nós estamos em casa de Sir Ralph: lembrem-se. Já sabemos que há duas senhoras nesta casa: vamos a vê-las no seu drawing-room.

A. G.

Vol. I, N.º 4, Junho de 1845, p. 50

O CASTELO DE DUDLEY

(continuação)

Altos e corpulentos álamos assombram a entrada da caverna: sem folhas agora, e sem o mínimo sinal de vegetação, parecem dar-lhe ainda um ar mais romanesco do que porventura quando vegetarem com o verdor da primavera. O boqueirão está exactamente aberto num dos lados do monte que naturalmente é

quase talhado a pique. Entra-lhe suficiente luz para se ver o interior da caverna em oito ou dez passos de internação; mais para dentro a obscuridade é impenetrável. Descemos por um despenhadeiro íngreme e escorregadio, e parámos a observar o extraordinário aspecto desta vista subterrânea.

Uma abóbada imensa e rude, suspensa sobre naturais pilares, ou porções de pedra que os mineiros foram deixando para sustentar o tecto de subterrâneo, a luz do dia que entrava pela fenda da abertura, a imensidão da caverna, o som quebrado dos nossos passos que retiniam lugubrememente pela vastidão daquelas concavidades, formava tudo uma sensação tão extraordinária, tão nova e tão fora da natureza, que me parecia transportado a uma cena de romance, atravessando as entranhas da terra para ir quebrar o incauto d'alguma princesa que maus feiticeiros tivessem encarcerado debaixo da guarda de terríveis dragões e mágicas serpentes. Sentimos um som confuso, mas tremendo como de queda de grandes massas na profundidade de um poço. – Todas as abóbadas repetiram aqueles sons, e os multiplicaram em ecos reflectidos, que, decrescendo pouco a pouco findaram em um murmúrio lamentoso, e não menos aterrador que o primeiro som donde provieram. – O nosso guia tinha-nos deixado, não tínhamos quem nos explicasse o extraordinário fenómeno, e o atribuímos a uma porção de abóbada que desabasse sobre algum depósito d'água que aí houvesse. – Mas a mesma bulha se repetiu segunda e terceira vez. Então ouvimos umas vozes confusas e em grande distância; logo uma luz, que parecia estar longe pelo menos três quartos de milha. A luz foi-se aproximando visivelmente e as vozes ouvindo-se mais distintas. Não pudemos imaginar o que seria; mas os mesmos sons que havíamos escutado continuavam de vez em quando a retinir, suposto com muito menos força, e em muito menor distância. A luz aproximou-se mais e mais, e de repente desapareceu.

“Temos aqui bruxaria” (disse eu ao meu companheiro de aventura) “alguma coisa extraordinária pelo menos” – “O que é extraordinário” (me tornou ele) “é que o nosso *cicerone* desapareceu sem dizer nada”.

Começámos a olhar um para o outro, não com o mínimo receio, porque a saída da caverna estava perto, mas na desconfiança de que nos quisessem pregar algum susto, que é favorito divertimento dos habitantes daqueles subterrâneos. Porém como estávamos prevenidos, determinámos esperar pelo desfecho da aventura; e como não podíamos andar mais para diante, porque nem luz nem guia

tínhamos, parámos a examinar o que era visível nas cavernas. – Súbito ouvimos uma rústica e simples toada de coisa como de cantiga popular, cantada por diversas vozes que sofrivelmente se harmonizavam. Olhámos admirados um para o outro. As vozes pareciam vir debaixo da terra e de mais profundo ainda que o pavimento onde estávamos.

“É ou não feitiçaria?” disse eu rindo contrafeito, porque todavia tão extraordinários fenómenos me tinham exaltado um tanto a imaginação, e não estava com grande vontade de rir.

Diversas e multiplicadas conjecturas começávamos a fazer, quando repentinamente ouvimos à esquerda a voz do nosso guia que surdiu ao pé de nós como sombra de teatro por alçapão. – “Vamos que aqui estão luzes.” – Voltámo-nos imediatamente e então vimos um braço de água que não tínhamos descoberto, e que entrava mais pelo interior da caverna, correndo por debaixo de uma abóbada menos elevada. O *cicerone* estava dentro de uma barca que nadava na dita água, e com mais três homens, armados de candeias e archotes. – Então conhecemos as razões de todas as extraordinárias coisas que tínhamos visto, e ouvido. Este canal passa por debaixo do monte, e por um leito ainda mais baixo que o pavimento da caverna onde estávamos. Parte do caminho por onde corre é coberto com uma abóbada artificial, mas em diversos intervalos é aberto; e num desses intervalos mais remotos vimos a luz do bote que se vinha aproximando, e que de repente desapareceu quando entrou outra vez debaixo da abóbada. Navegou até junto de nós, sem o vermos porque vinha debaixo de nossos pés. Como o canal é estreito, a barca, que é toda forrada de ferro para resistir aos contínuos embates que leva, tocava de vez em quando nos lados do canal, e produzia os sons que ouvimos, e que o eco das abóbadas aumentava, e fazia tão temerosos.

O nosso guia, que agora nos explicou tudo isto, no-lo tinha previamente ocultado, e se escapara sem dizer nada por um trilho oculto, na intenção de nos causar uma *agradável surpresa*. O que suficientemente conseguiu, quanto podia esperar-se de dois incrédulos como nós éramos em visões e outras bruxarias. – Este canal é todo obra d’arte, e serve de meio de condução a todo o comércio das províncias comarcãs. – A tanto têm chegado os esforços da indústria inglesa, que meras empresas de particulares negociantes (e sem a mínima ajuda do Estado) rompem montes, terraplanam vales, cruzam rios uns sobre os outros, e fazem por

toda a parte daquele venturoso território girar o comércio, e circular o verdadeiro sangue do estado pelos mais remotos ângulos do país.

(Continua.)

A. G.

Vol. I, N.º 4, Julho de 1845, p. 53-54

O BRASILEIRO EM LISBOA

I

Lisboa, 22 de Junho de 184...

Caju da minha vida, banana da minha alma, beija-flor de meus pensamentos, ouro preto de minha saudade! Mohema, onde estarás, que farás tu a esta hora?

Viverás tu da minha lembrança?

Há seis meses que habito esta terra de meus pais – e o triste verdor de suas oliveiras, a pobre vegetação de suas vinhas não me pode fazer esquecer as esplêndidas riquezas das nossas florestas. – Uma laranjeira!... Fazes ideia tu, Mohema querida, do que é uma laranjeira aqui? É um mesquinho e rasteiro arbusto comparada com as nossas. Aqui a natureza não coroou o ananás rei das frutas da terra, nem pendurou a jaca poderosa do capitel dórico de verdura que sustenta a cúpula frondosa dos nossos pomares...

Não, Mohema, não há nada na terra de meus pais que me faça esquecer da terra em que nasci.

E contudo Lisboa não é má cidade. Eu divertia-me mais em Curitiba, é certo; mas não passo mal aqui.

Temos toiros, temos cavalinhos, dois teatros franceses – isto é, representa-se em português, mas as comédias, e o modo de falar e de representar, as cenas, os costumes, a acção, a vida, tudo é traduzido do francês. Vê como há-de ser bonito!

E há vapores para Almada, que é da outra banda do Tejo – e ônibus para Benfica e para o Lumiar; e já há duas ou três lojas onde se vende neve... É quase como no Rio de Janeiro.

Uma delícia viver em Lisboa!

Desde madrugada que as agradáveis distrações começam. Ao domingo sobretudo.

Eu tenho um amigo –quem é que não tem o seu amigo? – tenho um amigo, rapaz de bom gosto, elegante se os há, e que se diverte como um príncipe. Raras vezes nos vemos, porque eu sou, como sabes, um sensaborão, e não posso acabar comigo a gozar agradavelmente a vida... E daí penso em ti, cana d’açúcar da minha alma, e não posso achar doçura em mais nada.

Isto sim, que é ser fiel, Mohema! Olha que não há mais dois brasileiros como eu: são uns chorões por cá, uns derretidos com estas meninas brancas do reino! É uma vergonha nacional, e me parece que é abater nossa bandeira verde da independência... Mas disto falaremos para outra vez. Agora quero fazer-te conhecer o meu amigo.

Raras vezes nos vemos como te dizia; mas quando sucede encontrarmo-nos, costumo ser o depositário de seus amáveis segredos, e sei toda a sua vida.

Eis aqui como ele a passa. Tomemos um domingo por exemplo. Quero-te contar a história de um domingo do meu amigo.

É um galante rapaz, já te disse; veste-o o Jung; tinha este inverno um paletó delicioso com – peles de *astracã*... ou de carneiro do Alentejo – dizem os maledicos, mas eu sei que são da Rússia. Agora traz fraque de casimireta com portinholas calibre de quarenta e oito. Rara vez monta a cavalo, mas o chicote e as esporas de rigor não o largam. Bigodes, já se sabe. Não que fosse à guerra, coitado! mas foi à paz, que é o mesmo, de muita carta que venceu... à banca. Mora num delicioso quinto andar dos arruamentos da Baixa, num belo quarto com vista para o saguão. Não fazes ideia que lindeza!

Já o quarto é um tipo de elegância. Três palmos de tapete – nada menos – diante do canapé; os quadros do filho pródigo ornaram as paredes; e a metade de um espelho da Alemanha reflecte e *refracta* as feições e o sabão da barba do meu amigo. A três varas do chão se ergue, sobre quatro pés de caixa d’açúcar polida, uma imensa mole coberta de assarapantadas ramagens de chita... é a cama.

Tem criado estrangeiro o meu amigo; um verdadeiro groom que fala a língua do norte... norte de Valença do Minho – que vulgarmente se diz Galiza. – Aqui para nós, desconfio que o groom não é verdadeiramente do meu amigo mas da hospedaria. Mas isso que importa? Ele vive *en garçon*, não está para ter casa: – é uma seca.

São oito da manhã, e o groom que entra em deshabillé de calça de estopa, sapato de vaca, etc., e anuncia que são horas. Levanta-se o meu amigo e pede o seu *toilette du matin*. Calça pol... não digo não, que já aborrece – calça de largas riscas – gravata de fantasia, colete vaporoso e ideal... e ei-lo que trota para o Terreiro de Paço.

– “Senhora D. Carlota! a estas horas, tão cedo! Não ficou cansada de ontem, minha senhora?”

– “Eu nunca me canso... E é já tarde para o banho?”

– “Tarde, minha senhora! Ainda não andam os ônibus. A propósito, vai hoje passear de ônibus a Benfica, ver as Laranjeiras?...”

– “Se as manas forem...”

E as manas são três graças fuscas e amarelas, de chapéus azuis com pluma espetada de fora, e todo um jardim botânico por dentro – vestidos verdes com riscas amarelas e um labirinto inextricável de cores e meias-cores por mantas, luvas, fichus, fitas, laços, franjas, borlas e mais apensos que constituem um destes cabides domingueiros, destas basílicas armadas que Deus permite que passem por essas ruas de Lisboa para afugentar maus pensamentos e tornar impossíveis as tentações do diabo.

Ora estas manas desesperam com o meu amigo por ele preferir a mana Carlota que é um tanto menos hedionda, e canta ao piano

Numa deserta praia

por alma do Sciopetta de harmoniosa memória. Mas sofrem-no porque ele sempre dá a sua contradança de vez em quando na galocha; e a um par atura-se muito, por menos *digno* que ele seja.

Dona Carlota, as manas, o meu amigo e o galego com o saco de chita marcham para a barca do banho.

Imaginas tu, Mohema, o que é um banho de barça em Lisboa? Não por certo; nem t’o eu quero descrever. Os teus moleques não entravam nele; e as tuas mulatinhas oh! isso nem vê-lo.

Enfim o meu amigo banhou-se, disse antes e depois muita coisa bonita – e *novas*: por exemplo, de Vénus que nasceu do mar, e das Nereidas que tinham inveja, e dos tritões que estavam enamorados e que haviam de ir carpir-se

À foz do Tejo em branca penedia

Minada pelas ondas salitrosas;

e muitas outras igualmente belas, elegantes e espirituosas. Não fazes ideia, Mohema: esta é a terra do espírito.

Despede-se até à tarde e vai almoçar ao café. Penetra através de uma nuvem de moscas, e brada com voz de freguês dos que pagam...

O meu amigo não é nenhum pelintra; saibam – brada, digo: “Manuel!”

Vem o Manuel, vem o café e as torradas e os ovos e a Revolução e o Correio. O meu amigo é empregado não sei em que repartição importante, tem vinte e cinco moedas de ordenado, pode tratar-se.

Depois do almoço uma partida de bilhar por desfastio. Perde-se, fica-se devendo... são horas de ir para o passeio. Vai-se a casa, outra toilette. Veste-se a calça branca, lavada da véspera, a vapor, pela patroa. E *branca* se lhe chama! Branca serás tu, ó calça, como eram brancas as formigas daquele consoante do Quevedo, que ficaram de provérbio para as coisas naturais e verdadeiras deste mundo. As longas abas do colete pendem muito abaixo do abdómen, e o chapéu – sem nenhuma aba – carrega maganamente sobre uma orelha, como quem diz: “E então?”

Lá estamos no passeio a conquistar.

A música toca, as damas passeiam, o sol escalda... chegam as horas de jantar. Depois de jantar para o ónibus: vamos a respirar poeira em Benfica.

As meninas do banho não faltam. Outros três elegantes do mesmo género completam o rancho.

O papá dorme ao som e movimento do enorme veículo. Os elegantes fazem prova de espírito, repetem as graças da última farsa da rua dos Condes, ou a sensaboria mais fresca do folhetim... Falam das peças de Scribe e de Dumas – da música de Donizetti. Ei-los na derradeira questão de S. Carlos. Qual sustenta a Rossi, qual é por Tamberlik. Se a Mabili é melhor sílfide que Mlle. Laribeu – se alguma delas é igual à Taglioni, se as irmãs Eslers é coisa em que se fale: tudo isto se diz, se disputa, e que lindas coisas ficam por dizer? Libretos, spartitos, tudo se analisa:

Ali fica estrangulado
O Donizetti, o Bellini;
E, se não fora quem é,
Morrera o próprio Rossini.

De quantos passam os Alpes
Não escapa um nome em i,
Tudo se julga ali logo
Pelo expedito Júri.

Estão de volta a Lisboa, e ainda a questão dura. Mas a hora insta...
A uns chamam os trombetas do circo, a outros a peça nova do Condes,
outros vão tomar as *Pílulas* do Salitre. Separam-se... Ainda bem que se separam...

Se as mãos se derem que será do mundo!

Mohema, devemos confessá-lo: os nossos elegantes de Curitiba ficam muito
abaixo dos de Lisboa.

Adeus até ao número seguinte, maracujá-açu do meu coração! Limonada
refrigerante de meus ardentes desejos, eu te bebo com o pensamento de cá desta
aridez da velha Europa, Adeus!

JACARÉ-PAGUÁ

Vol. I, N.º 4, Junho de 1845, p. 65

OS FIGUEIREDOS

Como sucede depois das grandes demonstrações da energia popular, o povo
da aldeia, aterrado de sua própria energia, e com tanto maior medo da vingança
quanto, posto que dura e cruel, justiça era o que tinha feito, o povo recolhido a suas
casas e cabanas, nem dentro delas ousava falar. E o dó entrou em seus corações. E

as mães que já não tremiam pelas filhas, choraram pela pobre D. Mécia – órfã, coitadinha, sem mãe para a carpir... última descendência de tão nobre sangue! E boa... e o bem que ela fazia aos pobres!

Os homens já se enterneciam também.

– Mas quem havia de ir em lugar dela! Minha filha tua irmã?

– Deus nos defenda! a Virgem seja connosco!

– E nos dê melhor rei do que temos!

– Queimado seja ele no fogo eterno para sempre, rei que reina por tal preço!...

Começavam-se a irritar outra vez os ânimos; mas a massa estava dispersa e cansada – não tornava a levedar.

Os mouros, contentes da bela presa que levavam, corriam com ela sem descansar para o depósito que tinham noutra terra mais forte e segura e de onde, em caravana bem guardada, haviam de cortar direitos ao sul para entrarem em terras de puro senhorio muçulmano, e em que já não havia que recear até Córdova.

Andaram toda a noite, andaram com sol nado até ser intensa a calma. Chegavam a um sítio ameno e delicioso pela frescura das águas e pelo viçoso das árvores que as cobriam. Era um largo bosque de figueiras cujas amplas e grossas folhas vedavam todo o sol e convidavam ao repouso com sua sombra – sempre traidora vulgarmente se crê.

Pararam os mouros cobiçosos de aproveitar o sítio e a hora, mas recebavam e duvidavam. Senão quando, vêem chegar outro tropel maior da sua mesma gente que conduzia igual tributo das terras circunvizinhas. Juntaram-se, assentaram descansar, e que dali continuariam juntos e mais seguros sua rota.

Com D. Mécia faziam sete as tristes e chorosas donzelas que ali se encontraram; os mouros que as guardavam, uns vinte por todos. Estes fizeram suas abluções e salames, comeram, e em poucos minutos, prostrados da fadiga e da calma, jaziam sepultados em profundíssimo sono.

Não dormiam as desgraçadas virgens cristãs que, aproveitando aqueles curtos momentos de precária liberdade, começaram a carpir-se, mais soltamente ao menos, com lágrimas mais folgadas e em palavras menos embargadas de medo.

Uma se lembrava da mãe que nunca mais se consolaria, outra das irmãs que não tornava a ver – esta do pai que deixou por morto – aquela do amante que morreria decerto.

Mécia não chorava nem se carpia: a sua dor era maior que nenhuma dessas dores.

Com olhos no caminho por onde viera, e procurando naquela direcção rastrear a do seu alfoz, da sua tão saudosa e querida aldeia, Mécia estava como absorta na contemplação da sua imensa desgraça. Cuidavam-na as outras resignada ou insensível, deixaram-na.

De repente do cantinho onde estava, Mécia dá um grito, levanta-se, quer correr, mas cai sem forças no chão, e desata a chorar.

Goesto Ansur estava ao pé dela.

A explicação era fácil e foi rápida

Goesto Ansur não ouviu senão o seu coração, toda a razão, toda a prudência desatendeu. O seu amor, que nunca pensara declarar, disse-lho naquela hora terrível. Mécia ouviu-o e chorou. Ele jurou salvá-la e libertar as suas inocentes companheiras.

Só, sem armas como o fará?

Amor e desesperação fazem prodígios. Esgalha um forte tronco de figueira, e armado daquela poderosa massa, dá sobre os mouros adormecidos, fere, mata, e confunde por tal modo os descuidados guardas que, antes de bem acordados, a maior parte deles tinha recaído em mais profundo sono, o da morte. O resto sucumbiu em breve. E ele fazendo cavalgar as jovens cristãs e tomando para si um dos cavalos dos árabes, parte com elas, a todo o correr, para a sua aldeia.

Chegam: o povo alvorotado se junta em torno do libertador e das donzelas; seu pasmoso acto de valor excita os ânimos. Tomam as armas, juram libertar a Espanha cristã daquele vergonhoso tributo. De terra em terra, de província em província, lavra o santo fogo daquela virtuosa rebelião. El-rei adopta por fim a querela nacional: a vassalagem e o feudo são negados aos mouros, que em vão querem sustentar com as armas o infame direito do vil tratado. Vencidos em muitas batalhas renunciam enfim.

E Goesto Ansur, o autor e o sustentador daquele grande movimento nacional, voltou à sua humilde situação coberto de glória e de bênçãos, o salvador da honra nacional.

Ramiro, tornado à vida pelas carícias e pela presença da filha, ouve com espanto a história do seu milagroso resgate.

A desgraça tinha humanizado o seu coração; às portas da morte tinha visto o nada das grandezas; e a gratidão triunfou de todos os seus preconceitos. Restituído à felicidade e à saúde, ele mesmo entregou a sua Mécia nas mãos de Goesto, e viveu para ver os filhos de sua filha crescer em beleza e virtude, sem degenerar do sangue de seu nobre avô, e mais ilustres ainda pelo de seu nobilíssimo pai.

A nova família tomou o nome de Figueiredos que lhe deu a honrada façanha de Goesto; nome honrado e ilustríssimo, que se espalhou com ela por todos os reinos da nossa península.

Seria o mesmo Goesto Ansur, como alguns pretendem que, nas trovas ditas ainda hoje dos Figueiredos, celebrou o seu generoso feito? Não o creio, mas creio que o tema popular de sua heróica resolução viveu por muitos séculos na lembrança dos povos agradecidos, e que posto nesse ou noutro parecido canto pelos singelos poetas dos primeiros tempos, assim foi passando de geração em geração, traduzindo-se insensivelmente de dialecto para dialecto, segundo eles se foram alterando na sucessão dos tempos até ao décimo-sexto século em que se imprimiu.

As trovas são bem conhecidas, e hoje vulgares por muitas reimpressões em vários jornais literários. Eu creio que a lição elaborada que possuo, coleccionada entre todas com muito escrúpulo, e devidamente glosada, é a que se deve preferir. Em lugar mais oportuno, que não hão-de ser as colunas de um jornal, a hei-de publicar.

A.G.

Vol. I, N.º 4, Julho de 1845, p. 65

O CASTELO DE DUDLEY

(continuação)

Grandes riquezas tem dado a Inglaterra o quase exclusivo tráfico das duas Índias, os vantajosos tratados com Portugal, com o Brasil e com outras nações, e o comércio espantoso e universal que sustenta, em desmesurado proveito seu, com todos os povos do mundo, desde o mais antigo de todos, a China, até aos mais modernos, as repúblicas da América meridional. Mas o comércio externo pouco estende os seus benefícios além das grandes cidades mercantes, se elas são, como Lisboa ou Cádis, isoladas do resto do país por falta de comunicações internas e por minguia de indústria. Dúzias, centenas, ainda milhares de famílias, farão enormes fortunas; mas a totalidade da nação ganhará pouco ou nada com essa fonte de prosperidade que, por falta de condução estagna nas represas das capitais, e apodrece suas águas salutareis nos pauis do luxo, da dissipação ou da avareza. Factos provam mais que tudo. Em que melhorou o interior de Portugal com o imenso e vantajoso comércio de Lisboa e do Porto durante bons três séculos? Piorou talvez com a emigração do agricultor e desamparo de lavoura. Todas as riquezas da Índia e do Brasil paravam nas fozes do Tejo ou do Douro, sem poder penetrar no interior do reino; e, ou amuavam nas burras de alguns ricos, ou iam para a Holanda, para Inglaterra, enriquecer povos mais assisados e industriais, ainda que menos favorecidos da natureza e da fortuna...

Entrámos na barca de ferro que officiosamente nos trouxera o nosso guia, e começámos a navegar pelo agente das varas dos barqueiros, e alguma vez também pelo de seus pés que fincavam contra os lados do canal e assim a faziam mover rapidamente.

Levávamos archotes acesos, e íamos observando as diversas e pitorescas perspectivas que nos apresentava a caverna. Um dos nossos cicerones caminhava por terra, saltando de precipício em precipício com uma ligeireza que nos espantava, inclinando a luz do seu archote para o que lhe parecia mais digno de ser visto: escolha em que raras vezes o enganava sua muita prática do ofício.

Aqui uma arcada imensa que parece a entrada de um templo de arquitectura saxónia – mais rude e pesada do que a vulgarmente dita gótica – lá um grupo de enormes pedras que semelham ruínas de um convento – ali um precipício talhado a pique de uma altura que foge a vista de o medir – acolá uma ponte sobre

o canal que serve de passagem aos obreiros da mina, e que olhada de longe, com luzes sobre a amurada, parece realizar um sonho de novela, ou uma imaginação do fidalgo da Mancha na sua visita à caverna de Montesinhos.

Andámos assim obra de uma milha e fomos desembarcar num sítio que não distava do lugar onde efectivamente andava a escavação. Quisemos ver trabalhar: era hora de descanso mas obsequiaram-nos dando fogo a uma mina que estava carregada (assim é que começam os primeiros trabalhos desta mineração ou escavação).

Pôs-se o fogo, deixando rastilho e morrão suficiente para termos tempo de nos pôr a salvo. – Em poucos segundos rebentou a mina – e o efeito de todos aqueles ecos repercutindo e reproduzindo o tremendo som, é impossível descrever-se.

Tomámos a direcção de outra boca da espelunca, e enfim volvemos à luz do dia, não sem grande satisfação de respirar o ar livre e de ver a terra dos vivos.

Parecia-me tão bela a pouca verdura que deixara a neve, tão encantadora e animada a vista de algumas escassas árvores que conservam a folha! As pequenas casas que víamos ao longe na planície, tudo me parecia tão animado, tão cheio de vida, de acção, de variedade! O que fez a ausência de poucas horas!

Supus-me naquele instante um dos tantos infelizes que nas minas da Suécia e da Polónia nascem, vivem, e muitos morrem, sem ver a claridade do sol nem a luz criadora do dia. Que magnífico espectáculo não será para ele, se alguma vez chega a vê-lo, este universo – trivial para nós – esta maravilha da criação que o hábito nos faz já olhar com indiferença? Que objecto de espanto não será para ele ver voltar no azul do firmamento esse globo inflamado que esparge a luz, o calor, a animação por toda a vastidão da terra! Que comparação entre as suas abóbodas subterrâneas e a imensa abóboda celeste, diáfana, e brilhante como a safira! O esmalte dos campos, o cristal das fontes, a folhagem das árvores, a mais singela florinha do prado... que objecto não há-de ser de admiração e de amor para esse habitante de outro mundo, de um mundo criado pela cobiça do homem, de um mundo verdadeira obra de suas mãos!

Embebido nestas reflexões subi toda a encosta do monte, e me achei, sem o pensar, ao pé do castelo. O meu companheiro de viagem tinha já passado o fosso e estava debaixo da arcada da porta principal. Parei a observar o exterior daquelas

magníficas e tão bem conservadas ruínas, quando ele, tomando uma atitude de Amadis de Gaula, me bradou: “Senhor Cavaleiro, que pretendeis deste castelo? Sabei que aqui está encerrada a muito nobre princesa D. Florimena de Aquitânia a quem perseguem de amores vinte e quarto apaixonados importunes, e que ela jurou de não dar a sua mão senão a quem lhe trouxesse as quarenta e oito orelhas dos referidos descortesos e soezes maus cavaleiros...”

– “Sei” – respondi eu, entrando de boamente na farsa – “sei, e por esta boa folha o juro, que S. A. comerá as quarenta e oito orelhas de azeite e vinagre antes que sejam passados três dias.”

Folgámos e descansámos um pouco, e observámos que em verdade o nosso passeio daquele dia tinha sido um perfeito romance. Fôramos socorrer uma bela infanta ou princesa ou coisa que o valesse nos subterrâneos de seu encanto, e agora vínhamos ao seu castelo descansar das fadigas de nossa galante empresa. O pior é que nem pajem à nossa espera, nem donzela para nos acompanhar e nos servir à mesa de um sumptuoso e delicado refresco em pratos de cristal, bandejas de ouro – senão é que nos levar também a uma deliciosa cama...

Com efeito não me senti com força de imaginação para povoar o castelo e seus palácios. Os fossos estavam meio-atulhados; e apenas alguma água de chuva – e essa gelada – enchia as partes do vale em que ele ainda conservava alguma fundura. Um monte de entulho nivelado com o pavimento do castelo entupia o vale no sítio onde já fora a ponte levadiça. Passámo-lo assim, e entrámos no espaçoso átrio ou praça d’armas do castelo.

A fachada interior do edifício é irregular e de diversas arquitecturas, mais e menos antigas; mas, segundo me pareceu de uma porção mais moderna, não há ‘inda um século que deixou de ser habitado o palácio.

Todavia nem tectos nem sobrados existiam já, nem portas nem janelas. E posto que o actual possuidor, à boa e louvável moda inglesa, tem todo o cuidado de fazer reparar e ter mão em tão veneráveis relíquias, todas as paredes interiores faltam, e as outras estão bastante danificadas.

Pequenas lascas de vidros de cores apenas se divisam em uma janela mais alta. O que está inteiro é a masmorra ou prisão feudal. Admirável capricho do tempo que em sua obra de destruição quis poupar aquele monumento de barbaridade!

Agora que leio estas linhas – depois de bastantes anos – me estou recordando da impressão que em mim fez aquela relíquia do antigo feudalismo, a primeira que vi de perto, que por assim dizer, toquei e palpei. Lembra-me que a memória saudosa me esteve fazendo comparação dessas asperezas com as plácidas e suaves construções de nossos monumentos dessa era – tão patriarcais, tão pacíficos!

Ainda me estavam todas frescas no coração e no pensamento essas imagens e ideias, quando, poucos meses depois, escrevia, no VII canto do Camões, aquele *super flumina Babylonis* do meu primeiro desterro:

Eu vi sobre as cumeadas das montanhas
De Albion soberba as torres elevadas
‘Inda feudais memórias recordando
Dos Bretões semi-bárbaros. Errante
Pela terra estrangeira, peregrino
Nas solidões do exílio, fui sentar-me
Na barbacã ruínosa do castelo
A conversar com as pedras solitárias
E a perguntar às obras da mão do homem
Pelo homem que as ergueu. A alma enlevada
Nos românticos sonhos procurava
Áureas ficções realizar dos bardos...

Triste realidade dissipava
Fantasias de vates. Nem seteira
Me bruxuleava namoradas cores
De bordado talim, serica banda
Por mão furtiva de gentil donzela
Deitada em hora esquiva ao cavaleiro
Que aventuras correr se vai ao Oriente
E a ganhar do infiel a terra santa.

Nada!... só pelas fossas entupidas

No desfolhar do Outono e branco entulho
De muros derrocados, toscas pedras
E imunda terra, à vista afiguravam
Insepultos cadáveres, golpeados
Membros, 'inda cobertos de aço e ferro,
Dos que em contenda injusta pereceram
Por vaidoso orgulho ou vão capricho
Do castelão soberbo. Nas ameias
Se me ant'olhavam hórridas cabeças
Hirta a grenha, co'as carnes laceradas
Do corvo, certo amigo dos tiranos
Que regalado o trazem...

Ao pé dessas janelas recortadas
Em que 'inda o tempo conservou vestígios
Dos já pintados vidros, fresta escassa
Dá luz medonha à escuridão sombria
De fétidas masmorras 'inda inteiras,
Mais duradoiras que os salões dourados;
Como se a idade, que destruiu palácios,
Memórias de prazeres, luxos, pompas,
Catasse mais respeito a esses vestígios
De atrocidade e crimes – e escrevesse
Ao passar, com a foice enferrujada
No limiar dessas portas: “Escarmento
Às gerações por vir.” – Doía-me alma
Na solidão das ruínas; e a lembranças
Mais gratas me fugia o pensamento
Para os vergéis da pátria esvoaçando...

Assim era com efeito: doía-me alma, e apertava-se-me o coração. E foi tão viva, tão intensa e profunda esta sensação, que ainda muito tempo depois, as simples reminiscências dela me inspiraram aquele canto.

Lembra-me, a propósito disto, que o melhor comentário para qualquer obra poética seria a história das sensações que a inspiraram. Todo o poeta, todo o artista, devia escrever as suas memórias e as das suas composições.

Subimos à torre de menagem, que ainda está mui bem conservada, e descobrimos dali uma vista imensa e por extremo variada e bela.

Logo por baixo a notável vila de Dudley, situada numa planície, e que se nos oferecia aos olhos como a planta-baixa de uma cidade. À roda a multidão de fogos das minas e fábricas por que tínhamos passado; mais longe os elevados topos de *Malvera-hills* e outros montes de considerável grandeza, e finalmente, no fim da perspectiva e no derradeiro horizonte, as escuras montanhas de Gales cujas sumidades perfeitamente se divisavam.

Ia eu prevenido de que ali perto, na baixa, existiam as ruínas de uma antiga abadia ou priorado – mosteiro ou convento – cuja situação à borda de um lago era das mais pitorescas do país. Procurei-os em vão com os olhos, e perguntando ao cicerone se mos sabia indicar: – “Acolá, acolá em baixo” – me disse ele apontando para um edifício grande ao pé de uma pequena lagoa – “acolá está o Dudley priory.”

– “Como! Não vejo ruínas algumas, antes um grupo de edifícios com toda a aparência de habitação e conforto!”

– “É que é uma grande fábrica de vidros agora.”

– “Ainda bem!”

E fez-me tristeza, porque me lembrou o que eram então os nossos conventos e os nossos frades – e porque me deu o coração um baque adivinhando-me que quando nós mandássemos os frades embora, não havíamos de ter juízo para fazer dos conventos fábricas de vidros – nem de outra coisa alguma.

Voltei triste para a nossa estalagem, mas dissipou-se-me a tristeza com a vista e o perfume do excelente e substancial jantar que ali achámos.

Discutido o jantar, e meia garrafa de excelente Porto sobre ele, montámos o nosso gig, e trotámos largo e rasgado para Ed... por outra estrada mais amena e mais prosaica.

Estávamos fartos – enjoados de poesia.

Chegámos à suave e confortabilíssima hora do chá a casa dos meus amáveis hóspedes.

O chá à noite, no inverno, ao pé do fogão – é em Inglaterra um dos mais serenos gozos que tem a vida. Mas nunca o tinha eu sentido tanto como desta vez.

Deitei-me cedo: tínhamos de tornar a madrugar no dia seguinte para mais longa e atrevida excursão – a Hagley-park, tão celebrado de Pope e Thompson.

A. G.



O POPULAR

N.º 37, 29 de Maio de 1848

Necrologia de D. Leocádia Teresa de Lima e Melo Falcão Van Zeller

Há famílias privilegiadas pela sorte, ou – digamos com mais verdade – abençoadas por Deus, nas quais a distinção se reúne à popularidade do nome. E tal é a verdadeira nobreza, que a mais democrática república não sabe, nem pode, nem quereria abolir.

A duas destas ilustres famílias, ambas altamente estimadas entre nós, pertencia a exma. Sra. D. Leocádia Teresa de Lima e Melo Falcão Van Zeller, que faleceu no dia 20 deste mês, com 82 anos de idade, e jaz depositada no cemitério dos Prazeres.

Filha do contador-mor do reino e casa, Lourenço Rodolfo Van-Zeller e da Sra. D. Maria de Lima e Mello Falcão de Gamboa Fragoso, era irmã do benemérito e honrado José Aleixo Falcão Van-Zeller, de sempre saudosa e chorada memória para todos os que tiveram a fortuna de o conhecer, um dos mais nobres e mais puros caracteres que a revolução portuguesa deixará na história, imaculado da menor sombra, sincero como o desinteresse, e verdadeiro como o patriotismo – o patriotismo antigo dos portugueses, cuja recordação é nosso dever guardar na memória e apontar de exemplo.

Casada, em 31 de Maio de 1795, com o vice-almirante Luís da Mota Feio, cuja nobreza e serviço são tão conhecidos: por estouta sua família se honra e ilustra não menos o seu nome.

No governo da Paraíba do Norte, e depois no reino de Angola em que seu marido foi sucessivamente capitão-general, o acompanhou sempre concorrendo por suas virtudes para o fazer amar dos povos, e louvar pelo soberano.

Boa esposa, boa mãe, esmoler, generosa, e com todas as qualidades que fazem amar a mulher e estimar a senhora, deixa longa saudade em muitos corações – inextinguível nos de seus filhos e netos.

Morreu tranquila e resignada, recebendo os últimos auxílios da igreja, e as bênçãos e lágrimas de sua numerosa descendência.

A amizade quase paternal que devi a seu irmão, a que professo – e não é menor – a outros dos seus mais próximos que a estão chorando, me fez estas linhas consagradas à sua memória. – Lisboa, 22 de Maio de 1848. – *Almeida Garrett*

A ÉPOCA

N.º 42, de 1849, p. 229-231

José Xavier Mouzinho da Silveira

“Senhor – A influência das instituições e das leis não é quimera, porque não é como a Grécia de Temístocles a Grécia dos Turcos; e todas as nações sem mudarem de terreno e de clima se levantam ou decaem Segundo é bom ou mau o seu governo.” X. Mouzinho, relatório do decreto de 17 de Maio de 1832.

A nação perdeu há poucos dias um dos homens de maior alma, e de mais engenho que a época actual viu na carreira política. Repousa das fadigas de uma reconstrução trabalhosa *José Xavier Mouzinho da Silveira*, que deu novo ser ao país, que assentou firmes as bases do sistema representativo, e que fundou a liberdade, profundando-lhes as raízes nos interesses vivos de classes numerosas.

A sua obra, objecto de ódio inextinguível para os privilégios que feriu de morte, é o monumento da restauração constitucional. No alto dele vela o vulto do Imperador como Napoleão sobre o Arco da Vitória. No pedestal escreve já a memória dos contemporâneos, e há-de gravar em ouro o dedo da história, o nome do ministro que empreendeu a reforma, como no arco triunfal brilham sob as asas do Génio de Austerlitz todas as glórias do Império.

Os talentos vulgares ou prevenidos, vergando à veemência original do engenho de *Xavier Mouzinho*, acusavam-no de loucura! Foi sempre fado dos reformadores não serem profetas na sua terra. A vista do vulgo cega-se com a luz, e

não pode nunca seguir os voos do espírito que sobe a grande altura. Galileu era um louco, porque via ele só com os olhos da ciência, o que todos ignoravam. As verdades que a civilização tem conquistado, desde o Evangelho, custaram o sangue e irrisão aos seus Apóstolos. Quando Cristo ensinava a igualdade fraternal, os escribas, os falsos doutores cuidavam fechar com ele para sempre no sepulcro a nova lei. Supunham matar com o opróbrio do suplício o homem e a ideia? E depois?...

Xavier Mouzinho, como os monumentos tinha sombra diante de si; ouviu já de longe em vida o eco da voz da posteridade, que para ele começa hoje. O grande reformador, antes de cerrar os olhos, achou quem o entendesse e o avaliasse. O resto, disse-o ele, e confirmá-lo-á o tempo, o resto pertence à justiça da geração que chega. O seu reinado, podia também acrescentar, não era do presente, estava no futuro. Virá breve o dia em que os pigmeus hão-de desaparecer, e só os gigantes ficar erectos, com a fronte alta para serem bem vistos por todos os séculos. Que importa pois à sua memória o clamor de um povo de parasitas, filhos do privilégio, ou as irrisões de uns poucos de ateus políticos, que não perdoam à sua obra, aqueles o que perderam, estes o não terem parte nela?

Quando bateu o seu derradeiro instante Xavier Mouzinho achava-se apartado dos negócios, e limitado ao trato íntimo dos seus amigos. Tinham-no esquecido, ou antes afastado, porque era muito grande para esquecer; e ele desgostoso de quase tudo também pagava em desprezo a inveja com que o honravam. Mas o coração português do ministro do Imperador na Terceira ardia sempre no mesmo amor da pátria. Os que o ouviram, ainda pouco antes da morte, sabem que força viril tinha aquela inteligência, que eloquência veemente e original podia manar daqueles lábios. As ideias, e as frases, era tudo seu, trazia o cunho da novidade e da grandeza. Como Sully fora do governo, como Pombal desterrado, como o duque de Choiseul demitido, não podia ser indiferente à morte do país. Os seus olhos que viam tão longe, estavam fitos na pátria; o seu vasto engenho, que tanto sabia ler no futuro, por lá se repassou de mágoa nas horas de meditação do estadista, em que parecendo adormecido o corpo, a alma revoa livre pelo mundo da razão, da história e da verdade.

O que ele plantara ficou; mas como o tinha deixado. A terra que revolvera, que preparara para tudo, permanece estéril; a semente não chegou a cair no sulco,

e a que lançaram ao acaso varreu-a o furacão das tempestades civis. O Duque de Bragança, paladino da regeneração moderna e *Xavier Mouzinho* foram eles dois sós uma revolução económica, social e política. Da guarda velha do Imperador na Ilha houve quem os auxiliasse; fora injusto negá-lo. Lá estavam os veteranos da liberdade de 1820; lá estava o autor de D. Branca para associar à reforma o seu nome glorioso nas letras; lá estavam finalmente os homens, que depois vieram às batalhas do Porto, e aos conselhos do governo sustentar o princípio novo contra o regime antigo.

Mas os pensamentos generosos, os golpes mais fundos, as grandes reformas trazem só o nome de D. Pedro e de Xavier Mouzinho. É o decreto de 30 de Junho de 1832 sobre a extinção dos dízimos! É o de 13 de Agosto do mesmo ano sobre os forais! São os três decretos de 16 de Maio de 1832, onde se lançaram as bases da reforma administrativa, judicial, e da fazenda! Estas três datas significam tudo. Deram a liberdade à terra; e fizeram da carta uma realidade, e da monarquia velha um cadáver. Nelas está o essencial de uma grande revolução. Está a sessão de 4 de Agosto da constituinte francesa; está a obra cruel mas necessária da convenção; está por fim a criação talvez simétrica demais, porém firme e lógica do consulado. Mouzinho é o homem que tirou da cena a sociedade velha, que roía o país, e introduziu o sistema novo, que o salvava, a não o terem degenerado.

Não fazemos aqui uma biografia. Essa pertence em parte à religião da família, e em parte à história política dos últimos vinte anos. Mas soldados da fileira da geração nova para a qual tanto trabalhou o homem que hoje descansa no túmulo, não podemos deixar de oferecer às suas cinzas o tributo de sincera admiração, que mereceu a vida do grande reformador. Não é na terra da sepultura, que a lisonja floresce; ninguém por isso estranhará, que déssemos às nossas opiniões toda a verdade de expressão, que elas deviam ter. Para nós Xavier Mouzinho é um desses homens raros, que a Providência dispensa às nações uma vez por século para se remirem. É a sua obra que o faz gigante. Nela está o verbo da nossa regeneração; a força das instituições livres. Sem os interesses criados pelos seus decretos os revezes, os erros, e os acontecimentos há muito já que teriam sufocado a liberdade como em 1823 e 1828.

E ele sabia-o. “Estas leis valem exércitos!” disse em mais de uma ocasião. Valeram. Sem elas onde estaríamos a esta hora? Oxalá que o pensamento que as

ditou tivesse sido compreendido. A riqueza pública, que só por elas pode aumentar; o desenvolvimento dos imensos recursos deste clima abençoado, que elas auxiliaram, em pouco tempo haviam de produzir o prémio, que ainda assim se não perdeu de todo.

No relatório do decreto de 30 de Julho de 1832, ao propor a D. Pedro a extinção dos dízimos, o ministro escrevia estes períodos, em que está resumida toda a história da grandeza efémera, e da decadência rápida da nossa monarquia:

“Os portugueses se atormentam, se perseguem, e se matam uns aos outros, por não terem entendido, que o reino, tendo feito grandes conquistas, viveu por mais de três séculos do trabalho dos escravos, e que perdidos os escravos era preciso criar uma nova maneira de existência, multiplicando os valores pelo trabalho próprio. ... Levei ao conhecimento de V. Majestade Imperial várias medidas, nas quais me tenho proposto fazer mudar completamente o espírito das nossas leis económicas, a fim de nos habilitar a vender nos mercados gerais os nossos géneros, que no antigo sistema só podiam vender a escravos, ou a nações, que nos faziam pagar bem caro o favor de nos comprar, e que nos puseram elas mesmas dentro de suas regras.”

O fim do relatório é digno de se consignar também:

“No decreto seguinte proponho a V. Majestade Imperial uma glória imensa, e à nação portuguesa a capacidade de sair da miséria, e de se fazer populosa e rica; e proponho a criação da única nascente de matéria contribuinte que pode ser perene e inesgotável, e *que não é mortal com as conquistas, mas é imortal coma natureza das coisas.*”

É assim que esta inteligência, segura de si e da verdade falava ao príncipe e ao país. Hoje que passaram dezassete anos, que a cultura triplicou em muitas partes, que a agricultura vive mais em um mês do que então em anos, quem ousará contestar a promessa e a profecia? Quem ousará dizer, sobre o túmulo do ministro, este homem enganou o seu rei e a sua pátria; ou diante da ciência – as suas esperanças eram ilusões? Ninguém. O que todos sabem, e que todos dirão é – “ia em flor a árvore; varejaram-na, por isso não dá fruto.” Porém há-der vir o dia em que o pensamento dos decretos de 30 de Julho e 13 de Agosto de 1832 aplicado por uma política generosa e ampla, poderá consumir a revolução económica, que este homem só entendeu, e que não teve tempo de acabar. Cumprimos um dever,

lembrando os serviços, e as fadigas do estadista, que a morte nos roubou. A posteridade mais justa sempre do que os contemporâneos fará o resto. O sol da glória já doura o nome, que se vai gravar na urna funerária. Aí, o verdadeiro epitáfio são as datas memoráveis dos seus decretos. É 30 de Julho, e 13 de Agosto de 1832! Como nas inscrições militares, estes algarismos recordam grandes vitórias após longos séculos de martírio – a liberdade da terra, a revolução económica, a redenção do futuro. – Só depois deles se pode contar com o governo constitucional – porque todos os esforços dos seus inimigos serão impotentes contra os interesses criados pelas leis de D. Pedro. Entre o absolutismo e o futuro ergue-se de pé a sombra de Xavier Mouzinho, e o grande vulto do Imperador. O passado morreu no dia, em que a nação soube o que perdia, e o que lhe restituíram.

A SEMANA

Vol. II, N.º 2, Janeiro de 1851

LITERATURA

CAMÕES E GARRETT

Ainda agora que já são decorridos tantos anos, ainda agora que séculos nos separam já do cantor das glórias portuguesas, o nome de Camões vibra num peito português como a idealização poética do sofrimento, e na inteligência como se aquele nome fosse a personificação de todo o génio nacional!

Acostumámo-nos, e com razão, a ver nos *Lusíadas* o padrão de todas as nossas glórias pretéritas. A Providência que nos dera largas para feitos gloriosos também nos marcou o termo às vaidades, e nos dispôs vida nova de provações dolorosas, e de humilhações sem par. Mas antes que o génio português descesse do pedestal em que assoberbava o mundo, antes que o nosso nome se perdesse na corruptela da degeneração, e primeiro que de povo descêssemos a tribo, de conquistadores a vencidos, de cidade a necrópole, imortalizou-nos com um poema, assim como os antigos fixavam na inconstância dos tempos os sucessos notáveis e grandiosos, batendo moedas de ouro, ou erguendo colunas e obeliscos de granito. Esta medalha preciosa, em que se vêem, obliteradas sim, mas ainda majestosas as feições de uma efígie soberana, foi Camões quem a cunhou entre o infortúnio e o túmulo.

Neguem-nos o primado da civilização física e intelectual neste século de algarismos, neguem-nos um escabelo, sequer, na assembleia das nações cultas, mas o primado da epopeia moderna é nosso – ninguém no-lo pode disputar.

O poema há-de ser nacional e heróico para que possa pedir um lugar junto das grandes epopeias da antiguidade. Poetas épicos houve-os na Europa; poemas, porém, onde o cantor fosse um génio, e o herói um povo de heróis, esse só o possuímos nós.

Abriu-se a renascença das letras com a entrada do gibelino Dante no inferno ideal que ele fantasiou. O ciclo das epopeias modernas nasceu grande e sublime como a Palas mitológica. A *Divina Comédia* não foi um esboço, foi um quadro feito e aprimorado. Não foi uma tentativa, foi o último resultado da poesia dos trovadores. A *Divina Comédia* é grande, é bela, é sublime? É. Há, porém, no imortal poema do Dante a unidade heróica que resume num traço magnífico a história de uma nação? Há ali para inspirar o cantor a voz da nacionalidade, a consciência do heroísmo próprio, a verdade histórica brilhando através do véu diáfano da ficção?

O Dante escreveu numa língua que era o laço único, o nexo frágil de tantas cidades hostis pela origem, pelos costumes, pelas facções. A Itália quase inteira era-lhe estranha. A sua pátria, a corrompida Florença, não tinha façanhas que se narrassem, senão vergonhas que esconder. A Florença de hoje agrilhoava a Florença de ontem, erguendo as facções inglórias que se sucediam para se ensanguentarem mutuamente. O seu génio todo esterilizava-se na praça pública, e pode dizer-se que o capítulo da história que se escrevia num dia, se apagava no outro com o sangue dos historiadores. A que pátria podia o poeta falar? À Itália? Se ela não existia senão no mapa-mundi? Que glórias havia ele de pregar? Narraria as cruezas de Ezzelino da Romano, a impiedade dos Uberti, o heroísmo de Farinata, que mereceu ser já celebrado porque não quisera sepultar a facção inimiga debaixo dos muros da cidade, poupando ao menos as muralhas de Florença?

O gibelino, o sectário da dominação tudesca na terra sacra da Itália, não podia nunca escrever um poema nacional, porque não havia nação; nem um poema glorioso, porque se não debuxam as flores épicas na tela ensanguentada de obscuras lutas civis.

Depois de Dante, o único poeta que pode disputar preferência a Camões é Torcato Tasso na *Gerusalemme liberata*. O poema em que se historiam as cavaleirosas empresas da cristandade contra os profanadores do sepulcro de Cristo, recebeu do génio daquele poeta infeliz o diploma para correr gloriosamente o mundo, e o assunto que Tasso cantou nas suas formosíssimas estâncias é uma

das mais heróicas fases do viver cristão da Europa. A *Gerusalemme* não é, porém, um poema italiano, senão uma epopeia cosmopolita. Os heroísmos que marchetam aquela fábrica sublime da *Gerusalemme* trajam todas as nacionalidades, e só se prendem uns aos outros pela cruz, divisa comum dos guerreiros da Terra Santa. A cristandade é ali o verdadeiro herói, mas a cristandade personificada na figura ideal de um estrangeiro, de um francês, Godofredo de Bouillon. O poema só tem pátria, pois, pelo idioma, pelos versos, pelo poeta, pela inspiração meridional. É com a cúpula de S. Pedro arremessada aos ares com o ouro de todas as nações cristãs, pela mão italiana de Miguel Ângelo.

Que diferença porém, quando se contempla os *Lusíadas*! O poeta é português, a língua é vernácula, sábia, eloquente, majestosa como o italiano de Dante e de Tasso. O assunto é toda a história de um povo heróico, rematada como em formoso coruchéu, pela aventureira expedição das Índias, empresa nacional, porque foi de portugueses; cristã, porque eles iam a dilatar domínios terrenos, e a reverberar a luz do evangelho; católica, universal, humanitária, porque foram como a descerrar as portas por onde a civilização moderna havia de irromper depois, à semelhança da torrente avassalada por eclusas que se derrocam.

O assunto não pode ser mais nobre, mais nacional, mais popular, nem mais poético. De todos os épicos de nome, Camões foi o único que tinha uma grande pátria a celebrar. Pertencia à nação que como corpo político se pode sem erro apelidar a mais antiga Europa. Era filho de uma terra que quase nascera já com as dimensões em que a havia de vir achar a sua decadência em nossos dias. Era o poeta de um povo único, cujo pensamento e cuja linguagem vibravam uníssonos desde a fronteira do Minho até às últimas orlas do Algarve. Filho do génio, que não tem pátria, e da inspiração que medra inalando o ar natal, e rescendendo-se nas tradições nacionais, o poema dos *Lusíadas* é universal como obra d'arte, e nacional como um hino de glória portuguesa. A índole pátria ali está alindada pelo colorido gentil do poeta soldado, os nossos brasões mostram ainda as suas pompas, mesmo debaixo dos festões da fábula épica; e os heróis do poema, apesar da auréola ideal que lhes circunda a fronte, não desdizem muito dos bustos que a história lhes modelou, surpreendendo-os ainda quase na vida.

Cada novo tributo que pudermos pagar à memória do nosso poeta nacional, apressemo-nos por levar-lho, porque o incenso que lhe queimarmos irá também

perfumar as nossas quase extintas glórias, e cada saudade que consagrarmos ao cantor dos *Lusíadas* será um pranto de mais com que orvalhemos o já murcho laurel da nossa nacionalidade desamparada, como que em punição tremenda, dos favores celestes, e vendida, nas horas da angústia, pelos Judas da corrupção e da agiotagem.

Um nome ilustre e português, germanado pela inspiração, e pelas tradições pátrias com a glória de Camões, associa-se hoje à nobre desafronta que um estrangeiro soube há século e meio escrever no fim dos *Lusíadas* em honra das esquecidas cinzas de Camões. O estrangeiro foi Carlos António Pagi, que na sua tradução italiana dos *Lusíadas* acrescentou como epílogo seis formosas estrofes em honra do poeta, que a pátria, ou antes a côrte do seu tempo, votara à humilhação e à indignação. O nome glorioso na história contemporânea das nossas letras é o de Almeida Garrett, que em belíssimos versos portugueses trasladou a elegia melancólica com que o italiano Pagi apostrofou a indiferença, ou o desprezo que foram em vida de Camões a tença mais avultada que os poderosos lhe destinaram no seu livro de mercês.

Quem gravou mais estes versos na lousa de Camões, quem lhe refrescou as cinzas com mais esta saudade, foi o poeta, que resume no seu nome, como num traço conciso, toda uma regeneração literária, o poeta que marca no estádio das letras um repouso ameno depois do servilismo, ou da inanição da poesia nacional; o mesmo que celebrou Camões em versos ungidos de sentimento, e de saudade íntima; aquele que interrogou os portugueses sobre o lugar onde jaziam os ossos do maior génio da nossa terra; foi o próprio que em Portugal, onde só a opulência tem momentos, e a nulidade estátuas, levantou o mais clamoroso brado a favor daquela pobre ossada, perdida, profanada, pisada talvez sacrilegamente pelos filhos degenerados duma pátria envilecida; foi aquele mesmo que rematou também um dos seus mais graciosos e sentidos poemas, com esta apóstrofe, temerosa e solene, já tantas vezes citada por nacionais e estrangeiros:

Onde jaz, portugueses, o moimento,
Que do imortal cantor as cinzas guarda?
Homenagem tardia lhe pagastes
No sepulcro sequer? Raça d'íng ratos!

EPILOGO

DELLA LUSIADA

AD ALESSANDRO SETTIMO

I

Cotal cantava il lusitano cigno
Molcendo con sue voce anco le fere,
Non che l'amato patrio Tago e'l migno,
E le del canto suo Tagide altere:
Che pur del suo destino empio e maligno
Non puote unqua dadolcir l'ire severe;
Non trovando fra suoi humanidade
Quei ch'i scelsi avria mossi anco a pietade.

II

Potesti, ingrata patria, un spirto degno
D'un campidoglio in una Roma antica,
Non solleva da basso stato, indegno
Di cui fié per te gloria ogno fatica?
Un spirto che t'invidia al maggior segno
Ogni altra nazione di mer 'ti amica,
Veder soffristi vivo egro e scontente
Ed in vil letto di disagio spente!

III

Ma vanne pur che, quanto iniqua austera
Fusti con lui, tanto fra l'altre genti
Sorgerà la sua gloria ove tua pera
Fino a cacciarne i tuoi nativi accenti.
Adotteranno la nazione iberica,
La franca, use adottar spirti eminenti,
L'angla – ed ambe le italiche faselle
Vorranno che via fra soni poeti anch'ella,

EPÍLOGO

DOS LUSÍADAS

A ALEXANDRO SEPTIMO

I

Co'a doce voz o cisne lusitano
Assim as próprias feras abrandava;
Mas nem o Tejo, de seu canto ufano,
Nem as ingratas Tágides tocava.
De seu ímpio destino desumano
Nunca as iras fatais, nunca domava;
Nem achou entre os seus humanidade
Quem moveria as pedras à piedade.

II

Ingrata pátria, o engenho sublimado
Digno de um capitólio em Roma antiga,
Tu não o ergueste desse baixo estado
Em que só por tua glória se afadiga!
O engenho que te inveja malogrado
Toda a nação de méritos amiga,
Tu na vida em misérias o deixaste,
E em leito vil à fome o assassinaste!

III

Vai! Sua glória é mais hoje a maravilha
Das gentes, porque mais o perseguiste:
Morre o teu nome quando o seu mais brilha,
Despojam d'ele a tua língua triste,
Ibéria o adoptou, França o perfilha,
Britânia o quer; e agora eterno existe,
Que num e noutro itálico idioma
Entre os seus vates o coloca Roma,

IV

Tienti pur l'ossa inonorate acora
Che t'accusan d'ingrata anco sepulte,
Che lo spirto di lui, gia dite fuora
Non errará, ne fien sue pene inulte:
Vedrailo accolto ove virtu s'onora,
Gia piu d'altri che tuo, fra le piu culte
Genti del orbe, e maturor sua speme
Sotto un Augusto e un Alessandro insieme.

IV

Tu fica-te co'os ossos desonrados
Que te acusem de ingrata ao céu e à terra;
Seu espírito, esse vai onde prezados
São virtude e talento, e onde ímpia guerra
'Stulto o poder não faz aos mais honrados,
Mais de outros já que teu, já não se encerra
Num canto do orbe sua altiva fama,
Que Augusto¹⁸ a ampara e um Alexandre¹⁹ a aclama.

V

La ve ad illuminor du eccelso monte
Astro di Dio, l'eletta gregia, sorge
Che al par di quel che ad inchinar la fronte
Condussi i regi a Dio, i regi scorge,
La dove il merto abbatte sforzi ed onte,
La giustizia à la pace il labro porge,
E di quercia Feretria à l'ombre amena
Riposa Roma al vigilar di Siena,

V

Lá onde surge de alto monte, e brilha
Sobre a escolhida grei de Deus a estrela,
E igual àquela antiga maravilha
Que os reis guiou a Deus, sobre os reis vela,
Lá onde ao mérito o poder se humilha,
Beija a paz da justiça a face bela,
E de ilustre carvalho à sombra amena
Descansa Roma no velar de Siena,²⁰

VI

Or la vanne, opra, ed à le patrie muse,
Quasi terzo cristal le luci rendi
Che sotto ignoto dir sepolte e chiuse
Da sol che altrove splende or furi e prendi.
Vanne, e qual gia Prometheo anima infuse
Con le luci non sue, tu vita attendi:
Spechio del altrui bello, emulo industrie
E d'eterno splendor riflesso illustre.

VI

Lá vai, minha obra, e desta luz roubada
Tu leva à pátria musa esses primores;
Em falha ignota estava sepultada,
Raios de estranho sol são seus fulgores.
Vai, viverás: também com luz furtada
Deu vida Prometeu. Se mais não fores
Serás reflexo de beleza e lustre,
E de eterno 'splendor émulo illustre.

¹⁸ Alude ao soberano português, que então era D. João IV. (nota de A.G.)

¹⁹ O Papa Alexandre VII. (nota de A.G.)

²⁰ Cidade do grão-ducado de Toscana, pátria do Papa Alexandre VII, a quem esta versão foi dedicada. (nota de A.G.)

Nota de A.G.: Pagi esteve muitos anos em Lisboa, e aqui publicou duas edições da sua tradução dos *Lusíadas*, que se não tem o valor poético da de Nervi, nem a fidelidade da de Briccolani, é todavia muito apreciável. Este *epílogo* foi tirado da seg. ed. de 1659 – que é a mais correcta, conservando-se-lhe a própria ortografia.



CONCLUSÃO

(...)
*queria ser um pássaro para voar sempre em frente
numa espiral em linha recta que ninguém sabe que existe
que tem os contornos da felicidade e a rectidão da justiça*
(...)¹

As marcas indeléveis que João Baptista de Almeida Garrett foi imprimindo nos periódicos do seu tempo permitem-nos ilustrar o seu percurso evolutivo, entre finais de 1820 e princípios de 1851, entre a defesa do direito dos estudantes a exercerem o seu dever cívico de votar² e uma apologia de Camões.³ Se no primeiro caso o encontramos em pleno fulgor da sua entusiástica verve juvenil, no último, uma tradução, são notórias as impressões da sua trajectória de vida e os valores que sempre defendeu, assim como a decepção perante a sua Pátria ignara. Pelo meio ficou o seu envolvimento na implantação do liberalismo, os seus duros exílios interventivos e regeneradores, as suas amargas experiências diplomáticas, o seu polémico brilhantismo parlamentar, as suas obras de renovação literária e, mais do que tudo, no contexto de um vasto projecto por si architectado, a criação do Conservatório e a refundação do nosso Teatro Nacional, o qual esperaria que frutificasse na reforma das mentalidades, conducentes a um Portugal mais humanizado e mais civilizado, capaz de progredir.⁴

¹ João Negreiros, “As asas eternas”, in *Luto Lento*, p. 13.

² *O Patriota*, n.º 67, de 15 de Dezembro de 1820, pp. 1-6 da nossa Colectânea.

³ *A Semana*, vol. II, n.º 2, de Janeiro de 1851, pp. 972-976 da nossa Colectânea.

⁴ Tomando como nossas as conclusões de Ofélia Paiva Monteiro, desde cedo Garrett teve “acuidade bastante, na sua visão – dir-se-ia hegeliana – do devir, para compreender que o liberalismo representava um momento que permitira à burguesia desempenhar uma importante missão, que todavia não era, nem podia, nem devia ser um *termo*, mas um *meio* para novo passo em diante, feito pela lei do Progresso entre o idealismo dos Quixotes e o materialismo dos Sanchos; (...) Garrett fizera do seu romantismo o ponto de arranque da futura orientação, pugnando por uma arte nacional e simples que, ‘pelo povo e com o povo’, praticasse o que com razão tomava como o ‘estudo’ por excelência do seu século ‘democrático’ – a análise do homem nos meandros do seu eu, nos conflitos da sua condição; (...) particularmente nas *Viagens*, lograva um estilo inédito, que exprimia o sorriso de fino humor lançado sobre a ‘comédia humana’ por quem, participando complacentemente dela, sabia ‘desconchavado’ o mundo e mentirosas as palavras que

Conhecedor do alcance da imprensa jornalística,⁵ usou-a habilmente, com finalidades diferentes, é certo, mas quase sempre com um intuito pedagógico e com uma coerência de pensamento absolutamente notável. Demonstrando-o, legou-nos como testemunho uma apreciável quantidade de textos de vária índole, como: uma auto-biografia e um prospecto anunciando a publicação das suas obras; correspondência diversa, agradecendo a inserção de versos da sua autoria como epígrafe de um jornal, sugerindo a maior simplicidade para a escultura comemorativa do *24 de Agosto*, acerca do programa que os deputados pelo círculo de Lisboa deveriam sustentar nas Cortes e, com frequência, desfazendo polémicas ou esclarecendo mal-entendidos; projectos sobre a Reforma Geral dos Estudos e de Resposta ao Discurso da Coroa; um Relatório da Comissão Eleitoral; um Parecer sobre a neutralidade literária; a apresentação da sua defesa na polémica sobre o *Retrato de Vénus*; textos de análise e intervenção política, como as Proclamações contra a proibição dos estudantes de Coimbra votarem nas eleições paroquiais, ou em defesa dos povos insulares, a carta de Múcio Cévola, a Conspiração contra D. Miguel, um Discurso da Sessão de 19 de Julho de 1822, o incontornável *Da Europa e da América* e o texto do Tratado com os Estados Unidos, ou mesmo a notícia de um Jantar público comemorativo do regresso dos proscritos; o humor político d'*O Chaveco Liberal*; poesia apologética, como *A Caverna de Viriato* e a *Ode ao Vinte e Quatro de Agosto*; o texto de apresentação de *O Português*, “O Ministério e *O Português*”, “*O Português* e o Padre José Agostinho de Macedo”, a “Conspiração da Gazeta” e “Conspiração da *Trombeta*”; umas quantas memórias históricas, notícias necrológicas e elogios fúnebres; notícias estrangeiras e variedades; três textos

pretendessem ‘afectar (...) a exactidão, a lógica, a rectidão que não há nas coisas.’: *A Formação de Almeida Garrett – Experiência e Criação*, vol. II, p. 356.

⁵ Recorde-se que, desde o século XVII, circularam em Portugal várias *Gazetas* e *Mercúrios*, à semelhança dos que surgiram um pouco por toda a Europa, mas muitas vezes quase copiados dos seus congéneres (o semanário *Mercúrio da Europa* surgiu em 1689), o que impossibilitava os portugueses de lerem notícias nacionais. A partir de meados do século XVIII e até à revolução de 1820, foram surgindo, timidamente, alguns novos títulos, sobretudo de carácter filosófico, literário e científico, frequentemente publicados em Inglaterra, como *O Investigador Português*, começando a criar a apetência pelas novidades, ainda que o público fosse à época muito restrito, particularmente as elites da política, do exército e da burguesia esclarecida. A revolução liberal e a consequente liberdade de imprensa provocarão um forte incremento jornalístico e uma relativa expansão dos públicos, já que a sede de notícias aumentara, acompanhando a urgência dos liberais em espalhar a nova ideologia reinante e esclarecer as populações. Desta feita, para além da política e do entretenimento, a divulgação literária e cultural atingirá um público mais vasto, criando o hábito “e com ele a necessidade”. Vide, de José Tengarrinha, *Nova história da imprensa portuguesa: das origens a 1865*.

inspirados pelas suas estadias em Inglaterra – “O Inglês”, “O Castelo de Dudley” e “A Ordem do Banho”; “O Brasileiro em Lisboa”, uma espécie de crónica de costumes, e a descrição de um Bazar; a pedagogia mundana d’*O Toucador*; a tradução de um poema de Pagi, sobre Camões; o Curso Literário de Mr Magnin e as Conferências de Sheridan Knowles; a divulgação da literatura, concretamente a dramática, da antiguidade ao século XIX; as Lições de poesia e literatura a uma jovem senhora; textos de origem popular – *Bernal Francês*, *Os Figueiredos*, *O Folar*; do contexto do Conservatório – publicação de estatutos e regulamento, programas das escolas, ofício a pedir fundos para arranjos indispensáveis à instalação do mesmo, regulamento de concursos de dramas originais portugueses, pareceres sobre os mesmos, programa e descrição da festa do Conservatório ou um valiosíssimo conjunto de artigos sobre as “Qualidades e Deveres do Comediante”; a programação dos principais teatros de Lisboa, esparsamente do Teatro de S. João, do Porto, e de teatros estrangeiros; crítica de arte e, por fim, mas nem por isso menos importante, já que se trata de um pilar fundamental no conjunto da sua vasta obra, a crítica literária e teatral, abrangendo esta última desde o teatro declamado à ópera.

A primeira parte deste nosso estudo – Da Academia aos Exílios –, do tempo que medeia entre 1820 e 1823, coincide com a época pós-revolucionária e, simultaneamente, com a instalação de João Baptista em Lisboa, como Oficial da Secretaria do Reino, depois de terminar o seu curso de Leis. Dos últimos tempos de Coimbra fica-nos o seu baptismo em letra de forma, n’*O Patriota*, narrando os acontecimentos de 6 a 8 de Dezembro de 1820, quando os estudantes de Coimbra foram impedidos de votar nas eleições paroquiais e o aprendiz de dramaturgo sobressai como figura de relevo entre os estudantes, demonstrando já a força da sua eloquência e uma forte capacidade argumentativa: seria o seu primeiro triunfo político. No mesmo periódico, surgem também alguns versos da sua autoria e uma carta ao redactor, em defesa dos açorianos, mostrando a sua indignação face ao abandono a que os via votados pelo “Augusto Congresso”, pagando com incúria a generosidade que os “insulanos” haviam demonstrado para com os liberais que junto deles tão bem foram acolhidos. Ao redactor d’*A Borboleta Constitucional*, expõe a sua opinião sobre a principal característica que deverá ter o monumento comemorativo do Vinte e quatro de Agosto: a simplicidade, “primeira lei de todas

as boas artes”, porque “O Templo da liberdade é simples como ela; e os seus adornos singelos como a Natureza, cândidos como a Verdade”. Segue-se nova carta, esta ao redactor d’*O Patriota Funchalense*, agradecendo a inclusão de alguns versos seus, como epígrafe de um número anterior. N’*O Português Constitucional Renegado*, foi publicada a sua *Ode no Aniversário do Dia 24 de Agosto*, com uma nota de rodapé do poeta, prevendo o fim do domínio dos Elmanismos e dos “versos de rancampram”, da qual o redactor se apressou a demarcar-se; neste mesmo periódico, Garrett desmonta, de forma magistral, todas as acusações que lhe são feitas a propósito d’*O Retrato de Vénus*. No *Jornal da Sociedade Literária Patriótica* sai o seu Discurso na Sessão de 19 de Julho de 1822, tão contestado quanto aplaudido, responsabilizando a universidade de Coimbra pela estagnação do País, escravizado pela ignorância, com “pequenas e parciais excepções”, quando só a luz do conhecimento torna os povos livres. Em 1822, com Luís Francisco Midosi, o jovem tribuno, vestindo o papel de pedagogo de assuntos mundanos, funda *O Toucador*, periódico sem política, dedicado às senhoras portuguesas, versando temas como modas, visitas, bailes, jogos, teatro, passeios, variedades, namoro e banhos, tudo o que seria suposto preparar a jovem Luísa Midosi para estar à altura da sua nova vida junto do já aclamado jurista e dramaturgo. No ano seguinte, antes de se ver forçado ao exílio, sai o primeiro e único número de *Heráclito e Demócrito*, com o qual o seu fundador tencionava *chorar e rir*, com as peripécias que na sua Pátria vintista se iam desenrolando; num tom descontraído, mas pleno de verdade, fala-nos de um Portugal que não sabe, nem quer, ser livre, o que o faz temer pela sobrevivência da nova ordem, e lamenta o mau uso da liberdade de imprensa, através da qual os anti-constitucionais vão minando a opinião pública, o que, efectivamente, conduzirá à Vilafrancada. Em suma, foram estes menos de três anos ricos em experiências, entre as quais salientamos ainda o sucesso de *Catão*, que permitiram ao jovem vate interventivo preparar-se para os passos seguintes.

A segunda parte do nosso trabalho – Dos Exílios ao Setembrismo – correspondente aos cerca de treze anos, entre o primeiro exílio, em meados de 1823, e a revolução de Setembro de 1836, incide numa fase extremamente densa da vida do poeta, em que quase tudo lhe aconteceu. Partiu para Inglaterra aos vinte e quatro anos, saudoso de Luísa, que o acompanharia posteriormente, regressando, definitivamente, aos trinta e sete, já separado da mulher, após muitos

momentos amargos, é certo, mas tempos de maturação e larga aprendizagem. Durante o primeiro exílio, colabora n' *O Popular*, onde podemos ler *A Caverna de Viriato Canção composta em Vinte e Quatro d'Agosto de 1825*, comemorativa do quinto aniversário da revolução liberal, assim como *Da Europa e da América, e de sua mútua influência na causa da civilização e da liberdade*, correspondente, grosso modo, à primeira parte de *Portugal na Balança da Europa*, obra absolutamente notável de análise lúcida e esclarecida sobre o papel de Portugal no mundo, ao longo dos tempos, revelando o seu espírito criativo e visionário, ao lançar, simultaneamente, pistas para o futuro, prevendo o papel de charneira a desempenhar pelos Estados Unidos da América. Neste primeiro exílio, já em Paris, saem do prelo essas obras fundamentais do romantismo português – *Camões*, em 1825, e *D. Branca*, em 1826. Vem a Portugal, após a morte de D. João VI, altura em que participa na redacção d' *O Português*, um diário político, literário e comercial, do qual foi um dos fundadores, cujos artigos desassombrados conduzirão os seus redactores ao Limoeiro. N' *O Português*, Garrett estreia-se como crítico de ópera, de forma isenta e fundamentada, com descrição dos libretos e análise da actuação dos intervenientes, atendo-se a todos os pormenores, de modo a permitir que os visados possam corrigir-se e melhorar, sem nunca os desanimar. No mesmo jornal diário, redige o artigo intitulado *O Português e o Padre José Agostinho de Macedo*, confessando estarem os redactores cansados dos caluniosos insultos de que têm sido alvos, solicitando à Regente a sua intercessão, para que o faça provar todas as suas afirmações, afirmações essas que João Baptista magistralmente rebate, o que não invalidará a dita passagem pelo Limoeiro. Ainda no ano de 1827, com Paulo Midosi, o autor de *Camões* funda *O Cronista*, visando novamente cultivar o espírito de sua mulher. Num tom leve e quase coloquial, mas nem por isso menos instrutivo, convida a sua leitora a viajar pelo país das belas-artes, inspiradas pelas musas, criação dos poetas; esboça uma história da poesia antiga, reflexo da perfeição da natureza; traduz Casimir Delavigne e introduz alguns versos seus. Com a tomada do poder por D. Miguel, em 1828, Garrett parte mais uma vez para Londres, onde publica *Adozinda* e *O Bernal Francês* e, no ano seguinte, ano da publicação da *Lírica de João Mínimo* e da primeira parte do *Tratado da Educação*, funda esse “foguetes incendiário”, para animar os exilados, *O Chaveco Liberal*, com José Ferreira Borges e Paulo Midosi; neste importante espaço de debate político, cujo editorial de

apresentação foi redigido pela talentosa pena do nosso Autor, os redactores atrever-se-ão a expor, ainda que num tom jocoso, as mais incómodas verdades, prometendo piedade para com os arrependidos e o patíbulo a D. Miguel. Em 1830, morre em Paris um seu companheiro de luta, Carlos Infante de Lacerda, pelo que, em Setembro do mesmo ano, *O Correio dos Açores* inclui o *Elogio fúnebre do Barão de Sabroso*, com acentuados matizes românticos, no qual Garrett enaltece os predicados do seu amigo. Ainda no mesmo ano, depois de compor um novo prefácio para a segunda edição de *Catão*, surge n' *O Pelourinho* a *Carta de Múcio Scevola, oferecida à contemplação da Rainha, a Senhora Dona Maria Segunda*, seguramente o mais cáustico dos textos jornalísticos garrettianos, autêntico grito de revolta contra a sua condição de exilado, na qual se sente insuficientemente apoiado pelos seus chefes, mas, apesar disso, apela a mais um esforço de todos os emigrados, para que não desistam da sua luta, pois que dela só poderão sair vencedores. Todavia, um ano depois desta carta, é ainda o mesmo assunto que o inspira a uma *Conspiração contra D. Miguel*, texto publicado n' *O Precursor*, em que novamente incita ao combate contra o *usurpador*, abandonado já pela maioria dos seus apoiantes, enquanto as hostes liberais vão engrossando, mais ainda se se lhes juntarem os passivos, “de vergonhosa paciência”. Como que obedecendo a este apelo, menos de quatro meses depois, partiam as tropas de Belle-Isle, para se organizarem na Terceira, de onde seguiriam para libertar o Porto sitiado, vitória decisiva para a causa liberal. Entretanto, ao autor de *D. Branca* estavam ainda reservadas umas quantas peripécias. Antes que ocorresse a revolução de Setembro, Garrett redigiu um Código de Direito Comercial e outro de Direito Criminal; cumpriu uma missão diplomática com Palmela, que o fez passar por Londres, Madrid e Paris, onde acabaria abandonado e sem meios, numa água-furtada; a notícia do 24 de Julho dá-lhe ânimo para pedir emprestados os meios necessários para regressar à Pátria, quando D. Pedro lhe solicita a elaboração de um projecto para a Reforma Geral dos Estudos, divulgada pela *Crónica Constitucional de Lisboa*, a 2 de Abril de 1834, com que esperaria fazer de qualquer português, bem formado de corpo e espírito, um membro útil e feliz da sociedade, tivesse ela sido implementada. Nomeado Cônsul Geral e Encarregado de Negócios na Bélgica, regressará a Lisboa em Junho de 1836, mais uma vez abandonado e sem meios, já separado de Luísa Midosi e depois de substituído sem que sequer lhe tivesse sido

oficialmente comunicado. De qualquer modo, depois dos exílios e das difíceis experiências diplomáticas, agora com trinta e sete anos e apesar da saúde combalida, trazia em mente grandes e amadurecidos projectos, nutridos pelos novos conhecimentos adquiridos da cultura inglesa, francesa e alemã, que marcariam toda a sua ulterior actividade literária e política. Ao chegar, reiniciou a sua actividade jornalística, concretamente com *O Português Constitucional*, onde semeou análise política, crítica teatral e até poesia traduzida. Logo no primeiro número, apresenta-nos uma lúcida resenha retrospectiva dos dezasseis anos pós-revolucionários, analisando o que correu bem e menos bem dos dois lados da contenda; depois virão mais comentários sobre a actualidade política e jornalística, no seu modo desassombrado; uma Revista dos Teatros faz parte do número de 18 de Agosto de 1836, fruto de passagens pela Rua dos Condes e pelo S. Carlos, onde nota, malgrado todos os defeitos que encontrou, uma evolução na qualidade dos espectáculos; por fim, transcreve um poema traduzido, tradução essa que considera “em muitas partes feliz”, sugerindo pontuais melhorias. Apenas dois dias depois da publicação desta crítica, sobrevém a chamada revolução de Setembro e o autor d’*O Arco de Sant’Ana* iria ter ocasião de encetar a sua própria revolução, que havia muito vinha, reflectida e afincadamente, architectando. Não teria muitos mais anos para viver do que aqueles que estivera fora; todavia, começaria agora a cumprir a sua mais nobre e perene missão.

A terceira parte desta nossa dissertação – Da Fundação do Teatro Nacional –, englobando os anos de 1837 a 1840, é relativa à época em que Garrett está profundamente empenhado em proceder à instalação do Conservatório Geral de Arte Dramática, essencial pilar de sustentação da grande reforma por que o nosso teatro iria passar e que o seu autor havia muito ansiava, por lhe sentir a urgência, dados os ambiciosos objectivos que se propunha. Numa altura em que o Autor todo se envolveu entre o teatro da política e a política do teatro, não será, pois, de estranhar que os periódicos coevos testemunhem esse facto. Tendo já em mãos o *Entre-Acto*, jornal concebido para ocupar os espectadores nos intervalos das peças, cujo primeiro número, continha um texto de apresentação e uma crítica detalhadíssima a uma encenação d’*Os Puritanos*, ambos da autoria do seu fundador, João Baptista envia uma carta ao redactor d’*O Nacional*, com vista a repor a verdade sobre palavras que lhe atribuíram e que ele não proferira, como

muitas vezes aconteceu. Em 1838, ano da primeira representação do emblemático *Um Auto de Gil Vicente*, é divulgado, n' *O Biógrafo*, um prospecto bibliográfico, em que o Autor não se poupou encómios, anunciando a publicação das obras completas desse “génio transcendente”, “erudito, filósofo e mestre da nossa bela língua”; no mesmo ano, colabora n' *O Constitucional*, com mais duas cartas, versando assuntos de ordem política, e a notícia necrológica do Conselheiro Aragão Morato. No último mês de 1839, o reformador inicia a redacção do *Jornal do Conservatório*, que se estenderá até Junho de 1840; trata-se de um periódico totalmente dedicado a temas literários e relacionados com as artes de palco, tendo por destinatários, não apenas todos os agentes teatrais – actores, encenadores, compositores, dramaturgos e bailarinos –, mas sobretudo os públicos de teatro, para quem poderá funcionar como autêntico manual de aprendizagem, não somente para saber como ser um bom espectador, como, e acima de tudo, tornar-se um bom ser humano, íntegro, esclarecido, dotado de espírito crítico, com todos os atributos capazes de recolocar Portugal entre as grandes nações. E é precisamente com um artigo crítico, do número d' *O Correio de Lisboa* de 10 de Setembro de 1840, que terminamos esta terceira parte: *Eliéser ou a ternura fraternal*, onde o autor de *Viagens*, enaltecendo também a elegância da encadernação, elogia a qualidade da tradução do poema original – acima de tudo por ter sabido o tradutor torná-lo português, seguindo Filinto Elísio na imitação da natureza.

O quarto e último momento do nosso estudo – Últimas batalhas –, que abrange os anos de 1840 a 1851, refere-se aos últimos anos de intervenção de Garrett na imprensa periódica. Fruto de hábeis e perseverantes negociações, o nosso diplomata alcança os termos de um Tratado de Comércio e Navegação com os Estados Unidos da América, cuja redacção completa em finais de 1840, sendo ratificado no ano seguinte e publicado no n.º 61 d' *O Português*; mesmo tratando-se de um texto de ordem jurídica, cujos fundamentos conhece bem, é notória a facilidade com que o Autor escolhe os termos mais adequados para cada momento. *A Revolução de Setembro* será outro mostruário de artigos do poeta tribuno, contendo uma notícia necrológica do ministro Vieira de Castro e uma memória histórica do Conde de Avilhez, e ainda uma Necrologia de D. Maria Teresa Midosi, em todas enaltecendo, em perfeita adequação, o melhor de cada visado, do modo

que só ele conhecia; uma detalhada descrição das lições de literatura dramática, proferidas pelo “distinto literato” inglês Sheridan Knowles, e de um Jantar comemorativo do regresso dos exilados, no qual foi orador; um Relatório da Comissão Eleitoral, por si redigido, tal como um Parecer sobre a neutralidade literária; ainda uma carta acerca do programa que os deputados pelo círculo de Lisboa deveriam defender e outra de resposta a um artigo publicado sobre si; por último, um Projecto de resposta ao discurso da Coroa. Quanto à *Revista Universal Lisbonense*, para além da publicação parcial de *Viagens na minha terra*, entre 1843 e 1846, nela encontramos textos sobre a Poesia Nacional, incluindo a Popular, como o poema *Bernal e Violante*; um Parecer sobre a neutralidade literária (também publicado n’*A Revolução de Setembro*) e ainda uma pormenorizadíssima descrição de um Bazar, inclusivamente nomeando os que a ele afluíram – todo o *rank and fashion* da Nação. Em 1842, saem os dois números da Revista do Conservatório e nela podemos ler o Relatório e o Decreto que criou o Conservatório, tal como um ofício do Inspector-Geral dos Teatros ao Ministério do Reino, propondo e pedindo providências para a instalação das escolas do Conservatório. De 1843, é a interessante e detalhada auto-biografia que o dramaturgo, “uma das maiores notabilidades da época”, redigiu para o *Universo Pitoresco*, baseada nas suas obras, nos seus discursos impressos, nas actas dos corpos científicos e legislativos a que pertencera, em documentos autênticos, comunicados por “gerais e inquestionáveis testemunhas de notoriedade pública, outros havidos de amizade íntima, mas imparciais”, enfim, uma narração da sua própria história de vida, mal disfarçando, com um discurso de terceira pessoa, o modo como só ele sabia escrever. Entretanto, como órgão da Associação de Artistas e Homens de Letras, fundada por iniciativa do autor de *Folhas Caídas*, sai o *Jornal das Belas-Artes*, igualmente em 1843, onde o jornalista da “pena d’ouro” nos guia pela exposição dos trabalhos de professores e alunos da Academia das Belas-Artes, como se de um crítico de arte se tratasse, atento aos mais ínfimos pormenores. Em 1845, o poeta de *Flores sem fruto* colabora n’*A Ilustração*, que se pretende que funcione como “biblioteca popular”, atenta às novidades da literatura – poesia e romance – e das belas-artes, como a música, mas também à moda e decoração; indo ao encontro destas directrizes, Garrett ofereceu a sua contribuição com textos de inspiração britânica – *O Inglês*, *A Ordem do Banho* e *O Castelo de*

Dudley –, com literatura popular – *Bernal Francês* e *Os Figueiredos* – e crónica de costumes – *O Brasileiro em Lisboa*, para além do texto de apresentação. Do mesmo ano de 1845 é o *Elogio Histórico do Sócio Barão da Ribeira de Sabrosa pelo Sócio João Baptista de Almeida Garrett*, inserido nas *Memórias do Conservatório Real*, composição onde são visíveis influências clássicas e românticas, na perfeita simbiose que o seu talento alcançou. São-lhe ainda atribuídas pequenas colaborações nos jornais *O Popular*, em 1848, *Necrologia de D. Leocádia Teresa de Lima e Melo Falcão Van Zeller*, onde são enumeradas todas as suas “qualidades que fazem amar a mulher e estimar a senhora”; *A Época* (jornal de indústria, ciência, literatura e belas-artes), com a *Memória de José Xavier Mousinho da Silveira*, de 1849, apologia dessa personagem histórica que tanto admirou, e, por fim, *A Semana* (jornal literário e instrutivo), em 1851, anexando a *Camões e Garrett* a tradução do epílogo de uma edição de *Os Lusíadas*, da autoria de Pagi, do século XVII. Não quer isto dizer que, daí para a frente, não tivesse voltado a escrever, já que à escrita Garrett dedicar-se-ia até quase ao limite das suas forças. Nesse mesmo ano de 1851, com a *Regeneração*, o cultor de diferentes musas seria feito Visconde e Par-do-Reino e sustentaria brevemente a pasta dos Negócios Estrangeiros. Nos três anos que lhe restariam ainda, dividir-se-ia entre a literatura e a política, de resto os indissociáveis alicerces da sua acção e meios de atingir o mesmo fim – libertar os portugueses da escravidão da ignorância, pô-los a pensar por si e a agir, para que, finalmente, parafraseando o autor de *Mensagem*, Portugal se pudesse cumprir como Nação, movida pela força do espírito. A vida de João Baptista de Almeida Garrett foi uma verdadeira lição contra a mediocridade e o marasmo e poucas pessoas terão feito tanto, em tão pouco tempo, pela nação portuguesa e pela nossa cultura. Acima de tudo, poucos terão tido o seu entusiasmo visionário, o seu espírito de entrega às causas que abraçava, e a sua capacidade de concretização.⁶

⁶ Conforme opinou José Valentim Lemos, com o autor de *Folhas Caídas* “começou e acabou uma ideia de política teatral portuguesa. Depois do *dandy* elegante que escrevia com a facilidade dolorosa com que se movimentava nos salões mundanos veio o vazio. (...) [pois] não é possível teatro nacional sem o conhecimento e a experiência prática do teatro e da dramaturgia mundial. Porque o teatro é uma rede, uma malha de conexões, porque afinal o teatro, onde quer que se faça, é um cadilho fechado de humanidade onde o homem tem de se reconhecer.”: in AAVV, *O Teatro e a interpelação do real*, pp. 132-133.

Creemos ter ficado demonstrado quão influentes foram para o Autor, quer os exílios, quer as suas missões diplomáticas, dando-lhe ocasião para se envolver nos movimentos políticos e literários do seu tempo, deles retirando o que lhe faltava para, com toda a erudição clássica e iluminista que já levava,⁷ consubstanciar uma nova literatura,⁸ uma urgente reforma do teatro, finalmente introduzir um novo conceito de Nação, assente nas nossas mais antigas tradições populares e, não mais imitando caricaturalmente modelos estrangeiros, mas antes obedecendo ao espírito do povo luso.⁹ Nesse processo, a crítica que foi semeando pelos seus mais variados escritos, desde os caminhos abertos pelos paratextos que anexou às suas obras literárias à crítica teatral que publicou na imprensa periódica, funcionou, claramente, como a maior adjuvante, até porque a concepção garrettiana de crítica sintetiza, afinal, diferentes correntes, como o criticismo iluminista, tão caro aos românticos, na medida em que visa libertar da mediocridade cada cidadão, fornecendo-lhe o conhecimento que lhe confira a capacidade de julgar por si próprio, de acordo com a premissa “Build social freedom on its only basis, / The freedom of the individual mind.”¹⁰ A verdade é que este “cosmopolitismo gerado

⁷ “(...) a propósito da bem presente componente iluminística, não se pode estranhar que o período juvenil de Garrett seja assinalado por um tratamento de temas clássicos, vistos com a luz de um liberalismo iluminado, que assim harmonizava o legado neoclássico com o fermento do iluminismo finissecular. A plena adesão romântica não estava longe, mas a marca impressiva das leituras feitas pelo poeta, e que conhecemos, não podiam deixar de o comprometer como homem de transição nesta fase da sua vida.”: José Oliveira Barata, *Garrett nosso contemporâneo. CADERNOS – Revista de Teatro*, n.º 15, p. 8.

⁸ Como o próprio Garrett confessou, “Romantismo, cá o houve sempre; essa moléstia, se tal e, esse andaço de bexigas, como já lhe ouvi chamar, nunca saiu da nossa Península. Mas a vacina, como a prepararam Goethe e Scott, essa é que não havia; e creio que fui eu que a introduzi.”: Introdução a *Méropé*, in *Obras Completas* (1966), Vol. 2, p. 1785.

⁹ Para isso, como salientou Helder Macedo, “(...) ele fez em português e em Portugal o que outros românticos fizeram nas suas diversas línguas e países, desde a afirmação da consciência individual até à adopção de causas sociais progressivas, da recuperação de tradições nacionais até à procura experimental de novas articulações estéticas.”: AAVV, *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*. N.º 4, p. 35. Em suma: “Garrett, plus qu’un artiste, fut un maître à vivre, qui rendit la jeunesse à ses compatriotes, qui leur apprit à aimer l’art et la liberté. En effet, par son incessante activité d’écrivain et d’homme politique, Garrett non seulement marca son époque, à laquelle il sut donner sa plus haute expression artistique, mais il fut aussi, et il demeure, une figure exemplaire par sa noblesse, para sa fidélité inébranlable à des principes généreux, par son *innocence* enfin. Garrett fut un grand poète et un grand *homme*, un poète-citoyen, qui revendique la ‘sainte liberté’ pour l’homme dans une société libre. (...) L’individu disparaît derrière l’image qu’il est devenu enveloppé dans les poncifs qui le jugent. On n’a pas compris Garrett. On [lui] a, pour ainsi dire, perdu. On ne peut le retrouver que dans sa vraie durée: son oeuvre.”: R. A., Lawton, *Almeida Garrett: l’intime contrainte*, pp. 8-9.

¹⁰ Wordsworth, *The Prelude*, citado por Timothy Michael, *British Romanticism and the Critique of Political Reason*, p. 231. No mesmo sentido, escreveu Benjamin Constant: “La liberté individuelle (...) voilà la véritable liberté moderne. La liberté politique en est la garantie; la liberté

no discurso crítico moderno, exercício de liberdade em arte, literatura, moral, política, etc, (...) é um projecto socio-político ainda hoje incompleto de instituição social de liberdades auto-reguladas.”¹¹

Hoje, a prática da crítica teatral assume pontos de vista diversos, que vão do puro impressionismo, “que tende a realizar-se como crítica-tribunal”, à análise pormenorizada, atenta às “variadas e importantes reflexões filosóficas, sociológicas, estéticas, literárias e outras sobre a obra artística”, optando uns pela *aproximação estética*, daí resultando uma *crítica criativa*, outros com uma *intenção compreensiva*, de que resulta uma *crítica analítica*.¹² Haverá ainda, evidentemente, um terceiro tipo de abordagem, provavelmente a mais comum, que procura conciliar ambas, transmitindo as impressões de forma teoricamente fundamentada, havendo, no entanto, neste caso, sempre uma predominante e que se sobrepõe à outra;¹³ porque a crítica encontra-se “nessa precisa margem: entre a

politique est indispensable.”: *Écrits Politiques*, p. 612, citado por Carlos Leone, *Portugal Extemporâneo – História das Ideias do Discurso Crítico Moderno (séculos XVI-XIX)*, p. 223.

¹¹ Carlos Leone, obra citada, p. 115.

¹² Carlos Alberto Machado, *As regras do jogo. O Teatro da Cornucópia e a Crítica 1973-1995*, pp. 151-153. Referindo-se concretamente ao universo dos críticos da Cornucópia, “(...) é impossível uma atitude crítica que se abrigue na indiferença ou no alheamento. É sempre obrigatório realizar uma escolha. Saber que existe um *pensamento*. Desde a versão mais prosaica do gostar ou não gostar até à cumplicidade de se deixar *sangrar* pelo mesmo desafio, de quere arriscar pôr em perigo o *coração* (...). Entre a alegre despreocupação da *croniqueta* e o investimento intelectual e afectivo do *ensaio*. Os percursos ancorados no desejo de uma crítica feliz conduzem muitas vezes os seus autores ao aborrecimento mais definitivo e radical, portanto ao abandono do objecto desejado (...). Mas podem conduzir ao inverso desta situação, à simulação de uma felicidade, à apropriação (ilusória) do objecto que se deseja (...). Junto a estes casos um terceiro, que passa de uma fase de uma grande infelicidade a outra em que se instala no bem-estar da felicidade (...). (...) são atitudes descomprometidas”, em que os ficam “são dominados pelo *deslumbramento*, pois nada é mais belo, rigoroso, inteligente: indiscutível. E o que não se discute é divino, é sagrado.”: idem, pp. 152-153.

¹³ Eis dois casos que podem ser verdadeiramente paradigmáticos desse facto, que podem ser lidos no n.º 6 da revista *Sinais de Cena*, da Associação Portuguesa de Críticos de Teatro:

Maria Helena Serôdio, em “A esfuziante – ainda que velada – forma do som”, pp. 98-100, analisa detalhadamente um espectáculo encenado por João Mota, para o Teatro da Comuna, em 2006, tendo por base a peça de Samuel Beckett, *Todos os que caem*. A crítica detém-se sobre os mais variados aspectos do espectáculo – fala-nos do encenador, das circunstâncias da criação do texto, do desenho das personagens e sua simbologia, da “análise sistemática e bem fundamentada” do texto, elaborada pelo dramaturgo Armando Nascimento Rosa para as notas de programa, da tradução cuidada, “teatralmente funcional e estilisticamente feliz”, relaciona o texto com outros do mesmo autor, refere-se detalhadamente à cenografia e à sonoplastia, ao desenho da guarda-roupa e ao desempenho das personagens – tudo isto não se eximindo a algum aparato teórico.

Maria João Brilhante assina o artigo “Revisitar Ionesco – Um novo figurino para a rinocerite”, pp. 104-106, no qual se debruça sobre uma encenação de Emannuel Démarcy-Mota da peça *Rhinocéros*, de Eugène Ionesco, apresentada no Porto e em Lisboa, respectivamente no Teatro Rivoli e no Teatro D. Maria II, em Julho de 2006. Não dispensando a fundamentação teórica, a autora descreve pormenorizadamente o espectáculo a que assistiu, referindo, primeiro, o facto de que Ionesco tem sido visto quase como “peça de museu”, sendo necessário regressar “aos idos de 50” para perceber quanto ele foi “centro de polémicas, controvérsia e que os seus textos (de teatro

necessidade de rigor descritivo e a inevitável opção cultural e estética mais ou menos confessada”.¹⁴ Por outro lado, o crítico “deve saber suspeitar que a vida é a ilusão do real revestido de certa teatralidade, (a sala) que o teatro é a ilusão dessa ilusão utilizando um vasto leque de simbolismo, que a crítica é a ilusão da ilusão da ilusão. Sendo tudo aparência, centro e periferia das coisas, tudo é jogo de interpretação do mundo subjectivo.”¹⁵ Mas tal não significa que a crítica se reduza a impressões subjectivas, ou correr-se-á o risco de o crítico se tornar dispensável. Assistiremos algum dia ao fim da crítica? “Talvez estejamos a aproximarmo-nos do ‘fim da crítica do teatro convencional’. Nós [os críticos] estudamos teatro e fazemo-lo todas as noites, não numa biblioteca com os velhos manuscritos, mas em salas contemporâneas, cobrindo os mais recentes acontecimentos artísticos que ainda não gozam de reputação.”¹⁶ E isso é crítica de teatro.¹⁷ Hoje, a crítica não se fica

ou sobre teatro) não têm merecido grande atenção – a própria escreve sobre o teatro de Ionesco e as suas concepções de teatro, e sobre as funções do teatro, e do que dele tem dito a crítica ao longo dos tempos. Faz a revisão da crítica, nomeadamente no londrino *Observer*, em Junho de 1958, quando Kenneth Tynan e Philip Toynbee, foram “testemunhas do entusiasmo de algum público perante a novidade deste teatro, mas também questionadas do que consideram ser o seu carácter anti-realista ou a sua pretensa autonomia relativamente ao real. Criticado pelo humanismo abstracto das suas peças, Ionesco defende-se dizendo que não são as ideologias, nem mesmo o cidadão burguês ou de esquerda, que lhe interessa pôr em cena, mas o simples mortal, o homem comum prisioneiro das suas angústias.” A crítica informa-nos ainda sobre a evolução da obra do dramaturgo e, só depois, do espectáculo de Démarcy-Mota e os seus artistas, detendo-se particularmente nas diferentes funções da luz, do som e do espaço, e no “tratamento plástico dos corpos, [que] ao desconstruir a esperada série de acções humanas e a sua imediata interpretação, produz um objecto artístico pleno de estranheza e sedução.” Sobre a recriação da peça, “longe de se sujeitar à canonizada interpretação do texto e à demonstração da sua possível ‘utilidade’ ou eficácia para representar os males que assolam o mundo contemporâneo, este *Rhinocéros* oferece uma visão muito singular do dilema sempre presente nas sociedades que prezam a liberdade, dizendo-se consciente, no entanto, de que aquilo que de absurdo a acção encerrava em 1959 deixou de ser e que (...) somos cada vez menos humanos embora julguemos continuar a sê-lo.”

¹⁴ Maria Helena Serôdio, citada por Paulo Eduardo Carvalho e Sebastiana Fadda, “Os Desafios da Crítica”, *Sinais de Cena*, n.º 6, p. 10. Como notou Daniel Tércio, “(...) ninguém é capaz de produzir uma crítica digna desse nome se não se emocionar (ou entediar) com aquilo a que assiste. Se alguém quer falar sobre um objecto performativo, tem que partir da sua própria experiência perceptiva e cinestésica enquanto espectador. Experiência onde, desde sempre, tem ecoado também a experiência do criador. Ambos somos pois caixas de ressonância, contentores em processo, em construção, que se vão requalificando. E o exercício da crítica é definitivamente um processo. Também ele em aberto.”: “Crítica de Dança – Uma crítica em processo”, *Sinais de Cena*, n.º 6, p. 27.

¹⁵ Jorge Listopad, in AAVV, *O Teatro e a interpelação do real*, p. 22.

¹⁶ Nikolai Pesochinsky, “O fim da crítica?”, *Sinais de Cena* n.º 6, pp. 11-12: “haverá alguma diferença entre a crítica de teatro profissional e a “simples expressão de uma opinião por uma qualquer pessoa minimamente qualificada que tenha acesso à imprensa local ou à internet”? É evidente que sim, visto que, embora a impressão inicial seja pessoal, há depois um “explicar as forças artísticas que criam a nossa percepção”, sendo aí que começa o trabalho do crítico profissional. Até porque “o objecto é uma coisa, a sua interpretação outra, e a sua avaliação é ainda uma outra (...). O nosso objecto é o texto teatral, a acção teatral e a forma teatral. E nenhum texto nem nenhuma forma são completamente informes ou invisíveis. (...) Eu acredito na capacidade de

pelo texto dramático,¹⁸ antes parte do espectáculo observado, aceitando que “os contributos vários da filosofia, das ciências da linguagem, da semiótica ou da sociologia, bem como da própria interdisciplina que são os estudos de teatro, permitiram revisões radicais das metodologias de análise e clarificações oportunas da metalinguagem”.¹⁹ À sua escala, e de modo quase empírico, a crítica garrettiana já caminhava nessa direcção; porque Garrett era poeta e a poesia a base do teatro:

O teatro só morrerá quando morrer a poesia que é a sua matéria-prima mesmo que não transpareça. E chega o momento de a poesia ser chamada a desempenhar no teatro o papel de reveladora que lhe é inato. Revelação do caminho para um verdadeiro real humano que a venda da ilusão que nos é imposta como realidade não deixa ver. O drama da luta entre a obscurecida realidade interna do eu e a *persona* espectacular que sufocantemente o vela.²⁰

Ora, apesar de vivermos num mundo prosaico, em que se pretende esvaziar as Humanidades, não querendo ver quanto elas são indispensáveis à Ciência e à Tecnologia, e em que os critérios economicistas imperam sobre todos os outros, ainda vai havendo poesia suficiente para alimentar o teatro, meio de expressão com potencialidades únicas,²¹ e, portanto, também a crítica. Resta saber se ainda

uma leitura profunda e preciso do texto teatral – este é provavelmente o nível básico do nosso trabalho profissional, e distingue o nosso labor da fruição do espectador que se limita a ter uma sensação subconsciente daquilo que se passa no palco”.

¹⁷ “Acredito que o nível mais elevado da crítica teatral é ser capaz de descrever a forma teatral que parece ser completamente nova, nunca vista, e colocá-la no quadro cultural, explicando as suas peculiaridades comunicativas, identificando os seus antepassados indirectos, etc. (...) Escrever a crítica breve do espectáculo da noite anterior, do ponto de vista profissional, significa escrever uma outra página da teatro contemporâneo colocar uma coisa simples no contexto complexo escondido dos espectadores habituais.”: *ibidem*, p. 14.

¹⁸ “Podemos considerar já muito distantes os tempos em que Carlos Porto, no prefácio que escreveu em 1973 (...), sob o título *Em busca do teatro perdido*, admitia, com uma extraordinária honestidade: ‘Devo confessar que ainda não consegui superar o problema maior da crítica de teatro: fazer incidir a análise sobre o espectáculo e não sobre o texto posto em cena.’”: Paulo Eduardo de Carvalho e Sebastiana Fadda, “Os Desafios da Crítica”, in *Sinais de Cena* n.º 6, p. 9.

¹⁹ *Ibidem*, p. 10: “Como sugeria Josette Féral, ‘o contributo crítico que não procure realizar uma construção analítica e teórica é um pálido espelho da realidade artística. E desse modo não cumprirá a sua função’. E uma crítica que se apresenta assim exigente e reflexiva é ainda uma crítica consciente do seu duplo papel de agente de intervenção sobre o presente e de instrumento ao serviço da memória.”

²⁰ Natália Correia, in AAVV, *O teatro e a interpelação do real*, p. 112.

²¹ Como lembrou Pedro Barbosa “(...) o teatro, para se justificar a si mesmo no mundo de hoje, precisa de assumir também uma nova postura estética. É-lhe necessário recuperar a identidade perdida e saber reenquadrar-se face ao aparecimento de novas formas de expressão estética confluíntes com ele: antes de mais nada face ao cinema e à televisão, mas também, mais tangencialmente, face à literatura. O teatro, enquanto meio de expressão, tem potencialidades únicas e uma força muito própria. (...) O teatro pode criar uma envolvimento total, pode abrir-se à participação física e emocional do espectador, pode tornar-se num momento de ‘comunhão’: no

há quem queira lê-la e dela tirar ensinamentos e dispor-se a reflectir. A verdade é que com tanta informação (e desinformação) já pronta a servir e ao alcance de todos, a Humanidade corre sérios riscos de se desabituar de pensar. Que assim não seja, pois que Portugal ainda não se cumpriu.

Chegando ao fim deste prodigioso percurso, a sensação que experimentamos é a de que muito ficou por dizer e que, de cada vez que de novo o intentássemos, sempre descobriríamos novos matizes não entrevistados, novas veredas que não seguimos, novos atalhos que não explorámos, tanta coisa que poderíamos ter feito de diferente modo, tal é o manancial por onde nos aventurámos. Esperamos que seja este um ponto de partida para trilhar outros caminhos. Tanto quanto sabemos, está ainda por fazer uma história dos exilados portugueses, o que poderá constituir um interessante desafio intelectual para o futuro.

limite, o teatro pode mesmo transformar-se numa *vivência estética* integral. E isso nenhuma outra arte consegue fazer.”: in AAVV, *O teatro e a interpelação do real*, p. 125.

BIBLIOGRAFIA

a) Periódicos

A Borboleta Constitucional, red. João Nogueira Gandra. Imprensa do Gandra, Porto, 1821-1822. (BPMP)

A Época: jornal de indústria, ciências, literatura e belas-artes, red. Rebelo da Silva, Andrade Corvo, Silva Túlio. Imprensa da Época, Lisboa, 1848-1849. (BN)

A Ilustração: jornal universal, fund. Teixeira de Vasconcelos. Lisboa, 1845-1846. (BPMP)

A Revolução de Setembro, fund. José Estêvão, red. António Rodrigues Sampaio. Tipografia J. B. de A. Gouveia, Lisboa, 1840-1892. (BN e BPMP)

A Semana: jornal literário e instrutivo, red. João de Lemos Seixas Castelo Branco. Imprensa Nacional, Lisboa, 1850-1852. (BPMP)

Correio de Lisboa. Tipografia Carvalhense, Lisboa, 1837-1842. (BN)

Crónica Constitucional de Lisboa, red. David da Fonseca Pinto e José Maria da Costa e Silva. Impressão Régia, Lisboa, 1833-1834. (BN)

Heráclito e Demócrito, red. J. B. de Almeida Garrett. Lisboa, 1823. (BN)

Jornal da Sociedade Literária Patriótica. Tipografia Rolandiana, Lisboa, 1822. (BN)

Jornal das Belas-Artes, Associação de Artistas e Homens de Letras. Lisboa, 1843-1848. (BPMP)

Jornal do Conservatório Real de Lisboa, Almeida Garrett. Tipografia de J. S. De Sampaio, Lisboa, 1839-1840. (BN, BPMP, Escola Superior de Teatro e Cinema e Museu do Teatro)

Memórias do Conservatório Real de Lisboa. Imprensa Nacional, Lisboa, 1843. (BPMP)

O Biógrafo: leitura abreviada daqueles que se fazem célebres por génio, talento, virtudes, armas ou letras. Lisboa, 1838-1839. (BN)

- O Chaveco Liberal*, red. José Ferreira Borges, Almeida Garrett e Paulo Midosi. R. Greenlaw, Londres, 1829. (BPMP)
- O Constitucional*, ed. resp. A. R. Veloso. Tipografia de A. S. Coelho, Lisboa, 1838-1842. (BN)
- O Correio dos Açores*, red. Joaquim José Ferreira de Freitas. R. Greenlaw, Londres, 1830. (BN)
- O Cronista*, fund. Almeida Garrett e Paulo Midosi. Imprensa do Português, Lisboa, 1827. (BPMP)
- O Entre-Acto: jornal dos teatros*, fund. Almeida Garrett. Tipografia de António José da Rocha, Lisboa, 1837. (BPMP)
- O Nacional*. A. C. Dias, Lisboa, 1834-1843. (BN)
- O Patriota*. Impressão da Viúva Neves, Lisboa, 1820-1821. (BN)
- O Patriota Funchalense*. Tipografia do “Patriota”, Funchal, 1821-1823. (BN)
- O Pelourinho*. Real Tipografia da Regência, Angra do Heroísmo, 1830-1831. (BN)
- O Popular: jornal político, literário e comercial*, dir. José Ferreira Borges e/ou José da Silva Carvalho. L. Thompson, Londres, 1824-1825. (BN)
- O Popular: jornal da tarde*, red. e ed. António Augusto Maria dos Santos. Lisboa, 1848-1849. (BPMP)
- O Português: diário político, literário e comercial*, red. Almeida Garrett, Paulo Midosi e João António dos Santos. Imprensa do Português, Lisboa, 1826-1827. (BPMP)
- O Português*. ed. Inácio Ribeiro Isaac. Lisboa, 1840-1841. (BN)
- O Português Constitucional*, fund. Almeida Garrett. Lisboa, 1836. (BN)
- O Português Constitucional Renegado*. Tipografia Rolandiana, Lisboa, 1821-1822. (BN)
- O Precursor*, red. Almeida Garrett. C. S. Bingham, Londres, 1831. (BN)
- O Toucador: periódico sem política dedicado às senhoras portuguesas*, red. J. B. de Almeida Garrett e Luís Francisco Midosi. Impressão Liberal, Lisboa, 1822. (BN)
- Revista do Conservatório Real de Lisboa*. Lisboa, 1842. (Museu do Teatro)

Revista Universal Lisbonense: jornal dos interesses físicos, morais e literários, por uma sociedade estudiosa. Imprensa Nacional, Lisboa, 1841-1859. (BPMP)

Universo Pitoresco: jornal de instrução e recreio. Imprensa Nacional, Lisboa, 1843-1844. (BPMP)

b) Obras consultadas

AAVV, *Actas do I Congresso Internacional de Estudos Anglo-Portugueses*. Centro de Estudos Anglo-Portugueses da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2001.

_____, *Garrett e as Artes: Actas do Ciclo de Conferências*. Centro de História de Arte da Universidade de Évora, 2002.

_____, *Almeida Garrett: um romântico, um moderno: Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Bicentenário*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2000.

_____, *Camilo Castelo Branco – Jornalismo e Literatura no século XIX: Colóquio promovido pelo Centro de Estudos Camilianos*. Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão/Centro de Estudos Camilianos, 1993.

_____, *Camões: Revista de Letras e Culturas Lusófonas*. N.º 4, Janeiro a Março de 1999.

_____, *Centenário da Convenção de Berna – Sessão comemorativa da Academia das Ciências de Lisboa*. SPA, Lisboa, 1987.

_____, *Colóquio/Letras*. N.º 153/154. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1999.

_____, *Comemoração do Primeiro Centenário do Visconde de Almeida Garrett (1854-1954)*. Ministério da Educação Nacional, Lisboa, 1959.

_____, *Conservatório Nacional – 150 anos de ensino do Teatro. Homenagem a Almeida Garrett*. Centro de Documentação e Investigação Teatral, ESTC, 1988.

- _____, *Em Defesa da 'Identidade Nacional'. Intervenções feitas em 1989 durante as cerimónias comemorativas da Restauração*. Edição da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1990.
- _____, *Garrett às portas do milénio*. Comissão Executiva dos "Seminários Garrett" (coord.), Colibri, Lisboa, 2002.
- _____, *Garrett e as Artes: actas do ciclo de conferências*. Centro de História da Arte da Universidade de Évora, 2002.
- _____, *História(s) da Literatura*. Actas do 1.º Congresso Internacional de Teoria da Literatura e Literaturas Lusófonas. Edições Almedina, Coimbra, 2005.
- _____, *Homenagem a Garrett – Prestada pela Sociedade de Escritores e Compositores Teatrais*. Lisboa, 1954.
- _____, *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*. N.º 4, Primavera de 1999.
- _____, *Leituras de Bocage*. Faculdade de Letras do Porto, Serviço de Publicações, 12 de Julho de 2007.
- _____, *Literatura, história e política em Portugal (1820-1856)*. Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.
- _____, *O Pensamento Jornalístico Português*. Vol. I. LabCom, Covilhã, 2010.
- _____, *O Teatro e a interpelação do real*. Associação Portuguesa de Críticos de Teatro / Colibri, Lisboa, 1990.
- _____, *Revista Artistas Unidos*. N.º 23, Julho de 2009.
- _____, *Ser Português em Portugal*. Colectânea de artigos publicados no Boletim da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1997.
- ABRANCHES, Augusto dos Santos, *Garrett e o seu tempo*. Suplemento garretteano da Revista *Actualidades*, n.º 11, s/d.
- ADDISON, Joseph, *The Spectator*. Everyman's Library, London, 1970.
- ADORNO, Theodor W. e SACRISTAN, Manuel, *Crítica Cultural y Sociedad*. Ariel, Barcelona, 1969.
- ALMEIDA GARRETT, João Baptista da Silva Leitão de, *A Annalia – Poesia inédita de Garrett*. Lembrança da II Feira do Livro, oferta da Livraria Moraes, Lisboa, Maio de 1932.

- _____, “Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa”, *Obras Completas*. Livraria Moderna, Lisboa, 1904.
- _____, PADULA, Antonio (pref.) e VALBRANCA, Adriano (trad.), *Camoens*. Società Luigi Camoens, Napoli, 1907.
- _____ e FAURE, Henri (trad. e notas), *Camoens: Poëme*. A. Quantin, Paris, 1880.
- _____ e ALMEIDA, Teresa Sousa de (apresentação crítica, notas e sugestões de análise literária), *Camões*. Comunicação, Lisboa, 1986.
- _____ e MIRANDA, Jorge (pref.), *Carta de Guia para Eleitores: em que se trata da opinião pública, das qualidades para deputado e do modo de as conhecer*. Vega, Lisboa, 2005.
- _____ e DAVID, Sérgio Nazar (introd., org., fixação de texto e notas), e MONTEIRO, Ofélia Paiva (apresent.), *Cartas de amor à Viscondessa da Luz*. Quasi, Vila Nova de Famalicão, 2007.
- _____, *Catão. Tragédia pelo autor de Camões, Adozinda, D. Branca, etc.* S. W. Sustenance, London, 1830, 2.^a ed.
- _____, DAVID, Sérgio Nazar (ed.) e MONTEIRO, Ofélia Paiva (coord.), *Correspondência familiar*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2012.
- _____, e DAVID, Sérgio Nazar (ed.), *Correspondência para Rodrigo da Fonseca Magalhães*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2016.
- _____, e MONTEIRO, Ofélia Paiva (coord.), *Correspondência familiar*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2012.
- _____, e MACHADO, Fernando Augusto, *Da Educação*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2009.
- _____, *Da Educação: Cartas dirigidas a uma senhora ilustre, encarregada da Instituição de uma jovem Princesa*. Ernesto Chadron Editor, Porto, 1883.
- _____, *Discursos Parlamentares e Memórias Biográficas*. Imprensa Nacional, Lisboa, 1871.
- _____, *Doutrinas de Estética Literária*. Portugália, Lisboa, 1938.
- _____, *Doutrina Restauradora Nacional*. Edições Panorama, Lisboa, 1959.
- _____, FERREIRA, José Gomes (introd.) e AMARAL, Maria Keil do (il.), *Folhas Caídas*. Portugália, Lisboa, 1955.

- _____, e MONTEIRO, Ofélia Paiva (coord.), *Fragments Romanescos*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2015.
- _____, e ROSSI, G. C. (trad.), *Fra Luigi di Sousa*. 1956.
- _____, *Frei Luís de Sousa*. Sidgwick and Jackson, London, 1835.
- _____, e BRILHANTE, Maria João (apresentação crítica, fixação de texto e sugestões para análise literária), *Frei Luís de Sousa de Almeida Garrett*. Comunicação, Lisboa, 1982.
- _____, e FRÉCHES, Claude-Henri (introd., trad. et adapt.), *Frei Luís de Sousa*. Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Presses Universitaires de France, Paris, 1972.
- _____, SOUSA, Maria Leonor Machado de (apresentação), FREITAS, Lima de (il.) e PEIXOTO, Luís Carlos (fotografia), *Frei Luís de Sousa. Fac-símile da edição da Imprensa Nacional, 1844*. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, Lisboa, 1993.
- _____, *História Filosófica do Teatro Português*. Revista “Discursos”, n.º 14, Abril de 1997.
- _____, *Memórias da ilustre fidalguia*. Fronteira do Caos, Porto, 2006.
- _____, *Obras Completas*. Círculo de Leitores, Lisboa, 1984.
- _____, *Obras Completas*. Empresa da História de Portugal, Lisboa, 1904.
- _____, *Obras Completas*. Livraria Lello, Porto, 1966.
- _____, *Obra Política. Escritos do Vintismo (1820-23)*. Editorial Estampa, Lisboa, 1985.
- _____, *Política, reflexões e opúsculos, correspondência diplomática*. Empresa da História de Portugal, Lisboa, 1904.
- _____, *Portugal na balança da Europa*. Empresa da História de Portugal, Lisboa, 1904.
- _____, *Portugal na balança da Europa: do que tem sido e do que ora lhe convém serna nova ordem de coisas do mundo civilizado*. Universidade de Coimbra, 2013.
- _____, e LIMA, Fernando de Castro Pires de (pref.), *O Romanceiro*. Domingos Barreira, Porto, 1850.

- _____, e DIAS, Augusto da (ed. crítica, fixação de texto, int. e notas), *O roubo das Sabinas. Reprodução facsimilada do manuscrito*. Portugália Editora, Lisboa, 1968.
- _____, e PRESTAGE, Edgar (trad.) “*The Brother Luiz de Sousa*” of Viscount de Almeida Garrett. Elkin Mathews, London, 1909.
- _____, e PARKER, John (trad. e Int.) *Travels in my homeland*. Peter Owen, London / UNESCO, Paris, 1987.
- _____, e DIAS, Augusto da Costa (int. e notas), *Viagens na minha Terra – Reprodução exacta da primeira edição e com as emendas, ainda inéditas, feitas pelo autor em um exemplar que lhe pertenceu hoje existente na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*. Portugália Editora, Lisboa, 1963.
- _____, e MONTEIRO, Ofélia Paiva (ed.), *Viagens na minha Terra*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2010.
- ALVES COSTA, Alexandre, *Sentido ou falta de sentido do Ser Português*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016.
- ALVES, José Augusto dos Santos, *Almeida Garrett e a opinião pública em Portugal na terceira década do século XIX*. Universidade Nova, Lisboa, 2002.
- _____, *A opinião pública em Portugal nos finais do século XVIII e princípios do século XIX*. Lisboa, 1998.
- _____, *A revolução francesa e o seu eco em Portugal nos arquivos da Intendência Geral da Polícia em finais do século XVIII e princípios do século XIX*. Universidade Nova, Lisboa, 2004.
- _____, *Ideologia e política na imprensa do exílio: O Português (1814-1826)*. IN-CM, Lisboa, 2005, 2.^a ed.
- _____, *O desejo de um novo paradigma comunicacional nas primeiras décadas do século XIX*. Lisboa, 2001.
- AMANTE, Maria de Fátima (coord.), *Identidade Nacional – Entre o discurso e a prática*. CEPESE/Fronteira do Caos, Porto, 2011.
- AMARASINGHE, Upali, *Dryden and Pope in the early Nineteenth Century*. Cambridge University Press, Cambridge, 1962.

AMORIM, Francisco Gomes, *GARRETT – Memórias Biographicas*. Imprensa Nacional, 1884.

AMZALAK, Moses Bensabat, *Algumas palavras sobre a história da política de cultura entre Portugal e a Grã-Bretanha*. Separata do Boletim da Academia das Ciências de Lisboa, n.º 20, 1948.

ANDERSON, Benedict, *Imagined communities – Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Verso Editions, London, 1983.

ANDRADE, Adolfo, *Dos Jornais*. Palestra proferida a 23 de Março de 1937, Rotary Club de Lisboa, 1937.

ANSELMO, Artur, *História da edição em Portugal*. Lello & Irmão Editores, Porto, 1991.

ANTSCHERL, Otto, *J. B. de Almeida Garrett und seine Beziehungen zur Romantik*. Heidelberg, 1927.

ARAÚJO, Joaquim de, *O centenário de Garrett, 1799-1899*. Tipografia R. Instituto Sordo-Muti, Génova, 1898.

_____, *O Frei Luiz de Souza de Garrett*. Edições Viúva Tavares Cardoso, Lisboa, 1906.

ARAÚJO, Luís António, *História Crítica do Teatro*. Régia Oficina Tipográfica, Lisboa, 1779.

ARAÚJO, Marta Cristina (coord.) e GUIMARAENS, Madalena Gorrell (trad.), *O Porto de Almeida Garrett e Jacinto Luís*. Areal Editores, Porto, Novembro de 1999.

ARAÚJO, Maria Teresa Alves, “Garrett: uma nação como nostalgia”. in CRISTÓVÃO, Fernando, FERRAZ, Maria de Lurdes e CARVALHO, Alberto (coord.) *Nacionalismo e Regionalismo nas Literaturas Lusófonas*. Edições Cosmos, Lisboa, 1997.

ARISTÓTELES, *Poética*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2000, 6.^a ed.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, *Sessão Comemorativa do Nascimento de Almeida Garrett*. Lisboa, 1999.

AUTHOR do Hontem, Hoje e Amanhã, *Algumas Considerações Políticas*. Typographia do Gratis, Lisboa, 1844.

AZEVEDO, Narciso, *A Nau Catrineta e Miragaia: estudos da sua génese*. Porto, 1956.

- BARATA, José Oliveira, *Garrett nosso contemporâneo. CADERNOS –Revista de Teatro*, n.º 15. Companhia de Teatro de Almada, Dezembro de 1999.
- BARBAS, Helena, *O Trovador Moderno*, Edições Salamandra, Lisboa, 1994.
- BARRETO, Luiz, *O teatro portuguez existe?* Lisboa, 1912.
- BASTO, Artur Magalhães, *Garrett mundano*. Separata da Revista “O Tripeiro”, Ano XIII, números 10-12, Porto, 1958.
- BASTOS, António de Sousa, *Dicionário de Teatro Português* (Edição Fac-similada). Minerva, Coimbra, 1994.
- BASTOS, José Gabriel, *Portugal Europeu: estratégias identitárias inter-nacionais dos Portugueses*. Celta, Oeiras, 2000.
- BÈGUE, Alain, LOBATO, Maria Luísa, MATA INDURÁIN, Carla e TARDIEU, Jean Pierre (eds.), *Culturas y Escrituras Entre Siglos (Del XVI al XXI)*. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Navarra, Pamplona, 2013.
- BENJAMIM, Walter, ADORNO, Theodor W. (pref.), MOITA, Maria da Luz, CRUZ, Maria Manuela e ALBERTO, Manuel (trans.), *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*. Relógio d’Água, Lisboa, 2012.
- BENTHAM, Jeremy, *Essais (Traduits de l’Anglais)*. La Librairie de Brissot-Thivars/Bossanges Frères Librairies/Aillaud, Paris, 1823.
- _____, *A Fragment on Government: an introduction to the Principles of Morals and Legislation*. Basil Blackwell, Oxford, 1967.
- _____, *Obras Políticas vertidas do Inglês na Língua Portuguesa por mandado do Soberano Congresso das Cortes Gerais, Extraordinárias, e Constituintes da mesma Nação*. Imprensa Nacional, Lisboa, 1822.
- BENIS, Toby R., *Romantic Diasporas*. Palgrave Macmillan, New York, Julho 2009.
- BENTLEY, Eric (ed. lit.), *The Theory of the Modern Stage: an Introduction to Modern Theatre and Drama*. Penguin Books, Middlesex, 1968.
- BETHENCOURT, Francisco, *La sociogénesis del sentimiento nacional*. Manuscrits, n.º 8, Publicacions de la Universitat Autònoma de Barcelona, Janeiro de 1990.
- BERNARDES, Joana Duarte, “O moderno do antigo: a estesia cívica do jovem Almeida Garrett nas revoluções liberais ibéricas”, in HERMANN, Jacqueline, AZEVEDO, Francisca e CATROGA, Fernando (orgs), *Memória, escrita da*

- história e cultura política no mundo luso-brasileiro*. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2012.
- BESSA, Alberto, *O Jornalismo: esboço histórico da sua origem e desenvolvimento até aos nossos dias*. Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso, Lisboa, 1904.
- BESSA-LUÍS, Agustina, *Garrett, o eremita do Chiado*. Guimarães Editores, Lisboa, 1998.
- BHABHA, Homi K. (ed.), *Nation and Narration*. Routledge, London, 1990.
- BISHOP-SANCHEZ, Kathryn, *Utopias desmascaradas: o mito do bom selvagem e a procura do homem natural na obra de Almeida Garrett*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2008.
- BLOOM, Harold, *Decontruction and Criticism*. The Seabury Press, New York, 1979.
- _____, *The Anxiety of Influence*. Oxford University Press, 1973.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *A monarquia constitucional 1807-1910*. Texto Editora, Alfragide, 2010.
- _____, *A segunda ascensão e queda de Costa Cabral: 1847-1851*. Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2002.
- _____, CARNEIRO, Roberto (dir.), MATOS, Artur Theodoro, COSTA, João Paulo Oliveira (coords. ciênts.) e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa (colab.), *D. Maria II: 1819-1853*. Temas & Debates, Lisboa, 2007.
- _____, *História da Guerra Civil da Patuleia*. Estampa, Lisboa, 2002.
- _____, *O século XIX português*. Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2002.
- _____, "O Vintismo como Matriz do Radicalismo Português", in CUARTERO, I. e GÓMEZ J. (Eds.), *Visiones y Revisions de la Independencia Americana* (pp. 71-86), Ediciones Universidad, Salamanca, 2007.
- _____, *Seis estudos sobre o liberalismo português*. Estampa, Lisboa, 1991.
- _____, *Uma história de violência política – Portugal de 1834 a 1851*. Tribuna, Lisboa, 2009.
- _____, *Via proteccionista do liberalismo português – Política económica e relações luso-britânicas, 1834-1843*. Lisboa, 1989.

- BOTO, Sandra Cristina de Jesus, e ARAÚJO, Teresa (orient.), *As fontes do Romancero de Almeida Garrett: proposta de edição crítica*. Tese de Doutoramento em Línguas, Literaturas e Culturas, Faculdade de Ciências Sociais Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2011.
- BRAGA, Teófilo, *Camões e o sentimento nacional*. Livraria Internacional de Ernesto Chardron, Porto, 1891.
- _____, *Garrett e a sua obra*. Empreza da História de Portugal, Lisboa, 1905.
- _____, *Garrett e os Dramas Românticos*. Livraria Chardron, Porto, 1905.
- _____, *Garrett e o Romantismo*. Livraria Chardron, Porto, 1903.
- _____, *História do Romantismo em Portugal: Garrett, Herculano, Castilho*. Nova Livraria Internacional, Lisboa, 1880.
- _____, *Historia do Theatro Portuguez: Garrett e os dramas românticos*. Imprensa Portuguesa, Porto, 1871.
- _____, *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a Instrução Pública Portuguesa*. Lisboa, 1898.
- _____, *Os Críticos da História da Literatura Portuguesa*. Imprensa Portuguesa Editora, Lisboa, 1872.
- BRANDÃO, Júlio, *Garrett e as cartas de amor*. Chardron, Porto, 1913.
- BRIDGES-ADAMS, W., *The British Theatre*. British Council / Longman, London, 1945.
- BROCKETT, Oscar G., *The Theatre: an introduction*. Holt, Rinehart and Winston, New York, 1964.
- BRUNEL, Pierre (ed. lit.), CHEVREL, Yves (ed. lit.), MONTEIRO, Maria do Rosário (trad.) e BARBAS, Helena (rev. cient.), *Compêndio de Literatura Comparada*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2004.
- BUESCU, Helena Carvalhão, "A 'vertical' e a 'horizontal' do nacionalismo garrettiano". in CRISTÓVÃO, Fernando, FERRAZ, Maria de Lurdes e CARVALHO, Alberto (coord.) *Nacionalismo e Regionalismo nas Literaturas Lusófonas*. Edições Cosmos, Lisboa, 1997.
- _____, (coord.), BOLÉO, Francisco Paiva (rev.) e SILVA, João Cristino (il.), *Dicionário do Romantismo Literário Português*. Caminho, Lisboa, 1997.

BUESCU, Helena Carvalhão, (org.) e DUARTE, João Ferreira, *Entre Artes e Culturas*. Centro de Estudos Comparatistas/Colibri, Lisboa, 2000.

_____, *Grande angular: comparatismo e práticas de comparação*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2001.

_____, *Incidências do olhar: percepção e representação: natureza e registo descritivo na evolução do romance romântico (Portugal, França, Inglaterra)*. Caminho, Lisboa, 1990.

BUESCU, Helena, "The Polis, Romantic tragedy, and untimeliness in Frei Luís de Sousa", in *European romantic review*, Vol. 20, n.º 5, Routledge, 2009.

BURKE, Edmund e LISBOA, José da Silva (ed.), *Extractos das Obras Políticas e Económicas*. Nova Impressão da Viúva Neves e Filhos, Lisboa, 1822, 2.ª ed.

_____, e ABRANCHES, Alexandra (trad. e int.) et alli, *Uma investigação filosófica acerca das origens das nossas ideias do Sublime e do Belo*. Edições 70, Lisboa, 2015.

BUSCH, Carl, *Da Crítica Teatral em Portugal*. Tipografia Luso-Britânica, Lisboa, 1870.

CABRAL, Alfredo, *O nacionalismo na obra de Garrett*. Lisboa, 1954.

CALAFATE, Pedro, *História do Pensamento Filosófico Português –4.º volume –O século XIX*. Caminho, Lisboa, 1999.

CALCUTT, Andrew e HAMMOND, Philip, *Journalism Studies: A Critical Introduction*. Routledge, London, 2011.

CÂMARA, Maria Alexandra, *Lisboa: espaços teatrais setecentistas*. Livros Horizonte, Lisboa, 1996.

CÂMARA, Maria Alexandra T. G. e ANASTÁCIO, Vanda, *O Teatro em Lisboa no tempo do Marquês de Pombal*. Museu Nacional do Teatro, Lisboa, Julho de 2005.

CÂNCIO, Francisco, *Aspectos de Lisboa no século XIX*. Imprensa Baroeth, Lisboa, 1939.

CARDIM, Luiz, *Projecção de Camões nas Letras Inglesas*. Editorial "Inquérito", Lisboa, 1940.

- CARDOSO, José Luís (ed. lit.), MONTEIRO, Nuno Gonçalo (ed. lit.), SERRÃO, José Vicente e GODINHO, Levi (rev.), *Portugal, Brasil e a Europa napoleónica*. Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2010.
- CARLSON, Marvin, *Theories of the Theatre: a historical and critical survey from the Greeks to the present*. Cornell University Press, Ithaca, 1984.
- CARNEIRO, Luís Soares, *Teatros Portugueses de Raiz Italiana*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2002.
- CARNEIRO, Manuel Borges, *O Mentor da Mocidade ou Cartas sobre Educação*. Imprensa Nacional, Lisboa, 1844.
- CARNEIRO DE MOURA, *O século XIX em Portugal: história política, literária, económica, artística e militar dos últimos cem anos*. Palhares, Lisboa, 1901.
- CARVALHO, Mário Vieira de, *Pensar é morrer ou o Teatro de São Carlos na mudança de sistemas comunicativos desde fins do século XVIII aos nossos dias*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1993.
- CASTANHEIRA, Maria Zulmira Bandarra de Sousa Veríssimo e SOUSA, Maria Leonor Machado de (orient.), *A Grã-Bretanha na Imprensa Periódica do Romantismo Português*. Tese de Doutoramento em Estudos Anglo-Portugueses apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005.
- CASTRO, Augusto de, *Garrett e o teatro português*. Livraria Bertrand, Lisboa, 1954.
- CASTRO, Domingos de, *O Divino. Garrett*. Typographia d'A Folha, Viseu, 1902.
- CASTRO, Zília Osório de (coord.), *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo*. Afrontamento/Assembleia da República, Lisboa, 2002.
- _____, *História Cultural e Política de um vintista*. Dissertação de doutoramento em História da Cultura Portuguesa apresenta à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1986.
- CATROGA, Fernando, “Quimeras de um façanhoso Império’: o patriotismo constitucional ea independência do Brasil”, in HERMANN, Jacqueline, AZEVEDO, Francisca e CATROGA, Fernando (orgs), *Memória, escrita da*

- história e cultura política no mundo luso-brasileiro*. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2012.
- _____ e ARCHER, Paulo, *Sociedade e Cultura Portuguesas II*. Universidade Aberta, 1996.
- CIDADE, Hernâni, *Coment les voyages à l'étranger ont préparé les 'Viagens na minha Terra'*. Livraria Bertrand, Lisboa, 1955.
- _____, *Cultura Portuguesa*. Vol. 12. Empresa Nacional de Publicidade, 1974.
- _____ e TORRES, Ruy d'Abreu, *Cultura Portuguesa*. Vol. 13. Empresa Nacional de Publicidade, 1974.
- _____, *Cultura Portuguesa*. Vol. 14. Empresa Nacional de Publicidade, 1975.
- CIDADE, Hernâni, *Lições de Cultura e Literatura Portuguesa*. Coimbra Editora, Coimbra, 1984.
- _____, *Portugal Historico-Cultural*. Círculo de Leitores, Lisboa, 1973.
- _____, *Século XIX: a revolução cultural em Portugal e alguns dos seus Mestres*. Presença, Lisboa, 1985.
- CIRIC-PETROVIC, Katarina (ed.), *National Theatres and Nationalist Theatres –12th International Symposium of Theatre Critics and Scholars*, Novi Sad, 2007.
- COELHO, Jacinto do Prado, *Dicionário de Literatura*, Figueirinhas, Porto, 1984.
- COELHO, José M. Latino e VARELA, Arlindo (col. e publ.), *Escritos Literários e Políticos – Garrett e Castilho*. Editores Santos & Vieira, Empresa Literária Fluminense, Lisboa, 1926.
- COHN, Danièle, FIGUEIREDO, Magda (trad.) e GIL, Fernando (rev.), *A lira de Orfeu: Goethe e a Estética*. Campo das Letras, Porto, 2002.
- COLLINI, Stefan, *Common Reading: critics, historians, publics*. Oxford University Press, 2009.
- CONEFREY, Joseph, *Jornais, séries e periódicos portugueses: 1826-1834: desde a morte de D. João VI à queda de D. Miguel*. Parceria D. L., Lisboa, 1999.
- COSTA, D. António da, *Auroras da Instrução Pela Iniciativa Particular*. Imprensa da Universidade, Coimbra, 1885.
- COSTA, Tiago Bartolomeu, *O cego que atravessou montanhas – Conversas com Luís Miguel Cintra*. Orfeu Negro, Lisboa, 2016.

- CRAIG, E. Gordon, *Da Arte do Teatro*. Editora Arcádia, Lisboa, s/ data.
- CRISTÓVÃO, Fernando, FERRAZ, Maria de Lurdes e CARVALHO, Alberto (coord.) *Nacionalismo e Regionalismo nas Literaturas Lusófonas*. Edições Cosmos, Lisboa, 1997.
- CRUZ, Duarte Ivo, *Almeida Garrett – Correspondência Inédita do Arquivo do Conservatório (1836-1841)*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1966.
- _____, *História do Teatro Português*, Verbo, 2001.
- _____, *O Ciclo do Romantismo (do Judeu a Camilo)*. Guimarães Editores, Lisboa, 1988.
- _____, *Os Políticos e o Teatro: Governantes-Dramaturgos e Dramaturgos-Governantes de Garrett aos nossos dias*. IN-CM, Lisboa, 2012.
- _____, “O teatro português do pré-romantismo ao ultra-romantismo: dramaturgia, sociologia, debate de ideias (1733-1869)” in *Romantismo. Da mentalidade à criação artística*. Instituto de Sintra, 1986.
- _____, *GARRETT e os Estados Unidos da América*. Civilização Editora, Porto, 2007.
- CUNHA, Alfredo da, *Elementos para a História da Imprensa Portuguesa*. Separata das “Memórias da Academia das Ciências de Lisboa” (Classe de Letras – Tomo IV), Lisboa, 1941.
- _____, “OLISIPO” – *Berço do Periodismo Português: O tri-centenário da “Gazeta” cognominada “Da Restauração”*. Amigos de Leitura, Lisboa, 1939.
- _____, *Periódicos e Relações, Periodistas e Noticiaristas*. Separata do “Boletim da Academia das Ciências de Lisboa” – vol. XIII, Dezembro de 1941, Lisboa.
- _____, *Relances sobre os três séculos do Jornalismo Português*. Separata do Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas, n.º 4 – Outubro a Dezembro, Lisboa, 1941.
- CUNHA, Xavier da, *Garrett e as cantoras de San’Carlos*. Edição de Autor, Tipografia Universal, Lisboa, 1909.
- _____, *Os elogios dramáticos. Fugitivas divagações em que se intercala um inédito do Visconde de Almeida Garrett*. Typographia Universal, Lisboa, 1916.

- CURRAN, Stuart (ed.), *The Cambridge Companion to British Romanticism*. Cambridge University Press, Cambridge, 2013. 2nd edition, 3rd print
- DANTAS, Júlio, *Lisboa dos nossos avós*. Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1931.
- DELILLE, Maria Manuela Gouveia e MINGOCHO, Maria Teresa, *A recepção do teatro de Schiller em Portugal no século XIX*. Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra, 1980.
- DIAS, Graça e J. S. da Silva, *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*. Presença, Lisboa, 1990.
- DIAS, Luís Augusto Costa, *Os papelinhos de Garrett*. Câmara Municipal de Sintra, 1988.
- DIOGO, Américo António Lindeza e SOUSA, Sérgio Paulo Guimarães de, *Ensaaios garrettianos*. Irmandades da Fala da Galiza e Portugal, 2001.
- DIOGO, Américo António Lindeza, *Política e Polidez em "As Viagens na minha Terra"*. Angelus Novus, Braga, 2000.
- DOMINGOS, Manuela D., *Estudos de Sociologia da Cultura: livros e leitores do século XIX*. Instituto Português do Ensino à Distância, Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, Lisboa, 1985.
- _____, *Relações de Garrett com os Bertrands: cartas inéditas, 1834-1853*. Biblioteca Nacional, Lisboa, 1999.
- DONOHUE, Joseph Ed., *The Cambridge History of British Theatre – Vol. 2 –1660 to 1895*. Cambridge University Press, 2015.
- DÓRIA, António Álvaro, *O Frei Luís de Sousa como obra de arte*. Separata da Revista *Gil Vicente*, n.º 5, Guimarães, 1955.
- ELSOM, John (ed.), *Is Shakespeare still our Contemporary?* Routledge, London, 1989.
- ESTORNINHO, Carlos, *Shakespeare na Literatura Portuguesa*. Separata da Revista "Ocidente" – volume LXVII, Lisboa, 1964.

- _____, *Garrett e a Inglaterra. (Reminiscências inglesas na obra de Almeida Garrett)*. Separata da Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Tomo XXI, 2.^a série, n.º 1, 1955.
- FARIA, António de Portugal de, *Garrett em França: notas de bibliografia consagradas ao centenário do eminente português*. Imprensa Paul Dupont, Paris, 1899.
- FERNANDES, António Teixeira, *Para uma Sociologia da Cultura*. Campo das Letras, Porto, 1999.
- FERNANDES, Domingos Manuel, *Biographia Politico-literária do Visconde de Almeida Garrett*. Typographia Luso-Britannica de W. T. Wood, Lisboa, 1873.
- FERREIRA, Alberto, *Estudos de Cultura Portuguesa: século XIX: pedagogia e instrução, literatura, política e sociedade*. Moraes Editores, Lisboa, 1980.
- _____, *Perspectiva do Romantismo Português*. Edições 70, Lisboa, 1971.
- FERREIRA, Joaquim Francisco, *A Mensagem de Garrett*. Editorial Domingos Barreira, Porto, 1958.
- FERREIRA, Maria Gabriela R. da S., *Jornal do Conservatório: Comédia e Drama de Almeida Garrett*. Fronteira do Caos, Porto, 2010.
- FERREIRA, Vergílio (co-autor), *Camões e a Identidade Nacional*. IN-CM, Lisboa, 1983.
- FIGUEIREDO, Fidelino, *História da Crítica Literária em Portugal*. Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1917.
- _____, *Notas elucidativas aos poemas Camões e Retrato de Vénus de Almeida Garrett*. Lisboa, 1906.
- _____, *Shakespeare e Garrett*. Separata do volume LX da “Revista de Guimarães”, 1950.
- FINDLATER, Richard, *The Future of the Theatre*. The Fabian Society, London, 1959.
- FREEDLEY, George e REEVES, John A., *A History of the Theatre*. Crown Publishers, New York, 1941.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp e MARTINS, José de Pina (intr.), *Crítica e História: Estudos*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1996.

- GAMBOA, Maria Eugénia Nobre, *Liberdade, Igualdade, Identidade Nacional: Uma Leitura Liberal do Nacionalismo*. Universidade Católica Portuguesa, Instituto de Estudos Políticos, 1999.
- GEISENHEYNER, Max, *História da Cultura Teatral*. Editorial Aster, Lisboa, 1961.
- GOËTHE, Johann Wolfgang von, SERUYA, Teresa (apresent., trad. e notas) e GUIMARÃES, Mariana (rev.) *A paixão do jovem Werther*. Quidnovi, Vila do Conde, 2012.
- GOËTHE, Johann Wolfgang von, CARLOWITZ, Mme. La Baronne (trad.) e TAILLANDIER, M. Saint-René (rev.), *Correspondance entre Goethe e Schiller*. Editions Charpentier, Paris, 1863.
- GOËTHE, Johann Wolfgang von, CASTRO, Paulo Osório (trad.) e BARRENTO, João (trad. de canções, pref. e notas), *Os anos de aprendizagem de Wilhelm Meister*. Relógio d'Água, Lisboa, 1998.
- GOËTHE, Johann Wolfgang von e BARRENTO, João (trad., pref. e notas), *Viagem a Itália*. Círculo de Leitores, Lisboa, 1992.
- GONÇALVES, Jorge, "O Limoeiro – apontamentos para a sua história". in *Revista do CEJ*. n.º1, 2.º semestre de 2004.
- GRAÍNHA, Manuel Borges, *História da Maçonaria em Portugal 1735-1912: contendo notícias históricas sobre a Carbonária, a Ordem de S. Miguel da Ala, a formação do Partido Republicano e o restabelecimento das Congregações religiosas e sua reexpulsão*. Typ. A Editora Limitada, Lisboa, 1912.
- GUIMARÃES, Fernando, *Linguagem e Ideologia. Uma abordagem desde Almeida Garrett a Jorge de Sena*. Lello Editores, Porto, 1996.
- GUIMARÃES, Rui Dias, *Linguagem e cultura dos direitos humanos em Portugal: Garrett, um doutrinador dos direitos humanos*. UTAD, Vila Real, 2001.
- HANDLER, Richard, *Critics against culture: anthropological observers of mass society*. University of Wisconsin Press/Eurospan (distr.), London, 2005.
- HARRINGTON, Thomas Smith, *The Pedagogy of Nationhood: concepts of national identity in the Iberian Peninsula*. Brown University, 1994 / UMI Dissertation Services, A Bell & Howell Company, Michigan, 1997.

- HARTLEY, John e POTTS, Jason, *Cultural Science. A Natural History of Stories, Demes, Knowledge and Inovation*. Bloomsbury, London, 2014.
- HARTNOLL, Phyllis e BRATER, Enoch (rev. de matriz), *The Theatre: a concise history*. Thames and Hudson, London, 1998, 3rd ed.
- HAUSER, Arnold, MENDES, Berta (trad.), SOUSA, António (trad.) e CANDEIAS, Alberto (trad.), *História Social da Arte e da Cultura*. Vol. 4, Vega/Estante, Lisboa, 1989.
- HEINE, Heinrich, *De l'Angleterre*. Nouvelle Édition/Calmann Lévy, Paris, 1881.
- _____, *De la France*. Nouvelle Édition/Calmann Lévy, Paris, 1884.
- HERCULANO, Alexandre e LUCAS, António C. (revisão de matriz), *De Jersey a Granville*. Expo 98, Lisboa, 1996.
- HERMANN, Jacqueline, "D. Sebastião, sebastianismo e 'memória sebástica': as invasões francesas e os impasses da história portuguesa", in HERMANN, Jacqueline, AZEVEDO, Francisca e CATROGA, Fernando (orgs), *Memória, escrita da história e cultura política no mundo luso-brasileiro*. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2012.
- HERMANN, Jacqueline, AZEVEDO, Francisca e CATROGA, Fernando (orgs), *Memória, escrita da história e cultura política no mundo luso-brasileiro*. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2012.
- HESPANHA, António Manuel, *Guiando a mão invisível: Direitos, Estado e Lei no liberalismo monárquico português*. Almedina, Coimbra, 2004.
- HEYWOOD, Andrew, *Political Ideologies – an Introduction*. 6th edition. Palgrave, Macmillan, London, 2017.
- HIMMELFARB, Gertrude, *Os Caminhos para a Modernidade: os Iluminismos Britânico, Francês e Americano*. Edições 70, Lisboa, 2015.
- HOBBSAWM, Eric e LAINS, Carlos (trad.), *A Questão do Nacionalismo: Nações e Nacionalismo desde 1780, programa, mito, realidade*. Terramar, Lisboa, 2004, 2.^a ed.
- HOBBSAWM, Eric and RANGER, Terence (eds.), *The Invention of Tradition*. Oxford University Press, New York, 1986.

- HOMEM, Amadeu de Carvalho, *Identidade Nacional e Contemporaneidade*. Separata da Revista de História das Ideias, vol. 17, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995.
- _____, *Reflexões sobre a identidade nacional*. Separata da Revista Arunce, Lousã, 1991.
- HONÓRIO, Eduardo, *Cartas a Garrett: inventário analítico da correspondência*. Câmara Municipal da Maia, 2000.
- HOSTOS, E. M. de, *Crítica*. Cultural, S. A., Obispo y Bernaza, Havana, 1939.
- HOUGHTON, Walter E., ALTHOLZ, Josef L. et al (eds.), *The Wellesley index to Victorian periodicals, 1824-1900*. University of Toronto Press/Routledge, London, 1966-1989.
- HUGO, Victor e GROSCLAUDE, Pierre (int.), *Préface de Cromwell suivie d'extraits d'autres préfaces dramatiques*. Larousse, Paris, 1949.
- ISABELLA, Maurizio, *Risorgimento in Exile: Italian Émigrés and the Liberal International in the Post-Napoleonic Era*. Oxford University Press, 2009.
- JACOB, François e ROSSI, Henri (dir.), *Mémorialistes de l'exil – Émigrer, écrire, survivre*. L'Harmattan, Paris, 2003.
- KEEBLE, Richard (ed.), *Print Journalism: a critical introduction*. Routledge, London, 2005.
- KUZMANY, Karin R. M. Band (compil.), *Glossary of the Theatre: in English, French, Italien and German*. Elsevier Publishing Company, Amsterdam, 1969.
- LAMPORT, F. J., *German Classical Drama-Theatre, humanity and nation (1750-1870)*. Cambridge University Press, Cambridge, 1992.
- LAWTON, R. A., *Almeida Garrett: l'intime contrainte*. Didier, Paris, 1966.
- LEONE, Carlos, *Estrangeirados no Século XX*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2005.
- _____, *O Essencial sobre a Crítica Literária Portuguesa (até 1940)*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2008.
- _____, *Portugal Extemporâneo: História das Ideias do Discurso Crítico Moderno (Séculos XVI-XIX)*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2005.

- _____, *Portugal Extemporâneo: História das Ideias do Discurso Crítico Moderno no Século XX*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2005.
- LESSING, Gotthold Ephraim, NUNES, Manuela (trad., int. e notas) e CENTENO, Yvette (rev.), *Dramaturgia de Hamburgo – Selecção Antológica*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2005.
- LIMA, Américo Pires de, *GARRETT Educador* – Separata da Revista *Ocidente* – vol. XLIX, Lisboa, 1954.
- LIMA, Henrique de Campos Ferreira, *A filha de Almeida Garrett (Subsídios para a sua biografia)*. Separata de “Biblos”, n.º XXII, Coimbra, 1947.
- _____, *Garrett Diplomata*. Edições Pátria, Gaia, 1932.
- _____, *Garrett e a Academia*. Separata do Boletim da Segunda Classe, 17, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1926.
- _____, *Garrett e o Brasil: notas bibliográficas*. “O Norte”, Rio de Janeiro, 1923.
- _____, *Garrett e o Porto*. Edições Marânus, Porto, 1940.
- _____, *Garrett em Espanha*. Separata das “Memórias”, Classe de Letras, Tomo V, Academia das Ciências de Lisboa, 1939.
- _____, *Garrett estudante em Coimbra*. Tip. Popular, Figueira da Foz, 1935.
- _____, *Garrett no Estrangeiro*. Separata das “Memórias”, Classe de Letras, Tomo V, Academia das Ciências de Lisboa, 1949.
- _____, *Inventário do Espólio Literário de Garrett*. Publicações da Biblioteca Geral da Universidade, Coimbra, 1948.
- _____, *Os Ex-libris de Garrett*. Tipografia da Empresa Literária e Tipográfica, Porto, 1917.
- _____, *Uma poetisa francesa em Portugal: Pauline de Flaugergues*. Imprensa da Universidade, Coimbra, 1923.
- LIMA, Sebastião Magalhães, *O século XIX*. Lisboa, 1892.
- LIRA, Mariza, *Estudos sobre Almeida Garrett*. Gráfica Laemmert, Rio de Janeiro, 1955.
- LOURENÇO, Eduardo e MATOS, Eunice (rev.), *O Labirinto da Saudade: Psicanálise mítica do destino português*. Gradiva, Lisboa, 2013, 9.ª ed.

LOURENÇO, Eduardo, *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*. Gradiva, Lisboa, 2012, 5.^a ed.

MACEDO, Helder, *As Viagens na minha Terra e a Menina dos Rouxinóis*. Separata da Revista Colóquio-Letras n.º 51, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1979.

MACEDO, Jorge Borges de, *Estrangeirados, um conceito a rever*. Edições do Templo, Lisboa, s/data.

MACEDO, José Agostinho de, *As Pateadas de Teatro investigadas na sua origem e causas*. Imprensa de João Nunes Esteves, Lisboa, 1825.

_____, *Sermão sobre o espírito da Seita dominante, no século XIX*. 2.^a ed. Typ. R. J. de Carvalho, Lisboa, 1828.

MACHADO, Álvaro Manuel, *As Origens do Romantismo em Portugal*. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1985.

_____, *Les Romantismes au Portugal. Modèles étrangers et orientations nationales*. Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, Paris, 1986.

_____, e PAGEAUX, Daniel-Henri, *Literatura Portuguesa, Literatura Comparada, Teoria da Literatura*. Edições 70, Lisboa, 1982.

MACHADO, Carlos Alberto, *As Regras do Jogo: o Teatro da Cornucópia e a Crítica (1973-1995)*. Frenesi, Lisboa, 1999.

MACHADO, Fernando Augusto, *Almeida Garrett e a introdução do pensamento de Rousseau em Portugal*. Edições Asa, Porto, 1993.

_____, *Modernidade Portuguesa na senda de Garrett*. Biblioteca Pública de Braga, 1999.

MACHADO, Júlio César, *Os Teatros de Lisboa*. Editora Matos Moreira, Lisboa, 1875.

MACHADO, Paulo Sá (coord.) e FIGUEIREDO, José Valle (coord.), *De Garrett ao neo-garrettismo: actas do colóquio, conferências, sessões e actividades*. Pelouro da Cultura da Câmara Municipal da Maia, 1999.

MAGALHÃES, Gabriel Augusto Coelho, *Garrett e Rivas: o Romantismo em Espanha e Portugal*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 2009.

MAGALHÃES, José Calvet de e MIRANDA, José da Costa (org.), *Almeida Garrett: um breve encontro*. Livraria Nova Galáxia, Caldas da Rainha, 2000.

- MAGALHÃES, José Calvet de, *Garrett – A vida ardente de um romântico*. Bertrand Editora, 1996.
- MAJONCHI, Gemma, *D’Almeida Garrett rinnovatore della letteratura portoghese*. Mântua, 1901.
- MALPIQUE, Cruz, *História de um elegante Romantismo*. Editora Livraria Progredir, Porto, 1954.
- MANIQUE, António Pedro, *Portugal e as Potências Europeias (1807-1847): relações externas e ingerências estrangeiras em Portugal na primeira metade do século XIX*. Livros Horizonte, Lisboa, 1988.
- MARINHO, Cristina, RIBEIRO, Nuno Pinto e outros (org. e ed.), *Teatro do Mundo*. n.º 1-11, Centro de Estudos Teatrais da Universidade do Porto, 2007-2016.
- MARINHO, Cristina Alexandra Monteiro de, *Teatro Francês em Portugal – Entre a alienação e a consolidação de um teatro nacional (1737-1820)*. Dissertação de Doutoramento em Literatura Comparada apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998.
- MARINHO, José e RIVERA, Jorge Croce (ed. lit.), *Filosofia Portuguesa e Universalidade da Filosofia e outros textos*. IN-CM, Lisboa, 2007.
- _____, *Nova Interpretação do Sebastianismo e outros textos*. IN-CM, Lisboa, 2003.
- _____, *O Pensamento Filosófico de Leonardo Coimbra e outros textos*. IN-CM, Lisboa, 2001.
- _____, *Teixeira de Pascoaes, Poeta das Origens e da Saudade e outros textos*. IN-CM, Lisboa, 2005.
- MARINHO, Maria de Fátima e TOPA, Francisco (coords.), *Literatura e História: Actas do Colóquio Internacional*. (2 vols.) Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *História da Maçonaria em Portugal*. Presença, Lisboa, 1990.
- MARQUES, Diana Dionísio Monteiro e SERÔDIO, Maria Helena (orient.), *Teatro com sentido: a voz crítica de Manuela Porto*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2007.

- MARTINS, Francisco Assis d'Oliveira, *O Romance de Almeida Garrett nesta Lisboa*. Guimarães Editores, Lisboa, 1956.
- MARTINS, Joaquim Pedro d'Oliveira, *Portugal Contemporâneo*. Lello & Irmão, Porto, 1981.
- MARTINS, José Cândido, *Para uma leitura da poesia neoclássica e pré-romântica*. Presença, Lisboa, 2000.
- MATEUS, J. A. Osório, *Escrita de Teatro*. Livraria Bertrand, Amadora, 1977.
- MATOS, Miguel Pedro Q. F. e GIL, Isabel Capelo (orient.), *Dispositivo Crítico: condições de possibilidade da crítica jornalística em Portugal*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2014.
- MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal – O Liberalismo*. Círculo de Leitores, 1993.
- MATTOSO, José, *A Identidade Nacional*. Gradiva, Lisboa, 2008, 4.^a ed.
- MELO, José Augusto Cabral e RIBEIRO, Luís da Silva (introd. E notas), *Cartas de Augusto Cabral de Melo a Almeida Garrett*. Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo, 1954.
- MENDES, Victor J., *Almeida Garrett, crise na representação nas Viagens na Minha Terra*. Edições Cosmos, Lisboa, 1999.
- MENDES Victor K. e SOUSA, Valéria M. (ed.), *Garrett's Travels Revisited*. Tagus Press – Umass, Dartmouth, Massachusetts, 2012.
- MENDONÇA, António Pedro Lopes de, *Memórias de Literatura Contemporânea*. Typographia do Panorama, Lisboa, 1855.
- MICHAEL, Timothy, *British Romanticism and the Critique of Political Reason*. John Hopkins University Press, Baltimore, 2016.
- MIRANDA, Joana, *A Identidade Nacional: do mito ao sentido estratégico. Uma Análise Psicossociológica das Comparações entre os Portugueses e os Outros*. Celta, Oeiras, 2002.
- MONTALEGRE, Duarte de, *Almeida Garrett: o homem e a obra*. Separata da Revista Gil Vicente, Guimarães, 1954.

- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *Elites e Poder: entre o antigo regime e o liberalismo*. ICS, Lisboa, 2012, 3.^a ed.
- MONTEIRO, Ofélia Paiva, *A Formação de Almeida Garrett. Experiência e Criação*. Centro de Estudos Românicos, Coimbra, 1971.
- _____, *Camões no Romantismo*. Separata do n.º 33 da Revista da Universidade de Coimbra, 1985.
- MONTEIRO, Ofélia Paiva (coord.), *Sociedade e ficção. Garrett – Romantismo histórico – Júlio Dinis*. Centro de Literatura Portuguesa, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007.
- MOURA, Vasco Graça, *Lusitana Praia. Ensaios e Anotações*. Edições Asa, Porto, 2005.
- NEMÉSIO, Vitorino, *Exilados 1828-1832. História sentimental e política do liberalismo na emigração*. Livraria Bertrand, Lisboa, s/data.
- _____, *Relações Francesas do Romantismo Português*. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1936.
- NOGUEIRA, Franco, *A Actualidade de Camões e a Consciência Nacional*. Separata do Vol. XV da “Revista de Guimarães”. Companhia Editora do Minho, Barcelos, 1980.
- OBIJIOFOR, Levi e HANUSCH, Folker, *Journalism Across Cultures: an Introduction*. Palgrave Macmillan, New York, Julho 2011.
- OGANDO, Iolanda, LEAL, Luísa Madeira (rev.) e BRITO, Odete (rev.), *Almeida Garrett, retrato paratextual com teatro ao fundo*. Biblioteca Arquivo Teatral Francisco Pillado Mayor, Coruña, 2009.
- OLIVEIRA, José Osório de, *O romance de Garrett*. Livraria Bertrand, Lisboa, 1952, 2.^a ed.
- OREL, Harold, *Victorian literary critics*. Macmillan, London, 1984.
- OSÓRIO, João de Castro, *Almeida Garrett – Doutrina Restauradora Nacional*. Edições Panorama, Lisboa, 1959.
- OUTEIRINHO, Maria de Fátima, *O Folhetim em Portugal no século XIX – uma nova janela no mundo das letras*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003.

- PAQUETTE, Gabriel, "An Itinerant Liberal: Almeida Garrett's Exilic Itineraries and Political Ideas in the Age of Southern European Revolutions (1820-34)", in ISABELLA, Maurizio and ZANOU, Konstantina (eds.), *Mediterranean Diasporas – Politics and Ideas in the Long 19th Century*. Bloomsbury, London, 2016.
- _____, "Romantic Liberalism in Spain and Portugal c. 1825-1850", in *The Historical Journal*, volume 58, issue 2, p. 481, Cambridge University Press, 2015.
- PARKER, Roger e SMART, Mary Ann (eds.), *Reading critics reading: opera and ballet criticism in France from the Revolution to 1848*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- PASCOAES, Teixeira de e GOMES, Pinharanda (comp., int., fixação de texto e notas), *A Saudade e o Saudosismo (dispersos e opúsculos)*. Círculo de Leitores, Lisboa, 1990.
- PATO, António Raimundo Bulhão e FERREIRA, Vítor Wladimiro (notas, bibl. e índice onomástico), *Sob os ciprestes: vida íntima de homens ilustres*. Perspectivas & Realidades, Lisboa, 1986.
- PEIXOTO, Fernando, *História do Teatro Europeu*. Edições Sílabo, Lisboa, 2006.
- PEREIRA, A. X. da Silva, *Os Jornais Portugueses: sua filiação e metamorphoses*, Imprensa Libânio da Silva, Lisboa, 1897.
- PEREIRA, Carlos Assis, *Garrett e o Brasil*. Separata da Revista *Ocidente*, Lisboa, 1958.
- PEREIRA, Miriam Halpern, et alli, coord., *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*. Sá da Costa, Lisboa, 1982.
- PIMPÃO, Álvaro da Costa, *Gente Grada*. Atlântida, Coimbra, 1952.
- PIMPÃO, Álvaro Júlio da Costa, *O Frei Luís de Sousa de Almeida Garrett: tentativa sobre a génese da tragédia*. Coimbra Editora, 1940.
- PINA, Luís de, *Garrett e o 'Romanceiro'*. Publicação do Centro de Estudos Humanísticos anexo à Universidade do Porto, 1957.
- _____, *Almeida Garrett perante a Universidade e a Igreja*. Separata do "Boletim Cultural" da Câmara Municipal do Porto, vol. XIX, 1957.

- PINTO, António Costa e MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *Probleme der nationalen identität in Portugal*, Werkstattgeschichte 8, 1994.
- PIRES, António Manuel Machado, *O século XIX em Portugal*. Bertrand, Amadora, 1975.
- PIRES, Maria Laura Bettencourt, *Portugal visto pelos ingleses*. INIC – Centro de Estudos Comparados de Línguas e Literaturas Modernas, Lisboa, 1981.
- PRESTAGE, Edgar, *Portugal, Brasil e Grã-Bretanha. Lição inaugural da Cátedra de Camões, realizada no King's College, Londres, 8 de Outubro de 1923*. Imprensa da Universidade, Coimbra, 1925.
- QUADROS, António, *Memória das origens, saudades do futuro. Valores, mitos, arquétipos e ideias*. Publicações Europa-América, Mem Martins, 1992.
- RAFAEL, Gina Guedes e SANTOS, Manuela, *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*. Biblioteca Nacional, Lisboa, 2001.
- RAITT, Lia Noémia Rodrigues Correia, *Garrett and the English Muse*. Tamesis Books, London, 1983.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira, *Para a história social e cultural: fins do século XVIII-princípios do século XIX*. Braga, 1977.
- RAMOS, Rui, SOUSA, Bernardo V. e MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *História de Portugal*. Esfera dos Livros, Lisboa, 2009.
- RAMOS, Rui, *A Revolução de 1808 e as Origens do Liberalismo em Portugal: um Debate e uma Reinterpretação*. In Alfredo Ávila e Pedro Perez Herrero (Eds.) *Las Experiencias de 1808 en Iberoamérica*. Universidad de Alcalá y Universidad Autónoma de México, 2008.
- RANDAL, David, *The Universal Journalist*. PlutoPress, London, 2011, 4th ed.
- REBELLO, Luís Francisco, *Dicionário do Teatro Português*. Prelo Editora, Lisboa, s/d.
- _____, *Garrett, Herculano e a Propriedade Literária*. Publicações D. Quixote, Lisboa, 1999.
- _____, *História do Teatro Português*, Publicações Europa-América, Lisboa, 1967.
- _____, *Introdução ao Direito de Autor*. Sociedade Portuguesa de Autores, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1994.

- _____, “Jornais e revistas de teatro em Portugal”: in *Sinais de Cena*. N.º 1. Campo das Letras, Porto, Junho de 2004.
- _____, *O Teatro Romântico (1838-1869)*. ICALP, Lisboa, 1980.
- _____, *Présence du théâtre français au Portugal (1700-1890)*. Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português, Paris, 1984.
- _____, *Teatro Português: cento e vinte anos de literatura teatral portuguesa*. Edição de Autor, Círculo do Livro, Lisboa, s/data.
- _____, *Teatro Português em um acto (1800-1899)*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2003.
- _____, *Visita guiada ao mundo dos direitos de autor*. Ordem dos Advogados. Conselho Distrital do Porto. Instituto da Conferência, Porto, 1973.
- REED, T. J., *The Classical Centre. Goethe and Weimar (1775-1832)*. Oxford University Press, Oxford, 1986.
- REIS, Carlos (dir.), *História Crítica da Literatura Portuguesa – O Romantismo*. Verbo, Lisboa, 1999.
- ROCHA, Andrée Crabbé, *Garrett, Homme de Théâtre*. Bulletin d'Histoire du Théâtre Portugais, v. 5, fasc. 1, Lisboa, 1954.
- _____, *Garrett, um poeta no seu tempo*. Ateneu Comercial do Porto, 1945.
- _____, *O Teatro de Garrett*. Coimbra Editora, 1954. 2.^a ed.
- _____, *Relações Culturais Luso-francesas: do geral ao particular*. Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris, 1983.
- _____, *Teatro inédito de Garrett*. Coimbra Editora, 1949.
- ROCHA, João L. de Moraes, *O essencial sobre a Imprensa em Portugal*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1998.
- RODRIGUES, Ernesto, “Garrett no Jornalismo”: AAVV, *Camões: Revista de Letras e Culturas Lusófonas*. N.º 4, Janeiro a Março de 1999.
- RODRIGUES, Maria Idalina Resina, *Teatro espanhol e teatro francês: o parecer crítico dos românticos portugueses*. Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris, 1983.
- ROQUETE, José Inácio, *Código do Bom Tom ou regras da civilidade de bem viver no século XIX*. J.P. Aillaud, Paris, 1867.

- ROUANET, Sérgio Paulo, *Riso e melancolia: a forma shandiana em Sterne, Diderot, Xavier de Maistre, Almeida Garrett e Machado de Assis*. Companhia das Letras, São Paulo, 2007.
- RYAN, Alan, *The Making of Modern Liberalism*. Princeton University Press / Princeton and Oxford, 2014 (3rd printing).
- SÁ, A. Moreira de, *Primórdios da Cultura Portuguesa*. Lisboa, 1966-1968.
- SÁ, Victor de, e RIBEIRO, Fernanda, *O liberalismo português: 1820-1852: recolha bibliográfica*. Braga, 1994.
- SALGADO, Joaquim, *Virtudes e Malefícios da Imprensa: esboço histórico sobre a origem, evolução e ética do Jornalismo*. Portucalense Editora, S.A.R.L., Porto, 1945.
- SALGADO, Maria Antonieta, *A polémica sobre "O Retrato de Vénus"*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1983.
- SANTOS, Ana Clara, *Relações literárias franco-peninsulares/Colóquio Internacional Algarve 2003*. Colibri, Lisboa, 2005.
- SANTOS, Ana Clara, e VASCONCELOS, Ana Isabel, *Repertório Teatral na Lisboa Oitocentista (1835-1846)*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2007.
- SANTOS, Elsa Rita, *Teatro. História. Contexto. Identidade Nacional e Tempo de Mediação no Drama Histórico Português*. Edições Colibri, 2011.
- SANTOS, Eugénio dos, *Para a história da cultura em Portugal no século XVIII*. Separata Arquipélago, Série Ciências Humanas n.º 2, Instituto Universitário dos Açores, Ponta Delgada, 1980.
- SANTOS, Isaiás Gomes dos, *A Expansão Portuguesa mudou o Futuro do Mundo*. José Martins, Lisboa, 1996.
- SANTOS, José Beleza dos, *Almeida Garrett e a Faculdade de Leis da Universidade de Coimbra*. Separata do Boletim da Faculdade de Direito, n.º 33, Coimbra, 1957.
- SANTOS, Leonel Ribeiro dos (coord.), *Educação Estética e Utopia Política: Colóquio Interdisciplinar*. Colibri, Lisboa, 1996.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, *Intelectuais Portugueses na primeira metade de Oitocentos*. Editorial Presença, Lisboa, 1988.

- _____, *Para uma sociologia da cultura burguesa em Portugal no século XIX*. Presença, Lisboa, 1989.
- SARAIVA, António José, *A evolução do teatro de Garrett. Os temas e as formas*. Sociedade Nacional de Tipografia, Lisboa, 1948.
- _____, *Para a História da Cultura em Portugal*. Bertrand, Lisboa, 1979.
- _____ e LOPES, Óscar, *História da Literatura Portuguesa*, 17.^a edição, Revista e Actualizada. Porto Editora, 1996.
- SAVIOTTI, Gino, *Garrett, o Conservatório e um Teatro Normal*. in “A Evolução e o Espírito do Teatro em Portugal”, Lisboa, 1947.
- SCARLATTI, Eduardo, *A Religião do Teatro*. Ática, Lisboa, 1945.
- _____, *Um método crítico e os seus resultados*. Impresso na Ottosgráfica, Lda., Lisboa, 1931.
- SCHILLER, Friedrich von e CADETE, Teresa (trad., int. e notas), *Sobre a educação estética do ser humano numa série de cartas e outros textos*. IN-CM, Lisboa, 1994.
- SCHILLER, Friedrich von e CADETE, Teresa (trad., int., comentário e glossário), *Textos sobre o Belo, o Sublime e o Trágico*. IN-CM, Lisboa, 1997.
- SEQUEIRA, Gustavo Matos, *História do Teatro Nacional D. Maria II*. Vols. I e II. Ministério da Educação Nacional, Lisboa, 1955.
- SÉRGIO, António, *António Sérgio no Exílio: Cartas a Joaquim de Carvalho*. Separata da Revista História das Ideias, n.º 5, Faculdade de Letras de Coimbra, 1983.
- _____, *Obras Completas: Ensaaios*. Sá da Costa, Lisboa, 1976.
- SÉRGIO, António, *Breve Interpretação da História de Portugal*. Sá da Costa, Lisboa, 1981.
- SERÔDIO, Maria Helena, *Questionar apaixonadamente o Teatro: o Teatro na vida de Luís Miguel Cintra*. Edições Cotovia, Lisboa, 2001.
- _____ (dir.), *Sinais de Cena- Revista da Associação Portuguesa de Críticos de Teatro*, n.º 6, Campo das Letras, Lisboa, 2006.
- SERRÃO, Joel, *Liberalismo, socialismo, republicanismo: antologia do pensamento político português*. Livros Horizonte, Lisboa, 1979.

- _____, *Para a história da cultura do século XIX português*. Separata da Revista de História n.º 13, Indústria Gráfica José Magalhães, São Paulo, 1953.
- _____, *Temas Oitocentistas: para a História de Portugal no século passado*. Livros Horizonte, Lisboa, 1980.
- SERUYA, Teresa (coord.), *Contradições Electivas: Colóquio comemorativo dos 250 anos de Johann Wolfgang Goethe*. Universidade Católica/Colibri, Lisboa, 2001.
- SERUYA, Teresa (org.), *Estudos de Tradução em Portugal – Novos contributos para a história da literatura portuguesa*. Universidade Católica Editora, Lisboa, Novembro de 2001.
- SHEPPARD, F. H. W. (ed.), *The Theatre Royal Drury Lane and The Royal Opera House Covent Garden*. The Athlone Press, London, 1972.
- SIERZ, Aleks e GHILARDI, Lia, *The Time Traveller's Guide to British Theatre – The First Four Hundred Years*. Oberon Books, Londres, 2015.
- SILVA, E. J. Moreira da, *As **Reliques of Ancient English Poetry** de Thomas Percy e o **Romanceiro** de Almeida Garrett: Dois Modos Diferentes de Entender e Avaliar a Poesia Popular*. Angra do Heroísmo, 1990.
- SILVA, Dora Santos, *Cultura & Jornalismo Cultural: Tendências e desafios no contexto das indústrias culturais e recreativas*. Editora Média XXI, Lisboa, 2012.
- SILVA, Jorge Miguel Bastos da, *A instituição da literatura. Horizonte teórico e filosófico da cultura literária no limiar da modernidade*. Universidade do Porto, 2010.
- _____, *A mundividência heróica e a instituição da literatura: poética e política das letras inglesas na época de Addison e de Pope*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007.
- _____, *Shakespeare no Romantismo Português – Factos, problemas, interpretações*. Campo das Letras, Porto, 2005.
- _____, *Tradução e Cultura Literária: Ensaios sobre a presença de autores estrangeiros em Portugal*. Edições Afrontamento, Porto, 2014.

- SILVA, Jorge Bastos da, e CASTANHEIRA, Maria Zulmira (org. e ed.), *Entre Classicismo e Romantismo. Ensaios de Cultura e Literatura*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies, Porto, Outubro 2013.
- SILVA, Maria de Fátima Sousa, *Crítica do Teatro na Comédia Antiga*. Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica/Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1997.
- SILVA, Victor Manuel de Aguiar e, *Teoria da Literatura*. 8.^a ed., Almedina, Coimbra, 1991.
- SIMAL, Juan Luis, "Letters from Spain: The 1820 Revolution and the Liberal International", in ISABELLA, Maurizio and ZANOU, Konstantina (eds.), *Mediterranean Diasporas – Politics and Ideas in the Long 19th Century*. Bloomsbury, London, 2016.
- SIMÕES, João Gaspar, *Garrett. Biografia, exame crítico e antologia*. Porto, 1954.
- _____, *Garrett: Quatro aspectos da sua personalidade*. Homenagem do Ateneu Comercial do Porto, 1954.
- SMITH, Antony, BRITO, Cláudia (trad.) e ALMEIDA, João Marques (rev. científica), *Identidade Nacional*. Gradiva, Lisboa, 1997.
- SMITH, Dane Farmsworth, *Plays about the theatre in England from the Rehearsal in 1671 to the Licensing Act in 1737 or The selfconscious stage and its burlesque and satirical reflections in the age of criticism*. Oxford University Press, London, 1936.
- SOARES, Clara Moura, NETO, Maria João Baptista, e MACHADO, Michael (trad.), *No Panteão Nacional, Almeida Garrett, 1799-1854: o homem e a obra*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2016.
- SOARES, Olga Moreira, *Um olhar sobre a obra em construção. Leitura de Alguns Paratextos de Almeida Garrett*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003.
- SOBRAL, José Manuel *Portugal, Portugueses Uma Identidade Nacional*. Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa, 2012.

- SORIANO, Simão José da Luz, *História do Cerco do Porto*. A. Leite Guimarães Editor, Porto, 1889.
- SOUSA, José Baptista, *Almeida Garrett (1799-1854), Founder of Portuguese Romanticism*. The Edwin Mellen Press, Lampeter, 2011.
- SOUSA, José Manuel Motta de, e MARIANO, Lúcia Maria, *História da Imprensa Periódica Portuguesa. Subsídios para uma bibliografia*. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1987.
- SOUSA, Maria Leonor Machado de (coord.), *A Guerra Peninsular: Perspectivas Multidisciplinares: Actas do Congresso Internacional e Interdisciplinar evocativo da Guerra Peninsular*. Caleidoscópio, Lisboa, 2007.
- _____, *Camões em Inglaterra*. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1992.
- _____, *D. Sebastião na Literatura Inglesa*. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1985.
- _____, *Mito e Criação Literária*. Livros Horizonte, Lisboa, 1985.
- _____, (dir.), *Revista de Estudos Anglo-portugueses* (n.º 12). Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos Comparados de Línguas e Literaturas Modernas da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2003.
- SORIANO, Simão José da Luz, *História do Cerco do Porto*. A. Leite Guimarães Editor, Porto, 1889.
- SOVERAL, Carlos Eduardo, *Actualidade Clássica e Romântica de Garrett*. Separata de Esmeraldo n.º 5/6, Lisboa, 1955.
- STÄEL, Germaine de, *De l'Allemagne*. Garnier-Flammarion, Paris, 1968.
- STÄEL, Madame de, HOLSTEIN, D. Pedro de Sousa, ANDLAU, Beatrix d' (rec., int., coment. e notas), BONIFÁCIO, Maria de Fátima (posf.), FIGUEIREDO, Dagmar Bigotte (trad.) e MILHEIRO, Luís (rev.), *Correspondência*. Quetzal, Lisboa, 2006.
- STEELE, Richard, *The Tatler*. J. M. Dent, London, 1968.
- STENDHAL, STRYIENSKI, Casimir (publication) et NION, François de (publication), *Journal de Stendhal*. G. Charpentier, Paris, 1888.

- STENDHAL, e VINCENT, L. (Notice et Notes), *Racine et Shakespeare*. Librairie Hatier, Paris, 1927.
- SUMMERHAYES, Edith e MILJEVIC, Radojka (eds.), *Literary Critics and Criticism*. Fitzroy Dearborn Publishers, Chicago/Londres, 1999.
- TAIT, Simon (ed.), *100 Critical Moments In the Circle's critics on the art that stopped them in their tracks*. Edited by The Critics' Circle, 2014.
- TEIXEIRA, Luís, *Pequena Crónica do Século XIX*. Editorial Notícias, Lisboa, 1966.
- TENGARRINHA, José, *A Oratória e o Jornalismo no Romantismo em Portugal*. Lisboa, 1974.
- _____, *Censura na Política Liberal: uma exploração no interior da repressão à imprensa periódica de 1820 a 1828*. Colibri, Lisboa, 1992.
- _____, *Da liberdade mitificada à liberdade subvertida*. Edições Colibri, Lisboa, 1993.
- _____, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Caminho, Lisboa, 1989, 2.^a ed.
- _____, *Nova História da Imprensa Portuguesa – Das origens a 1865*. Temas & Debates / Círculo de Leitores, Lisboa, 2013.
- TERRA, José F. da Silva, *Les Exils de Garrett en France*. Institut Français au Portugal, Bulletin des Études Portugaises, Tomo 28, 1967/68.
- TERRA, José da Silva, *Os Emigrados Liberais Portugueses em França*. Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, Paris, 1983.
- THÉRENTY, Marie-Ève e VAILLANT, Alain (dir.), *Presse, nations et mondialisation au XIXe siècle*. Nouveau Monde éditions, Paris, 2010.
- THIESSE, Ane Marie, “Des fictions créatrices: les identités nationales”. *Romantisme*, vol. 30, n.º 110, Paris, 2000.
- _____, *La création des identités nationales : Europe, XVIIIe-XXe siècle*. Éditions du Seuil, Paris, 1997.
- THOMSON, Peter, *The Cambridge Introduction to English Theatre, 1660-1900*. Cambridge University Press, New York, 2006.
- TOCQUEVILLE, Alexis de, *L'Ancien Régime et la Révolution*. Michel Levy Frères, Paris, 1856, 2^e ed.

- TOMÁS, Manuel Fernandes, *A Revolução de 1820*. Editorial Caminho, Lisboa, 1982, 2.^a ed.
- TORGAL, Luís Reis, e VARGUES, Isabel Nobre, *A Revolução de 1820 e a instrução pública*. Paisagem, Porto, 1984.
- VALENTE, Vasco Pulido, *O estado liberal e o ensino. Os liceus portugueses (1834-1930)*. Centro de Investigações Sociais, Lisboa, 1973.
- VARGUES, Isabel Nobre, *A aprendizagem da cidadania em Portugal: 1820-1823*. Minerva, Coimbra, 1997.
- _____, e CABRAL, Luís, *Garrett Jornalista*. Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1999.
- VASCONCELOS, Ana Isabel, *O Drama histórico Português do século XIX (1836-1856)*. Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e Tecnologia, Lisboa, 1983.
- _____, *O Teatro em Lisboa no tempo de Almeida Garrett*. Museu Nacional do Teatro, Lisboa, 2003.
- VEESER, H. Aram, *Confessions of the Critics*. Routledge, New York/London, 1996.
- VELHO, Joaquim Anastácio Mendes, *Homilia Constitucional para uso dos Reverendos Párocos menos instruídos na política*. Imprensa Nacional, Lisboa, 1822.
- VIEIRA, Anselmo, *Garrett: Sessão Solene no Porto, Teatro de S. João – noite de 3 de Junho de 1902*. Typographia da Companhia Nacional Editora, Lisboa, 1902.
- VILHENA, João Carlos e MESQUITA, César, *A Ilustração nas Publicações Periódicas Portuguesas (1820-1850)*. Dissertação de Mestrado em História da Arte, apresentada à Faculdade Letras da Universidade do Porto, 1997.
- WALL, Steven (ed.), *The Cambridge Companion to Liberalism*. Cambridge University Press, 2015.
- WALTER, Félix, *La Littérature Portugaise en Angleterre à l'Époque Romantique*. Librairie Ancienne Honoré Champion, Paris, 1927.
- WEBER, Alfred, FONSECA, Maria Eduarda (trad.) e SEQUEIRA, Maria Manuela (trad.), *História Sociológica da Cultura*. Arcádia, Lisboa, 1967.
- WHELAN, Robert, *The Other National Theatre. 350 Years of Shows in Drury Lane*. Jacob Tonson, 2013.

WIMSATT, William K e BROOKS, Cleanth, *Crítica Literária: Breve História*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1971.

WRIGHT, Louis B., *Shakespeare's Theatre and the Dramatic Tradition*. The Folger Shakespeare Library, Washington, 1958.

WU, Duncan, *30 Great Myths about the Romantics*. Wiley Blackwell, West Sussex, 2015.

XAVIER, Lola Geraldine, *Deleitar e Instruir. A Dramaturgia de Almeida Garrett*. Edições Pedagogo, Mangualde, 2005.